

sem pauta

Teoria social e realidade contemporânea • Set/Dez 2023 - Vol. 21 - Nº 53

ISSN 2238-3786 (Online)



Serviço Social, políticas e questões atuais



**Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio
de Janeiro Rio de Janeiro – set/dez 2023 – n. 53, v. 21, p. 1-294
ISSN 2238-3786 (Versão online)**

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Mario Sergio Alves Carneiro

Reitor

Lincoln Tavares Silva

Pró-reitoria de Graduação – PR1

Luís Antônio Campinho Pereira da Mota

Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa – PR2

Cláudia Gonçalves de Lima

Pró-reitoria de Extensão e Cultura – PR3

Dirce Eleonora Nigro Solis

Diretora do Centro de Ciências Sociais

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Juliana Fiuza Cislighi- **Diretora**

Paulo Roberto Mello de Carvalho - **Vice-diretor**

Maurílio Castro de Matos - **Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)**

Andrea de Sousa Gama - **Coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)**

Equipe Editorial (FSS/UERJ - Rio de Janeiro/RJ, Brasil): Ana Inês Simões Cardoso de Melo, Ana Paula Procópio, Elziane Olina Dourado, Marilda Villela Iamamoto, Monica de Jesus Cesar e Ney Luiz Teixeira de Almeida.

Editora Responsável: Monica de Jesus Cesar

Assessoria técnica e administrativa: Patrícia Trajano

Bolsista de extensão: Giulia Rodrigues Costa

Bolsista voluntária: Rafaela Bezerra da Silva

Revisão de texto: Klein Editora

Tradução/revisão de inglês: Klein Editora

Projeto gráfico, editoração e capa: Zeppelini Publishers

Foto de capa: Simone Brandão Souza

Fotografias: Simone Brandão Souza

Agradecimentos: Débora Holanda, Carina Moljo, Rachel Raichelis e Rose Mary Sousa Serra

APOIO: PROEX-CAPEs, FAPERJ



ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea

Faculdade de Serviço Social - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Centro de Ciências Sociais

Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001 - Bairro Maracanã – 20.550-013 Rio de Janeiro/RJ– Brasil

URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>

E-mail: revistaempauta.uerj@gmail.com. Telefones: 2334-0299; 2334-0291– ramal 221

ISSN 2238-3786 (Versão online)

Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea é um periódico semestral, arbitrado, de circulação nacional e internacional, dirigido a assistentes sociais e profissionais de áreas afins, professores, pesquisadores e demais sujeitos políticos, comprometidos com os processos democráticos.

A revista pretende ser um instrumento de divulgação e de disseminação de produções atuais e relevantes do ensino, da pesquisa e da extensão, no âmbito do Serviço Social e de áreas afins, através da publicação de artigos, ensaios teóricos, pesquisas científicas, resenhas de livro, comunicações, relatórios de pesquisas científicas e informes, visando contribuir para a formulação e a divulgação de políticas públicas e debates, no âmbito da academia e da sociedade civil.

CATALOGAÇÃO NA FONTE: UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/A

E53 Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea [recurso eletrônico] – V. 21, n. 53 (2023) – . – Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Serviço Social, 2023 – v.: il.

Quadrimestral.
Modo de acesso: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/index> >
e- ISSN: 2238-3786.
Descrição baseada em conteúdo acessado em: 26 maio 2023.
Edição impressa: Ano 1 (1993) – Ano 21 (2014): ISSN 1414-8609.

1. Serviço Social – Periódicos. 2. Ciências Sociais – Periódicos. 3. Políticas públicas – Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social

CDU 36(05)



ISSN 2238-3786 (Versão online)

set/dez 2023 – n. 53, v. 21

EQUIPE EDITORIAL

Monica de Jesus Cesar

Ana Inês Simões Cardoso de Melo

Ana Paula Procópio

Elziane Olina Dourado

Marilda Villela Iamamoto

Ney Luiz Teixeira de Almeida.

Editoras Responsáveis: Monica de Jesus Cesar

Assessoria Técnica e Administrativa: Patrícia Trajano

Indexação: a Revista Em Pauta — Teoria Social e Realidade Contemporânea está disponível através do SEER/IBICT, no site da UERJ/Revistas Eletrônicas – <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>> –, onde se encontram as últimas edições para pesquisa e download.

Está também indexada e/ou resumida em:

DOAJ - Directory of Open Access Journals

DIADORIM

EBSCO

CAPES - Portal de Periódicos

CENGAGE Learning

LATINDEX - Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas

Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

OAJI - Open Academic Journals Index

SUMARIOS.ORG - Sumários de Revistas Brasileiras

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO: composto por professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Internacionais: Atílio Borón (UBA-Argentina), Denise Freitas Soares (IMTA-México); Jaime Pastor (UNED-Espanha); Jacques Rancière (Univ. ParisVIII-França); Margarita Rozas (UNLP-Argentina); Maria Eugenia Bersezio (UARCHIS-Chile); Maria Lorena Molina (UCR-Costa Rica); Michel Husson (Institut de Recherches Economiques et Sociales-França); Norberto Alayon (UBA-Argentina); Susana Malacalza (UNLP-Argentina); Thereza Matus (UC-Chile). **Nacionais:** Ana Elizabete Mota (UFPE); Ana Maria Amoroso Lima (UFJF); Auta Stephan de Souza (UFJF); Berenice Rojas Couto (PUC-RS); Carlos Montañó (UFRJ); Franci Gomes Cardoso (UFMA); Francisco de Oliveira (USP); Gaudêncio Frigotto (UERJ); Ivanete Boschetti (UNB); Ivete Simionatto (UFSC); João Antonio de Paula (UFMG); José Paulo Netto (UFRJ); José Ricardo Ramalho (UFRJ); José Roberto Novaes (UFRJ); Josefa Batista Lopes (UFMA); Jussara Mendes (UFRS); Laura Tavares Soares (UFRJ); Marco Aurélio Nogueira (UNESP); Maria Beatriz da Costa Abramides (PUC-SP); Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP); Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP); Maria Rosângela Batistoni (UFJF); Maria Ozanira da Silva e Silva (UFMA); Mariângela Belfiore Wanderley (PUC-SP); Marildo Menegat (UFRJ); Marina Maciel Abreu (UFMA); Paulo César Pontes Fraga (UFJF); Potyara Amazoneida P. Pereira (UNB); Raquel Raichellis (PUC-SP); Ricardo Antunes (UNICAMP); Silvia Gerschman (ENSP/ FIOCRUZ); Vera Maria Nogueira (UFSC); Vicente de Paula Faleiros (UNB); Virgínia Fontes (UFF); Yolanda Guerra (UFRJ).

PRODUÇÃO EDITORIAL



ZEPPELINI
PUBLISHERS

SUMÁRIO

Editorial

Políticas e questões atuais: avanços e desafios para o Serviço Social	10
Monica de Jesus Cesar	

Artigos

Transformações societárias, América Latina e Serviço Social	28
Carina Berta Moljo, José Fernando Siqueira da Silva, Silvia Fernández Soto	
Estratégia democrático-popular e cultura profissional renovada: revisitando os fundamentos do Projeto Ético-Político	58
Adrianyce A. Silva de Sousa	
A dimensão normativa da ética no Serviço Social	75
Rosana Mirales	
Serviço social e as lutas negras brasileiras.....	89
Dayana Christina Ramos de Souza Juliano	
Quem é velho e quem é idoso no capitalismo contemporâneo? Reflexões sobre o envelhecimento de mulheres trabalhadoras	100
Amanda dos S. Lemos	
Contrarreformas da previdência no Brasil: expropriação dos direitos de docentes.....	115
André de Menezes Gonçalves, Ana Isabel Souto Melo, Lilian Nascimento Carvalho, Maria Raisal Gomes da Silva	
E amanhã será como ontem: o perfil dos beneficiários do Peam-JF (MG)	131
Bruna Atalaya de Almeida Rocha, Alexandre Aranha Arbia	
Promoção da adequada nutrição materna no serviço público-privado: a importância da suplementação	147
Priscila Coelho Rabelo Machado, Fabiana Rosa Neves Smiderle	
Abstinência sexual como política pública? Governo Bolsonaro e a (des)educação em sexualidade	159
Sabrina Pereira Paiva, Elaine Reis Brandão	
Experiências de Mulheres Portuguesas no Precariado: Entre a Frustração e a Falta de Sentido no Futuro	174
Marta Gorete Rodrigues Ornelas, Fátima Regina Ney Matos, Rafael Fernandes de Mesquita	

Quando o mundo do trabalho levanta voo? Altos e baixos dos tripulantes de cabine..... 190
Roberto della Santa

A Fiocruz e sua criatura: o nascimento da fundação de apoio privado..... 206
Tiago Siqueira Reis

Entrevista

Entrevista com Raquel Raichelis Degenszajn – Crise do capital, pandemia e o
trabalho no Serviço Social 220
Ana Paula Procópio da Silva, Elziane Olina Dourado

Resenhas

De volta ao passado: o debate histórico das profissões e do Serviço Social no Brasil 238
Débora Holanda Leite Menezes

Para além da mistificação: o capital como relação social e seu contraditório processo
de (re)produção..... 244
Marilda Villela Iamamoto

Homenagem de vida

Rose Serra: uma vida de paixões e subversões..... 253
Monica de Jesus Cesar

Mostra fotográfica

Entre um jogo de luz e sombras: percursos de re-existência 263
Elziane (Ziza) Dourado, Simone Brandão Souza

Pareceristas *Ad Hoc* 277

Normas Editoriais 283

CONTENTS

Editorial

- Current policies and issues: breakthroughs and challenges for social work..... 19
Monica de Jesus Cesar

Articles

- Social Transformations, Latin America, and Social Work..... 43
Carina Berta Moljo, José Fernando Siqueira da Silva, Silvia Fernández Soto
- Democratic-Popular strategy and renewed professional culture: revisiting the foundations of the Ethical-Political Project..... 58
Adrianyce A. Silva de Sousa
- The normative aspect of ethics in social work 75
Rosana Mirales
- Social Work and Black Brazilian Struggles 89
Dayana Christina Ramos de Souza Juliano
- Who is old and who is elderly in contemporary capitalism? Reflections on the aging of working women 100
Amanda dos S. Lemos
- Social Security Counter-Reforms in Brazil: Expropriation of Teachers' Rights 115
André de Menezes Gonçalves, Ana Isabel Souto Melo, Lilian Nascimento Carvalho, Maria Raisal Gomes da Silva
- And tomorrow will be like yesterday: the profile of Special Housing Assistance Program beneficiaries in Juiz de Fora, Minas Gerais 131
Bruna Atalaya de Almeida Rocha, Alexandre Aranha Arbia
- Promotion of adequate maternal nutrition in the publicprivate service: the importance of food supplementation 147
Priscila Coelho Rabelo Machado, Fabiana Rosa Neves Smiderle
- Sexual abstinence as public policy? Bolsonaro government and sex (de)education 159
Sabrina Pereira Paiva, Elaine Reis Brandão
- Experiences of Portuguese Women in the Precariat: Between Frustration and the Lack of Meaning in the Future 174
Marta Gorete Rodrigues Ornelas, Fátima Regina Ney Matos, Rafael Fernandes de Mesquita

When does the world of work take off? Cabin crew ups and downs.....	190
Roberto della Santa	

Fiocruz and its creature: the birth of the private support foundation	206
Tiago Siqueira Reis	

Interview

Interview with Raquel Raichelis Degenszajn — Capital crisis, pandemic and work in Social Work.....	220
Ana Paula Procópio da Silva, Elziane Olina Dourado	

Reviews

Back to the Past: The historical debate of professions and Social Work in Brazil.....	238
Débora Holanda Leite Menezes	

Beyond mystification: capital as a social relationship and its contradictory process of (re)production	244
Marilda Villela Iamamoto	

Homage

Rose Serra: a life of passions and subversions.....	253
Monica de Jesus Cesar	

Photography Exhibition

Between a play of light and shadows: paths of re-existence	263
Elziane (Ziza) Dourado, Simone Brandão Souza	

Ad Hoc Reviewers	277
------------------------	-----

Editorial Norms.....	289
----------------------	-----



Políticas e questões atuais: avanços e desafios para o Serviço Social

Monica de Jesus Cesar* 

A edição nº 53 da *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea* tem como dossiê temático *Serviço Social, políticas e questões atuais*, congregando artigos que abordam aspectos teóricos, metodológicos, éticos, políticos, técnicos e pedagógicos do Serviço Social e tratam da sua articulação com as políticas, lutas e movimentos sociais, suscitando reflexões sobre os seus desafios no atual contexto brasileiro e latino-americano.

É fato que as políticas neoliberais, como respostas à crise do capital, incidiram contra as regulamentações e os controles postos à exploração capitalista, que haviam sido conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras através de suas lutas. A ofensiva neoliberal desencadeou um conjunto de contrarreformas em vários países e regiões do mundo, conjugadas à expansão de formas financeirizadas de capital fictício. No Brasil, a contrarreforma do Estado, em especial, redimensionou as relações público-privadas e alterou os modos de intervenção do Estado sobre as expressões da questão social, com a privatização de suas funções, em favor de seu encolhimento, principalmente na esfera das políticas sociais.

No Brasil, o ajuste estrutural permanente, a política ultraneoliberal e ultraconservadora e a redução da intervenção do Estado no campo social intensificaram as desigualdades em diferentes dimensões da vida social, aprofundando-as em suas clivagens de gênero, geração e etnia, articuladas ao caráter de classe e fortalecendo a misoginia, o etarismo, o racismo e desqualificando as experiências de organização popular e sindical. As desigualdades sociais foram aprofundadas, sobretudo, com a deterioração do mercado de trabalho, o desemprego e a precarização do trabalho e do emprego, diminuindo a renda familiar e a proteção dos trabalhadores. Tais disparidades foram barbaramente

EDITORIAL

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78937>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: mojcesar@gmail.com.

Como citar: CÉSAR, M. J. Políticas e questões atuais: avanços e desafios para o Serviço Social. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 10-18, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78937>



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

exacerbadas e mais evidenciadas ainda pela pandemia de *Coronavirus Disease* (Covid-19). Vários são os indicadores que demonstram o aumento da concentração da riqueza concomitante ao aumento da pobreza, com a elevação das taxas de mortalidade dos idosos e das camadas populacionais mais empobrecidas.

Na pandemia, as mulheres foram mais afetadas pela perda de emprego e renda e sofreram maior isolamento e exposição à violência doméstica. Os jovens de baixa escolaridade, especialmente, os afro-brasileiros e os residentes nas regiões mais pobres tiveram maior probabilidade de perder seus empregos. Somam-se a isso as altas taxas de pobreza entre os povos indígenas e quilombolas, e o agravamento da insegurança alimentar, com a fome assolando cada vez mais a população brasileira, principalmente as crianças. Além disso, pessoas pobres e negras são as mais atingidas pela desproteção social, sofrendo violências e opressões.

O aprofundamento da crise, antes e durante a pandemia, e os impactos destrutivos do desenvolvimento capitalista, portanto, colocam inúmeras ameaças à sobrevivência futura da humanidade e produzem um imenso retrocesso social e político com a emergência e fortalecimento de forças ultraneoliberais, associadas com o neoconservadorismo e o neofascismo, que espelham o pensamento antidemocrático contemporâneo. Tais forças tentam consolidar uma estrutura de dominação autocrática, mas vêm sendo combatidas pela luta e resistência das forças populares e progressistas em prol da retomada e defesa da democracia e da transformação social.

Este contexto é bastante desafiador para o Serviço Social e o coloca diante da necessidade de enfrentar uma série de questões. Trata-se de um contexto marcado por um conjunto de mudanças que vem repercutindo no Serviço Social, considerando, em particular, os seguintes aspectos: as renovadas expressões da questão social e as redefinições dos sistemas de proteção social, que surgem associados à regressão no campo dos direitos sociais e ao aprofundamento do processo de privatização da esfera pública.

Tais aspectos estão relacionados com a decrescente eficácia econômico-social do capital, que expressa a dinâmica crítica de sua reprodução, exigindo, cada vez mais, a eliminação das garantias sociais e dos controles mínimos postos à voracidade de sua exploração pelas lutas da classe trabalhadora nos limites da democracia burguesa. A tentativa de reversão da inépcia capitalista, condensada nos processos de financeirização da economia, de reestruturação produtiva e na ascensão do neoliberalismo e suas contrarreformas, busca também transformar bens e serviços de consumo coletivo em novos nichos para a acumulação do capital e ampliar a apropriação do fundo público (BEHRING, 2021).

Frente à crise contemporânea da ordem do capital, busca-se a restauração do equilíbrio instável de seu processo de acumulação, por meio da reorganização das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção, quanto na das relações sociais (MOTA, 1995). Nesta última, a proposta neoliberal investe na

despolitização das relações sociais e na oposição a qualquer regulação política do mercado, configurando-se como “uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia” (NETTO, 1993, p. 77).

Trata-se de erradicar os mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrático de controle do movimento do capital e forjar condições propícias para direcionar a intervenção do Estado segundo os interesses das classes dominantes. No entanto, as exigências antidemocráticas postas pelo desenvolvimento atual da ordem do capital, sob o comando neoliberal, apontam para a barbarização da vida social em larga escala, trazendo prejuízos sem precedentes para a humanidade, com a descensão econômica de diversas regiões com o vertiginoso aumento da pobreza, a desagregação social de populações inteiras e a degradação do meio ambiente.

É importante frisar que esse movimento antidemocrático e contrarreformista, a despeito de agudizar a questão social e fragilizar a rede de proteção social constituída pela intervenção do Estado, encontrou o Serviço Social brasileiro dotado de um acervo teórico-metodológico bastante consistente. Esse acervo está sedimentado na interlocução com o marxismo e permite ao assistente social realizar uma análise crítica da realidade contemporânea e, com base nesta análise, criar estratégias capazes de fortalecer o conjunto das lutas voltadas para reverter a dinâmica que compele o movimento do capital à barbárie social. Sob este prisma, a interlocução com o marxismo foi basilar para o redirecionamento profissional, através da denominada perspectiva de *intenção de ruptura* com conservadorismo profissional, marcado por posições conservadoras e de adaptação passiva à realidade (NETTO, 1991).

Cabe sublinhar que, com a obra seminal de Yamamoto e Carvalho (1982), no início dos anos 1980, a teoria social de Marx passou a iluminar o significado sócio-histórico do Serviço Social, “dando sólida perspectiva para entender a profissão como totalidade social, dialeticamente situada nas contradições e mediações do ordenamento social”, rompendo com a concepção profissional voltada ao “ajustamento social de indivíduos e família com problemas sociais” (PONTES, 2023, p. 94). Com a adoção do marxismo como referência analítica, se tornou hegemônica, então, a abordagem do Serviço Social inserido na dinâmica das relações sociais de produção e partícipe do processo de reprodução dessas mesmas relações.

Este referencial cunhado nos anos 1980 avançou nos anos 1990 e imprimiu direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no Brasil. Passou, então, a permear: as orientações para a formação de assistentes sociais na sociedade brasileira, com o *Currículo de 1982* e as atuais *Diretrizes Curriculares* da Abepss; os eventos acadêmicos e os promovidos pela experiência associativa dos profissionais, como convenções, congressos, encontros e seminários; a regulamentação do exercício profissional e o Código de Ética.

Indubitavelmente, esse processo de construção da hegemonia de novos referenciais teórico-metodológicos e interventivos para a profissão, a partir da tradição marxista, ocorre em um amplo debate em vários fóruns de natureza acadêmica e/ou organizativa, além de permear a produção intelectual da área. Trata-se de um debate amplo e plural, que implica a interlocução entre diferentes perspectivas teóricas, ideológicas e políticas, mas que supõe uma direção social hegemônica. Este debate se expressa na significativa produção acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro e na ampliação do seu processo de formação na graduação e na pós-graduação (YAZBEK, 2009).

Na passagem da década de 1980 para a de 1990, é possível observar que o Serviço Social amadureceu e os assistentes sociais consolidaram a compreensão de sua condição de trabalhadores assalariados e, conseqüentemente, submetidos ao domínio e à exploração capitalista. Essa compreensão politizou o debate profissional e radicalizou o comprometimento com o projeto democrático-popular dos setores engajados na luta contra o autoritarismo, o recrudescimento da questão social e o aprofundamento das desigualdades sociais no país. Esse comprometimento expressou a renovação crítica das estruturas acadêmicas, profissionais, corporativas e organizativas da profissão, no sentido de aproximá-las das reais necessidades das parcelas majoritárias da população brasileira.

Esses avanços processados no Serviço Social, no entanto, se depararam com as condições políticas e econômicas que forjaram a grande ofensiva do capital no enfrentamento de suas crises. A reestruturação na esfera da produção, reatualizando os modos de organização e controle dos processos de produção para o aumento da exploração do trabalho, e os ajustes contrarreformistas no âmbito do Estado, extinguindo ganhos históricos da classe trabalhadora, assentaram um terreno fértil para a proliferação de um pensamento antidemocrático favorável ao capital e extremamente desfavorável à força de trabalho.

São difundidas ideologias reiteradoras do capitalismo como a única via para um tipo de desenvolvimento (in)sustentável, invadindo os campos acadêmico-intelectuais, afetando a pesquisa, a produção do conhecimento, as práticas, as relações de trabalho e pedagógicas, com forte incidência nos processos de formação profissional em todos os níveis. Trata-se do reforço a uma sociabilidade estruturada na competitividade, no individualismo, no pragmatismo, no produtivismo e no empreendedorismo que recobre todos os espaços institucionais e esferas do cotidiano. Tais ideias, necessárias à preservação das relações sociais de produção vigentes, são instadas à subjetividade dos sujeitos, frente ao aprofundamento da mercantilização da vida social.

Essas mudanças vêm repercutindo no trabalho dos assistentes sociais, que se veem diante de novas demandas, requisições e exigências, assim como se defrontam com profundas modificações no mercado de trabalho, afetando sua condição de trabalhadores(as)

assalariados(as), com a precarização das relações e condições de trabalho. Assim, o Serviço Social é novamente conclamado a intervir sobre as renovadas expressões da questão social, num contexto regressivo, em que o próprio assistente social vem sendo duramente afetado, tanto nos seus modos de intervenção quanto na sua inserção profissional nas organizações das esferas pública e privada.

As inflexões produzidas no campo da (des)proteção social, na atualidade, desafiam cada vez mais os assistentes sociais a reverem as estratégias profissionais construídas e a sintonizarem a organização da categoria, a formação e o exercício profissional no campo da resistência dos trabalhadores contra as opressões do capital. Convivendo cotidianamente com a pobreza exponenciada e com as várias nuances da expropriação, o assistente social trava um árduo embate: o de fortalecer o projeto ético-político na direção de uma sociabilidade oposta à capitalista, capaz de refundar a política como espaço de conquista e de universalização de direitos.

O Serviço Social é desafiado a manter a direção social estratégica, coletivamente construída e defendida pelas instituições organizativas da profissão (Abepss, Cfess/Cress, Enesso). E, sobre este alicerce, cabe à profissão produzir ideias que confrontem criticamente o pensamento antidemocrático, ultraconservador e neofascista, bem como desenvolver práticas capazes de oferecer respostas qualificadas e sintonizadas com os interesses e demandas dos sujeitos com os quais trabalha. Os profissionais têm diante de si a premente necessidade de avançar na pesquisa, para construir novos conhecimentos teóricos, metodológicos, técnicos, instrumentais e pedagógicos, e de consolidar seu protagonismo na disputa pelos projetos de sociedade, na perspectiva de construir a hegemonia de classe e a emancipação humana, rompendo os grilhões do capital.

Assim sendo, cumpre ao Serviço Social, como área de conhecimento e de intervenção profissional, adensar suas referências teórico-metodológicas e reciclar seus instrumentos de análise e de ação, com vistas a adequá-los às novas exigências de uma realidade complexa e mutante. É imperativo que os assistentes sociais, como profissionais e sujeitos de ação coletiva, repensem seu papel e a contribuição que podem dar à construção de um projeto político capaz de consolidar e ampliar as conquistas democráticas e os direitos.

Os desafios não são poucos, portanto. Nesse momento, em que se acirram as disputas em torno de diferentes projetos societários, é fundamental para o Serviço Social rever os caminhos percorridos, refletir sobre o tempo presente e traçar novas estratégias para o futuro, movido pela mesma *inspira-ação* que norteou o processo de renovação do Serviço Social, protagonizado por corações e mentes que construíram os pilares do projeto ético-político profissional. A direção social que norteia este projeto requer alianças com as forças sociais progressistas para intensificar as lutas e resistências, pois o seu legado continua *Em Pauta*.

Nesta linha de pensamento, convidamos intelectuais, pesquisadores, docentes e estudantes a socializarem os resultados de suas pesquisas, análises e avaliações, trazendo à baila reflexões fecundas sobre as questões que integram esse dossiê temático. E nosso convite foi acolhido por vários colaboradores que enviaram as suas contribuições, apresentadas a seguir.

O *dossiê temático* desta edição da *Em Pauta* é aberto pelo artigo, elaborado por Carina Moljo, José Fernando Siqueira da Silva e Silvia Fernández Soto, no qual abordam o contexto latino-americano mediante a crise do capital, tendo em vista o avanço da ofensiva neoliberal com a retração da intervenção do Estado, o corte de direitos e a ampliação das práticas punitivas que incidem sobre os(as) trabalhadores(as). O texto procura debater, neste cenário regressivo, as formas de enfrentamento das diversas expressões contemporâneas da questão social e o sentido socioeducativo do Serviço Social numa perspectiva crítico-dialética.

O primeiro bloco do dossiê é composto por quatro artigos que abordam o Serviço Social, enfocando o projeto ético-político e o exercício profissional, problematizando suas vinculações com a história dos sujeitos e as lutas sociais. O primeiro deles, elaborado por Adrianycé Angélica Silva de Sousa, analisa os fundamentos ideopolíticos e teórico-metodológicos que sustentaram a constituição histórica da cultura profissional renovada, expressos no projeto ético-político profissional, destacando a chamada “estratégia democrático-popular” e suas repercussões na profissão. No segundo artigo, Rosana Mirales expõe os resultados da pesquisa realizada junto ao Cress-PR com base nos processos de denúncia de infração ética do período de 2013 a 2018, e propõe o exercício da reflexão ética no Serviço Social para além de sua dimensão normativa. O terceiro artigo, de Dayana Christina Ramos de Souza Juliano, aborda as lutas negras no Brasil, enfatizando o colonialismo e o racismo como elementos constituintes da formação sócio-histórica brasileira e problematizando as questões étnico-raciais no Serviço Social. E o quarto artigo, de Amanda dos Santos Lemos, discorre sobre a situação de (ex)trabalhadoras domésticas negras, a partir da experiência profissional no processo de institucionalização de pessoas idosas, sinalizando que o envelhecimento está associado à condição de classe, aos valores dos sujeitos e às suas trajetórias de vida.

O segundo bloco do dossiê congrega artigos que analisam vários aspectos das políticas sociais, em particular, a previdência social, a assistência social, a saúde e a educação, com ênfase nos impactos negativos que as concepções e práticas neoliberais e suas contrarreformas produzem sobre elas. O artigo elaborado por André Menezes Gonçalves, Ana Isabel Souto Melo, Lilian Nascimento Carvalho e Maria Raísa Gomes da Silva versa sobre a contrarreforma da previdência social empreendida pelo governo Bolsonaro e seus efeitos regressivos sobre os direitos dos professores, tendo em vista que estes sofreram a redução do valor dos benefícios e passaram a cumprir mais exigências para acessar a cobertura previdenciária. O artigo de Alexandre Aranha Arbia discute o direito à moradia, com base numa pesquisa dos processos ativos na Secretaria Municipal de Assistência Social do mu-

nicípio de Juiz de Fora, explicitando que o perfil dos beneficiários do Programa Especial de Auxílio Moradia analisado mostra que estes integram as parcelas mais empobrecidas da classe trabalhadora que sofrem as consequências da espoliação urbana.

O artigo escrito por Priscila Coelho Rabelo Machado e Fabiana Rosa Neves Smiderle descreve a suplementação alimentar mais adequada à gestante, destacando que, no Brasil, a maioria delas tem um padrão nutricional aquém do necessário e que a alimentação de baixo valor nutricional está relacionada a fatores socioeconômicos e debilidades da assistência prestada pelos serviços de saúde. Finalizando o dossiê temático, o artigo de Sabrina Pereira Paiva e Elaine Reis Brandão analisa as políticas sexuais do governo Bolsonaro, com o foco na política de educação em sexualidade, especialmente, a prevenção da gravidez na adolescência. Demonstra que o mote da preservação sexual revela uma perspectiva ultra(neo)liberal, familista, teocrática e conservadora, que despolitiza o debate sobre os condicionantes implicados na gestação na adolescência e desconsidera as violências que atravessam a juventude no país.

A seção tema livre da edição nº 53 da *Em Pauta* é composta por três artigos. Dois deles são oriundos de Portugal e versam sobre questões que perpassam o trabalho na atualidade. O primeiro, elaborado por Marta Gorete Ornelas, Fátima Regina Ney Matos e Rafael Fernandes de Mesquita discorre sobre os impactos da precariedade do emprego e das relações de trabalho nas subjetividades e narrativas pessoais e profissionais das trabalhadoras portuguesas. O segundo artigo, produzido por Roberto Della Santa Barros, apresenta os resultados de uma pesquisa-ação realizada junto ao Inquérito às Condições de Vida e Trabalho do Pessoal de Voo e Cabine, indicando que além dos riscos e agravos a que estão submetidos(as) estes(as) trabalhadores(as), há uma organização do trabalho inflexionada por sucessivas reconversões que vêm sendo empreendidas no setor da aviação civil comercial. O último artigo, de Tiago Siqueira Reis, analisa a trajetória política e institucional da Fiocruz entre os anos de 1988 e 2003, ocasião em que foi discutida internamente a elaboração do novo estatuto social, com a definição do novo modelo jurídico e gerencial que, no contexto da contrarreforma do Estado, culminou na criação da fundação de apoio privado.

A entrevista desta edição foi realizada com a renomada professora doutora Raquel Raichelis, que, ao responder às questões formuladas, problematizou os desdobramentos das transformações societárias e no mundo do trabalho sobre o exercício profissional dos(as) assistentes sociais. Analisou os impactos negativos produzidos no contexto pandêmico e pós-pandêmico da Covid-19, principalmente com a aceleração da difusão e uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), concomitante ao aprofundamento da precarização das relações e condições de trabalho e dos agravos e riscos à saúde. Raquel abordou as mudanças operadas não só no trabalho, mas na vida social como um todo, que exigem dos(as) assistentes sociais o fortalecimento do compromisso profissional com a democracia e a justiça social.

As resenhas elaboradas para essa edição nos brindam com um conteúdo extremamente relevante para o Serviço Social brasileiro, seja tocando nos fundamentos de sua perspectiva teórico-metodológica hegemônica, seja reconstituindo elementos da sua história. A primeira foi elaborada pela ilustre professora doutora Marilda Villela Iamamoto, que discorre sobre a primeira tradução brasileira diretamente do original em alemão do célebre *Capítulo VI do Livro I de O capital* de Karl Marx, publicada pela Boitempo Editorial no ano corrente. Esta obra contém algumas das principais argumentações feitas por Marx em *O capital* e, por ter sido elaborada no ápice do seu desenvolvimento intelectual, oferece aos leitores uma visão aguçada sobre os eixos principais de suas formulações. A segunda foi talhada pela professora doutora Débora Holanda Leite Menezes sobre o livro *Profissões e Serviço Social: surgimento e regulamentação ética no Brasil*, de Charles Toniolo. Esta produção situa o Serviço Social no contexto sócio-histórico de aprofundamento do capitalismo no país, que envolveu os processos regulatórios das relações de trabalho e engendrou a regulamentação das profissões em geral, problematizando o estatuto jurídico de “profissão liberal” alçado pelo Serviço Social, no âmbito da generalização do trabalho assalariado e suas contradições.

A homenagem preparada para esta edição é muito especial, pois enaltece a trajetória de nossa inesquecível professora Rose Mary de Sousa Serra que, por mais de 40 anos, desenvolveu um trabalho qualificado na Faculdade de Serviço Social da Uerj, em outras unidades acadêmicas e instituições onde atuou como docente e assistente social, sendo reconhecida por sua competência e, também, por sua combatividade na militância política. Rose Serra, como gosta de ser chamada, é presença marcante em momentos históricos importantes do Serviço Social brasileiro, tendo contribuído de modo expressivo para sedimentar a direção social hegemônica, que fundamenta o projeto profissional e norteia a organização da categoria, a formação acadêmica e o exercício profissional. Suas contribuições, somadas a de tantas outras bravas profissionais e intelectuais, portanto, edificaram uma cultura profissional atrelada à defesa dos direitos, da cidadania e democracia, e vislumbram a construção de uma nova ordem societária, sem dominação, opressão e exploração.

Fechando esta edição, a seção Mostra Fotográfica apresenta o belo trabalho da fotógrafa e assistente social Simone Brandão, que expressa, de maneira singular, a relação simbólica entre as pessoas; os objetos e os lugares; entre o social e o político; e os conflitos e as forças presentes na sociedade. A partir das imagens capturadas por sua lente, é possível prospectar no espaço e no tempo o objeto retratado, fazendo sobressair a presença social e histórica de sua humanidade.

Por fim, esperamos que os leitores aproveitem o conteúdo desta edição e sejam incitados em suas reflexões pelas análises críticas aqui pautadas. Boa leitura!

Referências

- BEHRING, E. R. *Fundo público, valor e política social*. São Paulo: Cortez, 2021.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1982.
- MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.
- NETTO, J. P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.
- PONTES, R. N. Da incidência marxista na formação profissional e produção acadêmica em Serviço Social: notas introdutórias. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 21, n. 52, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/75917/46365>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.



Current policies and issues: breakthroughs and challenges for social work

Monica de Jesus Cesar* 

The 53rd issue of *Em Pauta: social theory and contemporary reality* has as its thematic dossier *Social work, policies and current issues*, bringing together articles that address theoretical, methodological, ethical, political, technical, and pedagogical aspects of social work and deal with its articulation with policies, struggles, and social movements, reflecting on their challenges in the current Brazilian and Latin American context.

It is a fact that neoliberal policies, as responses to the crisis of capital, focused against the regulations and controls placed on capitalist exploitation, which had been acquired by workers through their struggles. The neoliberal offensive triggered a set of counter-reforms in several countries and regions of the world, combined with the expansion of financialized forms of fictitious capital. In Brazil, the counter-reform of the state, in particular, re-dimensioned public-private relations and altered the modes of state intervention in the expressions of the social question, with the privatization of its functions, in favor of its shrinkage, mainly in the sphere of social policies.

In Brazil, permanent structural adjustments, ultraneoliberal and ultraconservative policies, and the reduction of state intervention in the social field have intensified inequalities in different dimensions of social life, deepening them in their distinctions of gender, generation, and ethnicity, articulated with social class and strengthening misogyny, ageism, racism, and disqualifying popular and union organization experiences. Social inequalities were deepened, above all, with the deterioration of the labor market, unemployment, and the precariousness of work and employment, reducing family income

EDITORIAL

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78937>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: mojcesar@gmail.com.

Cite this article: CÉSAR, M. J. Current policies and issues: breakthroughs and challenges for social work. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 19-27, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78937>



© 2023 Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

and worker protection. Such disparities have been savagely exacerbated and made even more evident by the Coronavirus Disease (COVID-19) pandemic. There are several indicators that demonstrate the increase in the concentration of wealth concomitant with the increase in poverty, with the increase in the mortality rates of the elderly and of the most impoverished population strata.

In the pandemic, women were more affected by job and income loss and suffered greater isolation and exposure to domestic violence. Young people with low education, especially Afro-Brazilians and residents of poorer regions were more likely to lose their jobs. Added to this, the high rates of poverty among indigenous peoples and quilombolas, and the worsening of food insecurity, with hunger increasingly plaguing the Brazilian population, especially children. In addition, poor and black people are the most affected by lack of social protection, suffering violence and oppression.

The deepening of the crisis, before and during the pandemic, and the destructive impacts of capitalist development, therefore, pose numerous threats to the future survival of humanity and produce an immense social and political setback with the emergence and strengthening of ultraneoliberal forces, associated with neoconservatism and neo-fascism, which represent contemporary anti-democratic thinking. Such forces try to consolidate a structure of autocratic domination, but have been opposed by the struggle and resistance of popular and progressive forces in favor of the resumption and defense of democracy and social transformation.

This context is quite challenging for social work and makes it necessary for the area to face a series of issues. This is a context marked by a set of changes that have had repercussions in social work, considering, in particular, the following aspects: the renewed expressions of the social issue and the redefinitions of social protection systems, which are associated with the regression in the field of social rights and the deepening of the process of privatization of the public sphere.

Such aspects are related to the decreasing economic and social effectiveness of capital that expresses the critical dynamics of its reproduction, demanding, more and more, the elimination of social guarantees and minimum control mechanisms placed to keep the voracity of its exploitation in check by the struggles of the working class in the limits of bourgeois democracy. The attempt to revert capitalist ineptitude, condensed in the processes of financialization of the economy, productive restructuring, and the rise of neoliberalism and its counter-reforms, also seeks to transform goods and services for collective consumption into new niches for capital accumulation and to expand the appropriation of public fund (Behring, 2021).

Faced with the contemporary crisis of the order of capital, the restoration of the unstable balance of its accumulation process is sought, through the reorganization of

the productive forces in the recomposition of the cycle of reproduction of capital, both in the sphere of production and in that of social relations (Mota, 1995). In the latter, the neoliberal proposal invests in the depoliticization of social relations and in opposition to any political regulation of the market, configuring itself as “a theoretical argument that restores the market as an elementary and insurmountable societal mediator instance and a political proposition that restores the minimal state as the only alternative and the only form for democracy” (Netto, 1993, p. 77).

It is a question of eradicating regulatory mechanisms that contain any democratic component of control of the movement of capital and forging favorable conditions to direct state intervention according to the interests of the dominant classes. However, the anti-democratic demands posed by the current development of the capital order, under neoliberal command, point to the barbarization of social life on a large scale, bringing unprecedented damage to humanity, with the economic decline of several regions with the vertiginous increase of poverty, the social breakdown of entire populations, and the degradation of the environment.

It is important to emphasize that this anti-democratic and counter-reformist movement, despite exacerbating the social issue and weakening the social protection network constituted by state intervention, found Brazilian social work endowed with a very consistent theoretical-methodological literature. This literature is rooted in dialogue with Marxism and allows the social worker to carry out a critical analysis of contemporary reality and, based on this analysis, create strategies capable of strengthening the set of struggles aimed at reversing the dynamics that compel the movement of capital to social barbarism. In this light, dialogue with Marxism was essential for professional redirection, through the so-called perspective of the *intention to break* with professional conservatism, marked by conservative positions and passive adaptation to reality (Netto, 1991).

It should be noted that, with the seminal work of Iamamoto and Carvalho (1982), in the early 1980s, Marx's social theory began to shed light on the socio-historical significance of social work, “giving a solid perspective to understanding the profession as a social totality, dialectically situated in the contradictions and mediations of the social order” breaking with the professional conception focused on the “social adjustment of individuals and families with social problems” (Pontes, 2023, p. 94). With the adoption of Marxism as an analytical reference, the approach of social work inserted in the dynamics of social relations of production and participant in the process of reproduction of these same relations became hegemonic.

This framework, coined in the 1980s, advanced in the 1990s and gave direction to the thought and action of social work in Brazil. It then began to permeate: guidelines for training social workers in Brazilian society, with the 1982 *Curriculum* and the current

Abepss *Curriculum Guidelines*; academic events and those promoted by the associative experience of professionals, such as conventions, congresses, meetings and seminars; and the regulation of professional practice and the Code of Ethics.

Undoubtedly, this process of building the hegemony of new theoretical-methodological and interventional references for the profession, based on the Marxist tradition, takes place in a broad debate in various forums of academic and/or organizational nature, in addition to permeating the intellectual production of the area. It is a broad and plural debate, which implies coexistence and dialogue between different theoretical perspectives, but which assumes a hegemonic direction. This debate is expressed in the significant academic and professional production of Brazilian social work and in the expansion of its training process at undergraduate and postgraduate levels.

In the passage from the 1980s to the 1990s, it is possible to observe that social work matured and social workers consolidated the understanding of their condition as salaried workers and, consequently, submitted to capitalist domination and exploitation. This understanding politicized the professional debate and radicalized the commitment to the popular-democratic project of the sectors engaged in the fight against authoritarianism, the worsening of the social issue and the deepening of social inequalities in the country. This commitment expressed the critical renewal of the profession's academic, professional, corporate, and organizational structures, in the sense of bringing them closer to the real needs of the majority of the Brazilian population.

These breakthroughs happening in social work, however, were faced with the political and economic conditions that forged the great offensive of capital in facing its crises. Restructuring in the sphere of production, updating the modes of organization and control of production processes to increase the exploitation of labor, and the counter-reformist adjustments within the scope of the state, extinguishing historical gains of the working class, laid a fertile ground for the proliferation of anti-democratic thinking favorable to capital and extremely unfavorable to the workforce.

Reiterating ideologies of capitalism are disseminated as the only way to a type of (un)sustainable development, invading the academic-intellectual fields, affecting research, knowledge production, practices, work, and pedagogical relations, with a strong incidence in professional training processes at all levels. It is about reinforcing a sociability structured on competitiveness, individualism, pragmatism, productivism, and entrepreneurship that covers all institutional spaces and everyday spheres. Such ideas, necessary for the preservation of the current social relations of production, are urged to the subjects' subjectivity, in view of the deepening of the commodification of social life.

These changes have had repercussions on the work of social workers, who are faced with new demands, requisitions, and requirements, as well as facing profound changes in

the labor market, affecting their status as salaried workers, with precariousness of relations and working conditions. Thus, social work is once again called upon to intervene in the renewed expressions of the social question, in a regressive context, in which the social worker himself has been severely affected, both in his modes of intervention and in his professional insertion in organizations in the public and private spheres.

The inflections produced in the field of social (un)protection, nowadays, increasingly challenge social workers to review the professional strategies they have built and to tune in to the organization of the category, the training, and the professional practice in the field of workers' resistance against the oppression of capital. Living daily with exponent poverty and with the various nuances of expropriation, the social worker faces an arduous struggle: that of strengthening the ethical-political project towards a sociability opposed to capitalism, capable of refounding politics as a space of advancements and universalization of rights.

Social work is challenged to maintain a strategic social direction, collectively constructed and defended by the profession's organizational institutions (Abepss, Cfess/Cress, Enesso). And, on this foundation, it is up to the profession to produce ideas that critically confront anti-democratic, ultra-conservative, and neo-fascist thinking, as well as to develop practices capable of offering qualified responses that are in tune with the interests and demands of the subjects with whom it works. Professionals are faced with the urgent need to advance in research, to build new theoretical, methodological, technical, instrumental, and pedagogical knowledge, and to consolidate their role in the dispute for society's projects, with a view to building class hegemony and human emancipation, breaking the shackles of capital.

Therefore, it is up to social work, as an area of knowledge and professional intervention, to deepen its theoretical-methodological references and recycle its instruments of analysis and action, with a view to adapting them to the new requirements of a complex and changing reality. It is imperative that social workers, as professionals and subjects of collective action, rethink their role and the contribution they can make to the construction of a political project capable of consolidating and expanding democratic achievements and rights.

The challenges are not few, therefore. At this moment, when disputes around different corporate projects intensify, it is essential for social work to review the paths taken, reflect on the present time and outline new strategies for the future, moved by the same inspiration that guided the process of social work's renewal, carried out by hearts and minds, which built the pillars of the professional ethical-political project. The social direction that guides this project requires alliances with progressive social forces to intensify struggles and resistance, as its legacy is still being debated.

In this line of thought, we invite intellectuals, researchers, teachers and students to share their research results, analyses, and evaluations, bringing up fruitful reflections on the issues that make up this thematic dossier. And our invitation was accepted by several collaborators who sent their contributions, which are presented below.

The *Thematic Dossier* of this issue of *Em Pauta* opens with the article, written by Carina Moljo, José Fernando Siqueira da Silva, and Silvia Fernandez Soto, in which they address the Latin American context through the crisis of capital, in view of the advance of the neoliberal offensive with the retraction of state intervention, the cutting of rights and the expansion of punitive practices that affect workers. The text seeks to discuss, in this regressive scenario, ways of coping with the various contemporary expressions of the social issue and the socio-educational meaning of social work in a critical-dialectical perspective.

The first block of the dossier consists of four articles that address social work, focusing on the ethical-political project and professional practice, questioning their links with the subjects' history and social struggles. The first one, prepared by Adrianycy Angélica Silva de Sousa, analyzes the ideo-political and theoretical-methodological foundations that supported the historical constitution of the renewed professional culture, expressed in the professional ethical-political project, highlighting the so-called “democratic-popular strategy” and its repercussions on the profession. In the second article, Rosana Mirales exposes the results of the research carried out with CRESS-PR based on the processes of denouncing ethical violations from 2013 to 2018 and proposes the exercise of ethical reflection in social work beyond its normative dimension. The third article, by Dayana Christina Ramos de Souza Juliano, addresses black struggles in Brazil, emphasizing colonialism and racism as constituent elements of the Brazilian socio-historical formation and problematizing ethnic-racial issues in social work. And the fourth article, by Amanda dos Santos Lemos, discusses the situation of black (former) domestic workers, based on their professional experience in the institutionalization process of elderly people, signaling that aging is associated with class conditions, with the values of subjects and their life trajectories.

The second block of the dossier brings together articles that analyze various aspects of social policies, in particular social security, social assistance, health care, and education, with an emphasis on the negative impacts that neoliberal concepts and practices and their counter-reforms have on them. The article written by André Menezes Gonçalves, Ana Isabel Souto Melo, Lilian Nascimento Carvalho, and Maria Raisa Gomes da Silva, deals with the social security counter-reform undertaken by the Jair Bolsonaro administration and its regressive effects on the rights of teachers, given that they suffered a loss in the value of bonuses and began to comply with greater requirements to access social security coverage. Alexandre Aranha Arbia's article discusses the right to housing, based on a survey of active processes at the Municipal Social Welfare Department in the municipality of

Juiz de Fora, explaining that the profile of beneficiaries of the Special Housing Assistance Program analyzed shows that they are part of the impoverished portions of the working class who suffer the consequences of urban dispossession.

The article written by Priscila Coelho Rabelo Machado and Fabiana Rosa Neves Smiderle describes the most appropriate food supplementation for pregnant women, highlighting that, in Brazil, most of them have a nutritional standard below the minimum necessary and that low nutritional value food is related to socioeconomic factors and weaknesses in the assistance provided by health services. Concluding the thematic dossier, the article by Sabrina Pereira Paiva and Elaine Reis Brandão, analyzes the sexual policies of the Jair Bolsonaro administration, with a focus on sexuality education policy, especially the prevention of teenage pregnancy. It demonstrates that the motto of sexual preservation reveals an ultra(neo)liberal, familist, theocratic, and conservative perspective, which depoliticizes the debate on the conditions involved in teenage pregnancy and disregards the violence that affects youth in the country.

The free theme section of *Em Pauta's* 53rd issue is composed of three articles. Two of them come from Portugal and deal with issues that pervade labor today. The first, prepared by Marta Gorete Ornelas, Fátima Regina Ney Matos, and Rafael Fernandes de Mesquita, discusses the impacts of precarious employment and labor relations on the subjectivities and personal and professional narratives of female Portuguese workers. The second article, produced by Roberto Della Santa Barros, presents the results of an action-research carried out with the Inquiry into the Living and Working Conditions of Flight and Cabin Crew, indicating that in addition to the risks and injuries to which these workers are subjected, there is a work organization inflected by successive reconversions that have been undertaken in the commercial civil aviation sector. The last article, by Tiago Siqueira Reis, analyzes Fiocruz's political and institutional trajectory between 1988 and 2003, when the elaboration of the new bylaws was discussed internally with the definition of the new legal and managerial model that, in the context of the state's counter-reform, culminated in the creation of the private support foundation.

The interview for this issue was held with the renowned Professor Rachel Raichelis, who, by answering the questions, problematized the consequences of societal transformations and in the world of labor on the professional practice of social workers. It analyzed the negative impacts produced in the pandemic and post-pandemic context of COVID-19, mainly with the acceleration of the dissemination and use of new information and communication technologies (ICTs), concomitant with the deepening of the precariousness of labor relations and conditions and the health aggravations and risks. Raquel addressed the changes brought about not only for labor, but also in social life as a whole, which require social workers to strengthen their professional commitment to democracy and social justice.

The reviews prepared for this issue provide us with extremely relevant content for Brazilian social work, whether touching on the foundations of its hegemonic theoretical-methodological perspective, or reconstituting elements of its history. The first was prepared by the illustrious Professor Marilda Villela Iamamoto, who discusses the first Brazilian translation directly from the German original of the famous *Chapter VI of Book I of Karl Marx's Das Kapital*, published by Boitempo Editorial this year. This work contains some of the main arguments made by Marx in *Das Kapital* and, as it was written at the height of his intellectual development, it offers readers a keen insight into the main axes of his formulations. The second was crafted by Professor Débora Holanda Leite Menezes on the book *Professions and social work: emergence and ethical regulation in Brazil* by Charles Toniolo. This work places social work in the socio-historical context of the deepening of capitalism in the country, which involved the regulatory processes of labor relations and engendered the regulation of professions in general, questioning the legal status of “liberal profession” raised by social work, within the scope of the generalization of salaried work and its contradictions.

The homage prepared for this issue is very special, as it praises the trajectory of our unforgettable teacher Rose Mary de Sousa Serra who, for more than 40 years, developed a renowned work at UERJ's School of Social Work, in other academic units and institutions where she worked as a teacher and social worker, being recognized for her competence and also for her combativeness in political militancy. Rose Serra, as she likes to be called, is a remarkable presence in important historical moments of Brazilian social work, having contributed significantly to consolidating the hegemonic social direction, which underlies the professional project and guides the organization of the category, the academic training, and the professional practice. Her contributions added to that of so many other professional and intellectual “braves”, therefore, built a professional culture linked to the defense of rights, citizenship, and democracy, and which envisages the construction of a new societal order, without domination, oppression, and exploitation.

Closing this issue, the Photographic Exhibition section presents the beautiful work of the photographer and social worker Simone Brandão, who expresses, in a unique way, the symbolic relationship between people, between objects and places, between the social and the political, and the conflicts and forces present in society. From the images captured by her lens, it is possible to prospect the portrayed object in space and time, highlighting the social and historical presence of its humanity.

Finally, we hope that readers will find enjoyment in the content of this issue and be encouraged in their reflections by the critical analyses outlined here. Enjoy the reading!

References

BEHRING, E. R. *Fundo público, valor e política social*. São Paulo: Cortez, 2021.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1982.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, J. P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

PONTES, R. N. Da incidência marxista na formação profissional e produção acadêmica em Serviço Social: notas introdutórias. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 21, n. 52, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/75917/46365>. Acesso em: 12 jul. 2023.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Transformações societárias, América Latina e Serviço Social

Social Transformations, Latin America, and Social Work

Carina Berta Moljo* 

José Fernando Siqueira da Silva** 

Silvia Fernández Soto* 

RESUMO

O artigo que ora apresentamos tem como objetivo principal analisar o contexto latino-americano no cenário de crise do capital, marcado pelo recrudescimento de políticas neoliberais, por restrições do Estado social e pela perda de direitos e expansão de práticas punitivas que afetam a classe trabalhadora na sua diversidade. O texto procura debater, sumariamente, a forma como a questão social e suas múltiplas refrações se expressam na atualidade, como são construídas as políticas sociais no contexto de desmanche do Estado, bem como as potencialidades e limites do Serviço Social como profissão nesta complexidade, seu sentido socioeducativo crítico.

Palavras-Chave: América Latina; capitalismo; políticas sociais; Serviço Social; trabalho socioeducativo.

ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze the Latin American context in the scenario of the crisis of capital, a reality marked by the resurgence of neoliberal policies, by social state restrictions, and by the loss of rights and expansion of punitive practices that affect the working class in its diversity. This article seeks to discuss, briefly, the way in which the social issue and its multiple refractions are expressed today, how social policies are constructed in the context of dismantling the state, as well as the potentials and limits of social work as a profession in this complexity, its critical socio-educational sense.

Keywords: Latin America, capitalism, social policies, social work, socio-educational work

Introdução

Analisar as refrações da questão social na atualidade, as políticas sociais hoje em curso e o Serviço Social como profissão neste complexo contexto exige mais do que um procedimento científico-epistemo-

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78938>

*Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: carinamoljo@uol.com.br.

**Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: jose.siqueira-silva@unesp.br.

*Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA), Buenos Aires, Argentina. E-mail: silviafernandezsoto@gmail.com.

Como citar: MOLJO, C. B.; SILVA, J. F. S. da; SOTO, S. F. Transformações societárias, América Latina e Serviço Social. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 28-42, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78938>

Recebido em 15 de junho de 2023.

Aprovado para publicação em 25 de junho de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

lógico. A ciência autêntica, ou seja, a reconstrução do movimento da realidade como certo “concreto pensado” (MARX, 1989), o ponto de vista ontológico, utilizando as palavras de Lukács (2012), precisa considerar a história real, objetivamente existente, seu movimento complexo e contraditório, reconstruídos criticamente, com o auxílio da razão, com base na perspectiva de totalidade¹. Portanto, esta forma de produzir conhecimentos se sustenta na reprodução crítica da realidade, suas determinações, espaço em que seres sociais – homens/mulheres – são, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos da práxis humano-social.

Isto posto, caberia indagar: como explicar as particularidades latino-americanas no atual estágio de acumulação capitalista – comandado pela fração financeira do capital –, base material que sustenta a questão social, suas refrações, as políticas sociais e o Serviço Social como profissão nesta parte do planeta?

Com base nesse questionamento, o conteúdo desenvolvido neste artigo tem por objetivo analisar o contexto latino-americano no cenário de crise do capital, marcado pelo recrudescimento de políticas neoliberais, por restrições do Estado social e pela perda de direitos e expansão de práticas punitivas que afetam a classe trabalhadora na sua diversidade. O texto procura debater, sumariamente, a forma como a questão social e suas múltiplas refrações se expressam na atualidade, como são construídas as políticas sociais no contexto de desmanche do Estado, bem como as potencialidades e limites do Serviço Social como profissão nesta complexidade, seu sentido socioeducativo crítico.

Para isso o texto foi estruturado em três tópicos. O primeiro aborda o caráter periférico do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. O segundo destaca a neoliberalização como um projeto político-econômico de classe, que opera como uma tendência totalizante entre as diferentes regiões do mundo, redirecionando a intervenção social do Estado para processos de parcialização, residualização e fragmentação da questão social, que se traduz em múltiplos programas específicos. Por último, é problematizada a dimensão socioeducativa no trabalho do assistente social no contexto de neoliberalização e fortalecimento do conservadorismo reacionário.

América Latina: base material e marcas sócio-históricas

A sociedade burguesa se impôs gradativa e mundialmente a partir do século XVI². Produto da decadência da sociedade feudal, das tensões contidas em suas contradições internas e da aces-

- 1 A categoria da totalidade, assim, é formada por complexos sociais objetivamente postos na realidade, na unidade-diversa entre singularidade, universalidade e particularidade (LUKÁCS, 2012), campo este repleto de mediações. A realidade é, sempre, o ponto de partida de qualquer ciência autêntica; sua lógica, objetivamente existente, não pode ser especulativamente manejada, mas reconstruída criticamente com o auxílio da razão.
- 2 Este processo gradativo se acelerou com a “dupla revolução” no fim do século XVIII: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial (HOBSBAWN, 2003).

são de empreendedores individuais sustentados na propriedade privada dos meios de produção, o capital e a sociedade que permite sua reprodução ampliada (o capitalismo) se consolidaram, não naturalmente, ao longo de mais de 500 anos. Essa ordem não vingou sem antes expropriar violentamente camponeses e privatizar terras públicas na Europa, estimular a acumulação comercial por meio do mercantilismo, destruir povos e se impor por meio do colonialismo.

A assim chamada acumulação primitiva (MARX, 2013a) cumpriu sua função original: permitiu a acumulação de capital monetário essencial à era concorrencial-industrial que passou a viabilizar a acumulação de capitais por meio do trabalho alienado/estranhado (abstrato – MARX, 2013b; 2013c), fonte de valor como mais-valor (MARX, 2013c). Migrou e se reorganizou, paulatinamente, após a primeira crise mundial capitalista de superprodução (1873-1896 – conhecida como a primeira grande depressão) e sob forte organização do proletariado (MARX, 1986; 1987), para uma fase monopolista-imperialista (LENIN, 2008) que reorganizou o colonialismo como neocolonialismo, sustentando-se na exportação de capitais adicionais acumulados já em um momento de fusão de grandes grupos econômicos e dos capitais bancário e industrial (como capital financeiro).

A América Latina vincula-se a este complexo contexto com um viés explicitamente periférico. Por estas bandas o mercantilismo saqueou riquezas, se impôs por meio do pacto colonial por praticamente 300 anos, dizimou os povos originários que aqui mantinham suas sociedades e promoveu a acumulação originária por meio do uso da força de trabalho escravizada (SILVA, 2021). Contribuiu, na fase comercial, com a formação do capital monetário necessário à era concorrencial-industrial, acumulação inicialmente sustentada em uma relação que comprava mais barato para vender mais caro ou simplesmente baseada no roubo colonial (MARX, 2013d). A independência política latino-americana, substancialmente – não unicamente – concentrada nos primeiros 40 anos do século XIX, permitiu que parte dos excedentes econômicos permanecessem nas ex-colônias espanholas e portuguesas, mas não alterou a base econômica colonial: latifúndios, exportação de produtos primários agromineiros e um escravismo tardio (MOURA, 1988). Neste contexto, formou-se uma elite local essencialmente comprometida com interesses externos, caudatária do legado colonialista, fortemente autoritária e pouco afeita a reformas internas (FERNANDES, 2009a).

No final do século XIX e início do século XX, quando as regiões centrais da economia capitalista transitavam para a etapa monopolista da acumulação do capital³, a América Latina experimentava seus primeiros estímulos industriais, ainda que boa parte de seus países não tenha vivido um influxo propriamente industrial. Mesmo assim, entre os anos 1930 e 1950 países como Brasil, Argentina e México iniciaram o desenvolvimento de importante

3 Diga-se de passagem, momento em que o Serviço Social tem a sua gênese como profissão no mundo (NETTO, 1992), incluindo as nações latino-americanas a partir da segunda metade dos anos 1920 no Chile.

parque industrial que auxiliou o segundo conflito bélico mundial (1939-1945), processo este subsidiado em uma política de substituição de importações de base desenvolvimentista⁴.

Ainda que relevante e situado em um lapso temporal marcado pelas duas grandes guerras mundiais, este processo, caracterizado como “luta contra o subdesenvolvimento”, não prosperou. Se no início do século XX a América Latina foi alimentada pelos capitais excedentes ingleses, a partir de 1945 passou a ser zona de influência estadunidense no contexto da Guerra Fria e de luta contra o comunismo. Isto não apenas desarmou, gradativamente, os projetos desenvolvimentistas, mas também demonstrou sua inviabilidade histórica em regiões cujas revoluções burguesas foram realizadas pela “via colonial” (CHASIN, 2000), sob o comando do capitalismo dependente (MARINI, 1979; FERNANDES, 2009b).

Preservadas as inúmeras polêmicas entre o sonho de superação do subdesenvolvimento protagonizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e as diversas análises e projetos situados mais à esquerda (alimentados pela importante experiência cubana dos anos 1960 e 1970), o fato é que a ditadura do grande capital (IANNI, 2019) – amplamente amparada em ditaduras cívico-militares e em diversas outras formas de intervenção apoiadas pelos EUA – produziu, nesta parte do planeta, certo tipo de desenvolvimento desigual e combinado comandado pela modernização conservadora (OLIVEIRA, 2003).

O que interessa ressaltar aqui é que a crise da acumulação capitalista da primeira metade dos anos 1970, as contrarreformas impostas mundialmente – responsáveis pela radicalização liberal, como neoliberalismo –, o ingresso no século XXI e a crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002) explicitamente sentida em 2008 impactaram a América Latina a partir deste legado histórico, determinando os sentidos da revolução burguesa aí empreendida⁵. A reestruturação produtiva efetivamente sentida nesta região nos anos 1990 (ANTUNES, 1999), a intensificação, a precarização e flexibilização laboral, o perfil dos Estados (jamais de bem-estar social aos moldes europeus), as precárias políticas sociais empreendidas (no sentido inverso da universalização – não sem resistência)⁶ e a própria gênese, desenvolvimento e renovação/reconceituação do Serviço Social devem a este legado colonial-dependente reatualizado e à luta de classes aí travada. Este processo culminou em certo tipo de modernização conservadora hoje impactada pelas transformações societárias atuais.

4 Getúlio Vargas no Brasil e Juan Domingo Perón na Argentina são exemplos típicos desta etapa no Cone Sul da América.

5 Importante ressaltar: não se trata de uma revolução burguesa incompleta ou ainda a ser feita, senão a forma como se fez objetivamente nestas condições históricas.

6 Em que a experiência uruguaia batllista foi uma rara exceção que se dissipou.

A nova etapa do capitalismo e as políticas sociais na região

A “virada neoliberal” vivida globalmente pela sociedade capitalista desde os anos 1970 expressa o desmonte das relações sociais inerentes ao capitalismo do pós-guerra e a reconstrução de uma nova rede de relações para assegurar a apropriação dos excedentes socialmente produzidos. As transformações operadas pela ofensiva do capital implicaram o agravamento da desigualdade estrutural e a destruição da vida humana e da natureza.

A neoliberalização implantada constitui um projeto político-econômico de classe, que opera como uma tendência totalizante entre as diferentes regiões do mundo. Reconfigura um mapa desigual e complexo, com resultados práticos sobre as formas de produção/reprodução da vida material e simbólica da diversa classe trabalhadora, restabelecendo arranjos político-institucionais específicos resultantes das correlações de forças entre as classes e suas frações (HARVEY, 2007; DUMENIL; LÉVY, 2004).

Trata-se de implantar “a reconstrução radical do nexos Estado-financeiras”, que implica um processo de desregulamentação das operações financeiras em escala nacional e internacional, a expansão do endividamento, a intensificação da concorrência internacional e o reposicionamento do aparato estatal em relação à “proteção social” (HARVEY, 2012). Dessa forma, o processo iniciado nos anos 1970 implicou uma nova estruturação da economia capitalista em nível global, baseada na ascensão das finanças (DUMÉNIL; LÉVY, 2004). A neoliberalização significou não apenas a adoção do monetarismo, mas também implicou a implantação de várias políticas governamentais em diversas áreas, expressando múltiplos processos de desregulamentação e de desproteção social e ambiental.

Nessa fase, o capital se reposiciona frente à classe trabalhadora promovendo o desemprego e a desindustrialização, incentivando a imigração que substitui os trabalhadores nativos por trabalhadores(as) imigrantes com salários baixos e precários, a deslocalização de acordo com os interesses do capital e uma ampla variedade de mudanças tecnológicas e organizacionais (entre outras, a extensão da subcontratação). Essas práticas estão vinculadas ao desdobramento de uma discursividade ideológica que tem como alvo as organizações de trabalhadores(as) e os processos coletivos da classe trabalhadora. Argumenta-se que a limitação da massa salarial e a redução da proteção social estatal colaborariam na resolução da crise relativa à queda da rentabilidade e da riqueza. Apela ao fortalecimento dos princípios neoliberais que alimentam uma nova concepção de mundo, exaltando o individualismo, a competição e a responsabilidade individual. Novas formas de sociabilidade emergem atravessadas por novos consumismos, pela emergência de novos mercados e por um estilo de vida essencialmente individualista (HARVEY, 2007).

O conjunto de práticas implantadas na região aprofunda a exploração do trabalho, modifica as formas de realizá-lo, impactando na composição quantitativa e qualitativa da classe trabalhadora e de suas frações. O desemprego estrutural e conjuntural se expande,

torna-se crônico, estabelecendo novas formas de trabalho precário, devastando direitos conquistados historicamente pelos(as) trabalhadores(as) com o avanço de processos de mercantilização social. Esse movimento múltiplo intervém no cotidiano desta classe social, gerando uma experiência permanente de insegurança social cotidiana, aprofundando os processos de crise de reprodução social. O avanço e a consolidação do neoliberalismo na região têm provocado a reconfiguração das relações de poder, facilitando o revigoramento de uma profunda, persistente e generalizada matriz de precarização da classe trabalhadora e de suas frações. Dessa forma, intensifica processos históricos de “superexploração” (MARINI, 1979; 2007), em um contexto de dominação do grande capital transnacional, dando continuidade e intensificando os processos históricos de dependência associados à prevalência de estratégias de saque de ativos naturais.

Sob essa dinâmica, avançou-se na mercantilização de áreas da vida social que não estavam sob seu domínio. A consolidação dos processos de financeirização fortaleceu, ao mesmo tempo, o caráter especulativo e predatório de suas dinâmicas. Essa tendência à “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2003 – tradução nossa) foi reforçada pelo rápido crescimento dos preços dos alimentos e das commodities desde meados da década de 1990, fato que consolidou um padrão produtivo transnacionalizado relacionado à produção associada ao complexo extrativista rentista agromineiro.

O que tem permitido a acumulação por espoliação “é a liberação de um conjunto de ativos (incluindo a força de trabalho) a um custo muito baixo (e em alguns casos sem custo). O capital superacumulado pode apoderar-se desses ativos e imediatamente levá-los a um uso lucrativo” (HARVEY, 2007a, p. 119 – tradução nossa). A dinâmica do processo de acumulação é marcada pela apropriação privada e violenta dos bens naturais comuns, elementos estratégicos e necessários à valorização da matriz extrativista-exportadora, baseada em uma lógica predatória e expropriadora que tem impactado territórios, sociabilidades, identidades e processos históricos relacionados à reprodução da vida. Dessa forma, este movimento tem expressado o revigoramento, a ampliação e a multiplicação de processos de mercantilização dos bens naturais e dos bens sociais comuns (serviços públicos) (HARVEY, 2007a; ROUX, 2008).

As transformações em curso envolvem a totalidade social, num movimento complexo, combinado e desigual que revela o mapa dinâmico e tenso da neoliberalização. Podemos destacar quatro elementos centrais: 1) a virada para uma financeirização que começou nos anos 1970 e se consolidou nos anos 1990. Os mercados financeiros vivenciaram profundos processos de inovação tecnológica e desregulamentação em escala internacional. Funcionavam como forma de obtenção e acumulação de riqueza; 2) confirmou-se a crescente mobilidade geográfica do capital, facilitada pela redução dos custos de transporte e comunicação; 3) a matriz institucional integrada por Wall Street, o FMI e o Tesouro dos EUA, de mãos dadas com os Programas de Ajuste Estrutural promovidos pelo FMI, operam como formas coercitivas de reconfiguração dos Estados regionais sob

princípios neoliberais; e 4) o avanço hegemônico da ortodoxia econômica monetarista e neoliberal, estabelecendo como eixos de ação nas agendas mundiais o controle da inflação e a solidez das finanças públicas (HARVEY, 2007).

Nesse contexto reacionário aos interesses da classe trabalhadora e de suas frações reconfigura-se o sentido sócio-histórico da política social. Os Estados nacionais são submetidos aos ditames da matriz política institucional neoliberal impostos pelas diretrizes dos organismos internacionais (FMI, BM, OMC). Nesse quadro, a política social divide-se em múltiplas intervenções territoriais específicas, com foco no pauperismo. Nesse sentido, as medidas de políticas públicas voltadas para o “combate à pobreza” expressam, ao mesmo tempo, a ampliação dos processos de mercantilização e, portanto, a desigualdade social na participação da riqueza, bem como a desigualdade nas possibilidades de acesso aos serviços sociais (FERNÁNDEZ SOTO, 2022).

Nesse quadro, a intervenção social do Estado é realizada sob um forte processo de parcialização, residualização e fragmentação da questão social, que se traduz em múltiplos programas específicos. Daí a categorização de problemas e sujeitos específicos abstraídos de suas determinações histórico-sociais. A pobreza não é entendida como um processo constitutivo da classe trabalhadora na dinâmica mais geral da sociedade e em função do movimento histórico das relações fundamentais que se organizam em seu interior. De acordo com essa concepção dominante, os programas voltados para a pobreza constituem uma intervenção estratégica que busca administrar expressões específicas da questão social, incorporando parcial e estreitamente as demandas sociais, participando da cobertura dos níveis mínimos de consumo (principalmente alimentos) e da transferência mínima de renda aos(as) trabalhadores(as) (FERNÁNDEZ SOTO, 2020).

Junto com o aprofundamento da taxa de exploração da classe trabalhadora e a desvalorização da força de trabalho, articula-se um duplo movimento da lógica neoliberal da política social: a mercantilização dos serviços sociais por meio de processos de privatização e, ao mesmo tempo, a monetização individualizada através da assistência mínima aos “mais pobres”, para os(as) trabalhadores(as) precários(as) e para os(as) desempregados(as), que constituem uma massa populacional crescente na dinâmica do capitalismo contemporâneo na região. Dessa forma, os programas de transferência de renda são ampliados, massificados e institucionalizados na América Latina, como uma das principais mediações político-institucionais dos processos de resignificação da política social. Consideramos esses programas como estratégia política na agenda da América Latina e sua participação na recomposição da ordem hegemônica. Elas são entendidas como uma das principais estratégias de enfrentamento da pobreza, institucionalizando-se como medidas paliativas, seletivas, condicionais, destinadas a prover o mínimo de subsistência ao extenso e crescente grupo de trabalhadores(as) empobrecidos que não conseguem reproduzir suas condições de vida sob a forma salarial (FERNÁNDEZ SOTO, 2017).

Os “pobres” e a “pobreza”, então, constituem o “objeto de intervenção” das políticas sociais focalizadas, abrangendo “minimamente” as necessidades básicas dos trabalhadores que perdem sua base material de vida ou cuja renda é insuficiente para garantir suas condições materiais de existência. Para quem está desempregado ou tem renda insuficiente, configura-se uma multiplicidade de intervenções assistenciais, transitórias e emergenciais, que opera no processo de fragmentação da questão social (FERNÁNDEZ SOTO, 2020; 2019).

O aumento da “população excedente” para o capital permite observar não apenas um desemprego estrutural explícito, mas a existência de diferentes camadas da classe subalterna que se diferenciam pelas condições em que desenvolvem sua existência. Junto com a população de trabalhadores(as) desempregados(as) de longa duração, há uma massa de trabalhadores(as) precários(as), parcialmente empregados(as), que vendem sua força de trabalho de forma deficitária e intermitente, mão de obra barata e superexplorada (FERNÁNDEZ SOTO; TRIPIANA, 2014; FERNÁNDEZ SOTO, 2019).

Essas tendências hegemônicas de ressignificação residual da política social articulam-se na efetivação concreta do Estado neoliberal, com respostas autoritárias e seu desdobramento em ações repressivas e punitivas, como formas de controle e sufocamento do conflito social com ênfase na disciplina social. Nesse sentido, David Harvey (2007, p. 79 – tradução nossa) aponta que “a liberdade das massas seria restrita para favorecer a liberdade de poucos”.

Como dissemos, as implicações econômicas, políticas e culturais do neoliberalismo na região foram múltiplas, expressando um caráter regressivo aos interesses da classe trabalhadora na sua diversidade. Os interesses hegemônicos do capital transnacional provocaram o desenvolvimento de processos articulados às suas necessidades de valorização, reconfigurando os Estados e suas políticas nos diversos espaços territoriais. Os processos de desregulamentação, a privatização do público, a desapropriação dos ativos naturais, a redução dos custos trabalhistas e a flexibilização das relações de trabalho são características deste modelo. O conjunto de dimensões regressivas implantadas aprofundou os processos históricos de dependência e desigualdade na América Latina. Isso resultou na concentração, na transnacionalização e na financeirização dos processos econômico-sociais, acentuando a regressividade dos processos distributivos.

Serviço Social e lutas sociais: a dimensão socioeducativa no trabalho cotidiano do assistente social

Como é sabido, o Serviço Social como profissão surge marcado pela perspectiva conservadora e antimoderna na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista (NETTO, 2021). Entretanto, desde os anos de 1950, mesmo que timida-

mente, o Serviço Social na América Latina vai processando uma série de transformações que acabarão por mudar a formação e o trabalho profissional do assistente social. No primeiro momento a profissão se vê influenciada pelas ideias progressistas, especialmente aquelas vinculadas aos projetos desenvolvimentistas que, vinculando-se às lutas sociais mais amplas, sofrerão um processo de radicalização, sobretudo nos anos 1960 e 1970, evidenciado no Movimento de Reconceituação da América Latina (MOLJO; ZAMPANI; SILVA, 2017). É a partir daqui, junto à reinserção da classe operária no cenário político (NETTO, 1992), que o Serviço Social assume uma perspectiva crítica, comprometida com os interesses das classes subalternas, criticando suas bases tradicionais. Isto não eliminou o tradicionalismo na profissão, mas permitiu que um rico debate progressista se desenvolvesse, articulando espaços universitários, demandas socioprofissionais concretas e militância social.

No caso do Brasil, a perspectiva crítica pode ser evidenciada tanto nas leis que regulamentam a profissão quanto no direcionamento teórico-político, inspirado na teoria social de Marx, que fornece as bases para a formação graduada e pós-graduada em Serviço Social (MOLJO; SANTOS, 2023). Importante registrar, aqui, as três dimensões constitutivas da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Estas dimensões já foram suficientemente trabalhadas na produção de conhecimento, como pode ser conferido nas análises de Guerra (1995), Santos (2013), entre outros.

Necessário destacar, todavia, duas outras dimensões fundamentais do Serviço Social, para além das acima referenciadas: a dimensão socioeducativa da profissão – que se objetiva no plano do trabalho no cotidiano profissional – e a sua dimensão organizativa, expressa na sua organização interna, vinculada aos diferentes órgãos representativos da categoria profissional, também articulada às lutas mais amplas da sociedade. Com outras palavras, trata-se da articulação entre projetos profissionais e projetos societários, prevista na direção social estratégica do Serviço Social brasileiro da segunda metade dos anos 1990.

Sobre a dimensão socioeducativa e sua vinculação com a formação da consciência, destaca Iamamoto (2015) que o Serviço Social, enquanto profissão, somente pode ser explicado na sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho respondendo a múltiplas expressões da questão social, suas refrações. Yazbek (2009) já sinalizava que a profissão era necessariamente polarizada pelos interesses contraditórios das classes fundamentais, mas que esta polarização não implicava uma dicotomia; pelo contrário, é nesse exercício profissional que o profissional se situa, atendendo aos interesses das duas classes, mas privilegiando uma delas.

É no trabalho cotidiano que a dimensão socioeducativa ganha centralidade. Ela se vincula diretamente à organização da cultura, influenciando os modos de ser e de pensar das classes com as quais a profissão trabalha. Esta dimensão é transversal a outras dimensões constitutivas da profissão e se articula com elas. A dimensão socioeducativa se

expressa em ações relacionadas à difusão de informações que possibilitam a “suspensão da alienação na vida cotidiana” (HELLER, 1989), mesmo que essa suspensão seja “momentânea”. Mas como lidar com este contexto tão contraditório em um momento de fortalecimento do conservadorismo reacionário (SANT’ANA; SILVA, 2020) e com a redução das condições objetivas para um trabalho profissional denso e propositivo? Um contexto de precarização das condições de trabalho, de desmonte do Estado e de focalização das políticas sociais, como há pouco mencionado.

A resposta não é simples e exige, ao mesmo tempo, firmeza e radicalidade crítica, bem como a valorização da profissão – das possibilidades nela contidas –, sem exigir dela o que não pode realizar (SILVA, 2013). A abordagem histórico-crítica, de base marxista, sua direção socioeducativa, não desconsidera as condições objetivamente postas às profissões, seus limites, mas também carece de um(a) profissional rico(a) intelectualmente, teoricamente preparado(a), comprometido(a) com a análise rigorosa da realidade com a qual lida cotidianamente, orientado(a) pelo ponto de vista da totalidade, conectado(a) às particularidades latino-americanas, de seus países, além de técnica, política e organizativamente preparado(a). Não há qualquer espaço para a aplicação de modelos de intervenção; ao contrário, o(a) profissional, como sujeito histórico possível, extrai da realidade as demandas com as quais trabalhará, muitas delas não institucionais, imediatamente não apresentadas como demandas legítimas ou imersas em um conjunto complexo de carências e necessidade humanas.

É nesse rico espaço que o socioeducativo se desenvolve, sempre relativamente, forçando um trabalho profissional não idealista, inquietante, provocativo e estimulador de espaços que contribuem para a crítica. Isto, todavia, considerando que a(o) profissional não se esgota na sua vivência profissional, mas articula-se com outras esferas da práxis social: partidos políticos, movimentos sociais e outras instâncias comprometidas com níveis crescentes de emancipação política e humana (MARX, 2005). Trata-se de um longo processo em que a consciência se forma tendo por base demandas genuinamente ontológicas e comportamento crítico permanente que se adensa paulatinamente na relação entre militância, trabalho profissional, estudo e pesquisa.

Conforme já sinalizou Iasi (2011), a formação da consciência só pode ser constituída enquanto processo. É nele que a dimensão socioeducativa ganha centralidade, apresentando as possibilidades reais e concretas de satisfação das necessidades humanas nestas sociedades, bem como indicando aquelas que somente podem ser satisfeitas num outro tipo de sociedade (HELLER, 1978). Aqui, é possível, sem falsos idealismo ou fatalismo (IAMAMOTO, 1992), construir um trabalho profissional crítico e comprometido com os interesses das classes subalternas nos limites da sociedade burguesa. Sem dúvida, quanto maior grau de consciência, maior a necessidade de organização política no interior da profissão, na relação com outras profissões e organizações comprometidas com a construção de uma sociedade humanamente emancipada.

Como já sinalizamos, a profissão se aproxima às lutas mais amplas da classe trabalhadora a partir dos finais dos anos 1950, mesmo que timidamente. No caso do Brasil, esta aproximação se potencializa aos finais dos anos 1970, considerando o momento de crise da autocracia burguesa, a anistia política de 1979 e essencialmente a reinserção da classe trabalhadora no cenário político, eventos marcados pelas greves metalúrgicas do ABC paulista também nos finais de 1970.

No Brasil, a profissão teve dois momentos de inflexão que podem ser considerados marcos históricos: a Convenção da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (Abess) em 1979; e o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) no mesmo ano, conhecido como o Congresso da Virada. Em ambos os encontros, houve uma “virada acadêmico-profissional e organizativa”. No caso da Abess, conforme já sinalizaram Bravo *et al.* (2019), influíram para a virada a criação das pós-graduações no Brasil a partir de 1972, assim como a federalização das Escolas de Serviço Social, ocorridas em 1968 a partir da Reforma Universitária. Também é importante lembrar que em 1978 foi realizado o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (Eness), com o tema de *Serviço Social e realidade brasileira*, que potencializou a revisão curricular que seria aprovada pela Abess nessa convenção e pelo Conselho Nacional de Educação em 1982.

No caso do III CBAS ocorrido em São Paulo em 1979, a “virada” fica expressa quando a comissão de honra do congresso, representada por agentes da ditadura cívico-militar, é destituída e uma nova comissão é designada, composta por membro

s dos sindicatos de assistentes sociais, dos sindicatos metalúrgicos e por representantes dos movimentos sociais. Nestes dois encontros, observa-se explicitamente como a dimensão organizativa profissional, alineada a uma perspectiva teórico-crítica, conseguem articular uma “virada” maior da profissão, atingindo a profissão como um todo, seja na formação, seja no trabalho profissional.

Aqui se vê nitidamente como vai se construindo uma perspectiva crítica dentro do Serviço Social, não sem luta, na disputa teórica e política, articulada com as lutas mais amplas da classe trabalhadora.

Considerações finais

Conforme apresentamos, mesmo que brevemente, no artigo, os tempos que nos tocam viver são marcados pelo individualismo, fragmentação, violência, criminalização dos movimentos sociais, pelo ajuste neoliberal, assim como pelo crescimento de ideias de ultradireita e ultraconservadoras, que buscam desqualificar o Estado de direito, os direitos sociais e até a própria democracia burguesa. Um cenário marcado por práticas cada vez mais obscurantistas, punitivistas e meritocráticas, em contraposição a ações que garantam a reprodução material da existência e valorizem o trabalho socioeducativo orientado por uma perspectiva crítica e emancipatória.

O(a) trabalhador(a) assistente social desenvolve a sua prática profissional com a classe trabalhadora na sua diversidade, particularmente com aqueles grupos submetidos ao pauperismo absoluto. Tais segmentos sofrem, nesta complexa trama de relações sociais, a exploração propiciada pela sociedade do capital. O assistente social é um dos profissionais que acedem a vida cotidiana das classes subalternas, conhecendo a sua cultura, as suas formas de viver e de se reproduzir, tendo a possibilidade de incidir de forma direta sobre elas. Assim, nos parece essencial trabalhar de forma crítica e vinculada à dimensão socioeducativa e organizativa da profissão (no sentido aqui sumariado), junto a outras dimensões, favorecendo um Serviço Social crítico, comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

A aproximação do Serviço Social ao marxismo, que vem se processando, não sem problemas, desde as décadas de 1960 e 1970, sem dúvida tem favorecido o amadurecimento da profissão e a construção de um caldo cultural de esquerda, construindo um acervo crítico e estimulando a produção de conhecimentos orientados sob o ponto de vista da categoria da totalidade. Assim, é possível compreender o trabalho no cotidiano profissional sem perder de vista as transformações societárias que vêm ocorrendo no contexto de crise do capital. Somente realizando estas mediações é que poderemos intervir de forma crítica e competente.

Contribuições dos/as autores/as: Os três autores participamos na concepção, elaboração e revisão do artigo.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.

BRAVO, M. I. S. *et al.* O protagonismo da Abess/Abepss na virada da formação profissional em Serviço Social. In: SILVA, M. L. de O. (Org.). *Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências*. São Paulo: Cortez, 2019.

CHASIN, J. *A via colonial de entificação do capitalismo. A miséria brasileira – 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André (SP): Estudos e Edições AD Hominem, 2000.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *Capital resurgent: roots of the neoliberal revolution*. Londres: Harvard University Press, 2004.

FERNANDES, F. Classes sociais na América Latina. In: FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009a.

FERNANDES, F. Padrões de dominação externa na América Latina. In: FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009b.

FERNÁNDEZ SOTO, S. (Org.). *Estado y políticas sociales: los programas de transferencia de renta condicionada en el proceso de hegemonía en América Latina*. Buenos Aires: Editorial Espacio, 2017.

FERNÁNDEZ SOTO, S. La dialéctica reforma-revolución en perspectiva latinoamericana. Elementos históricos para la crítica del presente. *Revista de Políticas Públicas*, San Luis, v. 23, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321160569023/html/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FERNÁNDEZ SOTO, S. Tendências atuais do desenvolvimento capitalista e características da população excedente para o capital. Desafios teórico-políticos para o trabalho social. In: IAMAMOTO, M.; YAZBEK, C. *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2020.

FERNÁNDEZ SOTO, S. El proceso de neoliberalización en América Latina. Reactualización, intensificación y resistencias en la experiencia argentina de la segunda década del siglo XXI. In: FERNÁNDEZ SOTO, S. *Sujetos colectivos populares, trabajo social y ciencias sociales en la coyuntura de Uruguay y América Latina: reflexiones, experiencias y desafíos en el enfrentamiento al conservadurismo*. Montevideo: Udelar, 2022.

FERNÁNDEZ SOTO, S.; TRIPIANA, J. El desarrollo del capitalismo y la nueva configuración de la protección social. La asignación universal por hijo en Argentina. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 13, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321532943006>. Acesso em: 10 jul. 2023.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

HARVEY, D. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

HARVEY, D. *Espacios de esperanza*. Madrid: Ediciones Akal, 2004.

HARVEY, D. *Breve historia del neoliberalismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2007.

HARVEY, D. *El enigma del capital y las crisis del capitalismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2012.

HELLER A. *Teoría de las necesidades en Marx*. Barcelona: Ed. Península, 1978.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HOBBSBAWM, E. *La era de la revolución, 1789-1848*. Buenos Aires: Crítica, 2003.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2015.
- IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- IASI, M. *Ensaio sobre a consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LENIN, V. I. *O imperialismo – Fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2008.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era, 1979.
- MARINI, R. M. *América Latina, dependencia y globalización*. Argentina: Prometeo, 2007.
- MARX, K. *As lutas de classes na França (1848-1850)*. São Paulo: Global, 1986.
- MARX, K. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Editora Moraes LTDA., 1987.
- MARX, K. O método da economia política. In: FERNANDES, F. (Org.). *Marx/Engels História*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- MARX, K. *A questão judaica*. São Paulo: Centauro, 2005.
- MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- MARX, K. A produção do mais-valor absoluto. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013c.
- MARX, K. A teoria moderna da colonização. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013d.
- MARX, K. A transformação do dinheiro em capital. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013e.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOLJO, C. B.; ZAMPANI, R. O.; SILVA, J. F. S. Movimento de Reconceituação e Serviço Social argentino. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 40, 2017.
- MOLJO, C. B.; SANTOS, C. M. Critical Social Work in Brazil: historical, theoretical and methodological development. In: WEBB, S. A. (Org.). *The Routledge handbook of international critical Social Work new perspectives and agendas*. Londres: Routledge Taylor and Francis Group, 2023.
- MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. *In*: DURIGUETTO, M. L.; IAMAMOTO, M. V. (Org.). *Serviço Social: questão social, território e política social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021. Disponível em: https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2021/12/DURIGUETTO_9786589512363.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ROUX, R. Marx y la cuestión del despojo. Claves teóricas para iluminar un cambio de época. *Revista Herramienta*, Buenos Aires, n. 38, jun. 2008.

SANT'ANA, R.; SILVA, J. F. S. Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, jul./dez. 2020.

SANTOS, C. M. dos. As dimensões da prática profissional do Serviço Social. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, 2002.

SILVA, J. F. S. *Serviço Social: resistência e emancipação?* São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA J. F. S. da. América Latina: capital e devastação social. *Revista Katálisis*, v. 24, n. 1, jan. 2021.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. *In*: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

Social Transformations, Latin America, and Social Work

Transformações societárias, América Latina e Serviço Social

Carina Berta Moljo* 

José Fernando Siqueira da Silva** 

Silvia Fernández Soto* 

ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze the Latin American context in the scenario of the crisis of capital, a reality marked by the resurgence of neoliberal policies, by social state restrictions, and by the loss of rights and expansion of punitive practices that affect the working class in its diversity. This article seeks to discuss, briefly, the way in which the social issue and its multiple refractions are expressed today, how social policies are constructed in the context of dismantling the state, as well as the potentials and limits of social work as a profession in this complexity, its critical socio-educational sense.

Keywords: Latin America, capitalism, social policies, social work, socio-educational work

RESUMO

O artigo que ora apresentamos tem como objetivo principal analisar o contexto latino-americano no cenário de crise do capital, marcado pelo recrudescimento de políticas neoliberais, por restrições do Estado social e pela perda de direitos e expansão de práticas punitivas que afetam a classe trabalhadora na sua diversidade. O texto procura debater, sumariamente, a forma como a questão social e suas múltiplas refrações se expressam na atualidade, como são construídas as políticas sociais no contexto de desmanche do Estado, bem como as potencialidades e limites do Serviço Social como profissão nesta complexidade, seu sentido socioeducativo crítico.

Palavras-Chave: América Latina; capitalismo; políticas sociais; Serviço Social; trabalho socioeducativo.

Introduction

Analyzing the refractions of the current social issue, the social policies currently in progress and social work as a profession in this complex context requires more than a scientific-epistemological pro-

ARTICLE

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78938>

*Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: carinamoljo@uol.com.br.

**Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: jose.siqueira-silva@unesp.br.

*Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA), Buenos Aires, Argentina. E-mail: silviafernandezsoto@gmail.com.

Cite this article: MOLJO, C. B.; SILVA, J. F. S. da; SOTO, S. F. Social Transformations, Latin America, and Social Work. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 43-57, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78938>

Received on April 15, 2023.

Approved for publication on May 03, 2023.



© 2023 Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

cedure. Authentic science, that is, the reconstruction of the movement of reality as a certain “concrete thought” (Marx, 1989), the ontological point of view, using the words of Lukács (2012), needs to consider the real, objectively existing history, its complex and contradictory movement, critically reconstructed, aided by reason, based on the perspective of totality¹. Therefore, this way of producing knowledge is based on the critical reproduction of reality, its determinations, a space in which social beings – men/women – are, at the same time, subjects and objects of human-social praxis.

That said, it would be worth asking: how to explain the Latin American particularities in the current stage of capitalist accumulation – commanded by the financial sector of capital –, the material basis that sustains the social issue, its refractions, social policies, and social work as a profession in this part of the planet?

Based on this questioning, the content developed in this article aims to analyze the Latin American context in the scenario of capital crisis, marked by the resurgence of neoliberal policies, by restrictions of the welfare state, and by the loss of rights and expansion of punitive practices that affect the working class in its diversity. It seeks to discuss, briefly, the way in which the social issue and its multiple refractions are expressed today, how social policies are constructed in the context of dismantling the state, as well as the potentialities and limits of social work as a profession in this complexity, its critical socio-educational sense.

For this, the text is structured in three topics. The first addresses the peripheral character of the development of capitalism in Latin America. The second highlights neoliberalization as a political-economic class project, which operates as a totalizing trend among the different regions of the world, redirecting the state’s social intervention towards processes of partialization, residualization, and fragmentation of the social issue, which translates into multiple specific programs. Finally, the socio-educational dimension of the social worker’s profession is problematized in the context of neoliberalization and the strengthening of reactionary conservatism.

Latin America: material base and socio-historical markings

Bourgeois society gradually imposed itself worldwide from the 16th century onwards². Product of the decadence of feudal society, of the tensions contained in its internal

1 The category of totality, therefore, is formed by social complexes objectively placed in reality, in the diverse unit between singularity, universality, and particularity (Lukács, 2012), a field full of mediations. Reality is always the starting point of any authentic science; its logic, objectively existing, cannot be speculatively handled, but critically reconstructed aided by reason.

2 This gradual process accelerated with the “double revolution” at the end of the 18th century: the French Revolution and the Industrial Revolution (Hobsbawm, 2003).

contradictions, and of the accession of individual entrepreneurs supported by the private ownership of the means of production, capital and the society that allows its expanded reproduction (capitalism) were consolidated, not naturally, over more than 500 years. This order did not succeed without first violently expropriating peasants and privatizing public lands in Europe, stimulating commercial accumulation through mercantilism, destroying peoples and imposing itself through colonialism.

The so-called primitive accumulation (Marx, 2013a) fulfilled its original function: it allowed the accumulation of monetary capital essential to the competitive-industrial era that started to enable the accumulation of capital through alienated/estranged labor (abstract – Marx, 2013b, 2013c), source of value as surplus-value (Marx, 2013c). It gradually migrated and reorganized itself after the first capitalist world crisis of overproduction (1873-1896 – known as the first great depression) and under strong organization of the proletariat (Marx, 1986, 1987), to a monopoly-imperialist phase (Lenin, 2008) that reorganized colonialism as neocolonialism, through the export of additional capital accumulated already in a moment of fusion of large economic groups and banking and industrial capital (such as financial capital).

Latin America is linked to this complex context with an explicitly peripheral bias. In these parts, mercantilism plundered wealth, imposed itself through the colonial pact for practically 300 years, decimated the original peoples who maintained their societies here and promoted original accumulation through the use of enslaved labor (Silva, 2021). It contributed, in the commercial phase, to the formation of the monetary capital necessary for the competitive-industrial era, accumulation initially sustained by a relationship based on buying cheap to sell high or simply on colonial theft (Marx, 2013d). Latin American political independence, substantially – but not solely – happening in the first 40 years of the 19th century, allowed part of the economic surpluses to remain in the former Spanish and Portuguese colonies, but did not change the colonial economic base: large estates, export of primary agricultural and mining products, and late slavery (Moura, 1988). In this context, a local elite was formed, essentially committed to external interests, heir to the colonial legacy, strongly authoritarian, and little inclined to internal reforms (Fernandes, 2009a).

At the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, when the central regions of capitalist economy were moving towards the monopoly stage of capital accumulation³, Latin America experienced its first industrial stimuli, even though a good part of its countries did not experience a properly industrial influx. Even so, between the 1930s and 1950s, countries such as Brazil, Argentina,

3 By the way, it was the moment when social work had its genesis as a profession (Netto, 1992), including Latin American nations from the second half of the 1920s in Chile.

and Mexico began the development of an important industrial park that helped in World War II (1939-1945), a process supported by a developmentalist policy of import substitution⁴.

Although relevant and located in a period of time marked by two World Wars, this process, characterized as the “fight against underdevelopment”, did not prosper. If, at the beginning of the 20th century, Latin America was fed by surplus British capital, from 1945 onwards it became a US zone of influence in the context of the Cold War and the fight against communism. This not only gradually dismantled developmentalist projects, but also demonstrated their historical unfeasibility in regions whose bourgeois revolutions were carried out along the “colonial route” (Chasin, 2000), under the command of dependent capitalism (Marini, 1979; Fernandes, 2009b).

Preserving the numerous controversies between the dream of overcoming underdevelopment carried out by the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) and the various analyses and projects located more to the left (fueled by the important Cuban experience of the 1960s and 1970s), the fact is that the dictatorship of big capital (Ianni, 2019) – largely supported by civic-military dictatorships and several other forms of intervention supported by the US – produced, in this part of the planet, a certain type of uneven and combined development commanded by conservative modernization (Oliveira, 2003).

What is important to emphasize here is that the crisis of capitalist accumulation in the first half of the 1970s, the counter-reforms imposed worldwide – responsible for liberal radicalization, such as neoliberalism –, the entry into the 21st century, and the structural crisis (Mészáros, 2002) explicitly felt in 2008 impacted Latin America from this historical legacy, determining the meanings of the bourgeois revolution undertaken there⁵. The productive restructuring effectively felt in this region in the 1990s (Antunes, 1999), the intensification, precariousness, and labor flexibility, the profile of the states (never welfare states in the European mold), the precarious social policies undertaken (in the opposite direction of universalization – not without resistance)⁶ and the very genesis, development, and renovation/reconceptualization of social work owe to this re-updated colonial-dependent legacy and to the class struggle formed there. This process culminated in a certain type of conservative modernization impacted today by current societal transformations.

4 Getúlio Vargas in Brazil and Juan Domingo Perón in Argentina are typical examples of this stage in the Southern Cone of America.

5 It is important to emphasize: this is not an incomplete bourgeois revolution or one yet to be carried out, but the way in which it was carried out objectively in these historical conditions.

6 In which the Uruguayan Batllista experience was a rare exception that dissipated.

The new stage of capitalism and social policies in the region

The “Neoliberal turn” experienced globally by capitalist society since the 1970s expresses the dismantling of social relations inherent to post-war capitalism and the reconstruction of a new network of relations to ensure the appropriation of socially produced surpluses. The transformations operated by the offensive of capital implied the worsening of structural inequality and the destruction of human life and nature.

The implanted neoliberalization constitutes a political-economic class project, which operates as a totalizing tendency among the different regions of the world. It reconfigures an unequal and complex map, with practical results on the forms of production/reproduction of the material and symbolic life of the diverse working class, reestablishing specific political-institutional arrangements resulting from the correlations of forces between classes and their fractions (Harvey, 2007; Dumenil & Levy, 2004).

It is about implementing “the radical reconstruction of the state-finance nexus”, which implies a process of deregulation of financial operations on a national and international scale, the expansion of indebtedness, the intensification of international competition and the repositioning of the state apparatus in relation to “social protection” (Harvey, 2012). Thus, the process initiated in the 1970s implied a new structuring of the capitalist economy at a global level, based on the rise of finance (Duménil & Lévy, 2004). Neoliberalization meant not only the adoption of monetarism, but also implied the implementation of several government policies in different areas, expressing multiple processes of deregulation and social and environmental lack of protection.

In this phase, capital repositions itself against the working class, promoting unemployment and deindustrialization, encouraging immigration that replaces native workers with immigrant workers with low and precarious wages, relocation in accordance with the interests of capital and a wide range of variety of technological and organizational changes (among others, the extent of subcontracting). These practices are linked to the unfolding of an ideological discursivity that targets workers’ organizations and the collective processes of the working class. It is argued that the limitation of the wage bill and the reduction of state social protection would collaborate in resolving the crisis related to the fall in profitability and wealth. It calls for the strengthening of neoliberal principles that feed a new conception of the world, exalting individualism, competition and individual responsibility. New forms of sociability emerge crossed by new consumerism, the emergence of new markets and an essentially individualistic lifestyle (Harvey, 2007).

The set of practices implemented in this region deepens the exploitation of labor, modifies the ways of carrying it out, impacting the quantitative and qualitative composition of the working class and its fractions. Structural and conjunctural unemployment expands, becomes chronic, establishing new forms of precarious work, devastating rights historically

conquered by workers with the advancement of social commodification processes. This multiple movement intervenes in the daily life of the working class, generating a permanent experience of daily social insecurity, deepening the crisis processes of social reproduction. The advancement and consolidation of neoliberalism in the region has led to the reconfiguration of power relations, facilitating the reinvigoration of a deep, persistent, and generalized matrix of precariousness of the working class and its fractions. In this way, it intensifies historical processes of “overexploitation” (Marini, 1979, 2007), in a context of domination by large transnational capital, continuing and intensifying the historical processes of dependence associated with the prevalence of strategies for plundering natural assets.

Under this dynamic, advances were made in the commodification of areas of social life that were not under its domain. The consolidation of financialization processes were strengthened at the same time as the speculative and predatory character of their dynamics. This tendency towards “accumulation by dispossession” (Harvey, 2003) was reinforced by the rapid growth in food and commodity prices since the mid-1990s, a fact that consolidated a transnationalized production pattern related to production associated with the agricultural-mining rentier extractive complex.

What has enabled accumulation by dispossession “is the release of a set of assets (including labor power) at very low (and in some instances zero) cost. Over-accumulated capital can seize hold of such assets and immediately turn them to profitable use” (Harvey, 2007a, p. 119). The dynamics of the accumulation process is marked by the private and violent appropriation of common natural assets, strategic and necessary elements for the valorization of the extractive-export matrix, based on a predatory and expropriating logic that has impacted territories, sociability, identities, and historical processes related to the reproduction of life. In this way, this movement has expressed the reinvigoration, expansion, and multiplication of commodification processes of natural goods and common social goods (public services) (Harvey, 2007a; Roux, 2008).

The ongoing transformations involve the social totality, in a complex, combined and uneven movement that reveals the dynamic and tense map of neoliberalization. We can highlight four key elements: 1) the shift towards financialization that began in the 1970s and was consolidated in the 1990s. Financial markets experienced profound processes of technological innovation and deregulation on an international scale. They functioned as a means of obtaining and accumulating wealth; 2) the growing geographic mobility of capital was confirmed, facilitated by the reduction of transport and communication costs; 3) the institutional matrix integrated by Wall Street, the IMF, and the US Treasury, hand in hand with the Structural Adjustment Programs promoted by the IMF, operate as coercive forms of reconfiguration of regional states under neoliberal principles; and 4) the hegemonic advance of monetarist and neoliberal economic orthodoxy, establishing control of inflation and sound public finances as axes of action on world agendas (Harvey, 2007).

In this context of reactionism to the interests of the working class and its fractions, the socio-historical meaning of social policy is reconfigured. National states are subject to the dictates of the neoliberal institutional political matrix imposed by the guidelines of international organizations (IMF, BM, WTO). In this context, social policy is divided into multiple specific territorial interventions, with a focus on pauperism. In this sense, public policy measures aimed at “fighting poverty” express, at the same time, the expansion of commodification processes and, therefore, social inequality in the participation of wealth, as well as inequality in the possibilities of access to social services (Fernández Soto, 2022).

In this context, the state’s social intervention is carried out under a strong process of partialization, residualization, and fragmentation of the social issue, which is translated into multiple specific programs. Hence the categorization of problems and specific subjects abstracted from their socio-historical determinations. Poverty is not understood as a constitutive process of the working class in the more general dynamics of society and in terms of the historical movement of the fundamental relationships that are organized within it. According to this dominant conception, programs aimed at poverty constitute a strategic intervention that seeks to manage specific expressions of the social issue, partially and closely incorporating social demands, participating in the coverage of minimum consumption levels (mainly food) and the minimum transfer of income to workers (Fernández Soto, 2020).

Along with the deepening rate of exploitation of the working class and the devaluation of the workforce, a double movement of the neoliberal logic of social policy is articulated: the commodification of social services through privatization processes and, at the same time, the individualized monetization through minimal assistance to the “poorest”, precarious workers, and the unemployed, who constitute a growing population mass in the dynamics of contemporary capitalism in this region. In this way, income transfer programs are expanded, massified and institutionalized in Latin America, as one of the main political-institutional mediations of the processes of re-signification of social policy. We consider these programs as a political strategy on the Latin American agenda and their participation in the recomposition of the hegemonic order. They are understood as one of the main strategies for fighting poverty, institutionalizing themselves as palliative, selective, conditional measures, aimed at providing a minimum of subsistence to the extensive and growing group of impoverished workers who are unable to reproduce their living conditions in the form of wages (Fernández Soto, 2017).

The “poor” and “poverty”, then, constitute the “object of intervention” of the focused social policies, covering “minimally” the basic needs of workers who lose their material basis of life or whose income is insufficient to guarantee their material conditions of existence. For those who are unemployed or have insufficient income, it represents a multiplicity of assistance, transitory, and emergency interventions, which operate in the process of fragmentation of the social issue (Fernández Soto, 2020, 2019).

The increase in the “surplus population” for capital makes it possible to observe not only an explicit structural unemployment, but the existence of different layers of the subaltern class that are differentiated by the conditions in which they develop their existence. Along with the population of long-term unemployed workers, there is a mass of precarious, partially employed workers who sell their labor power intermittently and at a deficit, cheap and overexploited labor (Fernández Soto & Tripiana, 2014; Fernández Soto, 2019).

These hegemonic trends of residual resignification of social policy are articulated in the concrete implementation of the neoliberal state, with authoritarian responses and their unfolding in repressive and punitive actions, as forms of control and suffocation of social conflict with an emphasis on social discipline. In this sense, David Harvey (2007, p. 79) points out that “the freedom of the masses would be restricted in favour of the freedoms of the few.”

As we said, the economic, political and cultural implications of neoliberalism in this region were multiple, expressing a regressive character to the interests of the working class in its diversity. The hegemonic interests of transnational capital provoked the development of processes articulated to its valuation needs, reconfiguring the states and their policies in the different territorial spaces. The deregulation processes, the privatization of the public, the expropriation of natural assets, the reduction of labor costs and the flexibility of labor relations are characteristics of this model. The set of regressive dimensions implemented deepened the historical processes of dependency and inequality in Latin America. This resulted in the concentration, transnationalization, and financialization of economic and social processes, accentuating the regressive nature of distributive processes.

Social work and social struggles: the socio-educational dimension in the daily work of social workers

As is known, social work as a profession emerges marked by the conservative and anti-modern perspective in the transition from competitive capitalism to monopoly capitalism (Netto, 2021). However, since the 1950s, even if timidly, social work in Latin America has been processing a series of transformations that will end up changing the training and professional work of the social worker. At first, the profession was influenced by progressive ideas, especially those linked to developmental projects that, linked to broader social struggles, underwent a process of radicalization, especially in the 1960s and 1970s, as evidenced by the Movement for the Reconceptualization of Latin America (Moljo et al., 2017). It is from here, along with the reinsertion of the working class into the political scene (Netto, 1992), that social work assumes a critical perspective, committed to the interests of the sub-

altern classes, criticizing its traditional foundations. This did not eliminate traditionalism in the profession, but allowed a rich progressive debate to develop, articulating university spaces, concrete socio-professional demands and social militancy.

In the case of Brazil, the critical perspective can be evidenced both in the laws that regulate the profession and in the theoretical-political direction, inspired by Marx's social theory, which provides the basis for undergraduate and postgraduate training in social work (Moljo & Santos, 2023). It is important to register here the three dimensions that constitute this profession: the theoretical-methodological, the ethical-political and the technical-operative. These dimensions have already been sufficiently analyzed in the production of knowledge, as can be seen in the analyses by Guerra (1995), Santos (2013), among others.

It is necessary to highlight, however, two other fundamental dimensions of social work, in addition to those mentioned above: the socio-educational dimension of the profession – which is actualized in the work of daily professional life – and its organizational dimension, expressed in its internal organization, linked to the different representative bodies of the professional category, also articulated to broader struggles in society. In other words, it is about the articulation between professional projects and corporate projects, foreseen in the strategic social direction of Brazilian social work in the second half of the 1990s.

On the socio-educational dimension and its connection with the formation of consciousness, Iamamoto (2015) highlights that social work, as a profession, can only be explained in its insertion in the sociotechnical division of labor, responding to multiple expressions of the social issue, its refractions. Yazbek (2009) already indicated that the profession was necessarily polarized by the contradictory interests of the fundamental classes, but that this polarization did not imply a dichotomy; on the contrary, it is in this professional exercise that the professional is situated, serving the interests of both classes, but privileging one of them.

It is in everyday work that the socio-educational dimension is central. It is directly linked to the organization of culture, influencing the ways of being and thinking of the classes with which the profession deals. This dimension is transversal to other constitutive dimensions of the profession and articulates with them. The socio-educational dimension is expressed in actions related to the dissemination of information that enable the “suspension of alienation in everyday life” (Heller, 1989), even if this suspension is “momentary.” But how to deal with this very contradictory context at a time when reactionary conservatism is strengthening (Sant’ana & Silva, 2020) and with the reduction of objective conditions for dense and purposeful professional work? In this context of precarious working conditions, dismantling of the state, and focus on social policies, as mentioned earlier.

The answer is not simple and demands, at the same time, firmness and critical radicalism, as well as valuing the profession – the possibilities it contains – without demanding from it what it cannot accomplish (Silva, 2013). The historical-critical approach, based on Marxism, its socio-educational direction, does not disregard the conditions objectively placed on the professions, their limits, but also lacks a professional that is intellectually rich, theoretically prepared, committed to a rigorous analysis of the reality they deal with on a daily basis, guided by the point of view of totality, connected to the particularities of Latin America and its countries, in addition to being technically, politically, and organizationally prepared. There is no space for the application of intervention models; on the contrary, the professional, as a possible historical subject, extracts from reality the demands with which he will work, many of them non-institutional, not immediately presented as legitimate demands, or immersed in a complex set of needs and human needs.

It is in this rich space that the socio-educational develops, always relatively, forcing a professional work that is not idealistic, disturbing, provocative, and stimulating spaces that contribute to criticism. This, however, considering that the professional is not exhausted in their professional experience, but articulates with other spheres of social praxis: political parties, social movements and other instances committed to increasing levels of political and human emancipation (Marx, 2005). It is a long process in which awareness is formed based on genuinely ontological demands and permanent critical behavior that gradually deepens in the relationship between militancy, professional work, study, and research.

As already indicated by Iasi (2011), the formation of consciousness can only be constituted as a process. It is there that the socio-educational dimension gains centrality, presenting the real and concrete possibilities of satisfying human needs in these societies, as well as indicating those that can only be satisfied in another type of society (Heller, 1978). Here, it is possible, without false idealism or fatalism (Iamamoto, 1992), to build a professional work that is critical and committed to the interests of subordinate classes within the limits of bourgeois society. Undoubtedly, the greater the degree of awareness, the greater the need for political organization within the profession, in relation to other professions and organizations committed to building a humanly emancipated society.

As we have already indicated, the profession begins to approach the broader struggles of the working class at the end of the 1950s, even if timidly. In the case of Brazil, this approximation was strengthened at the end of the 1970s, considering the moment of crisis of the bourgeois autocracy, the political amnesty of 1979, and essentially the reintegration of the working class into the political scenario, events marked by metallurgical strikes in the ABC region of São Paulo in the late 1970s.

In Brazil, the profession had two moments of inflection that can be considered historical milestones: the Convention of the Brazilian Association of Teaching in Social Work (Abess) in 1979; and the III Brazilian Congress of Social Workers (CBAS) in the same year, known as the “Congresso da Virada”. In both meetings, there was an “academic-professional and organizational turn.” In the case of Abess, as Bravo et al. (2019) pointed out, the creation of postgraduate courses in Brazil from 1972 onwards, as well as the federalization of the Schools of Social Work, which took place in 1968 with the University Reform, influenced this turn. It is also important to remember that in 1978 the 1st National Meeting of Social Service Students (Eness) was held, with the theme of *Social Service and the Brazilian Reality*, which boosted the curricular revision that would be approved by Abess at that convention and by the National Council of Education in 1982.

In the case of the III CBAS, which took place in São Paulo in 1979, the “turn” was expressed when the honor commission of the congress, represented by agents of the civic-military dictatorship, was dismissed and a new commission was appointed, composed of members of social worker trade unions, metallurgical unions, and representatives of social movements. In these two meetings, it is explicitly observed how the professional organizational dimension, aligned with a theoretical-critical perspective, manages to articulate a greater “turn” in the profession, reaching the profession as a whole, whether in training or in professional work.

Here you can clearly see how a critical perspective is being built within social work, not without struggle, in the theoretical and political dispute, articulated with the broader struggles of the working class.

Final thoughts

As we present, even if briefly, in the article, the times we live in are marked by individualism, fragmentation, violence, criminalization of social movements, by the neoliberal adjustment, as well as by the growth of ultra-right and ultra-conservative ideas, which seek to disqualify the state of law, social rights, and even bourgeois democracy itself. A scenario marked by increasingly obscurantist, punitive, and meritocratic practices, as opposed to actions that guarantee the material reproduction of existence and value socio-educational work oriented by a critical and emancipatory perspective.

The social worker develops his professional practice with the working class in its diversity, particularly with those groups subjected to absolute pauperism. Such segments suffer, in this complex web of social relations, the exploitation provided by capital society. The social worker is one of the professionals who access the everyday life of the subordinate classes, knowing their culture, their ways of living and reproducing, having the possibility of directly influencing them. Thus, it seems to us it is essential to work criti-

cally and linked to the socio-educational and organizational dimension of the profession (in the sense summarized here), together with other dimensions, favoring a critical social work, committed to the interests of the working class.

The approximation of social work to Marxism, which has been taking place, not without problems, since the 1960s and 1970s, has undoubtedly favored the maturation of the profession and the construction of a leftist cultural broth, building a critical collection, and stimulating the production of knowledge oriented from the point of view of the category of totality. Thus, it is possible to understand the professional daily work without losing sight of societal transformations that have been taking place in the context of the capital crisis. Only by carrying out these mediations will we be able to intervene in a critical and competent manner.

Contributions by the authors: The three authors participated in the conception, elaboration, and revision of the article.

Thanks: Not applicable.

Funding agency: Not applicable.

Approval by the Ethics Committee: Not applicable.

Conflict of interests: Not applicable.

References

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.
- BRAVO, M. I. S. *et al.* O protagonismo da Abess/Abepss na virada da formação profissional em Serviço Social. In: SILVA, M. L. de O. (Org.). *Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências*. São Paulo: Cortez, 2019.
- CHASIN, J. *A via colonial de entificação do capitalismo*. A miséria brasileira – 1964-1994: do golpe militar à crise social. Santo André (SP): Estudos e Edições AD Hominem, 2000.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *Capital resurgent: roots of the neoliberal revolution*. Londres: Harvard University Press, 2004.
- FERNANDES, F. Classes sociais na América Latina. In: FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009a.
- FERNANDES, F. Padrões de dominação externa na América Latina. In: FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009b.

FERNÁNDEZ SOTO, S. (Org.). *Estado y políticas sociales: los programas de transferencia de renta condicionada en el proceso de hegemonía en América Latina*. Buenos Aires: Editorial Espacio, 2017.

FERNÁNDEZ SOTO, S. La dialéctica reforma-revolución en perspectiva latinoamericana. Elementos históricos para la crítica del presente. *Revista de Políticas Públicas*, San Luis, v. 23, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321160569023/html/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FERNÁNDEZ SOTO, S. Tendências atuais do desenvolvimento capitalista e características da população excedente para o capital. Desafios teórico-políticos para o trabalho social. In: IAMAMOTO, M.; YAZBEK, C. *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2020.

FERNÁNDEZ SOTO, S. El proceso de neoliberalización en América Latina. Reactualización, intensificación y resistencias en la experiencia argentina de la segunda década del siglo XXI. In: FERNÁNDEZ SOTO, S. *Sujetos colectivos populares, trabajo social y ciencias sociales en la coyuntura de Uruguay y América Latina: reflexiones, experiencias y desafíos en el enfrentamiento al conservadurismo*. Montevideo: Udelar, 2022.

FERNÁNDEZ SOTO, S.; TRIPIANA, J. El desarrollo del capitalismo y la nueva configuración de la protección social. La asignación universal por hijo en Argentina. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 13, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321532943006>. Acesso em: 10 jul. 2023.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

HARVEY, D. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

HARVEY, D. *Espacios de esperanza*. Madrid: Ediciones Akal, 2004.

HARVEY, D. *Breve historia del neoliberalismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2007.

HARVEY, D. *El enigma del capital y las crisis del capitalismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2012.

HELLER A. *Teoría de las necesidades en Marx*. Barcelona: Ed. Península, 1978.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWM, E. *La era de la revolución, 1789-1848*. Buenos Aires: Crítica, 2003.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2015.

IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IASI, M. *Ensaio sobre a consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LENIN, V. I. *O imperialismo – Fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2008.

- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era, 1979.
- MARINI, R. M. *América Latina, dependencia y globalización*. Argentina: Prometeo, 2007.
- MARX, K. *As lutas de classes na França (1848-1850)*. São Paulo: Global, 1986.
- MARX, K. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Editora Moraes LTDA., 1987.
- MARX, K. O método da economia política. In: FERNANDES, F. (Org.). *Marx/Engels História*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- MARX, K. *A questão judaica*. São Paulo: Centauro, 2005.
- MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- MARX, K. A produção do mais-valor absoluto. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013c.
- MARX, K. A teoria moderna da colonização. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013d.
- MARX, K. A transformação do dinheiro em capital. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política – O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013e.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOLJO, C. B.; ZAMPANI, R. O.; SILVA, J. F. S. Movimento de Reconceitualização e Serviço Social argentino. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 40, 2017.
- MOLJO, C. B.; SANTOS, C. M. Critical Social Work in Brazil: historical, theoretical and methodological development. In: WEBB, S. A. (Org.). *The Routledge handbook of international critical Social Work new perspectives and agendas*. Londres: Routledge Taylor and Francis Group, 2023.
- MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. In: DURIGUETTO, M. L.; IAMAMOTO, M. V. (Org.). *Serviço Social: questão social, território e política social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021. Disponível em: https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2021/12/DURIGUETTO_9786589512363.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ROUX, R. Marx y la cuestión del despojo. Claves teóricas para iluminar un cambio de época. *Revista Herramienta*, Buenos Aires, n. 38, jun. 2008.

SANT'ANA, R.; SILVA, J. F. S. Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, jul./dez. 2020.

SANTOS, C. M. dos. As dimensões da prática profissional do Serviço Social. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, 2002.

SILVA, J. F. S. *Serviço Social: resistência e emancipação?* São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA J. F. S. da. América Latina: capital e devastação social. *Revista Katálýsis*, v. 24, n. 1, jan. 2021.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

Estratégia democrático-popular e cultura profissional renovada: revisitando os fundamentos do Projeto Ético-Político

Democratic-Popular strategy and renewed professional culture: revisiting the foundations of the Ethical-Political Project

Adrianyce A. Silva de Sousa* 

RESUMO

O presente artigo analisa os fundamentos ídeo-políticos e teórico-metodológicos que estão na base de constituição histórica da cultura profissional renovada, expressos na direção social estratégica da profissão de Serviço Social e sua diretriz, o Projeto Ético-Político profissional. Produto de estudos pós-doutorais, e de duas pesquisas em andamento desde 2019, neste manuscrito realizamos uma discussão em torno do caldo sócio-histórico que fermentou na sociedade brasileira, no início da década de 1980, enfatizando o conteúdo tático-estratégico formulado pela classe trabalhadora brasileira, a chamada “estratégia democrático-popular” e suas incidências no Serviço Social. Nesta direção, visa contribuir com novas mediações para o entendimento dessa relação nos fundamentos do Projeto Ético-Político, considerando a ausência de análises a partir deste enfoque.

Palavras-Chave: estratégia democrático-popular; cultura profissional renovada; projeto ético-político; direção social estratégica.

ABSTRACT

This article analyzes the ideological-political and theoretical-methodological foundations that underlie the historical constitution of the renewed professional culture, expressed in the strategic social direction of the social work profession and its guideline, the professional ethical-political project. A product of post-doctoral studies and of two researches in progress since 2019, in this article we carry out a discussion around the socio-historical broth that fermented in Brazilian society, in the early 1980s, emphasizing the tactical-strategic content formulated by the Brazilian working class, the so-called “popular-democratic strategy” and its impact on social work. In this direction, it aims to contribute with new mediations for the understanding of this relationship in the fundamentals of the ethical-political project, considering the absence of analyses from this approach

Keywords: democratic-popular strategy; renewed professional culture; ethical-political project; strategic social direction.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78940>

*Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.
E-mail: nutss.uff@gmail.com.

COMO CITAR: SOUSA, A. A. S. de. Estratégia democrático-popular e cultura profissional renovada: revisitando os fundamentos do Projeto Ético-Político.

Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 58-74, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78940>

Recebido em 15 de junho de 2023.

Aprovado para publicação em 09 de julho de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

É notória a existência de ampla produção bibliográfica especializada no Serviço Social acerca do processo de ruptura com o conservadorismo. Contudo, na via histórico-interpretativa da bibliografia profissional crítica, é parcamente explorada como determinante para a análise da cultura profissional renovada e sua diretriz, o Projeto Ético-Político, a relação com a estratégia democrático-popular.

Face aos processos históricos vivenciados na particularidade brasileira nos governos petistas (2003-2010), cujos impactos e significações ainda não encontram expressiva análise no seio profissional, o presente texto busca aprofundar o estudo acerca da relação genética entre o Projeto Ético-Político e a estratégia democrático-popular encampada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (SOUSA, 2021). Ao revisitar os fundamentos da cultura profissional renovada, sob novo enfoque, a relevância deste estudo reside, pois, em que possamos compreender as problemáticas que hoje atravessam a sua diretriz, o Projeto Ético-Político profissional, especialmente no que estamos identificando como uma tendência socialista-reformista na profissão.

A estratégia democrático-popular: o programa da “nova esquerda” no Brasil

A ditadura instaurada em abril de 1964 inaugura um novo ciclo político na dominação burguesa no Brasil: retira-a dos quadros jurídico-legais de uma democracia restrita e confere-lhe a forma de autocracia burguesa, como analisou Fernandes (1976). Nos termos de Netto (2014, p. 74), constitui um grave erro caracterizar o golpe como apenas uma ditadura militar, desconsiderando que aquele foi “o regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital”.

Neste período, aprofunda-se o traço de modernização conservadora, próprio da nossa formação social, agregando ao alijamento político decisório da massa da população e à heteronomia um processo de acumulação voltado para o usufruto dos monopólios imperialistas. A ditadura perdurou por cerca de 20 anos, esgotando-se na entrada dos anos de 1980, sendo obrigada pela pressão de uma gama de movimentos dos mais diversos espectros do campo progressista e de esquerda a pactuar a sua substituição por um regime político formalmente democrático.

Confluem para este processo alguns elementos. O problema do agravamento do endividamento externo e suas consequências a partir de 1979. A chamada “crise da dívida” do início dos anos 1980, que teve efeitos deletérios sobre a América Latina e o Brasil. Esta determinação contribui diretamente para o aumento da pressão exercida nesse período e que foi direcionada em 1984 para as *Diretas Já*. Cabe ressaltar que esse movimento

expressa uma diversidade política e esteve também alicerçado na articulação de diversos parlamentares de partidos como PT, Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e até do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB — atual MDB). Articulou-se a partir da sucessão presidencial, uma vez que a Constituição previa as eleições indiretas em 1984, a partir do Colégio Eleitoral formado por integrantes do Congresso Nacional. Mas em 1983 o deputado Dante de Oliveira, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), apresentou uma emenda constitucional que estabelecia eleições diretas para presidente da República já no ano seguinte, obtendo grande apoio popular e, para pressionar a votação a favor da emenda, organizaram a campanha que ficou conhecida por “Diretas Já” (BRAVO, 1996; ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

Nestes termos, é importante demarcar que, se com o regime autocrático – por má-fé intervenção do Estado – desenvolveram-se imensamente as forças produtivas, favorecendo a consolidação e a expansão do capitalismo monopolista (FERNANDES, 1976), contraditoriamente, é esse mesmo movimento que possibilita o surgimento de uma classe operária moderna. Em outras palavras, o desenvolvimento das forças produtivas e a complexificação das relações sociais de produção possibilitam a proletarianização de um espectro de segmentos médios, que passarão a ter inserção e influência no movimento sindical. Neste quadro, ocorre uma eclosão do movimento operário sindical, que fortalece o projeto dos trabalhadores, a partir do centro industrial do país, o ABC paulista (ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

De acordo com Netto (1998), isto ocorreu por dois elementos importantes. De um lado, repôs, no coração mesmo do Brasil urbano-industrial e no centro da dinâmica política, o confronto direto entre as duas classes fundamentais a partir do universo fabril; de outro, e simultaneamente, precipitou e catalisou, na luta contra o regime, demandas e aspirações fortemente reprimidas e que estavam dando suporte às expressões até então atomizadas – os movimentos sociais, entre outros, pela anistia, contra a carestia, estudantil e de mulheres e negros (NETTO, 1998; 2014).

Estas determinações, brevemente sumariadas até aqui, atuam sobre a classe trabalhadora em sua constituição objetiva, considerando o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e o grau de amadurecimento da contradição que daí deriva em relação às relações de produção existentes (IASI, 2006). Por outro lado, não explicam em sua totalidade as condições em que as projetivas táticas e estratégicas da classe trabalhadora ressurgem, assimilando esse período e expressando estas contradições na consciência social. Aquelas projetivas são dialeticamente determinadas e determinantes de um novo caldo cultural, uma ambiência, que é marcada por um deslocamento – e, no nosso entendimento, por uma ruptura cultural e teórica com o movimento comunista.

Sem dúvidas, esse caldo cultural não pode ser entendido sem a tentativa de distanciamento que segmentos progressistas e de esquerda vão efetivar em relação ao movimento comunista internacional, especialmente a partir de 1956, após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e o relatório de Krushev¹.

Neste contexto de crise do movimento comunista internacional e das alterações do quadro político no país, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – por meio da estratégia nacional e democrática que hegemonizou até os anos de 1970 a esquerda brasileira –, pretendendo enfrentar os supostos “restos feudais” e o imperialismo no Brasil, apontava para uma aliança com a “burguesia nacional”, de modo a acelerar o desenvolvimento capitalista e criar as bases para uma segunda etapa, a da revolução socialista (MARTINS *et al.*, 2019). Assim, o PCB não avança² para captar a essencialidade das alterações políticas expressas nas greves do ABC, ao mesmo tempo em que também não conseguiu acompanhar os mecanismos postos em movimento pela autocracia burguesa para garantir a transição pactuada para o governo civil de Tancredo Neves.

Dessa forma, diante da nova realidade, o PCB seguiu prisioneiro da concepção de frente ampla pluriclassista, dentro de um contexto político que necessitava de uma direção oposta.

Rompesse com aquela aliança de classes necessária no passado, mas superada pela eclosão das movimentações operárias, que se constituíam na expressão material do esgotamento histórico do tipo de frente política estruturada no MDB. [...] O PCB tentou trazer o movimento operário para a linha da unidade genérica, agindo contra uma tendência histórica que se delineava no sentido da possibilidade e necessidade de construção de um bloco operário-popular, de nova qualidade, com programa distinto e de caráter de classe definido. (MAZZEO, 1999, p. 170).

Neste sentido, o “grupo dirigente tardio”³ privilegiou o caminho do pacto, uma saída institucional dentro da ordem autocrática. Este é, pois, um dos eixos políticos do novo cal-

-
- 1 Relatório compartilhado ao final do XX Congresso do Partido Comunista da URSS (PCUS), em 25 de fevereiro de 1956, por Nikita Krushev, enquanto secretário-geral do PCUS, sobre a Era Stalin. Este fato acelera as alterações já em processamento na URSS e acentuam a crise do marxismo-leninismo oficial (NETTO, 2001).
 - 2 O PCB não conseguiu se distanciar das interpretações do movimento comunista internacional. Demora, inclusive, a se posicionar face ao impacto do XX congresso, “ficando em silêncio sobre o acontecido durante sete meses” (KONDER, 1980, p. 98).
 - 3 No entendimento de Mazzeo (1999, p. 83), o PCB não havia conseguido constituir um grupo dirigente mais estável, fato que só se resolverá depois da crise provocada pelo relatório Krushev e que irá dar a sustentação política ao partido até sua outra grave crise de 1992.

do cultural em ebulição no país. Passa-se a apontar a necessidade de uma contraposição à autocracia burguesa mais classista, que não se restringisse apenas à política da frente ampla sustentada pelos comunistas. E, na medida em que havia um grande questionamento dos programas políticos das esquerdas (PCB, PC do B), este movimento acaba aderindo, dada a necessidade de um instrumento eficaz de intervenção política, à ideia de fundar um partido.

Esta ideia convive paradoxalmente com a ênfase na autonomia dos movimentos (em face do Estado e dos partidos), exaltando seu caráter espontâneo, que passa a ser amplamente valorizado, em contraposição aos chamados “métodos da esquerda tradicional”. Aqui a novidade é que, gradualmente, a organização partidária é substituída pela organização entendida genericamente como “popular”, na qual um sujeito coletivo difuso, não hierarquizado, em luta contra discriminações e opressões, é responsável pela mudança cultural e pela instituição de direitos (MARTINS, 2019).

A problemática reside não na especificação das discriminações e opressões, fundamentais que particularizam a barbárie na periferia do capital, nem significa questionar a necessária luta desses segmentos contra as violações cotidianas a que estão submetidos num país de base escravocrata, patrimonialista e patriarcal, mas na perda da centralidade de superação do modo de produção capitalista, na pauta da “organização popular”. Nos termos de Martins (2019), a própria democratização é identificada com o processo de emancipação,

pois os nexos causais entre as relações de classe e as demais formas de opressão são abstraídos, ou ignorados, ou ainda considerados ultrapassados pela história. E uma vez que, agora, todas as relações de poder devem ser combatidas para serem substituídas por outras não opressivas, ‘democratizadas’ desde já através da sua politização, o imediato sobressai da vida cotidiana, e se sobrepõe aos projetos sociais de transformação macrossocial. (MARTINS, 2019, p. 1333).

O próprio Luís Inácio Lula da Silva simboliza esse paradoxo, se resgatarmos sua entrevista no programa Roda Viva da TV Cultura em 1979, quando afirmou que “era um sindicalista e que jamais em toda a sua vida iria entrar na política partidária⁴ e se candidatar a nada”. Logo após, em abril de 1980, afirmaria: “cheguei à conclusão de que a classe trabalhadora não poderia pura e simplesmente chegar à época das eleições e dar seu voto, oferecendo, às vezes, favores; daí, portanto, que eu entendi que os trabalhadores precisavam se organizar politicamente” (LULA *apud* MENEGUELLO, 1989, p. 51).

4 A pesquisa realizada por Amman (1991, p. 126) sobre o movimento popular de bairro ilustra o que estamos destacando; na fala das lideranças comunitárias: “devemos ficar longe do partidarismo, porque aquilo visa muito a promoção e o interesse pessoal e assim esquece os interesses comunitários. Cada um tem que deixar seus ideais partidários antes de entrar pela porta da Associação. Da porta para dentro cada um é morador e não político”.

As questões postas anteriormente, grosso modo, sintetizam o rompimento político (com a tradição comunista) que estará expresso neste novo caldo cultural que influencia a organização da classe trabalhadora no país. A nosso ver, vai explicar sua outra dimensão, o rompimento teórico, um distanciamento do chamado equivocadamente “marxismo ortodoxo”⁵.

Este rompimento teórico não pode ser explicado apenas como produto do rompimento político, quase que como uma derivação mecânica, e apenas referido à esquerda e aos setores progressistas. Consideramos, também, a herança da intervenção da ditadura no “mundo da cultura”, que teve duas consequências imediatas muito problemáticas. A primeira “foi à ultrapassagem de qualquer monopólio político-partidário da inspiração socialista revolucionária [...] mas, em condições extremamente negativas para a esquerda” (NETTO, 1998, p. 110). Aqui se verifica justamente o elemento do espontaneísmo, dada a proliferação de agrupamentos reivindicando-se revolucionários, de vida efêmera e de fundamentação muito limitada a versões políticas particulares da tradição marxista⁶.

A segunda consequência foi a emergência do “marxismo acadêmico” (NETTO, 1998, p. 111), que, de um lado, reforçou a substituição das matrizes originais da teoria social revolucionária “pela exegese de seus comentaristas e/ou comentadores” (NETTO, 1998, p. 111) e, de outro lado, o “oportunismo teórico da crítica abstrata” (NETTO, 1998, p. 111), que se movimenta não a partir da determinação reflexiva, mas ao sabor das conjunturas.

Tem-se, também, o enraizamento dos efeitos do irracionalismo e do estruturalismo reinantes no Brasil, nos anos de 1960 e 1970, na medida em que o próprio marxismo clássico começa a deixar de ser referência para uma intelectualidade que passa a encontrar nos temas ventilados pela filosofia existencialista e/ou estruturalista, seus aportes necessários. Nos termos de Frederico (1995, p. 217)

[...] no refluxo ocorrido no pós-68 consolidou-se a tendência irracionalista, que teve, como contraponto, a efêmera ascensão do formalismo estruturalista e de sua versão marxista em Althusser. [...] Mesmo no período posterior, o da abertura política, o irracionalismo ganhou novas roupagens e permaneceu influente junto a vastos segmentos da esquerda intelectualizada [...].

Neste sentido, no novo caldo cultural que influencia a organização da classe trabalhadora no país, as mudanças importantes do ponto vista ídeo-político e teórico – que

5 Nos distanciamos da concepção que associa marxismo ortodoxo a dogmatismo. Consideramos aqui o entendimento lukácsiano (1969) de que ortodoxia em termos marxianos refere-se ao método.

6 Importante demarcar que antes do golpe de 1964 já existia a explicitação de protagonistas diferenciados no espectro da esquerda, basta mencionarmos em 1961 a política operária (Polop), em 1962, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) como dissidência do Partido Comunista (PCB), sob a influência do maoísmo (KONDER, 1980).

apontam ora para um deslocamento, ora para uma ruptura com o movimento comunista, como também para o anticomunismo – não devem ser autonomizadas da relação dialética com o momento de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o caráter autocrático burguês. Isso porque a estratégia se refere à forma pela qual a classe – através de instrumentos construídos para a luta – interpreta, combina, organiza e dirige os novos enfrentamentos particulares no sentido geral da revolução (MARTINS *et al.*, 2019).

Logo, considerar a nova programática da classe trabalhadora no país é, então, mediatizar esse caldo cultural com a realidade, identificando suas mudanças, que foram muitas. De uma interpretação do Brasil como um país cujos obstáculos ao desenvolvimento seriam principalmente o latifúndio e o imperialismo norte-americano, expressa efetivamente no chamado programa da revolução nacional democrática, para uma interpretação do Brasil como um país de capitalismo moderno e em expansão; de uma visão negativa ou receosa das reformas institucionais para uma visão positiva; de uma perspectiva baseada numa concepção de socialismo com fundamentos quase que exclusivos como classe operária, hegemonia de classe, alternativa ao capitalismo etc., para uma perspectiva baseada numa concepção de socialismo permeável, flexível, com categorias que já não o caracterizava como “marxismo ortodoxo” (RAMOS, 2013).

Um movimento que pretendia interpretar a realidade ou, mais precisamente, interpretar a objetivação do capitalismo no Brasil, determinação fundante de todas as demais questões, desreferenciando o marxismo “tradicional” de Marx, Lênin e Stalin, mas valendo-se de “novos” conceitos e sendo influenciado por movimentos internacionais, como o “eurocomunismo”. Nos termos de Iasi (2006) passam a operar, por assim dizer, na consciência de classe, novas tarefas práticas em seu antagonismo com a classe dominante. Neste sentido, compreendemos que se tratam de estratégias predominantes em cada ciclo histórico (MARTINS *et al.*, 2019). O primeiro, como indicamos anteriormente, se refere ao ciclo do PCB, ou estratégia nacional e democrática.

O segundo ciclo (MARTINS *et al.*, 2019) é o que se desenvolve pela influência contraditória daquele caldo cultural que tratamos anteriormente, constituindo um amplo e complexo campo que se convencionou chamar de estratégia democrático-popular, e que tem na criação do PT sua expressão e convergência organizativo-política. A estratégia democrático-popular⁷ pode, assim, ser entendida como o principal debate estratégico construído pela classe trabalhadora após o fim do ciclo autocrático-burguês – entre as décadas de 1970 e 1980 (MARQUES, 2015) – e que se atualiza ainda hoje em parte dos movimentos sociais.

7 Autores como Caio Prado Júnior, José Chasin e Carlos Nelson Coutinho são identificados como formuladores importantes desta estratégia.

Na base da estratégia democrático-popular, uma diversidade de segmentos – a Igreja progressista, principalmente os católicos ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); as lutas sindicais do assim chamado novo sindicalismo; a intelectualidade marcada pelo pensamento heterogêneo que destacamos anteriormente; os políticos de carreira advindos principalmente da ala progressista do MDB e os militantes, que eram tanto remanescentes da luta armada, quanto de correntes trotskistas (SECCO, 1980). Suas demandas foram aglutinadas fundamentalmente: na luta pelas liberdades democráticas, pela ampliação dos canais de participação na sociedade civil e pelas realizações sociais que até então a burguesia nacional não tinha efetivado. Ou seja, é o eixo estruturante na estratégia democrático-popular

o processo de alargamento da democracia compreendido como ampliação progressiva de um conjunto de direitos e de participação política, através da pressão dos movimentos sociais e da ocupação dos espaços no Estado, que se chocariam contra os interesses da nossa classe dominante. É desse choque que emergiria a necessidade do socialismo. (MARTINS *et al.*, 2019, p. 28).

Apesar da influência da teoria da “evolução democrática”, essa programática apenas vai adquirir a nomenclatura “democrático-popular” a partir do 5º Encontro Nacional do PT de 1987 (IASI, 2006; MARQUES, 2015). O sentido da alternativa democrático-popular se daria justamente na perspectiva de construção de uma estratégia “democrática, popular e anti-imperialista” hegemonizada pelos trabalhadores, através de duas ações concomitantes: a atuação de massas no âmbito das ruas e a ocupação de cargos da administração pública no âmbito do Estado (MARQUES, 2015).

Ainda de acordo com Marques (2015), cabe a Florestan Fernandes a construção e fundamentação teórica da estratégia democrático-popular.

Para este, a estratégia socialista da ‘revolução brasileira’, diante da nossa particularidade de nação dependente e subdesenvolvida, adquire o caráter de uma ‘revolução democrática’, a qual prevê dois níveis de atuação: de curto e longo prazo, ‘dentro’ e ‘fora’ da ordem. As primeiras tarefas, de curto prazo, diriam respeito a quebra das nossas “cadeias coloniais” com a condução operária à chamada “revolução burguesa em atrasado”, ou seja, a realização das nossas pendentes reformas civilizatórias. A segunda é a outra sociedade, o socialismo. Na ótica de Fernandes, dado o caráter totalitário da nossa burguesia, estas revoluções confundir-se-iam e a luta pela libertação da tutela imperialista ligaria a revolução nacional-democrática à vitória socialista. (MARQUES, 2015, p. 124).

Neste sentido, ainda que possamos destacar da estratégia democrático-popular suas ênfases, a saber: 1) democrática, porque propunha um desenvolvimento e socialização da economia nacional para todos aqueles prejudicados pelas características atrasadas do capi-

talismo brasileiro; 2) popular, por aglutinar em aliança os trabalhadores e, aqueles afetados pelos grupos monopólicos (a pequena burguesia, ou uma pseudo-burguesia vinculada ao capital produtivo). É preciso compreender que a estratégia democrático-popular tem seu sentido ídeo-político e sua referencialidade teórica diretamente associados à totalidade dos processos sociais vivenciados na particularidade brasileira, no arco que se abre no esgotamento da ditadura e na constituição de um novo caldo cultural no país. E é isso que vai explicar como questões até então relevantes para a classe trabalhadora brasileira foram subordinadas e esvaziadas política e teoricamente. Um exemplo – ainda que não possamos desenvolvê-lo, dados os limites de um artigo –, a subordinação da perspectiva revolucionária ao debate da legalidade e institucionalidade, sob o mote da questão democrática⁸.

Cultura profissional e Projeto Ético-Político do Serviço Social: breve mapeamento

Não é casual que seja referenciada a passagem dos anos 1980 aos anos 1990 como o marco histórico social dos avanços profissionais do Serviço Social brasileiro, como produto da “processualidade da intenção de ruptura” (SOUSA; SOUSA, 2012) e seu espraiamento no corpo profissional (NETTO, 1998), favorecendo, por meio da interlocução com o pensamento de Marx e da tradição marxista, uma renovação teórico-cultural da profissão. Renovação esta que possibilitou à profissão ser capaz de responder à realidade validando-se por meio de novas competências que, para serem desenvolvidas, mobilizaram necessariamente a formação e o exercício profissional no desenvolvimento de pesquisa, produção do conhecimento e alternativas à sua instrumentalização (NETTO, 1996).

Sem dúvidas é justamente o solo histórico-social que permitiu que esta renovação ganhasse forças. Ou seja, trata-se da dinâmica da sociedade brasileira, da reconfiguração da autocracia burguesa e da renovação da estratégia da classe trabalhadora no país. Encontrando aderência no corpo profissional, estas criam as condições para uma nova projetiva no Serviço Social. Nas palavras de Netto (2006, p. 10), “no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional”. E, por esse motivo, no interior profissional desenham-se e conflituam-se projetos profissionais mais ou menos compatíveis com determinados projetos sociais.

8 Nos termos de Toledo (1994, p. 1-2), “a partir dos anos 70, [...] a análise crítica do ‘socialismo real’ [...] bem como a dura experiência militar no pós-64 contribuíram decisivamente para a esquerda brasileira ‘reabilitar’ a questão da democracia [...] para significativos setores da esquerda, a defesa da democracia não deve ter mais um valor tático, mas adquirir um valor estratégico, um valor em si mesmo”.

Das análises de Netto (1996) podemos depreender que, daquela condição, explicita-se a dimensão ídeo-política da profissão como resultante da articulação do seu significado social objetivo, com projetos sociais que nele incidem. Por isso mesmo, o autor vai ressaltar que “a cultura profissional (princípios, valores, objetivos, concepções teóricas, instrumentos operativos) – joga um papel importante na compatibilidade entre exercício profissional e uma dada hegemonia política” (NETTO, 1996, p. 116).

Pressupondo uma diferenciação ídeo-política expressa na sociedade, esta cultura profissional instaura como dinâmica no conjunto da categoria profissional a explicitação de tendências e diferenciações. Somente assim faz sentido elaborar uma direção social estratégica para a profissão, sendo o seu nervo o componente ídeo-político que envolve necessariamente a cultura profissional (NETTO, 1996).

Esta nova cultura profissional, que por isso nominamos renovada, é formulada entre os anos de 1980 e 1990. A direção social estratégica que dela se origina e a sua expressão em diretriz, o Projeto Ético-Político, são produtos da relação dinâmica em que a resistência à ditadura, na tônica daquele caldo cultural que tratamos anteriormente, na arena política, afinarão a relação das vanguardas profissionais com o Partido dos Trabalhadores (PT).

Nos termos de Netto (2004, p. 22), “a atmosfera política de que resultou o nascimento do PT foi a mesma de que se embeberam segmentos profissionais sem cujo protagonismo o ulterior projeto ético-político seria impensável”. Contudo, como elaborado por Sousa (2021), a condição política que possibilitou a ruptura com o conservadorismo é demarcada pela identidade que parte da vanguarda deste corpo profissional estabeleceu com o conteúdo tático-estratégico formulado pela classe trabalhadora brasileira, na chamada estratégia democrático-popular, da qual o PT é uma expressão. Sendo parca na historiografia profissional a explicitação dessa relação, compreendemos que as condições histórico-políticas da gênese do projeto profissional possuem este nexos importante, quase nunca enfatizado nas análises profissionais. E que, a nosso ver, têm importantes derivações ídeo-políticas e teórico-metodológicas para a compreensão da cultura profissional e sua diretriz, o Projeto Ético-Político.

Na produção de Netto (2006; 2004), essa relação da cultura profissional renovada com o PT sempre aparece posta como determinação, contudo, não se encontram, no autor, desenvolvidos seus desdobramentos e a forma como comparece esta influência na constituição do Projeto Ético-Político. As indicações tendem a ser amplas, referindo-se

A mobilização dos trabalhadores urbanos, com o renascimento combativo da sua organização sindical; a tomada de consciência dos trabalhadores rurais e a revitalização das suas entidades representativas; o ingresso, também na cena política, de movimentos de cunho popular (por exemplo, associações de moradores) e democrático (estudantes, mulheres, ‘minorias’ etc.). (NETTO, 2006, p. 9).

Não há a explicitação da estratégia democrático-popular tomada em sua totalidade, ou seja, como a estratégia que hegemonizou a classe trabalhadora a partir da década de 1970. Muito menos se analisa o sentido e os impactos que a “ampliação da participação na sociedade civil”, “a busca pelas realizações sociais que até então a burguesia nacional não tinha efetivado” têm para o Projeto Ético-Político.

Em Silva (2022), que desenvolve uma importante pesquisa, na nossa compreensão, pouco explorada na produção do Serviço Social, quando é resgatado o debate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura, refere-se a “uma conjuntura política favorável ao debate democrático” (SILVA, 2002, p. 69), também destacando que a pesquisa identificou que

quanto a questão do popular, apesar de estar muito presente no discurso dos assistentes sociais, identificando, inclusive o caráter da heterogeneidade de sua composição, não existem estudos aprofundados sobre essa questão, no sentido de compreender sua composição e seu projeto político na realidade brasileira. (SILVA, 2002, p. 180).

A bibliografia profissional de referência veiculada em livros (IAMAMOTO, 2014a; 2014b; BEHRING, 2003; BEHRING; BOSCHETTI, 2006) dá por pressuposta essa relação, marcando por exemplo os anos de 1980 e os embates no plano da organização da categoria como estando vinculados aos esforços do PT para consolidar o que seria um novo sindicalismo (ABRAMIDES; CABRAL, 1995) e, com isso, associando na base dos debates e correlações de força, entre os setores profissionais progressistas, aquilo que está no seio do que se convencionou chamar de “nova esquerda”. Em face das disputas em torno da Constituinte e do que conseguiu se consolidar em termos de avanços na Constituição de 1988, o PT se torna um parceiro relevante na defesa das políticas de caráter estatal e universal (BRAVO, 1996; MOTA, 2012).

Nas produções acerca dos fundamentos do Projeto Ético-Político Profissional, a explicitação teórica e derivações ídeo-políticas com a estratégia democrático-popular também estão ausentes. Identificamos isso, particularmente, em produção recente e específica (ABRAMIDES, 2019) acerca do Projeto Ético-Político, em que essa relação não comparece como uma determinação importante.

Excetua-se aqui a produção de Lessa (2020), na qual o autor efetiva uma crítica ao que considera os impasses do Projeto Ético-Político do Serviço Social, intimamente articulados à crise mais geral da esquerda no país, indicando predominantemente o PT e a CUT neste espectro. O autor associa a “uma esquerda que se torna crescentemente liberal o berço em que nasce e se desenvolve a proposta, não menos liberal, de articulação da política com a ética, como um dos fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social” (LESSA, 2020, p. 2014). Ainda assim, não aborda o PT como expressão da estratégia democrático-popular.

Estratégia democrático-popular e Projeto Ético-Político: pistas para o debate

Partindo do pressuposto de que é no componente ídeo-político da cultura profissional renovada que se estabelece a ponte com a estratégia democrático-popular, resta-nos apresentar algumas pistas para responder como a vanguarda profissional estabeleceu relação com o conteúdo da estratégia democrático-popular. Que incidências essa relação tem sobre o Projeto Ético-Político da profissão?

A primeira questão passa pelo modo como a cultura profissional renovada vai decodificar, em compromissos sociopolíticos, a relação com os trabalhadores e com a realidade brasileira. Do ponto de vista teórico, isso significou uma centralidade em torno da categoria trabalho e, do ponto de vista ídeo-político, a “constituição de um novo *ethos*, o de trabalhador assalariado” (BEHRING, 2013, p. 12). Ou seja, o reconhecimento da dimensão da exploração de homens e mulheres, para os quais o pagamento é o salário, levou a categoria ao reconhecimento das classes sociais e de suas funções. É justamente este o movimento, no plano ídeo-político, que repercute no interior do debate profissional, trazendo os nexos de problematizações em torno do trabalho, e que confirma no seio profissional um aprofundamento dos compromissos assumidos na ruptura com o conservadorismo (SOUSA, 2016).

A segunda questão incide na necessidade que se coloca para o Serviço Social de re-meter-se a um entendimento profissional condicionado para além de si, referenciando uma intervenção profissional que contribua para mostrar os limites, as contradições e o nível de barbárie presente nas relações sociais erguidas nos marcos do capital periférico brasileiro. Disto resulta, “em termos dos princípios da profissão, o estabelecimento de uma relação dialética entre emancipação humana e emancipação política” (BEHRING, 2013, p.16). Será referenciada teoricamente na formulação de Netto (2006, p. 155), postulando como se efetiva a vinculação “entre o projeto profissional e um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero”.

Entretanto, identificamos que, ao tentarmos estabelecer aquela relação dialética, a vinculação, pouco estudada, da cultura profissional renovada com a estratégia democrático-popular traz para o cerne das formulações do Projeto Ético-Político as problematizações da classe trabalhadora, de que tratamos anteriormente. Essas remetem à “luta institucional”, que, autonomizadas, de uma perspectiva emancipatória, acabam por eliminar da luta política a centralidade das relações de classe como fundamento da dominação e obstáculo à emancipação humana.

Dessa forma, compreendemos que a dialética entre emancipação humana e emancipação política, estando no cerne das formulações do Projeto Ético-Político, expressam

a própria tensão entre reforma ou revolução presente na estratégia democrático-popular. Trata-se, no nosso entendimento, de dois vetores, que se não considerados em seus sentidos radicais, impactam na vitalidade do Projeto Ético-Político. O primeiro vetor que consideramos uma perspectiva ontológica, comprometida com a emancipação humana, no sentido da plena realização do humano genérico, de modo a superar as desigualdades de classe e formas por elas assumidas no que se refere a toda forma de discriminação e preconceito. Esse elemento é expresso na liberdade como valor ontológico referenciado como central do Código de Ética de 1993, e que permite a explicitação dos limites da ordem burguesa na medida em que evidencia o que não se realiza para homens e mulheres sob o capitalismo. Ao mesmo tempo “funda todos os outros princípios fundamentais” (NETTO, 2013, p. 24).

Mas trata-se também do que visualizamos como segundo vetor e refere-se a uma perspectiva conjuntural- estratégica, comprometida com a emancipação política, à medida que os outros princípios, fundados pela liberdade, dialogam com a particularidade brasileira dependente e desigual. A “ampliação e consolidação da cidadania”, a “defesa e aprofundamento da democracia”, a “garantia do pluralismo”, a “defesa da equidade e justiça social” constituem-se em mediações estratégicas da intervenção profissional face ao capitalismo brasileiro. A problemática, no nosso entendimento, reside no seguinte fato: incidindo nessa perspectiva conjuntural estratégica, destituindo-a de seu fundamento ontológico, os debates da estratégia democrático-popular tiveram maior incidência. Ou seja, quando a relação dialética passa a ser tomada como hiperdimensionamento de um dos vetores, alguns segmentos profissionais realizaram, ainda que de modo não declarado, um deslocamento para o Estado, para a defesa dos direitos, da participação e controle social, sem apontar para o fundamento ontológico dos seus limites na ordem burguesa. Obstaculizam-se, assim, os ganhos derivados da decodificação entre o que é o projeto profissional, que possui limites, e o que é o projeto societário de ruptura com a ordem do capital.

Identificamos assim a existência de uma tendência *socialista reformista* (SOUSA *et al.*, 2019) que, expressando o movimento anteriormente destacado, vai amadurecer, paradoxalmente, nos anos de 1990. Contexto este em que parte da vanguarda e da categoria afirmavam o Projeto Ético-Político como forma de resistência ao aprofundamento do neoliberalismo no governo FHC. Mas é sobretudo na entrada dos anos 2000 e na ascensão dos governos petistas que, em nossa análise, se colocará como tendência efetiva no âmbito profissional.

Tendo por base Netto (2017), compreendemos que confluem para a explicitação desta tendência a agudização das expressões da “questão social” internacionalmente, cujas diretrizes do Banco Mundial passam a orientar as políticas de combate à pobreza nos países periféricos; bem como a transferência de responsabilidades sociais do Estado para

organizações do terceiro setor. Ou seja, ao invés de fortalecer as políticas de caráter universal, o Estado passa a atender aos interesses do capital, adotando uma política de combate à pobreza nos marcos da manutenção do tripé macroeconômico. Este combate é realizado através da implementação de políticas focais e segmentadas. Ou seja, nos desdobramentos do combate à pobreza – via implementação de políticas de refilantropização da assistência social (NETTO, 2004; 2017), como reforço aos mecanismos de apassivamento dos trabalhadores – é que se encontram os elementos para o fortalecimento da tendência *socialista reformista* aqui apontada.

Considerações finais

O exposto anteriormente nos permite afirmar a incidência, na cultura profissional renovada e em sua diretriz, o Projeto Ético-Político, da estratégia democrático-popular. Compreendemos que analisar a tendência *socialista reformista* apenas como um retrocesso, em face daquela incidência, empobrece as mediações analíticas que traçamos. No nosso entendimento, está na base de constituição do Projeto Ético-Político uma tensão entre emancipação política e emancipação humana, que expressa as problemáticas ídeo-políticas e teórico-metodológicas que permeiam a estratégia da classe trabalhadora no Brasil, na entrada dos anos de 1980. Ao mesmo tempo, a partir do madurecimento profissional, conseguido pelos avanços na incorporação do pensamento de Marx e da tradição marxista, aquela tensão foi expressa no Projeto Ético-Político como uma relação dialética.

Contudo, quando parte da vanguarda e da categoria profissional instrumentaliza as suas competências, atribuições e prerrogativas, apenas em prol da defesa dos direitos e garantias sociais, hiperdimensiona a emancipação política, indo ao encontro do que a estratégia democrático-popular preconizou por ser o gradualismo democrático da “nova ordem de cidadania plena” e da luta em torno do “Estado ampliado de direito” sob o fortalecimento participativo dos “de baixo”. Princípios como o pluralismo, a democracia, a justiça e a igualdade social são tomados exclusivamente como campos de disputa interna às instâncias democrático-institucionais, num continuum de acumulação de forças pelas “reformas burguesas em atraso”.

Também se verifica, tal como na estratégia democrático-popular, um hiperdimensionamento do princípio da democracia, destituído de sua perspectiva conjuntural estratégica, que passa a ser referenciado enquanto “o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade” (CFESS, 2011, p. 21). Guarda-se, assim, afinidade com a compreensão do “socialismo democrático” enquanto transição socialista que se realiza gradualmente através do Estado burguês na “luta institucional”.

O quadro histórico de ascensão do PT à presidência em 2003 criou as condições sócio-históricas para que a incidência da estratégia democrático-popular, no vetor conjuntural-estratégico do Projeto Ético-Político, se explicitasse na tendência *socialista reformista*. Abre-se no universo profissional um campo de problematizações que vão desde defesas acríticas das políticas desenvolvidas, que, sob o saldo positivo do combate focalizado à fome no país, reconheceram no projeto governamental a “materialização” do próprio Projeto Ético-Político; até certo revisionismo dos princípios ético-políticos, especialmente hiperdimensionando o princípio da democracia, entendido como impulso ao máximo da legalidade institucional, sem quase nenhuma problematização dos limites de realizações democráticas numa estrutura social desigual que se consolida e se mantém “pelo alto”.

A posse de Luís Inácio Lula da Silva, em 2023, em seu terceiro mandato, como presidente da república, a nosso ver, atualiza e torna indispensável esse debate do real significado da estratégia democrático-popular, de como ela se expressou nos governos do Partido dos Trabalhadores e como incidiu e incide na cultura profissional renovada e sua diretriz, o Projeto Ético-Político. Portanto, é urgente a reflexão crítico-ontológica para uma aproximação à tendência *reformista socialista*, mas especialmente ao seu fundamento, a estratégia democrático-popular.

Contribuições dos/as autores/as: Não se aplica.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ABRAMIDES, M. B. C. *O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2019.

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. do S. R. *O novo sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

BEHRING, E. R. *O Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. R. Ética, política e emancipação: a atualidade das nossas escolhas. *In: Projeto Ético-Político e exercício profissional em Serviço Social*. Rio de Janeiro: Cress-RJ, 2013.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.

BRAVO, M. I. de S. *Serviço Social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais*. São Paulo: Cortez, 1996.

CFESS. *Código de Ética do/a assistente social*. Lei n. 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. Brasília: CFESS, 2011.

FERNANDES, F. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Brasil: Zahar, 1976.

FREDERICO, C. A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade. *In: MORAES, J. Q. (Org.). História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Vol. 2. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2014a.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2014b.

IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KONDER, L. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LESSA, S. *A crise da esquerda e do Projeto Ético-Político do Serviço Social*. Maceió: Coletivo Veredas, 2020.

LUKÁCS, G. *Historia y conciencia de clase*. México: Grijalbo, 1969.

MARQUES, M. G. *Em busca da revolução brasileira: uma análise crítica da estratégia democrático-popular*. Santa Catarina: Prismas, 2015.

MARTINS, C. et al. *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

MARTINS, C. Duas cabeças, um corpo: partido, movimentos sociais e estratégia democrático-popular. *In: MARTINS, C. et al. A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Boitempo, 1999.

MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MOTA, A. E. (Org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 50, 1996.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, J. P. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. *Questões da nossa época*, São Paulo, n. 20, 2001.
- NETTO, J. P. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 79, 2004.
- NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.
- NETTO, J. P. Liberdade: o valor ético central do código (três notas didáticas). In: CRESS. *Projeto Ético-Político e exercício profissional em Serviço Social*. Rio de Janeiro: Cress-RJ, 2013.
- NETTO, J. P. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.
- NETTO, J. P. Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social. In: BRAZ, M. (Org.). *José Paulo Netto*. Ensaios de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017.
- RAMOS, C. A. *A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros (1979-1983)*. Tese (doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFSCar, São Carlos, 2013.
- SECCO, L. *História do PT*. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.
- SILVA, M. O. da. *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SOUSA, A. S. de. *Estratégia democrático-popular e Serviço Social: aproximações ao socialismo reformista na profissão*. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 10. Maranhão: Programa de Políticas Públicas. Anais... 2021.
- SOUSA, A. S. de et al. O debate teórico e ídeo-político do Serviço Social contemporâneo: aproximações críticas. In: RAMOS, A. et al. (Org.). *Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.
- SOUSA, A. S. de. *Lukács e o Serviço Social brasileiro*. Curitiba: Prismas, 2016.
- SOUSA, A. S. de; SOUSA, N. Do Congresso da Virada ao Projeto Ético-Político: a maturação da intenção de ruptura. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2012.
- TOLEDO, C. N. de. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1994.

A dimensão normativa da ética no Serviço Social

The normative aspect of ethics in social work

Rosana Mirales* 

RESUMO

O objeto de pesquisa que gerou material de análise para este artigo é a ética, compreendida como uma dimensão da práxis humana, uma capacidade do ser social que projeta a emancipação humana. O objetivo do artigo é refletir sobre a emancipação humana, na particularidade da ética no contexto profissional. Serão apresentados alguns resultados sintetizados da investigação realizada no Cress-PR, por meio de pesquisa documental com os processos de denúncia de infração ética do período de 2013 a 2018, quando se observou o processamento de denúncias de infrações éticas no Serviço Social. Para nortear a pesquisa documental do material no Cress-PR, realizada mediante parecer de ética em pesquisa, foi realizada revisão bibliográfica, identificando elementos que fundamentam o debate sobre ética na tradição marxiana, considerado o acervo do Serviço Social sobre o tema.

Palavras-Chave: emancipação; ética; práxis; processos éticos; serviço social.

ABSTRACT

The research object that generated material for analysis in this article is ethics, understood here as an aspect of human praxis, a capacity of the social being that projects human emancipation. The article's goal is to reflect on human emancipation, particularly regarding ethics in a professional context. Some summarized results of the investigation carried out at CRESS-PR will be presented, through documentary research with the files of ethical violation reports from 2013 to 2018, when the processing of ethical violation reports in social work was observed. To guide the documentary research with the material in CRESS-PR, carried out with approval from the research ethics committee, a bibliographical review was carried out, identifying elements that support the debate on ethics in the Marxian tradition, considering the social work collection on the subject.

Keywords: emancipation; ethics; praxis; ethical processes; social work.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78941>

*Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus de Toledo, Toledo, PR, Brasil. E-mail: mirales_ro@hotmail.com.

COMO CITAR: MIRALES, R. A dimensão normativa da ética no Serviço Social. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 75-88, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78941>

Recebido em 02 de setembro de 2022.

Aprovado para publicação em 20 de março de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

A trajetória da pesquisa documental que se propôs a leitura dos processos de denúncias de infrações éticas concluídos e arquivados – doravante processos éticos –, no Conselho Regional de Serviço Social/11ª Região – Paraná (Cress-PR)¹, implicou o adensamento de estudos e investigações realizadas na apropriação do tema ética e Serviço Social e do objeto tomado como problema: a ética, compreendida como uma dimensão da práxis humana e observada nas dimensões profissionais do Serviço Social.

A investigação dos processos éticos se realizou entre 2018 e 2022 e abrangeu os processos éticos do período de 1993 a 2018 – vigência do atual Código de Ética do/a Assistente Social (CE) – dividido em três blocos: 1993-2007 (40 processos) (MIRALES, 2021); 2008-2012 (38 processos); e 2013-2018 (15 processos). A definição desses períodos foi projetada de acordo com a capacidade de realização da atividade e a disponibilidade de permanência em Curitiba, onde se situa a sede do Cress-PR e se encontra o material sigiloso.

Este artigo apresenta o material parcial resultante da leitura dos processos éticos relativos ao período de 2013 a 2018, devido aos períodos anteriores terem sido apresentados e analisados em outros textos. Um artigo publicado (MIRALES, 2021) analisou os resultados da sistematização de leitura dos processos éticos relativos ao período de 1993 a 2007. Outros dois artigos foram publicados: um deles apresenta a revisão bibliográfica realizada para fundamentar o projeto de pesquisa (MIRALES, 2022a), quando foram verificadas as publicações sobre o tema ética e Serviço Social; e o outro artigo analisou o conteúdo de entrevistas realizadas com assistentes sociais que compuseram a Comissão Permanente de Ética no Cress-PR, no período de 1993 a 2007 (MIRALES, 2022b).

A realização dessas atividades possibilitou observar dois aspectos intrínsecos: o processo de vigilância ética, ao qual as entidades de Serviço Social se propõem no contexto do projeto profissional; e a natureza dos conflitos expressos pelo que se denominam denúncias de infrações éticas. Na realização da pesquisa documental, foi possível observar que, na maioria, os conteúdos das denúncias de infrações éticas partem de relações cotidianas estabelecidas em contextos institucionais, em relação com a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, com variações temáticas diversas e envolvendo diferentes sujeitos sociais.

1 O projeto de pesquisa Dinâmica do processamento de denúncias de infração ética no Cress-PR, coordenado pela autora do artigo, contou com parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da Unioeste CAAE nº 02347618.2.0000.0107. Objetivou-se analisar a tramitação em torno das denúncias de infrações ético-profissionais e sistematizar informações desses processos de durante o atual Código de Ética Profissional do/a assistente social.

No período entre 1993 e 2007, foram 40 processos éticos: 26 foram julgados procedentes e receberam penas de advertência reservada (17), suspensão temporária de 90 dias até dois anos (seis), advertência pública (dois) e cassação (um). Por fim, 12 recorreram à segunda instância, sendo que dois foram anulados e reinstaurados, em cinco foram mantidos os resultados do julgamento, e em cinco foram reformadas as penas para o seu abrandamento.

No período entre 2008 e 2012, 38 processos éticos foram concluídos, sendo que sete recorreram ao recurso em segunda instância. No ano de 2008, foram seis processos com um deles recorrente ao recurso em segunda instância, ou seja, ao CFESS; em 2009, 14 processos, três deles recorrentes ao recurso ao CFESS; em 2010 e 2011, cinco processos por ano, não tendo ocorrido solicitações de recursos; e em 2012, oito processos e três deles recorrentes ao recurso ao CFESS. Decorrente desses resultados, mais um artigo se encontra em avaliação por periódico, com apresentação dos demais resultados e análises.

Este artigo visa apresentar alguns resultados parciais e quantitativos, sintetizados da investigação dos processos éticos no Cress-PR, no período de 2013 a 2018, o que será feito tomando por reflexão a emancipação humana e a ética profissional. Tais reflexões extrapolam os limites deste artigo, mas devem ser referência imprescindível na perspectiva de zelar pelos fundamentos que nortearam a conquista do projeto profissional que o Serviço Social adotou nas últimas décadas e a concepção de ética que o embasa.

A práxis social em um contexto profissional particular

Quanto ao objeto em investigação, a ética – compreendida como uma dimensão da práxis humana e observada nas dimensões profissionais do Serviço Social –, os resultados da pesquisa documental indicaram, do ponto de vista teórico-metodológico, a necessária reflexão sobre a adoção do termo ética profissional. A forma de expressão adotada por Barroco (2010, p. 67), e entendida por ela como “um modo particular de objetivação da vida ética”, coaduna com os pressupostos da ética nas referências encontradas na obra da autora e no CE. A ética vigente no Serviço Social é entendida como uma capacidade do ser social que projeta a emancipação humana, sendo, portanto, na sociabilidade capitalista, a emancipação política um caminho de luta de classe, que pode agregar possibilidades à superação capitalista. Nesse sentido, priorizamos, aqui, reflexões as quais foram consideradas necessárias: a primeira remete à adoção do termo ética profissional e a segunda é o que se entende por emancipação humana.

A nosso ver, quanto à primeira questão, a adoção de ética profissional por assistentes sociais, muitas vezes, indica uma forma didática de abordagem de questões que envolvem as expressões da questão social, no aspecto de facilitar processos pedagógicos e indicar

particularidades de objetivação ético-política da vida social no Serviço Social. Entretanto, ao se identificar essa questão no andamento da pesquisa, observou-se que essa postura nem sempre é desenvolvida sem comprometer os fundamentos da ética que norteiam o projeto profissional do Serviço Social e constituem os princípios fundamentais do CE, ou seja, ética no Serviço Social extrapola a dimensão normativa do CE. Assim, o termo ética profissional se tornou um recurso de linguagem presente no exercício profissional.

A observação sobre essa questão pode ser identificada nos estudos realizados que revisaram obras publicadas na área de Serviço Social que abordaram a ética (MIRALES, 2022a) e na observação sobre a rotina dos processamentos das denúncias de infrações éticas no Cress-PR, como exemplo nos conteúdos de denúncias, que muitas vezes não se sustentam para a averiguação da infração ética ou não chegam à sua confirmação.

Ocorre que, ao ganhar visibilidade, algumas questões são identificadas devido ao termo ética profissional ter sido incorporado à linguagem cotidiana de assistentes sociais nas variadas instituições contratantes e nos espaços em que atuam, como ainda em títulos de disciplinas nos cursos de graduação e em palavras-chave de publicações e textos, o que, às vezes, reduz ética à dimensão normativa do CE ou ao *éthos* profissional do/a assistente social.

Logo, a adoção da forma de se expressar ética profissional deve estabelecer recortes na reflexão aos usos na profissão dos/as assistentes sociais ou na tentativa de tomar o debate ético, circunscrito ao CE vigente, pois nele está presente uma concepção de ética que impossibilita tais tentativas, a exemplo do seu oitavo princípio fundamental: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem social, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; [...]” (BRASIL, 2012, p. 24).

A complexidade que envolve a compreensão de ética pode ser situada na passagem do texto de Tertulian (2010, p. 21), ao referir-se ao projeto da Ética de G. Lukács:

[...] seria precipitado concluir que o filósofo deixou em estado de simples projeto um empreendimento que o interessava tanto. Se ele não conseguiu edificar o conjunto, nunca deixou de juntar os materiais. As preocupações éticas, frequentes em suas obras, permitem reconstituir as grandes linhas deste edifício ausente; existe uma ética *in nuce* de Georg Lukács, a qual se pode deduzir dos inúmeros textos em que o filósofo dá corpo a um projeto que não se realizou como um todo acabado.

Nessa direção reside a grandeza do CE e da obra de Barroco (2010), a qual se propôs realizar a análise necessária para o período que o Serviço Social atravessava no início dos anos 1990, ao firmar os pressupostos ontológicos no entendimento do ser social, inspirados na tradição marxiana e tendo por referência a obra de G. Lukács – o que ela fez na tese de doutorado e posteriormente publica em livro.

No capítulo três da obra, a autora (BARROCO, 2010) expressa o seu entendimento sobre ética, demonstrando a relação entre a trajetória do Serviço Social e o desenvolvimento do percurso traçado pelo marxismo. Tal análise se sustenta em capítulos anteriores que buscam expressar os entendimentos de G. Lukács sobre a ontologia do ser social, o que necessariamente remete à compreensão do autor sobre o trabalho e à análise do percurso da apropriação do debate sobre a ética no Serviço Social no Brasil e seus processos de ruptura com a ética tradicional.

Quanto à segunda questão, indicada acima por nós, a concepção de emancipação humana remete à obra de K. Marx, *Para a questão judaica* (1997), a qual foi formulada tendo em vista a complexidade que envolvia o debate no contexto alemão. Ocorre que a obra de Marx posterior a esse período se desenvolveu sobremaneira na apropriação da dialética que envolve o método que pressupõe a teoria política e a historicidade.

Portanto, quando Marx formulou os dois artigos, no diálogo com os textos de B. Bauer, sobre a mesma questão que compôs *Para a questão judaica*, sequer a inversão da concepção de que a sociedade civil é objetivada pelo Estado tinha ocorrido. Para Marx, após estudos sobre Hegel, é a sociedade que objetiva o Estado.

Netto e Iasi (2020), analisando a obra de Marx (1997), informam que este foi o último texto de Marx em que ele se colocou como democrata radical – o que é diferente de ser liberal. Talvez, por isso, no prefácio da obra de Barroco (2010), Netto (2010, p. 10-11 – grifo no original) lembre:

[...] o primeiro trabalho que oferece a fundamentação adequada à formulação ética compatível com um projeto profissional radicalmente crítico, substantivamente democrático, concretamente humanista e orientado para o horizonte histórico do que Marx, em 1844, qualificava como *emancipação humana*.

Para melhor situar o contexto em que foram escritos os artigos que compõem *Para a questão judaica* (MARX, 1997), torna-se importante lembrar que Bruno Bauer enfrentou o debate judaico pela via religiosa, e, ao fazê-lo, desconsiderou o ponto de vista político-social que Marx analisou, situando a questão fora da religião, pois o Estado pode ser laico, o que assegura os direitos a todos, inclusive ao exercício da diversidade religiosa.

A emancipação, portanto, envolve as dimensões civil e político-econômica. Ao serem burgueses, os indivíduos têm direitos e para o Estado todos são abstratamente iguais perante a lei. Por isso, há um tipo de emancipação política – que significa a destruição de todos os vínculos pessoais, de servidão, de localismos – a qual, para os liberais (NETTO; IASI, 2020), é a emancipação, mas que, para Marx, não pressupõe a emancipação humana.

Sob vigência burguesa, a emancipação política possibilitada no Estado moderno, embora seja importante, é limitada, o que restringe a emancipação humana, que somente ocorrerá quando a cisão entre cidadão e indivíduo for superada e os indivíduos puderem submeter ao seu próprio controle o que o Estado faz, o que não será possível na vigência do capitalismo. Portanto, nesse ordenamento, poderá ocorrer a emancipação política, embora esta também, de forma recorrente, seja ameaçada, conforme a trajetória histórica da sociabilidade brasileira registra.

Em *Para a questão judaica* (MARX, 1997), quando a discussão feita por Bauer era colocada como sendo religiosa, Marx a entendeu como questão sociopolítica. Dessa forma, essa obra indicou à Marx a necessária busca por um instrumental analítico, o que foi encontrado em *Para a crítica da economia política*, ou seja, Marx encontrou na formulação dos ensaios sobre *Para a questão judaica* uma chave heurística que possibilitou ser demonstrada na sequência de sua obra, segundo Netto e Iasi (2020).

Para assistentes sociais e demais profissionais que atuam com os direitos sociais, a questão é que na sociabilidade capitalista ocorre uma cisão gerada entre indivíduo e cidadania (IASI, 2020), pois a individualidade “homem” expressa buscas de liberdade que a cidadania não poderá corresponder. Todavia, a realidade brasileira requer a ampliação do debate sobre a questão da desigualdade:

[...] somente abordagens que apontem o cerne histórico da desigualdade persistente na sociedade brasileira são capazes de ultrapassar o minimalismo conceitual das reflexões acerca das reais possibilidades de redução/superação da desigualdade, e/ou da conquista concreta da igualdade que envolve esse tema [a cidadania]. (MORAES FREIRE, 2013 *apud* CRESS-RJ, 2013, p. 44).

É nesse sentido que a atuação do/a assistente social pode adensar possibilidades de superação da sociabilidade vigente, pressupondo a construção das condições objetivas e subjetivas de ruptura com a ordem capitalista. Este é o contexto em que as lutas por direito e de exercício da cidadania tornam-se possibilidades históricas. Como Elaine Behring (2013 *apud* CRESS-RJ, 2013, p. 16) analisou, os princípios fundamentais do CE apresentam a “dialética entre emancipação política e humana”.

Voltando ao texto *Para a questão judaica* (MARX, 1997), nas palavras de Barata-Moura (1997, p. 33 – grifo no original):

A dualização não constitui, para Marx, apanágio exclusivo da existência religiosa, dividida entre o céu da bem-aventurança prometida e o vale tereno do sofrimento lacrimoso. O Estado *político* (burguês) encontra-se ele próprio também tecido e entretecido por esta antitética constitutiva, desde logo, pela distinção que instaura entre a ‘esfera política’ (onde todos edenicamente [identicamente] partilham uma mesma igualdade de direitos) e a ‘sociedade civil’ (entregue aos mais variados atropelos de interesses singularizados à compita [disputa]).

Assim sendo, a possibilidade histórica revolucionária se torna a via capaz de assegurar lutas nos períodos de emancipação política, os quais também ficam à mercê de interrupções, ou seja, somente a reconfiguração das bases materiais da existência poderá indicar uma sociabilidade capaz de assegurar a emancipação humana, “do controle consciente da produção e reprodução material da vida [...] [d]a superação da forma mercadoria e do capital” (IASI, 2011, p. 57). Ou também, nas palavras de Marx:

Só quando o homem individual real retoma em si o cidadão abstracto e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais –, se tornou *ser genérico*; só quando o homem reconheceu e organizou as suas ‘forças propres’ [forças próprias] como *forças sociais*, e portanto, não separa mais de si a força social na figura da força política – [é] só então [que] está consumada a emancipação humana. (MARX, 1997, p. 90-91 – acréscimos e grifo do tradutor).

Esses pressupostos fundamentais da ética² nos indicam a certeza de que abordar a realidade brasileira significa tomar como ponto de partida que o capitalismo no país apresenta dificuldades particulares em relação à expansão dos direitos, ou seja, trata-se de uma

[...] sociedade heterônoma, dependente e extremamente desigual, de passado escravista, na periferia do mundo do capital, apesar dos ares de potência emergente, e com classes dominantes que optaram historicamente por revoluções pelo alto, transições transadas e revoluções sem revolução, [em que] a luta por direitos e justiça social torna-se, paradoxalmente, fermento de uma perspectiva anticapitalista, traduzindo-se profissionalmente no compromisso com os usuários, com o acesso aos direitos, e com a elaboração de políticas de caráter universal. (BEHRING, 2013 *apud* CRESS-RJ, 2013, p. 16).

Vale lembrar, nesse sentido, Francisco de Oliveira e sua formulação sobre o ornitorrinco como uma imagem capaz de expressar o seu pensamento social sobre o Brasil. Para ele, a tendência concentradora do capitalismo reduz “[...] os sistemas social e político a meros adereços figurativos que justificam a pauperização e a impotência cidadã [...]” (OLIVEIRA, 2006, n. p.). Segundo o autor, ocorre uma colonização da política pela economia, tornando a política irrelevante e, conseqüentemente, a cidadania torna-se irrelevante. Então, é nesse contexto que emerge a sua construção sobre o ornitorrinco: “[...] não se pode mudar as tendências da economia a partir da política e pela política, os resultados são os que aí estão: políticas de funcionalização da pobreza que reforçam todos os mecanismos de discriminação política [...]” (OLIVEIRA, 2006, n. p.) e as políticas sociais universais passam a ser políticas de exceção.

2 Ver: Barroco (2010). Ainda, Lessa (2020) também analisa os fundamentos da reprodução ampliada do capital, que têm sustentação principalmente no mercado e na cidadania.

Portanto, a adoção do termo ética profissional pressupõe considerar uma tarefa histórica e consciente da classe trabalhadora/proletariado. A práxis social, na particularidade profissional, portanto, está além dos limites da instituição profissão, nos marcos da divisão sociotécnica do trabalho em bases capitalistas. Para nós, isso exige, então, refletir sobre consciência e consciência de classe, o que ficará para outra ocasião.

Resultados parciais de leitura dos processos de denúncias de infrações éticas entre 2013 e 2018 no Cress-PR

A pesquisa documental realizada com os processos de infrações éticas concluídos e arquivados compreendeu o período de vigência do CE, ou seja, de 1993 ao ano de proposição do projeto de pesquisa – 2018. As atividades de verificação do material na sede do Cress-PR foram organizadas abrangendo três períodos dos processos éticos: 1993 a 2007, 2008 a 2012 e 2013 a 2018. Neste artigo, apresentam-se resultados parciais quantitativos dos dados sistematizados do último período: número de processos concluídos e arquivados; resultados dos julgamentos e penas atribuídas em primeira instância, quando consideradas pertinentes as denúncias, e em segunda, quando houve recurso; e desaforamentos. Outros resultados foram obtidos na verificação aos processos éticos e poderá avançar em análises qualitativas sobre aspectos pertinentes ao CE, ampliando a compreensão de seus resultados e qualificando o debate – o que se propõe realizar em outro artigo.

Cabe mencionar a necessidade de a análise dos processos de denúncias de infrações éticas no Cress-PR sempre ser norteadas pela historicidade da realidade brasileira, paranaense e do Serviço Social, o que metodologicamente consiste em considerar a economia política. Neste artigo, não temos condições para o aprofundamento destes aspectos.

Ocorre que os conflitos presentes nas denúncias de infrações éticas apresentam aspectos da realidade socioinstitucional objetivos e subjetivos dos sujeitos envolvidos, situados nas particularidades presentes em tal realidade. Tais sujeitos que veiculam denúncias se referem às instituições situadas em municípios que apresentam contextos diversos, condições materiais e humanas, que demonstram interesses e disputas ético-políticas por projetos societários.

Com as particularidades que o estado do Paraná apresenta frente aos demais estados do país, pode-se afirmar que o Serviço Social seguiu o percurso similar aos demais estados, como se verifica em Battini *et al.* (2009). E isso se relaciona, em grande medida, pela formação ambiental que lhe reserva, em parte do estado, condições no relevo e solo com qualidade para o desenvolvimento agroindustrial. Iniciativas do estado, da Igreja Católica e do empresariado, principalmente da região de Curitiba, contribuíram para os processos de implantação da primeira escola de Serviço Social.

No decorrer histórico do Paraná, ocorreu a expansão dos cursos de Serviço Social nas universidades estaduais, públicas e gratuitas, porém o desenvolvimento do ensino a distân-

cia também reservou a este estado uma rápida capacidade de implantação dos polos e da formação de assistentes sociais nesta modalidade de ensino (ANTUNES, 2017). O Cress-PR assenta sua trajetória em se constituir, inicialmente, como uma seccional vinculada ao Cress-RS e seu desmembramento nos anos 1980, quando deu continuidade ao acompanhamento dos debates e das formas organizativas da categoria dos/as assistentes sociais.

No desenvolvimento da pesquisa realizada no Cress-PR, pode-se notar, *pari passu* à observação dos processos éticos concluídos e arquivados, o empenho e o compromisso ético-político das direções da entidade e seus/suas diretores – mesmo sem a liberação de suas horas em contratos de trabalhos institucionais, dos quais decorrem os seus salários – ao posicionamento rápido acerca das exigências e polêmicas que as questões dos conflitos éticos apresentam e o adensamento dos debates no contexto nacional do Serviço Social.

Nos processos de denúncias de infrações éticas, no período de 2013 a 2018, foram encontrados: em 2013, sete processos éticos com um recurso em segunda instância; e um desaforamento recebido do Cress-MG (arquivado por vencimento de prazo). Em 2014, foram três processos éticos e um desaforamento remetido ao Cress-SC. Em 2015 e 2016, foram, respectivamente, um e três processos éticos. Em 2017, foi um processo ético e uma solicitação de desaforamento (arquivado pelo CFESS). Em 2018, foi um desaforamento para o Cress-SP (arquivado) e um desaforamento recebido do Cress-SP, ao qual não se teve acesso ao resultado por não estar no arquivo. São um total de 15 processos éticos, cinco desaforamentos (dois recebidos, dois remetidos e uma solicitação indeferida). Foram três denúncias ex-offício³, realizadas pelo Cress em 2013, uma em 2014 e uma em 2016, totalizando cinco.

Quadro 1. Processos de denúncias de infrações éticas, no período de 2013 a 2018

Anos	Processos éticos		Recurso em segunda instância	Desaforamento
	Total	Julgadas procedentes		
2013	7	4	1 (pena reformada)	1 (recebido MG) arquivado
2014	3	3	-	1 (enviado SC)
2015	1	0	-	-
2016	3	1	-	-
2017	1	0	-	1 (solicitado e arquivado)
2018	0	0	-	2 (1 enviado SP arquivado; 1 recebido SP sem acesso ao resultado)
Total	15	8	1	5

Fonte: Adaptado de Cress-PR, levantamento realizado em 2021

3 Contam com a previsão no primeiro parágrafo, Artigo 1, do Código Processual de Ética. O mesmo artigo indica o que neste denominamos infrações éticas: “[...] fatos que possam ser caracterizados, em tese, como violadores do Código de Ética do/a Assistente Social [...]” (CFESS, 2013, n. p.).

Os desaforamentos têm previsão no Código Processual de Ética (CFESS, 2013) e adquiriram regulamentação própria (CFESS, 2015). Pode-se dizer que a trajetória histórica desses documentos, expressos por meio de resoluções, apresentam ricos percursos, construídos com esforços coletivos e deliberados em instâncias apropriadas e, por isso, resguardam elementos da práxis do Serviço Social.

Nesse período, foram encontradas nos arquivos dos processos éticos sete denúncias arquivadas, ou seja, aquelas que a Comissão Permanente de Ética (CPE) analisou e verificou não evidenciar uma violação ética. Além disso, o Conselho Pleno deliberou pelo arquivamento, sendo uma em 2015, duas em 2016, três em 2017 e uma em 2018. Entre estas, uma foi ex-offício pelo Cress-PR.

Quadro 2. Penas atribuídas nos julgamentos dos processos éticos, no período de 2013 a 2018

Ano	Julgamentos considerados procedentes	Penas atribuídas	Recurso de Segunda Instância
2013	4	Suspensão de exercício profissional por seis meses e advertência pública; Suspensão do exercício profissional por um mês; Advertência reservada; Advertência pública (recurso).	1 Abrandamento da pena de advertência pública para advertência reservada
2014	3	Advertência pública; Advertência reservada e o indicativo de participação no Curso Ética em Movimento; Suspensão do exercício profissional por um mês.	-
2016	1	Suspensão do exercício profissional por doze meses.	-

Fonte: Adaptado de Cress-PR, levantamento realizado em 2021

Dos quinze processos éticos julgados no Cress-PR, em oito as denúncias foram consideradas procedentes, conforme segue:

- Em 2013, sete foram a julgamento, três considerados improcedentes e quatro procedentes, com as seguintes atribuições de penas: duas assistentes sociais envolvidas na denúncia – uma recebeu suspensão de exercício profissional por seis meses e a outra, advertência pública; suspensão do exercício profissional por um mês; advertência reservada; e advertência pública, que foi reformada em segunda instância para advertência reservada;
- Em 2014, três foram a julgamento e deliberaram a procedência das denúncias, com as atribuições das penas: advertência pública; advertência reservada e o indicativo de participação no curso Ética em Movimento; e suspensão do exercício profissional por um mês;

- Em 2015, um processo ético teve como julgamento a improcedência da denúncia;
- Em 2016, três foram a julgamento, sendo dois julgados improcedentes as denúncias; e em um julgou-se procedente a denúncia e foi atribuída a pena de suspensão do exercício profissional por 12 meses;
- Em 2017, um deliberou a improcedência e o arquivamento do processo;
- Em 2018, foi recebido um processo desaforado pelo Cress-SP e enviado um processo, também para o Cress-SP.

Em resumo, no período: ocorreram 15 processos éticos, cinco denúncias ex-offício nos processos éticos, um recurso em segunda instância, dois desaforamentos recebidos (um do Cress-MG e outro do Cress-SP), dois desaforamentos enviados (para o Cress-SC e para o Cress-SP) e uma solicitação de desaforamento ao CFESS, que foi indeferida. Oito processos foram julgados procedentes as denúncias, os quais receberam as seguintes penas: em 2013, suspensão de exercício profissional por seis meses e advertência pública; suspensão do exercício profissional por um mês; advertência reservada; e advertência pública, que foi reformada em segunda instância para advertência reservada; em 2014, advertência pública; advertência reservada e o indicativo de participação no curso Ética em Movimento; e suspensão do exercício profissional por um mês; e em 2016, suspensão do exercício profissional por 12 meses.

Considerações finais

O caminho trilhado na formulação deste artigo expressa a trajetória da pesquisa realizada e suas inquietações em relação ao objeto proposto, que incide sobre algumas questões: o processamento de denúncias de infrações éticas em uma dada categoria profissional contribui para a ampliação de possibilidades de emancipação humana, pressuposto fundamental da realização ética no Serviço Social? Ou, talvez, seja possível, perguntar-se: o processamento das denúncias de infrações éticas no Serviço Social possibilita, em sua particularidade histórica, extrapolar a sua funcionalidade prático-normativa e demonstrar elementos de uma consciência humano-genérica?

Essas questões são recorrentes e cabem algumas reflexões na tentativa de ampliar as possibilidades de investigações, leituras e estudos a fim de adensar conteúdos contributivos. Tomada a ética em âmbito profissional em sua dimensão teórico-filosófica, que explicita um modo de ser da categoria dos/as assistentes sociais, o CE emerge como um elemento normatizador objetivo. Isso porque serve como referência, mas não se esgota, pois seus princípios fundamentais o extrapolam e, ao mesmo tempo, ele mesmo requisitou outros documentos complementares, também objetivos, que complementam a direção social em torno de seus princípios fundamentais, como o Código Processual de Ética (CFESS, 2013) e as regulamentações, a exemplo da que remete às condições éticas e técnicas para o exercício do/a assistente social (CFESS, 2006).

Nos fundamentos que norteiam a ética no Serviço Social, a sua dimensão normativa extrapola os interesses internos, corporativos e endógenos da profissão. Ora, se os objetos de denúncias se referem aos interesses da profissão, entende-se ser possível outra indagação: será passível de se identificar valores genéricos humanos nos processamentos das denúncias de infrações éticas? Isso, a nosso ver, exige, de um lado, lembrar a natureza de classe da categoria dos/as assistentes sociais: somos assalariadas/os e engrossamos as fileiras das necessidades expressas da classe trabalhadora/proletária. De outro lado, exige considerar que os conflitos expressos nas denúncias de infrações éticas remetem a questões institucionais diversas que, geralmente, expressam interesses vinculados às visões de mundo de dirigentes, agentes profissionais, usuários dos serviços sociais e outros sujeitos sociais.

É no exercício das mediações que as entidades e os sujeitos envolvidos nos processamentos das denúncias de infrações éticas conseguem submergir da singularidade expressa em interesses e galgar esforços no sentido de uma particularidade capaz de expressar a totalidade social, a universalidade, a práxis social em um contexto profissional.

Entende-se, assim, que o exercício da reflexão ética no Serviço Social não pode, não deve e não é restrito à dimensão normativa dos pressupostos da ética, como se pode verificar na práxis profissional, de onde se observa o vigor de atividades múltiplas desencadeadas em torno das questões que envolvem o exercício profissional com as expressões da questão social.

É nesse conjunto de elementos que a categoria dos/as assistentes sociais somam às buscas/lutas pela emancipação política, que poderá favorecer a continuidade histórica aos esforços da classe trabalhadora-proletária, rumo à emancipação humana. Essa, afinal, pode ser uma classe social autônoma que luta em torno dos interesses para si: “[...] não pode emancipar-se sem emancipar todas as outras esferas da sociedade e, ao mesmo tempo, emancipar todas elas” (MARX, 1977, p. 13).

Contribuições dos/as autores/as: Integral: da concepção da pesquisa à realização, da formulação do artigo às revisões.

Agradecimentos: À Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em especial docentes dos cursos de Serviço Social do Campus de Toledo; Ao Conselho Regional do Paraná, às duas últimas direções e à equipe.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Comitê de Ética em Pesquisa da Unioeste: CAAE: 02347618.2.0000.0107. Número do Parecer: 4.392.858.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

- ANTUNES, A. E. M. *O movimento de expansão dos cursos de graduação em Serviço Social no estado do Paraná: a particularidade da educação a distância*. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, 2017. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3265>. Acesso em: 14 ago. 2022.
- BARATA-MOURA, J. Prefácio. In: MARX, K. *Para a questão judaica*. Lisboa: Avante, 1997.
- BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2010.
- BATTINI, O. et al. (Org.). *As determinações sócio-históricas do Serviço Social no Paraná: gênese e institucionalização – 1940 a 1959*. Londrina: Eduel, 2009.
- BEHRING, E. R. Ética, política e emancipação: a atualidade de nossas escolhas. In: CRESS-RJ (Org.). *Projeto Ético-Político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais*. Rio de Janeiro: Cress, 2013.
- BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei n. 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 16 out. 2018.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Resolução CFESS n. 493/2006*. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, DF: CFESS, 2006. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf. Acesso em: 22 dez. 2021.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Resolução n. 660 de 13/10/2013*. Dispõe sobre as normas que regulam o Código Processual de Ética. 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/660-2013-cpe.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Resolução n. 726/2015*. Complementa a Resolução nº 548 de 23 de março de 2009, que institui procedimentos que deverão ser adotados no processamento das denúncias éticas que forem objeto de Desaforamento, conforme previsão do artigo 9º do Código Processual de Ética disciplinado pela Resolução CFESS n. 660 de 13 de outubro de 2013. 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao-726-2015.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- IASI, M. L. O problema da emancipação humana. In: IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LESSA, S. O bem comum em tempos capitalistas. In: LESSA, S. *A crise da esquerda e do Projeto Ético-Político do Serviço Social*. Maceió: Coletivo Veredas, 2020, pp. 57-104.
- MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: MARX, K. et al. *Temas de ciências humanas 2*. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1977.
- MARX, K. *Para a questão judaica*. Lisboa: Avante, 1997.
- MIRALES, R. Denúncias de infrações éticas no Conselho Regional de Serviço Social do Paraná. *Argumentum*, Vitória, v. 13, n. 2, 2021.

MIRALES, R. A dinâmica da pesquisa sobre ética e Serviço Social. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 22, n. 43, jan./jun. 2022a.

MIRALES, R. Aspectos sócio-históricos da Comissão Permanente de Ética no Paraná. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 28, n. 1, jan./abr. 2022b.

MORAES FREIRE, S. de. Garantia de direitos, ampliação e consolidação da cidadania no Brasil: desafios do Código de Ética Profissional dos assistentes sociais. In: CRESS-RJ (Org.). *Projeto Ético-Político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais*. Rio de Janeiro: Cress, 2013.

NETTO, J. P. Prefácio. In: BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P.; IASI, M. *Limites dos direitos e emancipação política e humana*. In: BOSCHETTI, I. Canal no YouTube. Vídeo (3h18m). 3 nov. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XoOoxBIJc_0. Acesso em: 13 ago. 2022.

OLIVEIRA, F. A colonização política. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA [texto-base]. Vitória, 14 jun. 2006.

TERTULIAN, N. O grande projeto da ética. *Verinotio Revista On-line*, Rio das Ostras, ano VI, n. 12, out. 2010.

Serviço social e as lutas negras brasileiras

Social Work and Black Brazilian Struggles

Dayana Christina Ramos de Souza Juliano* 

RESUMO

Este trabalho aborda as formas de resistências, lutas, organizações e ações políticas dos movimentos sociais negros e negras no enfrentamento ao racismo estrutural, destacando a urgência da convocação antirracista para o Serviço social brasileiro na atual conjuntura de execução da necropolítica no contexto neoliberal, sabendo-se que o Estado é mecanismo ativo na propagação de violações de direitos e violência colonial moderna cunhada nas opressões do racismo, sexismo e de classe.

Palavras-Chave: Relações sociorraciais; Resistência negra e Serviço social.

ABSTRACT

This paper aims to highlight forms of resistance, struggles, organizations, and political actions of black social movements in the face of structural racism. It points to the urgency of anti-racist calls for Brazilian social work in the current conjuncture of execution of necropolitics in the neoliberal context, knowing that the state is an active mechanism in the propagation of violations of rights and modern colonial violence coined in the oppressions of racism, sexism, and class.

Keywords: socio-racial relations; black resistance; social work.

Introdução

A reflexão produzida aqui é parte da dissertação de mestrado realizada no âmbito de um programa de pós-graduação em serviço social. O referido trabalho foi desenvolvido a partir de três fontes de experiências que, de forma mútua, permitem a relação contínua entre reflexão e ação; estamos nos referindo aos âmbitos de atuação acadêmica, profissional e ativista.

Temos a inclinação e disposição de conferir a esta produção a ferramenta epistemológica e metodológica denominada por Concei-

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78944>

*Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: dayana.seso@gmail.com.

COMO CITAR: JULIANO, D. C.R. S. Serviço social e as lutas negras brasileiras. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 89-99, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78944>

Recebido em 20 de junho de 2020.

Aprovado para publicação em 11 de outubro de 2022.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

ção Evaristo (2007) como escrevivência. Postulando conceituações de forma contraco-lonial, pretendemos desenvolver aqui uma problematização que aponte as relações de poder sociais, raciais, políticas, éticas, civis e estéticas violentamente instituídas no Brasil, articulando as questões étnico-raciais que demarcam as condições sociais da população negra e o Serviço Social.

As elaborações apresentadas foram e são estabelecidas como partes de um processo contínuo e dialético de cunhos ativista e profissional, associado ao interesse sobre o serviço social e as relações étnico-raciais no Brasil, e atravessado pela motivação derivada da formação política forjada no seio dos movimentos e ativismos sociais de mulheres negras.

É desse entrelaçar de experiências que surgem e se intensificam as inquietações que culminam na produção do conteúdo que aqui apresentamos. Também é imprescindível sinalizar que não temos a pretensão de esgotar as possibilidades dos temas aqui trabalhados, mas sim de nos alinharmos às mulheres negras nas lutas antirracistas e pela vida da população negra brasileira.

Destacaremos a importância da interpretação sobre os processos que circundam raça, racismo e genocídio da população negra para o serviço social, reforçando que não se trata de uma questão restrita, pontual ou limitada, mas inerente a todas as formas de organização da vida na sociedade brasileira. É exatamente aí onde se dá a atuação profissional na relação complexa e contínua de limites e possibilidades em diversos campos de atuação, evidenciando como esta categoria é convocada para a luta antirracista.

Para tal fim, nos referenciaremos em autores que debatem esses eixos dentro e fora do serviço social, de modo que a metodologia está ligada à categoria interseccionalidade. Como os movimentos sociais negros são diversos e não compõem um bloco homogêneo nas suas finalidades e ações, as lutas negras são múltiplas, e por isso não iremos referenciar e descrever tais lutas propositalmente, por não ser o objetivo principal deste ensaio.

As orientações profissionais do serviço social brasileiro estão inseridas em uma sociedade em que o racismo e o sexismo se fazem presentes em todas as instâncias, e assistentes sociais, independente das suas frentes de atuação, irão se deparar com um público especificamente marcado por estes condicionantes sociais – a população negra. O público a que nos referimos foi destituído de posses, de sua cultura, da dignidade humana para serem trazidos para o Brasil na condição de escravizados, em uma terra com invasor/dono/senhor. Os grilhões se mantêm na colonialidade, enquanto o povo negro resiste e ressignifica sua existência.

Diante das relações étnico-raciais no Brasil, devemos sinalizar que a ênfase desta produção está alocada na insurgência negra e suas formas de afrontamento às normatizações coloniais que, desde a fundação deste país, retiram os recursos para a garantia da vida da população negra e das diversas etnias indígenas que constituem os povos originários. Isso se dá em um processo contínuo que anuncia o desenvolvimento da nação, a moder-

nidade, mas que na prática se traduz em uma escala inestimável de extermínio e anulação de vidas e suas potencialidades nesta terra chamada Brasil.

Para esta abordagem, inserida no âmbito do Serviço Social, este texto foi estruturado em duas partes. A primeira aborda, de modo breve, alguns aspectos da formação sócio-histórica brasileira, em especial, o colonialismo e o racismo, para situar a importância das lutas do povo negro no país. Já a segunda parte se detém na problematização das questões étnico-raciais no Serviço Social, considerando a convocação de seus agentes para a promoção da igualdade racial.

Colonialidade, racismo e lutas negras no Brasil: breves apontamentos

A expansão das lutas sociais na sociedade brasileira sobressai ao discurso dominante, atravessa as barreiras da opressão e alça novas frentes de ação, combate e resistência, como demonstra o avanço das lutas negras no país. Nessa direção, é importante realizarmos análises com ênfases em raça/racismo e gênero/sexismo para compreendermos na totalidade a dinâmica sócio-histórica brasileira.

Sinteticamente, no período histórico demarcado pelo pós-abolição, podemos designar que na relação estabelecida entre Estado, racismo e sociedade brasileira há três períodos marcantes: 1) de 1888 a 1930: tomam forma e força as prerrogativas eugenistas, postas através da ideologia do branqueamento; 2) de 1930 a 1978: com afirmação da mestiçagem nacional como epítome da democracia e paraíso racial brasileiro; e 3) de 1978 aos dias atuais: quando entram em cena os movimentos sociais contemporâneos de negros e de mulheres negras, confrontando o ideal de nação brasileira.

Esse quadro provoca o reconhecimento do racismo como fenômeno multifacetado, causador de desigualdades sociais. Portanto, cobra reparações por parte do Estado e sociedade brasileira, vide as articulações dos movimentos negros que culminaram na conquista das políticas de ações afirmativas, por exemplo.

Sob a perspectiva da teoria social crítica, os movimentos sociais são fomentados a partir da contradição entre capital e trabalho, em que os socialmente oprimidos buscam a superação da opressão, dominação e exploração sofrida. Essa consideração sobre a identidade dos movimentos sociais se revela nos processos contracoloniais, haja vista as lutas dos colonizados face às forças colonizadoras e às atualizações da colonialidade do poder.

Falar da primazia da classe sem a devida mediação com a intercorrência sistemática e estrutural de raça e racismo na sociedade brasileira é, no mínimo, insuficiente. A ausência da ênfase racial acarreta uma interpretação não realista da classe trabalhadora do país, e isso sim pode fragmentar as mobilizações e movimentos populares/sociais no país. Como alerta

Clóvis Moura, “numa sociedade assimétrica e contraditória como a brasileira, alguns acham que os movimentos – negros – fogem ao simétrico, e, por isto, são separatistas, desagregadores e procuram desunir e separar o que se devia unir: o proletariado”. (Moura, 1983, p.126)

A realidade escravocrata colonial manifesta seus traços nos inúmeros determinantes sociais presentes na sociedade brasileira atual. Assim, a colonialidade é configurada tendo o racismo como eixo estruturante e estruturador das relações sociais. Porém, erroneamente, por vezes, raça e racismo são considerados apartados da luta de classes sociais. Para Kabenguele Munanga (2008, p. 18):

Os que pensam que a situação do negro no Brasil é apenas uma questão econômica, e não racista, não fazem esforço para entender como as práticas racistas impedem ao negro o acesso na participação e na ascensão econômica. Ao separar raça e classe numa sociedade capitalista, comete-se um erro metodológico que dificulta a sua análise e os condena ao beco sem saída de uma explicação puramente economicista.

A colonialidade do poder (Quijano, 2002) expressa a continuidade e permanência da dominação e hierarquização fundante da moderna sociedade colonial, com a mundialização do capital e do capitalismo, sobre a chamada globalização no/do sistema do mundo colonial, que ainda se acentua e aprofunda em épocas recentes, através da legitimação das formas opressivas de poder.

Rompendo drástica e definitivamente com essa noção de separatismo dos campos econômico, social e racial, alardeamos que não há essa dicotomia. A questão negra é a questão de classe no Brasil, é luta social! Essas não são realidades abstratas, não estão dissociadas, são opressões interligadas no sistema em curso, que segue sob efetiva égide da colonialidade do poder.

Diante desse contexto, torna-se fundamental a valorização da luta contínua dos movimentos sociais negros brasileiros, a luta do povo negro no Brasil, e sua resistência latente à violência racial colonial. Para reverter a tendência de secundarizar raça e gênero/sexualidade em relação à constituição das classes sociais fundamentais, propomos como categoria de análise a interseccionalidade.

A análise interseccional é primordial para compreender a luta de classes a partir da dinâmica e da totalidade da realidade brasileira, assim como o imperativo do patriarcado na divisão sexual do trabalho, que impede às mulheres o acesso à riqueza socialmente produzida. Como afirma Lélia Gonzalez, “tratar da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculino e branco”. (2018, p. 42).

Segundo Silvio Almeida, a ligação entre capitalismo, nacionalismo, racismo e sexismo não é simples e funcional, pois, “o que se pode observar até o momento é que, historicamente, o capitalismo e suas formas sociais básicas jamais se descolaram do racismo e do sexismo”. (Almeida, 2015, p. 766).

O racismo, as desigualdades e as violências raciais e de gênero são indelévels e perniciosas presenças na realidade social brasileira, resultado de uma violência histórica e sistemática da qual o Estado é partícipe na violação da vida. As assimetrias socio-raciais, desde a colonização, mantêm e reinventam a violência colonial nas mais variadas formas de articulação da trama que denota a realidade brasileira.

Serviço Social e questões étnico-raciais: o tônus da igualdade racial

Entendemos que o racismo se materializa, se reproduz, se concretiza nas dinâmicas das instituições e nos fazeres da profissão. Contrariando as táticas do racismo institucionalizado e internalizado, os profissionais de serviço social, no campo do ideal, se posicionam para não incorrerem em atitudes que reproduzam concepções estereotipadas e racialmente discriminatórias, naturalizando-as ou as invisibilizando no decorrer das ações profissionais¹.

Nesse sentido, Abramides e Duriguetto (2015), ao abordarem a formalização da categoria com movimentos sociais, enunciam que essa relação interventiva do serviço social com os processos de mobilização e organização popular está explicitada na lei de regulamentação da profissão. O serviço social tem compromisso com a realidade social, pois é nessa realidade que a categoria intervém; os conteúdos inerentes às ações dos movimentos sociais são de fato importantes para os(as) assistentes sociais do país.

Portanto, é competência de assistentes sociais a prestação de assessoria e apoio aos movimentos sociais, bem como o apoio e participação nos movimentos sociais e nas organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania, e ainda o respeito e valorização da autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras.

As percepções trazidas pelas lutas negras acerca da questão racial no Brasil são necessárias ao serviço social e, de fato, e dirigirem ao contexto e realidade social, não só da população negra, mas do próprio país. A primazia pela liberdade, direitos humanos e respeito à diversidade prescinde do compromisso ético e político de romper com as falsas dificuldades de discutir, abordar e criar estratégias de enfrentamento ao racismo e seus reflexos no cotidiano, concebendo raça como elemento constitutivo fundamental da organização e formação sócio-histórica brasileira.

1 Segundo Haider (2019, p. 72): “Não há razão intrínseca para organizar os seres humanos com bases em características que essa ideologia nos diz ser ‘racial’. A ideologia de raça afirma que podemos categorizar as pessoas de acordo com características físicas específicas, que geralmente giram em torno da cor da pele. Mas essa é uma formação arbitrária que somente tem significado porque tem consequências sociais”.

Marilda Iamamoto destaca as particularidades e especificidades que se apresentam na realidade concreta, ou seja, no conjunto das relações sociais, no tecido social, no cotidiano, ao afirmar que para a compreensão da questão social, atualmente, é necessário “decifrar as desigualdades sociais – de classe – em seus recortes de gênero, raça e etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente, etc. Mas decifrar também as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais”. (2007, p. 114).

Cabe referenciarmos que as questões de racismo e sexismo são estruturais e fazem parte da formação do capitalismo brasileiro, como vimos anteriormente, porém o debate das relações étnico-raciais na profissão ainda é tímido (PINTO, 2003). O não aprofundamento sobre o debate das relações étnico-raciais na formação profissional em serviço social pode contribuir para uma leitura acrítica e a-histórica da sociedade e da própria profissão, oferecendo espaços para que referenciais teórico-políticos e metodológicos de cunho conservador permanecem a serviço da colonialidade nos fazeres cotidianos da categoria. Para o serviço social brasileiro, enquanto categoria profissional e intelectual que tem compromissos éticos e políticos indissociáveis dos valores apregoados pelos direitos humanos, o cenário de violência racial delatado pelos movimentos sociais negros merece atenção na leitura da realidade social e no planejamento da intervenção nesta realidade.

As análises sociorraciais são necessárias para a perspectiva de totalidade das dimensões teórico-política, técnico-operativa e ético-política do serviço social, favorecendo à categoria uma atuação qualificada diante da realidade social, sobretudo se temos em vista a defesa, promoção e garantia de direitos civis, sociais, políticos e humanos.

Para Jurema Werneck (2013), o racismo institucional “é a falha coletiva em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica” e se manifesta em um sistema no qual a violência racial está presente e forjando o cotidiano. Grada Kilomba oferece mais subsídios para interpretação do significado do racismo institucional. A autora aponta para o fato de que não se trata apenas de um fenômeno ideológico, mas um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas, tais como em sistemas e agendas educativas, mercado de trabalho, justiça criminal etc. De acordo com a autora, “o racismo institucional opera de tal forma que coloca os sujeitos brancos em clara vantagem em relação a outros grupos racializados”. (Kilomba, 2019, p. 78).

A pertinência da aproximação do serviço social com as frentes de lutas sociais nos campos antirracistas pressupõe um processo de engajamento político da categoria com os movimentos sociais negros para a defesa intransigente dos direitos humanos nas suas projeções teóricas e práticas. Na série *Assistente social no combate ao preconceito*, Roseli Rocha chama atenção, ao afirmar que “o racismo é gerador de múltiplas violências, guerras, perseguições religiosas e extermínio, e pode estar subjacente a ideias preconceituosas e a práticas de segregação, isolamento social e aniquilamentos”. (Rocha, 2016, p. 11).

Variadas formas de violência se manifestam, atualmente, na vida de jovens negros que vivenciam o preconceito, a discriminação, o racismo, a violência e a morte. Por isso, Valdenice Raimundo afirma que

trazer para os espaços de reflexões do assistente social a questão da violência no cotidiano da juventude negra, numa perspectiva crítica, é desafiador, haja vista que o desvelamento desse objeto demanda apreender tanto as manutenções e reproduções das situações vivenciadas como as formas de resistência assumidas... Encontrar possíveis saídas para essas tensões no interior da sociedade capitalista coloca-se como um grande desafio para os profissionais de Serviço social. (Raimundo, 2014, p.43)

No serviço social atuamos com famílias, dada a matricial idade familiar no campo das políticas sociais; com isso, avançamos em relação às particularidades das famílias no Brasil, desenvolvemos arcabouço teórico e empírico sobre as suas condições socioeconômicas, problematizamos sobre as famílias monoparentais, chefiadas por mulheres, compostas por casais homoafetivos etc. Porém, nos falta a reflexão racializada sobre esse tema. No geral, conseguimos identificar uma sobrecarga das famílias negras, aquelas que são compostas por sujeitos negros. Na contramão ocorre, também, a redução das responsabilidades do Estado no sentido de favorecer e garantir os direitos sociais básicos e fundamentais.

Sueli Carneiro, especifica que:

A constituição da família negra nos moldes da família nuclear burguesa ou monogâmica é fenômeno historicamente recente e não totalmente consolidado, expressando antes um ideal de padrão familiar a ser atingido naquilo que ele representa ideologicamente como indicador de integração social do que uma estrutura concretamente possível dadas as precárias condições de existência da população negra. (Carneiro, 2019, p.50)

A luta de classes não pode prescindir das lutas contra as opressões, que lhes dão vida e materialidade nas dinâmicas sociais, como opressão de gênero e raça pois, segundo Lorde, “não existe hierarquia de opressões”. (Lorde, 2019, p.75). Nesse sentido, o comprometimento com a emancipação humana deve, sobretudo, tratar o racismo e o patriarcado na perspectiva de totalidade social.

Considerando suas prerrogativas ético-políticas, teórico-práticas e técnico-operativas, o serviço social não pode menosprezar, invisibilizar ou secundarizar as desigualdades raciais e as mazelas sociais deixadas pelo racismo, causador de opressões, violências e negação de direitos. A assistente social Matilde Ribeiro (2004) em *As abordagens étnico-raciais no serviço social*, chama seus pares para a reflexão sobre a pertinência da inserção das questões étnico-raciais na área do serviço social. A autora destaca que, para a categoria de assistentes sociais, “torna-se fundamental o avanço das reflexões e ações que visam o

fortalecimento de projetos societários no sentido de consolidar a justiça social e racial”. (Ribeiro, 2004, p. 134).

Ao abordar o movimento de mulheres negras que atua de forma interseccional, confrontando a perpetuação do racismo, sexismo e classismo, que efetivam na sociedade brasileira os preconceitos, discriminações e desigualdades cunhados na raça, classe e gênero, Sueli Carneiro (2019) sinaliza que:

A utopia que perseguimos hoje consiste em buscar um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra... Realizar a igualdade de direitos e torna-se um ser humano pleno e preñado de possibilidades e oportunidades para além da condição de raça e de gênero é o sentido final desta luta. (Carneiro, 2019, p.184)

Nessa direção, tecemos algumas provocações: quais são os marcadores civilizatórios em que nos baseamos para estabelecer as nossas relações profissionais? Face à colonialidade estabelecida em todas as esferas sociais, como já anunciamos, quais são os componentes imagéticos e intencionais que acionamos quando fazemos uso dos instrumentos técnico-operativos e das ferramentas da profissão, como visitas domiciliares, entrevistas sociais, laudos, relatórios e pareceres sociais etc.? Diante da formação sócio-histórica do Brasil e das relações étnico-raciais, quais concepções e posicionamentos assumimos face a populações/sujeitos sociais e políticos que compõem a classe trabalhadora brasileira? Quais são as lutas sociais que reconhecemos como contra-hegemônicas?

A intencionalidade de tais provocações é a de favorecer as reflexões da categoria, redimensionando e repensando a formação e a prática profissional, bem como a sociedade colonial e o próprio serviço social brasileiro inserido nesta sociedade. Superando a superficialidade sobre as relações raciais que nos condicionam a acreditar na democracia racial brasileira, somos levados a crer que, além de reconhecer a colonialidade racista, patriarcal e capitalista, os/as assistentes sociais são convocados a construir estratégias intencionalmente antirracistas no interior da profissão.

Vislumbrando as possibilidades reais, viáveis e necessárias de atuação, tomamos como exemplos de engajamento do serviço social brasileiro no combate ao racismo diante das relações raciais, os apontamentos sugeridos por Marcelo Paixão (2005), em *Manifesto antirracista: ideias em prol de uma utopia chamada Brasil*. As propostas estão divididas em onze linhas programáticas dedicadas a políticas de promoção da igualdade racial, e todas são pertinentes a(o)s assistentes sociais. São elas:

1. Ações estratégicas de promoção da igualdade racial: reconhecimento da escravização, do racismo estrutural e da dívida histórica com as populações negras e indígenas;

2. Combate à pobreza e à exclusão social: fortalecimento do combate à fome e à pobreza, incorporando a perspectiva de gênero e raça nas ações;
3. Trabalho e renda: fortalecimento da capacitação e autonomia financeira, econômica e tecnológica, visando ao desenvolvimento da população negra;
4. Políticas de educação: mudanças significativas em todos os segmentos do ensino, envolvendo todos os atores e elementos da educação, estimulando a implementação das leis nº 10.639/03 e 11.345/08;
5. Políticas de saúde: fortalecimento e ampliação do SUS e dos programas sobre as principais doenças prevalentes sobre a população negra (vide política nacional integral de saúde da população negra);
6. Direitos da mulher: combate às formas de violência contra as mulheres reconhecendo a relação dinâmica entre raça e gênero na produção e enfrentamento dessas violências;
7. Direitos humanos: revisão do sistema de justiça, vislumbrando o combate ao racismo;
8. Empoderamento das organizações negras e indígenas: estímulo, articulação e fortalecimento das mesmas, no sentido da emancipação e autonomia de organização social e política dessas populações;
9. Comunidades remanescentes de quilombos: reconhecimento, valorização e favorecimento da garantia dos direitos dessas comunidades;
10. Povos indígenas: reconhecimento das lutas dos povos originários, sobretudo a luta pela demarcação e regulação de todas as terras indígenas;
11. Política internacional: defesa do diálogo e resolução de conflitos entre as nações, com pleno respeito à soberania de cada Estado na garantia da dignidade, da humanidade e da vida, objetivando a real cooperação entre os países, a despeito dos interesses de novas formas de colonização/dominação de povos e territórios.

Assim, enfatizamos o papel do serviço social na atuação profissional e incidência ético-política para a necessária e urgente inserção na luta antirracista. Para tal feito é extremamente importante que a categoria considere as lutas das mulheres negras, bem como o acúmulo teórico que elas vêm produzindo ao longo do tempo nas diversas áreas das ciências, inclusive no serviço social. Assim, a categoria profissional tem a oportunidade de somar forças com os agentes que estão construindo, cotidianamente, ações de enfrentamento aos múltiplos poderes concretos e ideológicos do capital racista colonial brasileiro.

Considerações finais

As relações raciais no Brasil colocam a população negra em uma condição desigual perpetuada a partir do contexto descrito até aqui como processo de genocídio. As divisões

sociorraciais engendradas pela sociedade capitalista com a inerente exploração da força de trabalho mantêm a lógica da acumulação e nutrem a dinâmica de desigualdade e opressão entre as classes, que são antes de tudo racializadas. Isso acentua o quadro desfavorável no qual a população negra se encontra na sociedade brasileira. A mulher negra, dentro deste quadro, ainda convive com contextos desiguais muito peculiares.

Não morrer fisicamente não significa estar vivo socialmente. A não letalidade do corpo negro não significa vida em plenitude na sociedade racista colonial burguesa. A luta antirracista é a busca de mudanças estruturais, é força social revolucionária, confronta a sociedade que persiste com o capitalismo, o neoliberalismo, a necropolítica e a militarização das vidas, corpos e territórios negros cotidianamente. As violências do Estado são executadas através das construções sociais coloniais modernas.

Cabe ressaltar que os profissionais do serviço social não estão, em sua maioria, aptos a desconstruir falas e posturas que corroboram para a manutenção das desigualdades perpassadas pela questão étnico-racial. É evidente a lacuna entre o serviço social e as percepções dos seus agentes face às relações e questões de raça e racismo no Brasil, pois tendemos a uma leitura convencional e restrita em relação à classe trabalhadora.

A construção deste trabalho dialógico e dialético é mais um esforço insistente por vida e por viver. Insistência por vidas negras. Medidas concretas se fazem necessárias, diariamente, incessantemente, continuamente, para que consigamos sair do presente abismo colonial e para que alcancemos uma outra realidade social, racial, política, cultural, de gênero, econômica e territorial; uma realidade com possibilidade plena de afirmação das vidas negras.

Contribuições dos/as autores/as: Não se aplica.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ALMEIDA, S. Estado, direito e análise materialista do racismo. In: KASHIURA, C. N. Jr. (Org). *Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

CARNEIRO, S. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen, 2019.

EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento da minha escrita. In: ALEXANDRE, M. A. (Org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

HAIDER, A. *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Veneta, 2019.

IAMAMOTO, M. V. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PAIXÃO, M. *Manifesto anti-racista: idéias em prol de uma utopia chamada Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj, 2005.

PINTO, E. A. *O serviço social e a questão étnico-racial*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

RAIMUNDO, V. A violência no cotidiano da juventude negra: um olhar sobre a questão. *Revista Temporalis*, Brasília, n. 27, 2014.

WERNECK, J. Racismo institucional: uma abordagem conceitual. *Geledés*, 2013.

Quem é velho e quem é idoso no capitalismo contemporâneo? Reflexões sobre o envelhecimento de mulheres trabalhadoras

Who is old and who is elderly in contemporary capitalism? Reflections on the aging of working women

Amanda dos S. Lemos* 

RESUMO

O envelhecimento populacional é uma realidade hoje. Vários são os fatores que permitiram essa conquista. Entretanto, a cada dia se intensificam os debates sobre o longeviver e o longeviver com dignidade. Apesar de ser um processo natural, muitos poderão ser os fatores sociais que agirão no processo do envelhecimento e na sua vivência. Dentro dessa perspectiva alguns grupos despertam preocupação, em função de como vivem a juventude e a fase adulta, o que impactará diretamente na sua velhice. Dentre esses grupos, chamamos atenção para a situação das (ex)trabalhadoras domésticas negras, a partir da experiência com institucionalização de pessoas idosas. À medida que nos aprofundamos nas peculiaridades da vida da classe trabalhadora, mais é válido questionarmos quem é velho e quem é idoso na sociedade brasileira.

Palavras-Chave: envelhecimento; raça; etnia; classe trabalhadora; trabalho doméstico; capitalismo contemporâneo.

ABSTRACT

Population aging is a reality today. There are several factors that allowed this achievement. However, debates on long-living and long-living with dignity intensify every day. Despite being a natural process, there may be many social factors that will act in the aging process and in its experience. In this perspective, some groups give cause for concern, due to how they experience their youth and adulthood, which will directly impact their old age. Among these groups, we draw attention to the situation of black (former) domestic workers, based on their experience with the institutionalization of elderly people. As we delve deeper into the peculiarities of working-class life, it is more valid to question who is old and who is elderly in Brazilian society.

Keywords: aging; race/ethnicity; working class; domestic work; contemporary capitalism.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78945>

*Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: amandadosslemos@gmail.com

COMO CITAR: LEMOS, A. S. Quem é velho e quem é idoso no capitalismo contemporâneo? Reflexões sobre o envelhecimento de mulheres trabalhadoras. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 100-114, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78945>

Recebido em 29 de janeiro de 2020.

Aprovado para publicação em 28 de setembro de 2022.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

*A coisa mais moderna que existe nessa vida é envelhecer
A barba vai descendo e os cabelos vão caindo pra cabeça aparecer
Os filhos vão crescendo e o tempo vai dizendo que agora é pra valer
Os outros vão morrendo e a gente aprendendo a esquecer
(Arnaldo Antunes)*

Ao compor *Envelhecer*, Arnaldo Antunes nos adverte de que envelhecer é a coisa mais moderna que há; envelhecer representa uma conquista, um direito, ainda assim, o envelhecimento é cercado por preconceitos, mitos e desesperanças. Mesmo alguns autores empreendendo esforços para desmistificar as múltiplas facetas e possibilidade do envelhecimento – *Simone de Beauvoir, Ana Amélia Camarano, Alexandre Kalache, Solange Teixeira*, entre outros –, ainda há muito o que se (des)construir sobre essa fase da vida, principalmente, quando a proposta é pensar a diversidade no envelhecimento. Isso significa pensar como negros, mulheres, indígenas, deficientes, pessoas LGBTQIA+ pertencentes à classe trabalhadora vivenciam o que chamam de “melhor idade”.

Apesar de ser um processo biológico, ou seja, natural, agentes externos ao organismo poderão operar de modo a mudar o curso da vida. Quando associado a diferentes marcadores sociais, tais como classe social, raça e etnia e gênero, por exemplo, veremos que diferentes processos de vida, determinados, especialmente, pelo pertencimento social e étnico-racial, levarão a outras possibilidades de envelhecer, que nem sempre levam a uma “bela velhice” (GOLDENBERG, 2017).

Sabemos que a classe trabalhadora representa o conjunto dos indivíduos submissos a um sistema, no qual estes têm apenas a força de trabalho para negociar sua existência/sobrevivência. Dentre os trabalhadores, haverá aqueles que ocuparão posições ainda mais subalternas, o que é suficiente para agravar suas condições de vida. Nessa escala, uma das ocupações consideradas mais subalternas é a do trabalho doméstico remunerado¹, que ainda hoje (por conta da escravidão) é exercido, majoritariamente, por mulheres negras². Então, a proposta desse artigo é fazer alguns apontamentos – visto que não haveria como esgotar essa reflexão em um único

-
- 1 “A Lei 5.859/72 conceitua o Empregado Doméstico como sendo “aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa a pessoa ou família, no âmbito residencial destas” (ANDRADE, 1997).
 - 2 “Se a condição de trabalho das empregadas domésticas é ruim, a das trabalhadoras domésticas negras é ainda pior. Elas são maioria, têm escolaridade menor e ganham menos. Em 2014, 10% das mulheres brancas eram domésticas, índice que chegava a 17% entre as negras.” DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Mulheres são maioria no trabalho doméstico, revela pesquisa do MTPS Ipea*. In: DIAP. Notícias. Brasília, 18 mar. 2016. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/86314-mulheres-sao-maioria-no-trabalho-domestico-revela-pesquisa-do-mtps-ipea>. Acesso em: 19 jun. 2019.

artigo – sobre o processo envelhecimento de (ex)trabalhadoras domésticas negras, a partir de seu ingresso em instituições de longa permanência para idosos (Ilpis).

A forma de conceber e viver o envelhecimento depende do contexto histórico, dos valores e do lugar que o idoso ocupa na escala classificatória dessa sociedade, que ao final serão os responsáveis pela construção social do envelhecer e da velhice. (RODRIGUES; SOARES, 2006, p. 5).

O ponto de partida para essa análise é minha experiência profissional como assistente social em Ilpis públicas. Estando cercada por idosos, é possível perceber como é variado o significado da velhice, bem como a maneira como os sujeitos a vivem. São formas e valores inimagináveis para jovens e, também, para aqueles que desconhecem as desigualdades sociais e raciais. Durante os atendimentos sociais, muitas foram as histórias que me chamaram atenção, narrativas marcadas por abandonos, renúncias e perdas afetivas e materiais, mas algumas histórias eram mais sentidas que as outras, as histórias das *(ex) trabalhadoras domésticas negras*.

Para além de me perceber nessas mulheres e, talvez por isso, por ser tão tocada por suas histórias, sou assistente social³ formada há quase 15 anos, dos quais, aproximadamente, oito anos foram trabalhando em duas Ilpis públicas, ambas gerenciadas pelo governo do estado do Rio Janeiro. A primeira, de grande porte, chegou a abrigar 300 idosos durante os seis anos em que lá trabalhei. A segunda, onde fiquei por mais dois anos, era de pequeno porte, atendia apenas 71 idosos, sem a possibilidade de novos ingressos por determinação judicial. Ficava localizada numa região muito afastada da Zona Oeste da cidade, o que tornava tudo mais dramático do ponto de vista operacional. Homens e mulheres destituídos, despossuídos, desprestigiados, entregues às providências públicas para manutenção de suas vidas, em sua maioria negros, com baixa escolaridade e vivendo de benefícios assistências⁴.

Mesmo não tendo esse entendimento no decorrer da experiência profissional, as reflexões trazidas nesse artigo vêm de um longo e denso exercício *etnográfico*. Estar durante tanto tempo naqueles lugares me trouxe uma outra concepção de homem e de mundo, outra forma de conceber as relações e um pertencimento étnico-racial muito mais avivado; hoje eu faço uma outra leitura da realidade daquelas pessoas.

3 Concluí o curso de bacharelado em Serviço Social em 2004, em uma universidade privada do Rio de Janeiro, para onde retornaria, posteriormente, na condição de professora do mesmo curso. Em 2010, obtive o grau de mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Grandes insurgências, que não impedem que eu me reconheça nessas mulheres.

4 Para detalhamento sobre o perfil da população acolhida, consultar BRASIL. Ministério da Cidadania. Censo Suas. In: *Portal Censo Suas*. Brasília, [201-]. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/portal-censo/>. Acesso em: 11 jul. 2019.

Você pode estar nesses espaços como usuário ou como profissional, como bem salientou Goffman (1974). Obviamente que as experiências de trabalhadores e usuários serão distintas, mas é impossível observar a vivência do outro e não ser atingindo por essas experiências, pela passagem por aquele espaço. Muito naturalmente, aquelas personagens e histórias tornam-se objeto de interesse e curiosidade científica, vide nossa inserção e observação frequente no campo, pois a troca de experiências é contínua e genuína, motivando sempre a busca incessante por respostas.

Os relatos que se seguem foram rascunhados para elaboração de documentos institucionais, em relatórios sociais e outros. Hoje chamá-los-ia de *diários de campo*, pois neles foram registradas informações imperiosas sobre minhas observações e percepções acerca daquela realidade e que se tornaram imprescindíveis para a realização desse trabalho.

Ao fazer esses registros/documentos me deparei com histórias de vida de pessoas reais, com vazios existenciais reais de gente que dividia suas experiências e angústias com as equipes técnicas de cada uma dessas instituições por onde passei, como “*se fossemos da família*”. São histórias fortes, que precisam ser pensadas, teorizadas, socializadas para que situações de aviltamentos e indignidade deixem de ser padrão e rotina em nossa sociedade.

O lugar de (onde se) fala⁵

Eu não sou uma mulher idosa, porém, sou uma mulher negra; também não sou trabalhadora doméstica, mas sou trabalhadora; não protagonizei nenhuma das histórias que contarei a seguir, mas pude acompanhar o desdobramento de cada uma delas, os impactos que determinadas situações podem causar na vida dos indivíduos. Além disso, tenho consciência racial e empatia o suficiente para reconhecer que pertenço ao mesmo grupo étnico-racial e social dessas personagens e que, portanto, estou sujeita a vivenciar experiências muito similares às relatadas aqui: a estrutura social remete a mulher negra ao lugar da subalternidade e da servidão, quiçá a mulher negra envelhecida.

[...] As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizados, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. Isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais. [...]. (RIBEIRO, 2017, p.63).

Quando se trabalha em uma Ilpi, cumpre-se uma carga horária mínima de trabalho de 24h/semana; atende-se a uma população que *sempre* está na instituição; muitas vezes

5 “Pensamos o lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (RIBEIRO, 2017, p. 64).

esses atendimentos acontecem na “casa” do usuário (seu quarto) e isso é uma questão, pois essa é uma especificidade do campo e será impossível não constituir vínculos com aquela população. O contato com os usuários é constante e intenso, diferentemente de um hospital de emergência, por exemplo; acessam-se memórias e histórias há muito guardadas, que *deveriam* ter sido “*apagadas*”, muitas vezes, histórias de perdas e abandonos. Acompanhamos o processo de finitude bem de perto.

A condição profissional já diferencia sua presença no espaço institucional e a percepção que o outro tem você. Muitos acreditam que você pode resolver todo e qualquer problema, outros te veem somente como “*a moça boazinha*”, muitos veem em você alguém que pela primeira vez em sua existência os percebeu como gente, conferiu alguma dignidade, alguns nem sabem lidar com essa situação. O fato é que o trabalho do assistente social carrega em si uma carga emocional e histórica muito grande. Nos tornamos um grande “receptáculo”, em que nossos usuários deixam suas angústias, suas infelicidades, suas frustrações e expectativas, esperam encontrar em nós alguma solução para suas aflições, ou pelo menos algum alento. Nem sempre somos capazes de resolver as angústias da população usuária, mas saber que tentamos e continuaremos amanhã a trabalhar em prol da melhoria da qualidade de vida daquelas pessoas é o maior estímulo e, também, nossa maior recompensa.

A profissão de Serviço Social é demandada pela sociedade capitalista na era dos monopólios para a intervenção na vida da família trabalhadora de modo a implementar políticas sociais que façam o enfrentamento das sequelas da ‘questão social’, materializando os direitos do cidadão, promovendo a coesão social. É no cotidiano que o assistente social atende individualmente, faz grupos, reuniões, planeja, emite relatórios e recomeça tudo no dia seguinte. A vida cotidiana, segundo Heller (2008), é o espaço da vida, onde se participa com todos os aspectos da personalidade, requerido a todo momento para respostas imediatas a diferentes questões. (LACERDA, 2014, p. 23).

O fato de ser uma instituição *pública*, gerenciada pelo governo do estado, confere algumas características a esses espaços: o perfil do público atendido, em sua grande maioria, marcado pela pobreza e pelas desassistências ao longo da vida; a escassez de recursos, muitas vezes para a realização do mínimo; a dicotomia entre a auto culpabilização da família e a de sua satanização, até mesmo por parte de agentes institucionais.

Uma Ilpi é uma instituição total e é preciso estar em uma instituição total, como aquelas onde estive, para entender seu funcionamento, seu código moral, seus processos de socialização e (re)significação, a rejeição do “mundo exterior” àqueles que se encontram institucionalizados, a vergonha por estar acolhido “naquele lugar”, a postura de alguns profissionais em relação à regulação da vida do outro, a normatização da vida. É como viver/estar em uma sociedade paralela, ou, parafraseando Castro (2011), é muito fácil perceber as “*fronteiras simbólicas*” construídas em torno dos que são “abrigados” e os “não abrigados”.

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, 1974, p. 11-17).

A verdade é que as instituições totais despersonificam ou, como Castro (2011) cita, em uma instituição total entrarão em ação mecanismos de “mortificação do eu”, que retiram do indivíduo seu “kit de identidade” anterior à institucionalização, trazido do “mundo de fora”. Isso é o que faz uma instituição como uma Ilpi, mesmo tratando-se de um lugar de acolhimento e cuidado. Nesse local, o assistente social tenta reunir “cacos” e assim restaurar a dignidade de muitos, viabilizar e garantir acesso a direitos fundamentais, preservar algum vestígio de humanidade naquelas pessoas. É impossível estar ali e não ser tocado por determinadas histórias e situações, por mais que sejamos profissionais e empreguemos técnicas específicas para realizar todas as abordagens.

Antes de prosseguir, é preciso dizer que as histórias retratadas aqui e que levaram às reflexões que motivaram esse texto são de mulheres que tinham em comum, além do fato de serem todas acolhidas institucionalmente, o de terem sido trabalhadoras domésticas e serem negras. Todas trabalharam durante muitos e muitos anos nas mesmas “casas de família”, envelheceram e foram institucionalizadas por não terem mais condições de exercer suas atividades laborais.

Me questiono então se é mera coincidência que essas mulheres tenham vidas tão semelhantes ou se há uma questão estrutural que as colocou no lugar da empregada doméstica e, posteriormente, no lugar de velha asilada (relembrando uma expressão arcaica e em desuso, mas que expressa a condição dessas mulheres), pela falta de referências afetivas e familiares; me questiono se ter exercido a função de trabalhadora doméstica foi uma escolha ou se traduz a falta de oportunidades oferecidas a um determinado grupo; me questiono por que todas são negras. Enfim, na sequência teremos o relato das histórias de duas idosas, (ex)trabalhadoras domésticas negras, acolhidas em Ilpis públicas, em diferentes épocas.

*Elisete*⁶ não faltava a nenhuma das oficinas de cognição e memória realizadas pela equipe de psicologia. Todas as quartas-feiras, pontualmente às 10h, Elisete se dirigia ao Centro de Convivência para participar da atividade. Também era destaque em todas as festas e eventos realizados na instituição. Era nossa cantora, apesar de em todas as suas “apresentações” cantar uma mesma canção.

Era uma mulher de poucas palavras e mau humor constante. Dizia que tinha sofrido uma grande desilusão amorosa, nunca nos contou ao certo como tudo aconteceu. Negra, alta, esguia, semblante carregado por uma sobriedade rara, fisionomia abatida por uma

6 Nome fictício.

doença pulmonar. Não tinha muitas “amigas” na unidade em que morava, era mais próxima da equipe. Dizia que “não gostava daquelas mulheres”, era muito elegante; mesmo acometida pela tuberculose não largou o vício do cigarro, vício sustentado com o dinheiro de sua aposentadoria por tempo de serviço.

Trabalhou por mais de 30 anos em uma mesma “casa de família”, criou os filhos dessa família, perdeu os vínculos com sua família de origem, dedicou-se ao cuidado. Nos dias de folga, costumava cantar em bailes e outras atividades recreativas. Quando perdeu sua capacidade laboral, em função da idade avançada e da tuberculose, foi deixada no abrigo por seus empregadores, que a visitavam muito esporadicamente. Assim mesmo, os dias de visita eram os mais felizes para ela. Nas oficinas de música ou nas confraternizações, ela sempre cantava a mesma música, *Barracão de zinco*⁷.

A história de Elisete não difere da história de muitas das mulheres institucionalizadas em lugares como esses, o que reforça a ideia de que existem várias formas de vivenciar o envelhecimento, e, portanto, problematizá-lo. Muitas são as Elisetes que vivem em Ilpis, nem todas são negras, nem todas foram empregadas domésticas, mas, quando se trata de espaços públicos, os versos de *Barracão de zinco* (1953) expressam as experiências de vidas de muitas das que ali estão. “*Ai barracão, pendurado no morro e pedindo socorro [...]*” retrata a vida da população negra, periférica, sem escolaridade, marginalizada por seus traços fenotípicos, que recorre a trabalhos que exigem pouca ou nenhuma qualificação, como o trabalho doméstico, para não morrer de fome e, quando envelhecem, é acertada em cheio pelas desigualdades que afetaram suas vidas: no momento da vida em que mais demandariam cuidados, são pessoas deixadas nas instituições, não têm motivos para crerem que esta fase é a “melhor idade”. Todo esse processo só reforça o juízo de que existe uma população que pode ser descartada quando não tem mais “utilidade” para o sistema produtivo.

Estudos comprovam que mulheres são mais institucionalizadas que homens na velhice⁸, dado que não deve causar estranheza, já que culturalmente o cuidado é atribuído à mulher e nossa sociedade está arraigada nos valores patriarcais, que conferem à mulher uma condição subalterna. Ironicamente, o trabalho doméstico baseia-se, justamente, no cuidado e no afeto, afeto que não necessariamente se traduzirá em reciprocidade e/ou garantia de direitos quando as relações trabalhistas cessarem.

Talvez o relato mais chocante seja o da vida de *Norma*⁹, negra, de baixa estatura, continuamente está com um lenço protegendo os cabelos. Sempre leva consigo um saco,

7 Para consultar a letra na íntegra, acessar: BARRACÃO de Zinco. [Composição]: Luiz Antônio; Oldeimar Magalhães; [Intérprete]: Elisete Cardoso. In: *Letras*. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/elisete-cardoso/870395/>. Acesso em: 3 jun. 2019.

8 Para dados relativos ao perfil das Ilpis no Brasil e dos idosos institucionalizados, consultar: Camarano (2011).

9 Nome fictício.

pesadíssimo, onde carrega tudo o que se poderia guardar; ali, ela carrega todos os seus pertences, suas riquezas, pois tinha “medo de perdê-los novamente”. É muito amorosa, me batizou de *Arlete* e assim me chamava diariamente. Me perguntava por várias pessoas que provavelmente faziam parte de sua história, mas não explicava quem eram ou como poderíamos encontrá-las. Não recebia visitas. Não tinha documentos de identificação pessoal, a chamávamos assim, mas nem tínhamos certeza se esse era realmente seu nome.

Tinha uma péssima dicção, pouco se compreendia do que ela falava, mas nesse pouco sempre entendíamos uma mesma história: que tinha vindo de Magé, do Largo do Soldado, que tinha trabalhado em uma “casa de família” e criou duas crianças, que viveu lá por muito tempo. Não conseguia explicar como chegou às ruas; foi amparada por uma equipe de abordagem quando estava em situação de rua e, na sequência, levada ao abrigo. Quando chegou trazia um pequeno saco e a roupa do corpo.

Vivia pedindo folhas de papel a todos os técnicos para escrever longas cartas para ninguém, nunca nos deixou ler as mesmas, dizia que não eram para nós. Não podíamos pleitear qualquer benefício (financeiro) social, justamente por não ter documentos de identificação pessoal, era uma indigente. Não sabe precisar onde nasceu, para que a equipe pudesse providenciar a 2ª via de seus documentos¹⁰.

Um dia, resolvemos investigar o que havia (ou se havia) o tal Largo do Soldado. Colocamos Norma em um dos carros da instituição e a levamos ao distante lugar. Para surpresa geral, a casa e as crianças – agora adultos – estavam lá! Porém, não houve emoção nesse reencontro. A moça relatou que a certidão de nascimento de Norma estava com eles, embora não pudesse entregar naquele momento, pois dependia do irmão que estava no trabalho, mas nos enviaria o documento pelos Correios com a máxima brevidade. Como os dias passaram e o documento não chegava, retomamos o contato e fomos informadas de que o documento não seria devolvido, para que Norma não tivesse possibilidade de entrar na justiça contra a tal família.

“As mulheres negras estão ausentes de todas as estruturas de poder da sociedade. Elas são absolutamente minoritárias em espaços de decisão. É uma condição de subordinação e de subalternização social que precisa ter as causas e as razões discutidas” (CARNEIRO, [201-])¹¹. A subalternidade e expropriação a que mulheres negras estão (historicamente) submetidas pode não ser palpável para muitos, até que nos deparamos com Norma. O fato de não ter documentos de identificação pessoal faz com que, oficialmente, *ela não exista* para nada, para ninguém, a ela foi negado o direito de ser.

10 A título de esclarecimento, quando todas as alternativas para regularização da situação cível de Norma foram esgotadas, requeremos a intervenção do Ministério Público do Rio de Janeiro.

11 INSTAGRAM. *Intelectuais negras*. Disponível em: https://www.instagram.com/intelectuais_negras/. Acesso em: 4 jul. 2019.

Embora muitas daquelas mulheres não se percebam negras¹² e não existam registros oficiais em relação ao perfil étnico das pessoas acolhidas naquelas Ilpis, a observação empírica no campo mostra que majoritariamente aquelas pessoas são negras, têm níveis de escolaridade precários, são periféricas. O fato de não se identificarem como negras não depõe contra elas, ao contrário, é preciso que se entenda esse comportamento como variante de um processo histórico de destituição e desvalorização da população negra, que toma de assalto a identidade dessa população, em especial das mulheres, negando-lhes o direito de ser quem realmente são. Quantas histórias já foram e ainda serão apagadas por conta de um racismo estrutural, que rouba dos sujeitos o direito e a oportunidade de existir?

Volto a lembrar que não fui protagonista das histórias relatadas aqui, mas protagonizei o processo de escuta, registro e encaminhamento desses (e de tantos outros) casos e, na condição de trabalhadora da Assistência Social, me sinto no dever, de alguma maneira, de dar voz àqueles sujeitos e suas histórias. Trazer ao conhecimento público essas histórias é fazer com que aqueles indivíduos sejam percebidos, lembrados. Escrever sobre um grupo tão marginalizado historicamente pode *contribuir* para a reversão desses processos. Como diria a escritora brasileira negra Conceição Evaristo (2015), “*eles combinaram de nos matar, a gente combinamos de não morrer*”.

Raça e envelhecimento

Hoje, há um debate sobre a “*invenção de uma bela velhice*” (GOLDENBERG, 2017), trabalhando essencialmente com a ideia de que a velhice não é o fim, mas sim um recomeço, cheio de novas possibilidades para a pessoa idosa. Realmente, envelhecer não é sinônimo (pelo menos, não nos dias de hoje) de morte, definitivamente, não é. Mas é preciso considerar que a velhice não é uma fase linear e idêntica para todos; pensar o envelhecimento associando-o a outros marcadores socioculturais no decorrer dos processos de vida dos sujeitos ajudará a entender as possibilidades de se viver uma “*bela velhice*” (GOLDENBERG, 2017) ou não. Para Alexandre Kalache (2017), “a pobreza, a falta de instrução e as diferenças sociais limitam a capacidade funcional das pessoas, aumentando a dependência dos idosos. As pessoas não se cuidam quando são jovens por falta de condições e a situação se agrava quanto mais a idade avança”. (THATY, 2017)¹³

12 Segundo o IBGE, apenas no último censo houve um aumento do número de indivíduos que se assumiam como negros/pretos. Isso significa dizer que muitos dos idosos acolhidos naquelas instituições não se autodeclararam negros, porém, as características fenotípicas não deixam dúvidas sobre a sua ascendência (ATHIAS, 2018).

13 Alexandre Kalache, entrevistado e citado em: THATY, M. Envelhecimento: reflexos da pobreza, educação e atendimento médico na vida do idoso (bloco 2). In: CAMARA DOS DEPUTADOS. *Reportagem Especial*. Brasília, 27 mar. 2017, áudio player. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/510323-envelhecimento-brasil-um-pais-de-idosos/>. Acesso em: 25 maio 2019.

Um modo de produção organiza uma sociedade, fundamenta-a e determina a maneira como ela se erguerá. Dentro da perspectiva teórico analítica, marxista, o preceito fundamental da sociedade capitalista são as relações de produção e consumo de mercadoria, que levarão à acumulação de capital. Teremos então, de um lado, uma classe que acumulará esse capital – burguesia – e, de outro, a classe que produzirá e consumirá essas mercadorias – proletariado. A partir daí, todas as relações, valores e percepções serão estabelecidas.

As relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas [...] essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência [...]. Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina sua consciência. (MARX *apud* FERREIRA; SILVA, 2011, p.14).

Uma vez que há a consolidação do capitalismo enquanto modo de produção, um novo modo de vida vai surgindo e se moldando. Nesse novo modo, a ideia das idades cronológicas fica muito bem demarcada, “institucionalizando o curso da vida”. O objetivo é deixar clara a fase da vida/idade em que os indivíduos deverão acessar as “novas” instituições sociais, a saber: instituições de educação, sistema produtivo (trabalho) e políticas públicas de assistência. Observa-se que tais instituições giram em torno do trabalho. Há por parte do sistema (produtivo e estatal) um esforço em regular a vida dos sujeitos e direcioná-la ao mundo do trabalho, desde sua entrada, preparada pelo sistema educacional, até sua saída, amparada pelo sistema de políticas públicas, reforçando, não por acaso, que as pessoas idosas (no caso, os trabalhadores) estarão mais vulneráveis na fase final da vida.

Essa datação cronológica funciona como definidora do papel social do indivíduo na família e na sociedade, precisando o momento em que ele deverá ser introduzido no sistema escolar e no mercado de trabalho; determinando o momento em que ele deverá ser contemplado por políticas sociais específicas, datando também, a idade para assunção da responsabilidade civil diante das legislações vigentes. (RODRIGUES; SOARES, 2006, p. 4).

Voltemos às características e papéis desempenhados pelas classes sociais. Obviamente, a classe trabalhadora estará subjugada e dominada em relações de poder e exploração exercidos pela burguesia, em que o marcador idade será apenas mais um elemento de dominação desse grupo. Na verdade, a idade funcionará como “*prazo de validade*” para determinar o tempo de uso da mercadoria força de trabalho e a serventia daquele trabalhador.

Devido ao seu caráter instrumental, as categorias de idade são construções culturais e sociais arbitrárias que atendem a interesses políticos de grupos sociais na luta pelo poder. Uma vez que os grupos se definem a partir do lugar social em que se encontram, essa forma de organização social fundamentada na classificação dos sujeitos, cria relações de poder ao promover a hierarquização e a dominação de determinados grupos sobre outros. (BOURDIEU *apud* RODRIGUES; SOARES, 2006, p. 4-5).

Logo, parece que o processo de envelhecimento não transcorrerá da mesma forma entre trabalhadores e não trabalhadores. “As pessoas mais velhas se tiverem boa saúde, estabilidade financeira e afetiva, pode ser tão felizes quanto as mais novas” (GOLDENBERG, 2017).

São os determinantes sociais da saúde. A gente tem que insistir nisso, sobretudo em um país com as imensas desigualdades e iniquidades que nós todos conhecemos tão bem. Os contrastes são imensos. Uma coisa é envelhecer como nós envelhecemos. A outra é como milhões dos nossos irmãos, cidadãos brasileiros, que já chegaram mal à terceira idade. Já estão excluídos, já não têm os seus direitos respeitados e é muito menos provável que eles tenham os direitos respeitados porque quem foi excluído ao longo da vida, terá uma grande chance de continuar sendo excluído, ou ter essa exclusão ainda mais agravada. (KALACHE, 2017).¹⁴

As citações acima são de formulações que trabalham em perspectivas (teórico-metodológicas) distintas, porém, parecem concordar que não será possível gozar de uma velhice plena e saudável se fatores econômicos e emocionais não convergirem para isso.

Para fins de ilustração sobre a não possibilidade de padronizarmos o processo de envelhecimento e, tampouco, que nem todos conseguirão ter uma “*bela velhice*” (GOLDENBERG, 2017), não por falta de desejo, mas pelo resultado de uma equação existencial, gostaria de citar o depoimento de duas pessoas que vivenciam esse mesmo processo, porém, claramente são de classes sociais distintas. O primeiro é a fala de uma professora de 45 anos, que serviu de exemplo em palestra proferida pela prof^a. Miriam Goldenberg para o Programa TEDx¹⁵.

Como disse uma professora de 45 anos. Ela dizendo: ‘a minha maior crise foi quando eu fiz 40 anos. Entrei em pânico por estar ficando velha. Não sei se faço cirurgia plástica, Botox, preenchimento. Não sei se eu posso continuar usando minissaia e biquíni. Tenho medo que me chamem de velha ridícula. Eu estou na fase será que eu posso? Sou uma mulher invisível, uma mulher transparente’. (GOLDENBERG, 2017)

14 Entrevistado e citado na Reportagem de Thaty (2017) cf. referência em nota de rodapé anterior.

15 GOLDENBERG, M. A invenção de uma bela velhice. In: TEDx. *Mulheres que inspiram*. São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CRos__CXTUo. Acesso em: 15 maio 2019.

Já o segundo, foi publicado nas redes sociais do projeto @euempregadadomestica, por uma (ex)trabalhadora doméstica.

O trabalho doméstico me deixou vários traumas psicológicos e no corpo também devido ao uso de produto de limpeza forte diariamente.
Limpendo hoje a minha casa eu percebi que consigo acordar cedo e ficar sem comer nada o dia todo e sentir fome lá pras 17h, porque era o horário que eu já estava acabando as faxinas aí comia algo rápido ou a marmita que eu levava de casa. Hoje não sendo mais doméstica, meu corpo se adaptou a uma realidade do passado.¹⁶

Fica claro que ambas as informantes precisam (re)construir seus projetos de vida e ressignificar sua própria existência, adequando-os ao novo momento da vida. No entanto, é preciso observar o que as difere. A bagagem acumulada em uma vida inteira, as referências apropriadas e introjetadas em seu próprio ser, a experiência concreta vivida e acumulada por essas mulheres são distintas e peculiares; talvez tenham se cruzado em algum momento, mas certamente serão determinantes no seu envelhecimento. Enquanto uma se preocupa com o uso de biquínis e minissaias já com uma certa idade, a outra percebe que não sente fome devido a um longo histórico de privação de suas vontades. A questão, parece-me, seria como construir um novo projeto de vida, adequado a uma nova realidade – a velhice – “esquecendo” as experiências acumuladas em uma vida?

Haja açoites, haja correntes e grilhões, tudo a seu tempo e com regra e moderação devida; e vereis como em breve tempo fica domada a rebeldia dos servos; *porque as prisões e açoites, mais que qualquer outro gênero de castigos, lhes abatem o orgulho e quebram os brios.* (BENCI *apud* CHIAVENATO, 1986, p. 123 – grifos nossos).

Que o envelhecimento populacional é uma realidade todos já sabemos; temos uma coleção de literaturas, estudos e pesquisas que comprovam e legitimam essa afirmação. Entretanto, pouco se fala sobre o envelhecimento da população negra, periférica, trabalhadora. Como sinalizado também por vários autores, as condições materiais de vida são determinantes para a concepção da velhice. E aí está a importância de racializar os debates em torno do envelhecimento, visto que a população negra está mais sujeita, em geral, a sofrer com as múltiplas expressões da *questão social* (IAMAMOTO, 1999) ¹⁷, que se traduzem nas piores

16 INSTAGRAM. *Eu empregada doméstica*. Disponível em: https://www.instagram.com/p/BxSayvHHuD_/. Acesso em: 15 maio 2019.

17 Segundo Iamamoto (1999, p. 27), a *questão social* pode ser definida como: “O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

condições de vida para essa população. Assim, torna-se difícil imaginar que pessoas negras envelhecerão com dignidade e qualidade, basta estar em uma Ilpi pública ou qualquer outro equipamento da Assistência Social para ser assolado por essa inquietação empírica.

Considerações finais

Nesse cenário, é importante racializar o debate, porque não é apenas a classe social que impõe distinções entre os sujeitos. Ao se debruçar sobre a questão racial, do ponto de vista sociológico, é fácil perceber como a *raça* impõe diferenças à vida de pessoas negras e não negras, visto que essa categoria se sustenta na ideia de que é preciso diferenciar e classificar os indivíduos e, se é preciso classificá-los, será preciso também tratá-los de maneira distinta, evidenciando tal classificação.

Para pensarmos a velhice da população negra, gostaria de trazer a citação a seguir, que exemplifica a disparidade no processo de envelhecimento, considerando os marcadores classe social e *raça*:

O envelhecimento, a nosso ver, pode ser considerado uma conquista que não atende ao conjunto da sociedade, visto que, quando observamos as desigualdades nos territórios podemos constatar que *os locais onde o índice de envelhecimento é menor são locais onde a população negra se concentra em sua maioria*. Essa percepção é sustentada inclusive pelas projeções realizadas pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), onde confirma que o processo de envelhecimento ocorre de forma muito diferenciada entre os territórios centrais e os periféricos. Conforme os dados da Fundação de 2014, ao analisar a cidade de São Paulo, o distrito com maior concentração da população idosa é o Alto de Pinheiros, com 25% da população com mais de 60 anos, sendo 8% com mais de 75 anos, enquanto Anhanguera é o distrito com menor quantidade de idosos, concentrando 6%, sendo apenas 1% acima de 75 anos. A idade média nos distritos estabelece 42,48 anos para Alto de Pinheiros e 30,52 para Anhanguera, no Índice de Envelhecimento de 2015, Alto de Pinheiros possui 25% e Anhanguera 28%. No que diz respeito às condições econômicas, conforme o Censo de 2010, Alto de Pinheiros é um bairro com renda per capita estimada em 3.984,34 enquanto Anhanguera a renda per capita estimada é de 528,11. (BARROS; BRANCOS, 2017, p. 5 – grifos nossos).

Considerando que as pessoas negras não têm as mesmas condições de vida que as pessoas não negras, é difícil pensar que seu envelhecimento será semelhante, isso sem considerarmos a herança ancestral e genética e as características étnico-raciais de cada grupo que se manifestaram de maneiras distintas para cada indivíduo.

A nomenclatura usada para designar os longevos estará associada, então, à condição social e/ou à capacidade produtiva, que remete, automaticamente, ao poder de consumo. Vê-se então um esforço do sistema (econômico e social) para (re)valorizar a velhice, mas

não de desconstrução pejorativa de seu significado, apenas de inclusão/aceitação do idoso que ainda é capaz de produzir/consumir. Àqueles incapazes e dependentes, sobrarão o lugar do velho, velhote, decrépito e encarquilhado que sobrecarregará as contas do Estado para se manter, “a simbologia contida na representação social é fabricada pelos grupos para compor o imaginário social” (RODRIGUES; SOARES, 2006, p. 6).

Assim como a construção do significado da velhice envolve uma série de valores, a construção de novos projetos de vida na chegada à velhice também envolverá. Logo, acredito que não será possível construir um outro projeto de vida dissociado de sua condição de classe, tampouco, dos valores e experiências marcados em sua trajetória pessoal. Quem nunca foi visto com cidadão, pertencente e valoroso, não se tornará um idoso como os mostrados pela mídia; a esses sobrarão o papel do velho, que será institucionalizado, justamente, por ter se tornado velho, o mesmo que sem serventia.

Contribuições dos/as autores/as: Não se aplica.

Agradecimentos: As trabalhadoras domésticas negras, que inspiraram essas reflexões.

Agência financiadora: CAPES.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ANDRADE, D. G. Empregado doméstico. 1997. Disponível em: https://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_57/Darcio_Andrade.pdf. Acesso em: 6 jul. 2019.

ATHIAS, L. Investigação étnico-racial no Brasil: entre classificação e identificação. In: IBGE. *Panorama nacional da produção de indicadores sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

BARRACÃO de Zinco. [Composição]: Luis Antônio; Oldemar Magalhães; [Intérprete]: Elisete Cardoso. In: *Letras*. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/elisete-cardoso/870395/>. Acesso em: 3 jun. 2019.

BARROS, C. da S.; BRANCOS, S. I. de D. Envelhecimento da população negra, desigualdade racial e qualidade de vida. *Revista Tema*, São Paulo, 2017.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Censo Suas. In: *Portal Censo Suas*. Brasília, [201-]. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/portal-censo/>. Acesso em: 11 jul. 2019.

CASTRO, C. Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total. *Revista Militares e Política*, Rio de Janeiro, n. 9, 2011.

CAMARANO, A.A. (Org.). *Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?* Rio de Janeiro: Ipea, 2011.

CHIAVENATO, J.J. *O negro no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Mulheres são maioria no trabalho doméstico, revela pesquisa do MTPS Ipea*. In: DIAP. *Notícias*. Brasília, 18 mar. 2016. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/86314-mulheres-sao-maioria-no-trabalho-domestico-revela-pesquisa-do-mtps-ipea>. Acesso em: 19 jun. 2019.

EVARISTO, C. A gente combinamos de não morrer. In.: *Olhos d'Água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

FERREIRA, B. S.; SILVA, L. N. Superestrutura, direito e ideologia: uma relação dialética, sistêmica e autopoietica. *Plataforma Pública Direito*. 2011. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=89588adb3079c344>. Acesso em: maio 2019.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.

GOLDENBERG, M. A invenção de uma bela velhice. In: TEDx. *Mulheres que inspiram*. São Paulo: TEDx, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CRos_CXTUo. Acesso em: 15 maio 2019.

IAMAMOTO, M.V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1999.

INSTAGRAM. Eu empregada doméstica. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BxSayvHHuD/>. Acesso em: 15 maio 2019.

INSTAGRAM. Intelectuais negras. Disponível em: https://www.instagram.com/intelectuais_negras/. Acesso em: 4 jul. 2019.

LACERDA, L.E.P. de. Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 117, jan./mar. 2014.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, L.de S.; SOARES, G.A. Velho, idoso e terceira idade na sociedade contemporânea. *Revista Ágora*, Vitória, n. 4, 2006. Disponível em: periodicos.ufes.br/agora/article/view/1901. Acesso em: maio 2019.

THATY, M. Envelhecimento: reflexos da pobreza, educação e atendimento médico na vida do idoso (bloco 2). In: CAMARA DOS DEPUTADOS. *Reportagem Especial*. Brasília, 27 mar. 2017, áudio player. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/510323-envelhecimento-brasil-um-pais-de-idosos/>. Acesso em: 25 maio 2019.

Contrarreformas da previdência no Brasil: expropriação dos direitos de docentes

Social Security Counter-Reforms in Brazil: Expropriation of Teachers' Rights

André de Menezes Gonçalves* 

Ana Isabel Souto Melo** 

Lilian Nascimento Carvalho*** 

Maria Raisia Gomes da Silva**** 

RESUMO

O texto objetiva debater as contrarreformas da previdência brasileira no cenário contemporâneo e porque a categoria de docentes dos ensinos fundamental, médio e superior é uma das mais atingidas com a perda de direitos. Apresenta os fatores que fundam a previdência e sua inserção na seguridade social. Aborda o processo de expropriação dos direitos da classe trabalhadora em decorrência das contrarreformas ao longo de governos no pós-1988 e os impactos da contrarreforma da previdência do governo Bolsonaro sobre os direitos dos professores. A análise apresenta uma abordagem histórico-crítica e foi construída por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Considera-se que os docentes integram uma das categorias mais impactadas com a retirada de direitos: redução de salários por meio do novo cálculo, estabelecimento da idade mínima e do tempo de contribuição, assim como em aspectos relacionados à perspectiva de gênero.

Palavras-Chave: política de previdência; seguridade social; contrarreforma da previdência; docentes.

ABSTRACT

The text aims to discuss the counter-reforms of Brazilian social security in the contemporary scenario and why the category of elementary, middle and higher education teachers is one of the most affected by the loss of rights. It presents the factors that underlie social security and its inclusion in social security. It addresses the process of expropriation of the rights of the working class as a result of the counter-reforms throughout governments in the post-1988 period and the impacts of the Bolsonaro government's social security counter-reform on the rights of teachers. The analysis presents a historical-critical approach and was built through bibliographical and documentary research. It is considered that professors are part of one of the categories most impacted by the withdrawal of rights: salary reduction through the new calculation, establishment of the minimum age and contribution time, as well as aspects related to the gender perspective.

Keywords: social security policy; welfare; counter-reform of social security; teachers.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78946>

*Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, Brasil. E-mail: andre.menezes@professor.ufcg.edu.br.

**Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, Brasil. E-mail: aisabel471@gmail.com.

***Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, Brasil. E-mail: liliancarvalho201@gmail.com.

****Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, Brasil. E-mail: raisasilva48@yahoo.com.

Como citar: GONÇALVES, A. M.; MELO, A. I. S.; CARVALHO, L. N.; SILVA, M. R. G. de. Contrarreformas da previdência no Brasil: expropriação dos direitos de docentes. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 115-130, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78946>

Recebido em 09 de junho de 2022.

Aprovado para publicação em 14 de setembro de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

A previdência (contributiva) integra o tripé da seguridade brasileira, ao lado das políticas de assistência social (seletiva) e de saúde (universal), instituída nos marcos da Constituição Federal de 1988. Ao contrário das outras duas referidas, para obter acesso aos direitos previdenciários deve haver contribuição prévia na condição de trabalhador formal ou voluntário. A previdência, assim como as demais políticas que compõem sistemas de proteção social, é derivada das incessantes lutas da classe trabalhadora que buscava (e busca) exigir responsabilidades ao Estado na garantia dos direitos no contexto do desenvolvimento e de crises do capitalismo e da ampliação das desigualdades diversas.

A partir desse entendimento, as reflexões aqui apresentadas têm como objetivo debater sobre o processo de expropriação dos direitos dos trabalhadores no campo da política previdenciária, especificamente daqueles que estão inseridos nas atividades de ensino: a categoria docente, garantidas as particularidades nas áreas dos ensinos fundamental, médio e superior.

Segundo Behring e Boschetti (2016), os direitos, sejam os sociais ou os de previdência, foram construídos ao longo das experiências do Estado de bem-estar social, através de reformas que trouxeram avanços para a sua efetivação, mas, atualmente, encontram-se em retrocesso devido a outras contrarreformas colocadas em prática e contrárias aos interesses da população. Para as autoras, contrarreforma é um termo oposto às reformas liberais que trouxeram o desenvolvimento das políticas sociais conquistadas pelos trabalhadores. As reformas promovidas pelo Estado neoliberal são de caráter contrarrevolucionário, levam necessariamente a perdas de conquistas e se apresentam com um caráter regressivo em relação aos direitos sociais.

A contrarreforma da previdência do governo Bolsonaro fez regredir os direitos de uma população que já se encontrava penalizada pelas consequências resultantes das tensas crises do capitalismo, que protege aquilo que é importante para a manutenção do mercado e de seu processo de acumulação, gerando a privatização e a mercantilização da seguridade brasileira. Intenta-se tecer alguns pontos a respeito do cenário em que se encontra a política previdenciária em relação à ofensiva neoliberal no Brasil, evidenciando os obstáculos diante da crise do capital e da desresponsabilização do Estado, ocasionando a não efetivação do que se estabelece na Constituição Federal de 1988 em termos de promoção e de garantias de direitos no contexto do governo de direita e ultraconservador de Jair Bolsonaro.

Sobre esse aspecto, cabe ressaltar que, apesar de não haver consenso na literatura crítica sobre a afirmativa, Boito Jr. (2019) considera o governo bolsonarista como neofascista, apresentando disputas internas entre grupos extremamente conservadores e

fundamentalistas que se sustentam em posicionamentos autoritários, discursos de ódio e antidemocráticos, assim como em movimentos reacionários. Seu governo flerta com o fascismo no contexto de acirramento da crise do capital. Considera-se sua gestão como ultraconservadora por mobilizar, defender e reproduzir ideias e movimentos extremistas, de direita, elitistas, autoritários e extremamente violentos, em sintonia com a agenda neo-liberal vigente de ataques aos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Por fim, a construção deste texto se deu a partir de pesquisa de caráter bibliográfico e documental, por meio de diálogos com autores de perspectiva crítica no campo das políticas sociais e dos direitos. Utilizou-se como método de abordagem o materialismo histórico- dialético, partindo das determinações presentes nos estudos já realizados que têm uma relação próxima com o tema.

O método proposto por Marx trata de, inicialmente, estudar o fenômeno a partir da realidade concreta, baseado em sua imediatez dada, em busca de desvelar sua essência e as conexões postas entre esse fenômeno e o movimento histórico da realidade. Com essa primeira aproximação, procura-se entender essa realidade em constante movimento e suas contradições, e compreender os diversos aspectos que a envolvem, suas modificações históricas e suas determinações, tendo início, assim, o processo de elevação desse fenômeno (dialética), em que ocorre o chamado enriquecimento do concreto. É dada a ele uma nova forma a partir dos seus aspectos já existentes, articulando teoria e prática críticas até chegar, por meio de processos de abstrações, a uma proximidade de sua essência, pela via das mediações – que de fato tornam o fenômeno o concreto pensado.

Numa palavra: *o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto*. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (NETTO, 2009, p. 684 – grifos no original).

O artigo está organizado em três partes articuladas em torno de discussões acerca do tema apresentado. A primeira tem o objetivo de fazer um resgate histórico da construção do padrão protetivo da previdência e sua inserção na seguridade brasileira. A segunda delimita os fatos que ocorreram no pós-1988 e que impediram a efetivação de um modelo de proteção social forte, causados pelo neoliberalismo e suas contrarreformas no país, resultando na expropriação dos direitos da classe trabalhadora. A terceira apresenta a contrarreforma da previdência a partir da Emenda Constitucional nº 103/2019 do governo bolsonarista e os seus impactos sobre os direitos previdenciários da categoria docente dos ensinos fundamental, médio e superior das redes públicas e privadas.

Por fim, considera-se que o presente trabalho contribui ao entendimento de como se deu a ascendência dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, com foco nos direitos previdenciários dos docentes e seu processo de usurpação, buscando colaborar com reflexões a respeito de como os ataques à política previdenciária atingem uma massa de trabalhadores da educação. Mesmo nesse contexto de desvantagens, o processo de organização e de lutas dessa categoria, junto com demais movimentos sociais, é imprescindível para a garantia do trabalho e da proteção previdenciária.

Construção do padrão protetivo de previdência social no Brasil

Ao se analisar a gênese e o desenvolvimento da política de previdência, torna-se necessária uma compreensão dos fatores que a fundam e a instituem no tripé da seguridade no âmbito da Constituição de 1988. Para tanto, é importante uma breve análise sobre o modelo de proteção social, a seguridade. Apesar de não haver consenso quanto à temporalidade, alguns autores afirmam que a expressão seguridade social emerge no contexto do pós-Crise de 1929, como um conjunto de elementos para a retomada do processo de acumulação capitalista e superação da recessão intensificada pela queda da Bolsa de Nova Iorque. De certa forma, em suas contradições, esse processo trouxe outros aspectos quanto à promoção da assistência e da efetivação de direitos, no sentido de manter um bem-estar para a sociedade, como afirma Silva (2012).

Outro elemento apresentado é que tal conceito na contemporaneidade tem relação com o Plano Beveridge de seguridade, surgido na Inglaterra após o fim da Segunda Guerra Mundial. Deu-se em 1942 e consistiu na organização e implementação de medidas de proteção e de políticas sociais, com base no princípio da universalidade, a fim de combater a pobreza e colaborar, significativamente, com a retomada das taxas de lucro do capitalismo no segundo pós-guerra, como salientam Behring e Boschetti (2016).

O Plano Beveridge foi construído no contexto do fordismo-keynesianismo (1945-1973). Nas palavras de Harvey (2012), esse modo de produção foi marcado por grandes transformações políticas e econômicas do capitalismo, pelo avanço e uso de tecnologias nos processos produtivos (industrializados), pela construção de novos hábitos de consumo e pelo estabelecimento de inéditas práticas de gestão e controle do trabalho e da força de trabalho. O Estado assumiu um papel estratégico ainda mais regulador, centralizador e subsidiador por meio de altos investimentos do fundo público direcionados à manutenção e à reprodução do capital.

Contraditoriamente, assumiu também um caráter de socializador do bem-estar social, oferecendo proteção social (trabalhista e previdenciária) à massa de trabalhadores inseridos no contexto da produção industrial. Porém, antes das experiências beveridgianas, na Alemanha (antiga Prússia), no final do século XIX, havia o sistema de proteção social

centrado no modelo bismarckiano (contributivista, com grandes semelhanças com o nosso modelo atual de previdência social) e orientado pela ideia de contrato social: alguns direitos eram assegurados, mas, para tanto, havia a necessidade de prévia contribuição (SILVA, 2012).

As primeiras experiências previdenciárias no Brasil, segundo Behring e Boschetti (2016), tiveram início com as Caixas de Aposentadoria e Pensões (Caps), administradas pelas empresas, sem responsabilização do Estado, que eram destinadas basicamente a portuários e ferroviários, mas, posteriormente, foram direcionadas a outras categorias. Em 1923, a partir da promulgação da Lei Eloy Chaves¹, considerada o primeiro ato legislativo de criação da previdência no país, consolidaram-se as bases necessárias para a criação do sistema previdenciário. Após, para substituir as Caps, surgiram os Institutos de Aposentadorias e Pensões (Iaps) na década de 1930, que consistiam num conjunto de serviços e benefícios sob a condição de contribuição e se expandiram incorporando novas categorias profissionais e, conseqüentemente, generalizando a previdência nacionalmente. A responsabilidade administrativa passou a ser mais fortemente do Estado.

No governo de Getúlio Vargas (1930-1945) foram levadas à prática as novas funções do Estado, mantendo a ordem capitalista (de caráter populista) e fazendo a intermediação entre as classes e a adesão dos trabalhadores com propostas e implementação de políticas sociais. Vários aspectos relacionados à legislação trabalhista foram modificados, passando-se a considerar o trabalho de mulheres e de adolescentes com idade inferior a 18 anos. Também se fixou a jornada de trabalho em oito horas e o estabelecimento de férias aos trabalhadores industriais, bem como algumas outras normas referentes a acidentes laborais (FARIAS, 1997).

Os Iaps, apesar de sua uniformização em apenas um órgão e não mais vários institutos, como cogitado desde o final do governo de Vargas, só se deu de fato com a Lei Orgânica da Previdência Social (Lops), em 1960, devido ao processo de desenvolvimento e aos conflitos que marcam esse período histórico. O instrumento normativo trouxe consigo o Regulamento Geral da Previdência Social no Brasil. No entanto, devido ao instável quadro político desse período, foi somente com o início da ditadura civil-militar (1964) que a unificação dos Iaps se deu numa só instituição: o Instituto Nacional de Previdência Social (Inps), em 1966. A partir do Inps houve uma redefinição da gestão da previdência.

Em 1967, os acidentes de trabalho passam também para a gestão do INPS apesar de certa contrariedade das seguradoras privadas [...]. A previdência foi ampliada para trabalhadores rurais, por meio do Funrural, política que ad-

1 A Lei Eloy Chaves inicia no Brasil as bases para o sistema previdenciário, instituindo as Caps que foram destinadas aos trabalhadores inseridos no processo de produção e reprodução das mercadorias que sustentavam a economia brasileira nesse período, ofertando direitos trabalhistas previdenciários (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

qu Coast, neste caso, um caráter mais redistributivo, já que não se fundava na contribuição dos trabalhadores, mas numa pequena taxaão dos produtores [...]. A cobertura previdenciária também alcançou as empregadas domésticas (1972), os jogadores de futebol, os autônomos (1973) e os ambulantes (1978). Em 1974 cria-se a Renda Mensal Vitalícia para os idosos pobres no valor de meio salário mínimo para os que tivessem contribuído ao menos um ano para a previdência. (FARIAS, 1997, p. 136 – grifo nosso).

Em 1977 ocorreu a reforma administrativa que resultou na criação do Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (Sinpas) e na união do Inps, do Instituto Nacional de Assistência Médica (Inamps) e do Instituto Nacional de Administração da Previdência Social (Iapas). Isso levou a uma gestão associativa entre a saúde e a previdência no contexto da ditadura brasileira, de forma não universal, com forte medicalização da saúde previdenciária e orientação à lucratividade.

Enquanto sistema, a seguridade se organiza com a Constituição Federal de 1988, definida nos artigos 194 a 204, com iniciativas dos poderes públicos e da sociedade (o mercado e as empresas privadas). Ela adere um modelo híbrido, nas palavras de Boschetti (2009), que incorpora a política de saúde, pela lógica universal do modelo *beveridgiano*, sem a necessidade de contribuição para acesso; a de assistência social, que também dispensa a cobrança de tributo, mas reforça o recorte de ser ofertada apenas a quem dela necessitar (seletivismo pela tipificação da necessidade); e a de previdência, a partir dos fundamentos do seguro social propostos no modelo *bismarckiano*, o que exige prévia contribuição financeira.

Esse modelo, segundo a autora, está expresso na sua transitividade entre as políticas de caráter seletivo (assistência social), universal (saúde) e condicionadas ao trabalho dependente de contribuição (previdência). Tal hibridez revela a união de duas perspectivas contraditórias na constituição da seguridade brasileira: o acesso não contributivo, não mercantilizado, presente na saúde e na assistência social (*beveridgiana*); e o caráter contributivista, típico da política previdenciária (*bismarckiana*).

A previdência propõe as garantias em diversas situações (doenças, mortes, ausência temporária ou definitiva do trabalho, amparo a familiares dependentes, apoio à maternidade etc.), como um desenlace das inúmeras lutas da classe trabalhadora. Segundo Farias (1997), com a Constituição busca-se a revisão política e conceitual dos padrões dos serviços sociais que eram ofertados. No seu documento, visa à igualdade e amplia o significado de cidadania. Contudo, tais avanços (normativos, jurídicos e até mesmo conceituais) correspondentes às políticas de proteção social, que deveriam ser integrais e universais, não se efetivaram na prática, acarretando uma divergência com o que estava proposto na lei, particularmente pela implementação e expansão do neoliberalismo no Brasil no contexto dos anos de 1990 e 2000.

As constantes contrarreformas do Estado, e consequentemente da previdência, que ocorreram no percurso das duas décadas após a Constituição de 1988, fizeram com que o sistema de proteção social fosse desestruturado, auxiliando na fragmentação das políticas sociais. Houve um atraso em todas as conquistas obtidas pelos trabalhadores ante a não efetivação do texto constitucional. Vale salientar que esses acontecimentos também estão relacionados ao cenário sociopolítico das crises do capital e da implementação da agenda de austeridade neoliberal que visava à eliminação das tímidas experiências do Estado social em nossas terras. Foi o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) que promoveu um ambiente favorável a essas contrarreformas, visando adequar as demandas da sociedade às necessidades do mercado e favorecer o capital internacional (TEIXEIRA, 2001).

Com o objetivo de compreender esse tema relacionado à espoliação dos direitos da classe trabalhadora, no próximo tópico serão explicitadas as origens da suposta crise da previdência social e seus impactos com as sucessivas contrarreformas implantadas como alternativas para, à luz das demandas do grande capital, solucionar o problema.

Contrarreformas da previdência e o processo de retirada dos direitos da classe trabalhadora

Em face das reflexões de Neves (2015), em meados dos anos 1970 ocorreu uma crise histórica do capital e, em decorrência, o modelo fordista-keynesiano foi sucedido pelo modo de produção denominado de acumulação flexível, por meio da reestruturação produtiva, estabelecendo novas formas de produzir e organizar o fluxo de mercadoria e de gestão da força de trabalho, conforme Harvey (2012). Ambos os autores enfatizam que essa reestruturação possibilitou relações inovadoras entre a sociedade e o Estado, recompondo a ordem política e social.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por um período de reestruturação econômica e fortes ajustes no âmbito social e político que serviram de base para a consolidação de um novo regime de acumulação sustentado por meio da flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e das formas de consumo. Esse processo expandiu as desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista, elevou os índices de pobreza, como também ampliou as péssimas condições de trabalho, provocando a intensificação da extração da mais-valia e a expropriação de direitos. Ainda, mercantilizou o âmbito social e ampliou os processos de privatização da esfera pública, elevando os índices de desemprego e pauperização, reduzindo drasticamente os direitos conquistados pela classe trabalhadora.

De acordo com Behring e Boschetti (2016), as ideias neoliberais expandem-se com a crise das experiências do Estado de bem-estar social (*Welfare State*), provocada, à luz dos argumentos do grande capital, a partir do peso/custo da garantia à população de seus direitos e dos benefícios ofertados pela seguridade. Sob a lógica do capital, o cenário de crise da época (1970) decorria das manifestações da classe operária que reivindicava seus direitos. Entretanto, os ditames neoliberais não foram eficazes para solucionar a crise do capital, tampouco para evitar o baixo crescimento econômico, o que, segundo as autoras, trouxe consequências negativas para os trabalhadores, causando a ampliação do desemprego e reduzindo salários e os gastos com as políticas sociais.

No que diz respeito à seguridade, referente ao contexto da reestruturação produtiva, os impactos causados aos serviços e benefícios prestados à sociedade foram apropriados pelo capital, ocasionando a desconstrução dos direitos conquistados relacionados à saúde, à previdência e à assistência social, acentuando as desigualdades e desqualificando os trabalhadores no tocante às suas demandas. Quanto à política previdenciária, Neves (2015) afirma que, apesar de ser uma política em que se faz necessária a contribuição prévia para se ter acesso aos benefícios prestados, garantindo um seguro social em tempos de aposentadoria ou inatividade momentânea para o trabalho, ela sempre foi passível de regressão, com o sucateamento e a retirada dos direitos que visavam sanar as necessidades sociais da classe trabalhadora quando não tivesse mais condições de exercer suas atividades laborativas.

Desde os anos 1990, intensificando-se nos anos 2000, a política de previdência vem sofrendo regressões relacionadas ao desmonte dos direitos que protegem os trabalhadores em suas necessidades sociais. Essas contrarreformas são de caráter neoliberal e precarizam a condição de vida dos indivíduos que demandam tal política, ampliando a exploração de sua força de trabalho e reduzindo seus direitos. Conforme Pereira (2017), no mandato de Fernando Henrique Cardoso houve a flexibilização das relações de trabalho, repercutindo em várias esferas, inclusive no sucateamento do ensino público, com o objetivo de apagar o seu caráter democrático da educação. Seus ataques atingiram principalmente a categoria docente, que teve seus salários achatados. Boa parte dela se viu obrigada a recorrer à aposentadoria para escapar dos cortes e perdas.

Nos governos petistas, o presidente Lula também desvalorizou os salários da categoria docente, visto que ocorreram transferências dos recursos da educação para a estratégia de Desvinculação de Receitas da União (DRU)² e, ainda, acabou com a estabilidade do servidor público, pois qualquer um pode ser demitido caso apresente um trabalho ineficiente

2 Segundo Gentil (2006), a Emenda Constitucional nº 20 permitiu que o governo utilizasse boa parte dos recursos recebidos sem qualquer vinculação com as despesas específicas, transferindo das receitas da seguridade do seu orçamento próprio ao orçamento fiscal para pagamento, em especial, de juros da dívida pública.

(PEREIRA, 2017). Outros retrocessos também se deram no governo de Dilma Rousseff (PT), como a redução no financiamento da seguridade, renúncias tributárias, restrição de direitos mediante medidas provisórias e mudanças nas condições de acesso a alguns benefícios previdenciários, aumentando, ainda, o tempo de contribuição, conforme Silva (2018).

Na contramão da agenda neoliberal implantada pelos governos brasileiros, faz-se notória a importância da política de previdência, que tem por objetivo a proteção da classe trabalhadora por meio de serviços e benefícios para lhe dar segurança durante e depois do processo da venda de sua força de trabalho ao mercado capitalista, configurando-se como uma importante estratégia de redução das desigualdades sociais.

As contrarreformas previdenciárias constituem um dos principais ataques à classe trabalhadora, pois criam obstáculos que dificultam sua afiliação aos benefícios previdenciários. No tópico seguinte, serão discutidos os impactos e efeitos sobre a classe docente, assim como as consequências negativas direcionadas aos trabalhadores da educação no contexto do governo ultraconservador de Jair Bolsonaro.

Contrarreforma da previdência no governo Bolsonaro: impactos para os professores

Com relação aos argumentos expostos até agora, foi possível visualizar as consequências negativas das contrarreformas da previdência para os trabalhadores, partindo da expropriação dos seus direitos com o objetivo de suprir as demandas do mercado e do capital. Vale salientar, aqui de forma específica, os nefastos retrocessos referentes à categoria de professores, que é o foco central deste artigo.

Como afirmado anteriormente, o governo ultraconservador de Bolsonaro e sua violenta agenda de ataque aos direitos da classe trabalhadora têm promovido a expansão de desigualdades sociais severas e a destruição do padrão de proteção social no âmbito da seguridade. Aliadas à agenda neoliberal e neofascista, essas ações têm caráter privatista e emergem num momento de avanço de forças conservadoras; direcionam-se particularmente à educação, dificultando a permanência de alguns discentes no ensino público – notadamente nas universidades, devido à falta, principalmente, de recursos financeiros direcionados à sua manutenção e incentivo em pesquisas, fazendo com que a política educacional se torne cada vez mais sucateada e inacessível.

Em pouco mais de cinco meses, Bolsonaro extinguiu ministérios e secretarias essenciais, como o do Trabalho, e reduziu o valor do salário mínimo. No Ministério da Educação (MEC), além das inúmeras trocas de cargos, ocorreu um corte de mais de R\$ 5 bilhões, o que representa 25% do orçamento total. (ANDES, 2019b, p. 4).

Foi proposta e aprovada pelo governo Bolsonaro mais uma (e a mais severa) contrarreforma da previdência no ano de 2019, mesmo com resistência e organização popular, aproveitando a onda do ilegítimo governo de Temer, a fim de congelar os gastos para as políticas de educação e saúde. Esse processo revelou, novamente, a retirada do financiamento da política de previdência com o objetivo de transferir montantes de recursos do fundo público para a esfera privada, fazendo com que os trabalhadores sejam os únicos responsáveis pela garantia de bens e serviços para a sua vida pela via da contributividade.

Destacam-se alguns pontos pertinentes à contrarreforma bolsonarista:

Exigência de idade mínima para se aposentar, que, no caso das mulheres, aumentou a idade em fase idosa e desconsiderando suas duplas ou triplas jornadas, associando trabalho, tarefas do lar e cuidado de filhos/as; aumento de tempo de contribuição para os homens se aposentarem, também com idade em fase idosa; aumento do tempo de contribuição somada a idade mínima avançada para ter direito a aposentadoria com valor integral; redução no valor do cálculo do salário benefício, redução no valor da aposentadoria por incapacidade, se não for caracterizado acidente de trabalho, doença profissional ou no trabalho, e pedágio de 50% a 100% sobre o tempo de contribuição faltante para a aposentadoria. (CFESS, 2019, p. 2).

A contrarreforma posta pela Emenda Constitucional nº 103/2019, que alterou o sistema de previdência social brasileiro, tornou explícito que a categoria de docentes tem enfrentado grandes perdas de direitos no que se refere aos benefícios previdenciários. A partir da emenda, ficou estabelecida uma idade mínima para a aposentadoria de professores (homens aos 60 anos e mulheres aos 57 anos), além da mudança no tempo de contribuição, que é de 25 anos para ambos, desconsiderando a dupla jornada de trabalho (às vezes, tripla) das mulheres.

O cálculo para a média do salário também mudou. Se antes eram desconsiderados os 20% dos menores salários, ou seja, a média se dava com 80% dos maiores salários, a partir dessa nova aprovação não há descarte dos menores valores e a aposentadoria corresponderá ao percentual de 60% das contribuições, com acréscimo de 2% por ano que exceder as prestações de 15 anos para mulheres e 20 anos para homens, alcançando os 100% da média salarial apenas após 35 e 40 anos de contribuição, respectivamente (ABE, 2020).

A proposta aprovada introduziu regras de transição para aqueles que já tinham filiação com o sistema previdenciário e ainda não haviam cumprido os requisitos para iniciar o processo de solicitação dos benefícios. Tais medidas não são destinadas a docentes de ensino superior e sim a professores da educação infantil básica, ensino fundamental e médio, além de profissionais em cargos de coordenação, gerência e diretoria.

A respeito de tais regras de transição, há um sistema de pontuação em que, a partir da soma da idade mais o tempo de contribuição, deve-se obter 82 pontos para mulheres e 92 pontos para homens na condição de docentes durante o ano de 2020; é acrescido um ponto a cada ano até que se chegue ao limite de 92 e 100 pontos para mulheres e homens, respectivamente, no ano de 2030. Além disso, é necessária a comprovação de contribuição de 25 anos para mulheres e 30 anos para homens em exercício das suas funções na educação infantil, ensino fundamental e médio (BRASIL, 2019).

Há ainda uma progressão na idade mínima exigida para o benefício destes profissionais em seis meses a cada ano. Essa regra é destinada àqueles que acumulam tempo de contribuição de 30 e 25 anos como professores e idade mínima de 56 e 51 anos, se homem e se mulher, respectivamente, até à data da entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019. O acréscimo acontece a partir de 2020, até se atingir a idade prevista de 57 anos para a mulher e 60 anos para o homem (BRASIL, 2019).

Tais mudanças foram impostas aos profissionais educadores das redes pública e privada, excetuando-se aqueles inseridos nos entes federados que têm regime de previdência própria e que, portanto, são atingidos pelas contrarreformas promovidas pelos Estados e prefeituras que, de um modo geral, em efeito cascata, reproduziram as contrarreformas da União. No caso de professores da rede federal, há ainda a necessidade de comprovação de dez anos de serviço público e cinco ocupando o cargo pelo qual irá se aposentar (ABE, 2020).

Apesar de a categoria profissional docente possuir direitos diferenciados para a obtenção da aposentadoria, são nítidos os prejuízos acarretados pelas contrarreformas da previdência, notadamente a de Bolsonaro em 2019. Segundo o Andes/SN (2019a), foram realizadas manifestações em várias cidades do país contra os ataques aos direitos previdenciários e às aposentadorias. Os docentes protestaram contra as medidas do governo bolsonarista, mostrando que, mesmo diante dos obstáculos e retrocessos, as lutas continuam e tendem a aumentar, visto que essa categoria não está disposta a perder suas conquistas diante de um governo que desvaloriza os profissionais. O contexto da pandemia da Covid-19 intensificou e ampliou os processos de desigualdades sociais diversos e, particularmente, na educação, seja em seu acesso e/ou na permanência.

A resposta do governo àqueles que se opõem à sua gestão que privatiza, sucateia instituições públicas e expropria direitos conquistados se dá por meio de persecução ao corpo docente, principalmente aos segmentos mais progressistas, o que pode ser constatado no desmonte da política de educação, desde a básica à superior.

Segundo Santos e Santos (2020), um dos ataques se encontra na proposta do Programa Escola sem Partido, numa estratégia para avançar com o projeto neoliberal que propõe uma educação supostamente neutra e totalmente contra os que são consi-

derados como fazendo uma doutrinação ideológica, promovendo narrativas de ódio às bandeiras que representam as lutas progressistas da classe trabalhadora. Esse programa foi criado em 2004 pelo advogado e procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, através do Projeto de Lei nº 867/2015, numa iniciativa de Flávio Bolsonaro, filho do presidente da República. Para Agatha Justen, professora de Administração da Universidade Federal de Florianópolis:

A Escola Sem Partido é uma manifestação do avanço da extrema direita sobre todas as esferas da nossa vida. Disputa de formação da sociedade como um todo, valores, filosofia, ela é extremamente prejudicial. Tem uma manipulação ideológica muito grande nesse termo, porque parece que ela vai contra o apartidarismo, o professor fazer campanha política dentro de sala de aula, só que ela não significa isso de nenhuma maneira, ela significa calar qualquer tipo de pluralidade dentro do espaço de ensino-aprendizagem, só caça posições contrárias. A história já mostrou o quanto isso é maléfico para o avanço da ciência, do conhecimento, isso é algo que contribui muito para que as pessoas sejam analfabetas funcionais, não conseguem perceber a realidade com a complexidade que constitui a própria realidade, é extremamente prejudicial em todos os aspectos da sociedade como um todo, da sociedade à escola. (ADUFS, 2019).

Apesar de a proposta de projeto ter sido barrada em Comissão Especial no Congresso, vários outros planos têm sido apresentados e até mesmo aprovados em Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Com isso, os docentes se veem afetados na sua liberdade de expressão, não podendo manifestar ideias a respeito de assuntos que remetam à política, religião ou ideologias, contando, ainda, com restrições em conteúdos a serem ministrados. Uma dessas censuras refere-se aos debates sobre gênero e os que têm proximidade com a teoria crítica marxiana e seus intérpretes, negando a liberdade de pensamento e de autonomia de ensino. Isso representa uma perseguição, pois professores passam a ser vigiados e podem ser denunciados por pais ou alunos, sem direito de protestar, de fazer greves e outras manifestações, estando sujeitos a demissão, processos administrativos, sanções diversas e até mesmo prisão (SANTOS; SANTOS, 2020).

Todo esse contexto advindo das contrarreformas representa a negação das escolas/colégios e das universidades comprometidas com o processo de luta e elevação intelectual da classe trabalhadora, anulando as conquistas que foram adquiridas através de muitos esforços e reivindicações. O retrato dessa triste realidade revela professores que não se sentem motivados a estar em sala de aula, vivenciando uma constante vigilância, em péssimas condições de trabalho e tendo de se submeter a um salário injusto para sobreviver. Os cortes dos direitos sociais do governo Bolsonaro também são direcionados à previdência, e a classe docente é uma das mais afetadas.

Considerações finais

Após as análises e exposições feitas, constata-se a relevância do sistema de proteção social da política previdenciária. Apesar de ter um caráter contributivo, garante direitos aos trabalhadores, mas, em decorrência dos ataques das contrarreformas, tem vivenciado um amplo retrocesso. Como consequência, é notório o processo de privatização, focalização, seletivismo, mercantilização e negação desses direitos. Mesmo que essas contrarreformas venham ocorrendo desde os anos 1990, é no governo de extrema direita de Bolsonaro que esses ataques ocorrem de forma mais exacerbada.

Cada governo usa o falso discurso deficitário no que corresponde à capacidade de arrecadação e prestação de serviços da política previdenciária para adotar reformas destrutivas dos direitos da classe trabalhadora. Dessa forma, a privatização da seguridade vai ficando cada vez mais explícita e consolidada. Quanto à previdência, são resgatadas medidas mais restritivas à proteção social, como o aumento de tempo de trabalho, alíquotas de contribuição, redução da diferença etária entre gêneros e achatamento nos salários e benefícios. A classe de professores dos ensinos fundamental, médio e superior sofre particularmente com esses ataques.

Em contraste com os avanços do sistema protetivo, nos marcos da Constituição de 1988, é possível observar a fragmentação dessas políticas através da ofensiva neoliberal, com as sucessivas contrarreformas na previdência vistas nos governos de Fernando Henrique Cardoso a Bolsonaro – este último assumindo a forma mais degradante de uma gestão ultraconservadora, num retrocesso de anos de luta pelos direitos dos trabalhadores.

Num contexto de negação e expropriação de direitos, assim como de exacerbação das desigualdades sociais, a pandemia da Covid-19 escancarou ainda mais esse cenário. Apesar de este assunto não estar no foco de nosso trabalho, é válido lembrar que, no campo da educação, os impactos da crise sociossanitária são extremamente negativos e os números também não são animadores.

A pandemia provocou um grande e expressivo estrago (grave e duradouro) nos processos de ensino e aprendizagem. Segundo o relatório do Banco Mundial³ (março-2021), dois a cada três alunos podem não aprender a ler adequadamente um texto simples aos dez anos. E mais: nesse contexto, 70% das crianças brasileiras podem não aprender a ler adequadamente. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)⁴, em 2021, no Brasil, mais de 4 milhões de estudantes do ensino fundamental estavam sem acesso a nenhuma atividade escolar; a falta de *internet* e de estrutura tecnológica (computadores, *tablets* ou celulares) eram as

3 Disponível em: <https://www.futura.org.br/impactos-da-pandemia-na-educacao/> Acesso em: 4 ago. 2021.

4 Disponível em: <https://gente.globo.com/o-impacto-da-pandemia-na-educacao-brasileira/> Acesso em: 3 ago. 2021.

principais razões dessa situação. Estes rápidos dados revelam o abismo social para o qual o país se encaminha a passos largos dados nessa direção pelo governo Bolsonaro e sua base aliada.

O movimento, ainda existente, do Escola sem Partido é outra forma de ataque ao pensamento crítico construído nas escolas, colégios, institutos federais e universidades, interferindo no conteúdo dos livros, na liberdade de expressão dos docentes e em qualquer forma que possa induzir os discentes a ter um determinado posicionamento político, partidário ou ideológico. Visa promover um pensamento único e a incitação ao ódio no que se refere às concepções e ideias revolucionárias. Igrejas, militares e grupos extremistas de direita podem ter partido; as escolas e as universidades, não.

Nesse cenário hostil, a categoria de professores é atacada com regras de transição cada vez mais cruéis e atrozidades das contrarreformas da política previdenciária. Verifica-se a diminuição da média de seus salários de aposentadoria, o estabelecimento de maiores alíquotas e de tempo de contribuição que não levam em consideração o fator de gênero e, ainda, a comprovação do tempo e exercício do cargo no qual se pretende aposentar. Isso provoca um impacto maior e mais significativo na vida das profissionais mulheres, devido à desconsideração de suas várias jornadas de trabalho, além do sucateamento dos seus locais de exercício profissional e do agravamento da saúde mental, mediante cortes financeiros para a educação e medidas cada vez mais restritivas à categoria.

É necessária, diante desse contexto regressivo, a reorganização política da classe trabalhadora, no intuito de resistir e buscar reverter essa difícil situação. São tempos de luta para que os direitos sejam efetivados e para que o Estado passe a se responsabilizar pelas melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. Nesse aspecto, os docentes vêm mostrando, através de suas reivindicações, que não estão de acordo com esse governo de extrema direita que busca destruir, por completo, os avanços até então conquistados. Resistir é o verbo imperante.

Contribuições dos/as autores/as: Todos os autores participaram igualmente da concepção, da coleta de dados e da revisão do artigo.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ABE, M. C. Guia da aposentadoria: quais as regras para professores e para quem valem. *Uol Economia*, São Paulo, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/18/guia-da-aposentadoria-professores-novas-regras-o-que-muda-previdencia.htm>. Acesso em: 29 nov. 2020.

ADUFS. Associação dos Docentes da Universidade Federal do Sergipe. *Professores desmascaram os perigos do “Escola Sem Partido”*. 5 fev. 2019. Disponível em: adufs.org.br/conteudo/1639/professores-desmascaram-os-perigos-do-escola-sem-partido. Acesso em: 15 abr. 2021.

ANDES. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. *Docentes se mobilizam em todo país contra a reforma da previdência*. 22 mar. 2019a. Disponível em: andes.org.br/conteudos/noticia/docentes-se-mobilizam-em-todo-pais-contr-a-reforma-da-previdencia1. Acesso em: 29 nov. 2020.

ANDES. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. *Educação se levanta*. Os cinco meses que estão revertendo os 50 anos. Brasília-DF, abr./maio 2019b.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2016.

BOITO JR., A. *O Neofascismo no Brasil*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BOSCHETTI, I. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/Abepss, 2009.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 103*, de 12 de novembro de 2019. Brasília, 12 nov. 2019.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Os impactos da “reforma” da previdência na classe trabalhadora. In: CFESS. *CFESS Manifesta*. Brasília, DF, 28 out. 2019.

FARIAS, P. C. L. de. A seguridade social no Brasil e os obstáculos institucionais à sua implementação. *Maré/Cadernos Enap*, Brasília, n. 11, 1997.

GENTIL, D. L. *A falsa crise do sistema de seguridade social no brasil*. Tese (doutorado em Economia) – Instituto de Economia - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/Abepss, 2009.

NEVES, M. E. R. Crise do capital e os impactos para as políticas de seguridade social. In: CFESS. *70 anos de Serviço Social na previdência*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2. Anais... Brasília: CFESS, 2015.

PEREIRA, J. A. S. A “reforma” universitária neoliberal nos governos de FHC e Lula em questão. *(SYN) THESIS*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jan./jun. 2017.

SANTOS, M. E. de M.; SANTOS, P. P. dos. Escola sem Partido: neoliberalismo e conservadorismo de mãos dadas. *Revista Faeeba*, Salvador, v. 29, n. 58, abr./jun. 2020.

SILVA, M. L. L. da. *Previdência social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização*. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, M. L. L. da. Contrarreforma da previdência social sob o comando do capital financeiro. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 131, jan./abr. 2018.

TEIXEIRA, A. M. de P. Reforma e contrarreforma da previdência social no Brasil de hoje. *Revista Katálýsis*, Florianópolis, n. 5, jul./dez. 2001.

E amanhã será como ontem: o perfil dos beneficiários do Peam-JF (MG)

And tomorrow will be like yesterday: the profile of Special Housing Assistance Program beneficiaries in Juiz de Fora, Minas Gerais

Bruna Atalaya de Almeida Rocha* 

Alexandre Aranha Arbia** 

RESUMO

O direito à moradia é, teoricamente, uma conquista constitucional concernente a todo cidadão. Sua efetivação torna-se porta de entrada para o exercício de outros direitos, como o direito à vida, à saúde, à educação, à cultura e ao lazer. Porém, as cidades brasileiras revelam um cenário em que o acesso à moradia segura não é uma realidade generalizada. Tendo por pano de fundo o debate sobre o direito à moradia, este artigo tem por objetivo explicitar o perfil dos beneficiários do Programa Especial de Auxílio Moradia no município de Juiz de Fora, instrumento público de intervenção direta sobre as consequências do fenômeno da espoliação urbana. Para isso, foi realizada pesquisa documental dos processos ativos na Secretaria Municipal de Assistência Social, permitindo demonstrar que os beneficiários são, como esperado, as camadas trabalhadoras historicamente condenadas à marginalização social, econômica e política no Brasil.

Palavras-Chave: direito à moradia; auxílio moradia; políticas públicas de habitação.

ABSTRACT

The right to housing is, theoretically, a fundamental constitutional achievement for every citizen. Its realization becomes an important doorway to exercise others essential rights, such as, the rights to life, health, education, culture, and leisure. However, Brazilian cities reveal a scenario in which the access to safe housing is not a generalized reality. Having as background the debate on housing rights, this article has the goal of highlighting the profile of beneficiaries of the Special Housing Assistance Program, a public instrument of direct intervention on the consequences of the urban dispossession phenomenon, in the municipality of Juiz de Fora, Minas Gerais. For this, documentary research was carried out on the active processes of housing assistance in the Municipal Social Welfare Department, allowing us to demonstrate, as expected, that beneficiaries are the workers historically condemned to social, economic, and political marginalization in Brazil.

Keywords: right to housing; housing assistance; public housing policies.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78947>

*Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de fora, MG, Brasil.
E-mail: brunatalaya@gmail.com.

**Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de fora, MG, Brasil.
E-mail: alexandre.arbia@ufjf.br.

Como citar: ROCHA, B., A. A.; ARBIA, A. A. E amanhã será como ontem: o perfil dos beneficiários do Peam-JF (MG). *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 131-146, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78947>

Recebido em 21 de janeiro de 2022.
Aprovado para publicação em 27 de setembro de 2022.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A casa própria não é a necessidade, esta é a de morar decentemente
(Milton Santos)

Introdução

Historicamente, as cidades brasileiras revelam cenários de desigualdade socioespacial. Na quase totalidade das metrópoles, a coexistência de arranha-céus e comunidades pobres explicita uma das faces mais visíveis (e dramáticas) da contradição capital *versus* trabalho. De um modo geral, em que pesem características locais e regionais, as áreas urbanas brasileiras demonstram um cenário composto por habitações precárias, mormente nos bairros periféricos, onde reside boa parte dos trabalhadores; ambientes onde o acesso ao saneamento básico, infraestrutura e serviços públicos em geral são incipientes e residuais. Noutra face, no centro das áreas urbanas das cidades de médio e grande porte, o aumento das populações em situação de rua também expõe – não somente, mas em importante medida – o drama da situação habitacional no Brasil. Junto às habitações precárias e às pessoas que buscam abrigo nas ruas, fileiras de imóveis vazios aguardam o “tempo do mercado”, do capital (especulativo) imobiliário.

Neste trabalho, pressupostas todas as críticas ao sistema de direitos e suas limitações, no tocante à emancipação humana¹, partimos do entendimento de que, como um direito humano elementar, o direito à moradia torna-se condição, inclusive, para o pleno exercício dos demais direitos, como os direitos à saúde, à individualidade, à educação, ao trabalho, à segurança etc., vinculando-o direta e imediatamente à efetivação da dignidade humana e do próprio exercício da cidadania (condição elementar da emancipação política burguesa).

A exemplo dos demais, o direito à habitação compõe o rol de direitos constitucionais, conferindo ao Estado responsabilidade sobre a criação das condições para o seu pleno exercício pelos brasileiros. Porém, uma miríade de pesquisas que analisam o histórico das políticas nacionais de habitação no país demonstra que tais políticas sempre se constituíram de forma residual, fragmentada e parcializada. Historicamente, a política habitacional no Brasil atendeu majoritariamente aos trabalhadores de renda mais alta, em detrimento das faixas mais baixas, em que o déficit habitacional termina enfrentado pelo sistema de autoconstrução, largamente empregado não como uma forma de “poupança” ou especulação, mas como “solução de subsistência” (KOWARICK, 1979, p. 57). Disto resultam duas consequências importantes: a) a precariedade dessas habitações, desprovidas de infraestrutura, erguidas

1 Conforme Marx (2009, p. 69), compreendemos os avanços da emancipação política na superação dos vínculos diretos entre direito e estamento, vigentes nas formas sociais anteriores, sem perder de vista que este avanço ocorreu por uma hipostatização do indivíduo burguês como homem “geral”. Uma síntese das críticas do Estado e da individuação burguesa na obra marxiana estão em Arbia (2021).

por trabalhadores “não especializados”, que empregam técnicas produtivas e instrumentos rudimentares, execução sazonal e de planejamento incipiente, materiais de qualidade inferior, donde sua rápida deterioração e a exigência de restauração permanente, assim como reiteração dos elementos de risco; b) endividamento permanente dessas famílias, que precisam destinar constantemente parte da renda para a finalização, ampliação ou restauração da residência, tendo em vista o já comprimido quadro de renda do trabalho (KOWARICK, 1979, p. 62). Expulsas dos centros urbanos, às populações mais pobres ficam destinadas as porções da cidade que não interessam imediatamente ao capital imobiliário: terrenos íngremes, periferias distantes, áreas de mangue – justamente onde o expediente da autoconstrução será largamente empregado. A instabilidade habitacional leva essa população, como lembra Davis (2006), a um nomadismo intermitente, submetida ao afastamento de seu lugar original, com todas as implicações no rompimento dos vínculos relacionais e dos modos de vida que isso implica.

Some-se a isso o fato de que a política de habitação no Brasil mostrou-se historicamente marcada pelo enfoque no financiamento de grandes empreiteiras, a quem é designado construir os conjuntos habitacionais – essas características compreendem, com algumas nuances, do período Vargas, quando a habitação começa a receber a atenção pública, até o governo Lula, quando a política habitacional adquire a face do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Com relação ao cenário local hodierno, a política habitacional em Juiz de Fora está, a exemplo da imensa maioria dos municípios brasileiros, reduzida ao Programa Emergencial de Auxílio Moradia (Peam). O programa consiste em um auxílio emergencial, para famílias com renda de até três salários mínimos no valor de R\$ 300,00 para famílias mononucleares e de R\$ 600,00 para famílias com mais de um integrante; a duração é de 12 meses, podendo ser estendida por igual período.

Compreender o perfil dos usuários do Peam do município de Juiz de Fora (MG) nos possibilita demonstrar retrospectivamente, mesmo que de modo muito modesto, a hipótese de que há uma relação consequencial objetiva que envolve a territorialização do espaço urbano pelo capital, a espoliação urbana, a precariedade habitacional, a expulsão do território impulsionada por eventos (muitas vezes naturais, cujas consequências deletérias só são observadas, exatamente, dada a precariedade estrutural das habitações), a inserção desses indivíduos e/ou famílias em programas e políticas públicas de caráter fragmentado e insuficiente que, no mais das vezes, levam a uma solução paliativa, reiterando, por fim, o círculo vicioso da desresponsabilização do Estado no provimento do direito à moradia.

Para a elaboração deste estudo, valemo-nos de pesquisa documental, que consistiu em coleta de dados primários, em abordagem direta e sob roteiro, dos processos que liberaram o auxílio a cada beneficiário, todos de posse da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Nestes encontramos o histórico de atendimento dos usuários e suas famílias, como

prontuários, boletins de ocorrência, laudos técnicos e processos (ativos na Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS) de concessão do benefício, para podermos identificar o perfil dos beneficiários, isto é, quem são estes usuários, onde eles residiam e onde passaram a residir após serem incluídos no benefício, quais políticas acessam, quais suas condições de vida, trabalho, escolaridade, composição familiar, dentre outros indicadores.

A respeito desse perfil, construímos hipóteses, cuja base compreensiva reside na própria formação sócio-histórica brasileira: os beneficiários do programa são, justamente, sujeitos de classe, a quem historicamente foi negado o acesso à terra; sujeitos de classe que se tornarão os *espoliados urbanos*² no Brasil moderno. Nossa pesquisa incorpora o entendimento de que, após a abolição da escravidão, a grande massa populacional de trabalhadores foi introduzida nas cidades sem qualquer acesso à terra ou formas de subsistência, o que explica, em parte, hodiernamente, o fato de seus descendentes acessarem o direito à moradia ainda de forma bastante rudimentar – quando acessam.

Pressupostos para a compreensão da produção do espaço pelo capital no Brasil

A realidade das cidades hoje é explicada, guardadas as devidas transformações, pela história da terra, da entificação do capitalismo e da formação das classes no Brasil. Com relação à distribuição de terras, já no início do período colonial, a fim de realizar o povoamento do território e o aproveitamento dos recursos naturais brasileiros, Portugal adota um regime de concessão: grandes porções de terra eram destinados a portugueses que dispunham de recursos (monetário, de pessoal, animal e logístico) que possibilitassem o empreendimento agrário (de exploração) na colônia (PRADO JR., 1961, p. 6-15). Esse regime se manteve dominante até 1850, quando foi promulgada a Lei de Terras; legislação que expressou os interesses das elites na tentativa de regularizar a propriedade rural através da compra, e ao mesmo tempo restringir o acesso à terra à maior parcela da população (PRADO JR., 1961). Regularizando a propriedade privada das terras no Brasil, a Lei de Terras fez da terra mercadoria e limitou seu acesso àqueles que não detinham meios capazes de adquiri-la *pela troca* (BARRETO, 2010). A Lei de Terras, em sua promulgação, respondia às inquietações das aristocracias agrárias, que anteviam consequências da abolição vindoura. A respeito desse alarmismo, observou Furtado (2015, p. 198-199):

2 A espoliação urbana, em Kowarick (2017, p. 22): “é a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta”.

Constituindo a escravidão no Brasil a base de um sistema de vida secularmente estabelecido, e caracterizando-se o sistema econômico escravista por uma grande estabilidade estrutural, explica-se facilmente que para o homem que integrava esse sistema, a abolição do trabalho servil assumisse proporções de uma ‘hecatombe social’. Mesmo os espíritos mais lúcidos e fundamentalmente antiescravistas, como Mauá, jamais chegaram a compreender a natureza real do problema e se enchiam de susto diante da proximidade dessa ‘hecatombe’ inevitável. Prevalencia então a ideia de que um escravo era uma ‘riqueza’ e que a abolição da escravatura acarretaria o empobrecimento do setor da população que era responsável pela criação de riqueza no país. Faziam-se cálculos alarmistas das centenas de milhares de contos de réis de riqueza privada que desapareceriam instantaneamente por um golpe legal.

Parece clara a intrínseca relação entre a Lei de Terras de 1850 e a abolição da escravidão, de 1888: aquela constituiu um (dos) mecanismo(s) de preservação do poder das oligarquias, frente às transformações capitalistas que se anunciavam.

A promulgação dessa legislação vai impactar diretamente a formação espacial brasileira. Após a abolição da escravidão, os recém-libertos, que não possuíam senão sua força de trabalho, vão para as cidades sem qualquer garantia de acesso ao trabalho e à moradia. Alcançando as cidades portuárias, esses trabalhadores deparam-se com o solo loteado, restando-lhes a “busca do resto, dos piores terrenos, nas regiões íngremes, nos morros, ou nos manguezais, que não interessavam ao capitalista. Assim, tiveram início as favelas” (STÉDILE, 2011, p. 24).

Desconsideradas as variações regionais e as imprecisões dos dados censitários disponíveis, indicadores do início do século XIX mostram que a população colonial brasileira seguia aproximadamente as seguintes proporções: 28% de brancos imigrantes europeus, 27,8% de negros e mestiços livres, 38,5% de negros e mestiços escravizados, 5,7% de indígenas (NADALIN, 2003). Por uma análise geral, os dados mostram que, após a abolição da escravidão, 40% dos brasileiros não detinham acesso à moradia e ao trabalho e aproximadamente 30% detinham acesso irregular ou precário, o que revela que 70% da população brasileira vivia em subcondições de trabalho e habitação ou mesmo sem qualquer condição efetiva de sobrevivência. Os dados indicam, portanto, quem eram os sujeitos que majoritariamente não detinham, ou detinham muito precariamente, o direito à moradia nas cidades brasileiras: negros recém-libertos, mestiços e brancos pobres. Despossuídos, esses indivíduos vão se instalar em favelas e cortiços³ nos centros urbanos, muito comuns no final do século XIX e início do XX (FARAGE, 2014).

No início do século XX, a sociedade brasileira ensaia uma (incipiente) ampliação de seu processo de urbanização, que só se completará muito tardiamente, após o período de 1964. A transição urbana no Brasil é digna de registro, uma vez que, com

3 Sobre os cortiços, o estudo de Bodunski (2013) é elucidativo e digno de referência.

a constituição das cidades (HARVEY, 2014), a concentração geográfica e social passa a expressar o fenômeno marcadamente capitalista da acumulação industrial; a urbanização é um fenômeno de classe que aquece e sustenta a reprodução capitalista, pois ela proporciona “a incessante produção de um comum urbano e sua eterna apropriação e destruição por interesses privados” (HARVEY, 2014, p. 156). A terra vê evanescer seu caráter mercantil concreto para converter-se em “uma forma fictícia de capital que deriva das expectativas de futuros aluguéis” (HARVEY, 2014, p. 70). O espaço urbano passa então à condição essencial do desenvolvimento capitalista industrial (LEFEBVRE, 2011), proporcionando o escoamento de mercadorias e a aceleração da acumulação ampliada. A urbanização se torna possível por meio da concentração espacial do trabalho coletivo, da criação de bens e valores, da apropriação de terras e do aluguel de propriedades nas cidades (HARVEY, 2014).

Na cidade, onde a segregação é produzida como dominação desigual do espaço urbano, os territórios são o reflexo dessa conformação das classes sociais desiguais (VILLAGÇA, 2001). A segregação urbana produz tanto o desenvolvimento quanto a apropriação desigual do território, dos seus recursos, fazendo da cidade uma unidade heterogênea de espaços e equipamentos que ratificam e evidenciam as desigualdades econômicas e sociais (FARAGE, 2014, p. 87). E, na produção do espaço, o Estado adquire papel decisivo naquilo que Lefebvre irá identificar como *ação planificadora*. Conforme a boa síntese de Carlos (2001, p. 114 – grifos nossos),

A produção/reprodução do espaço envolve um saber e uma técnica aplicada à gestão em que o Estado precisa desenvolver uma série de funções, de modo a impedir transgressões que criem um espaço dominado (logo, político) como condição de sua reprodução generalizada. Dessa forma, o espaço da gestão, apoiado em estratégias definidas no plano do Estado, *equaliza, identifica, destruindo particularidades e diferenças*.

As tensões cotidianas que se expressam na *prática espacial* desafiam a *representação do espaço*; explicitam, de certo modo, o espaço como um “instrumento político intencionalmente manipulado” (LEFEBVRE, 2008a, p. 44); desafiam a “ilusão estatista” de um projeto colossal”, no qual “o Estado saberia e poderia gerir os assuntos de várias dezenas de milhões de sujeitos” (LEFEBVRE, 2008b, p. 138), que povoa a ideologia dos “homens de Estado”, dos tecnocratas. A prática espacial passa a exigir crescentes intervenções para o exercício espacial do poder (econômico e político), donde a pluralidade de ações de contenção.

Uma das ações de contenção são as políticas de habitação, que, no Brasil, têm seu início, basicamente, a partir dos anos 1930, marcadas pela construção de conjuntos habitacionais para substratos estratégicos dos trabalhadores. Pode-se dizer que, de modo geral, o histórico das políticas nacionais de habitação no Brasil é marcado por incentivos

às empreiteiras e ao setor privado, o que explica o fato de a maior parte da população atendida estar situada nos chamados “estratos médios” de renda, que possuem condições para o financiamento de imóveis. De acordo com Motta (2010, p. 9), essa distorção mostra a “incompatibilidade da finalidade social das moradias com o modelo empresarial de produção de habitação”, revelando que os investimentos públicos seguem interesses empresariais nas cidades.

Com relação à população mais pobre, historicamente relegada pelas políticas habitacionais – à exceção do PMCMV, de implementação mais recente –, esta sofre permanentemente, e de modo importante, as reformulações do capital e do Estado no espaço urbano. A partir dos anos 1930, enfrentaram um incisivo processo de expulsão dos centros das cidades, em nome das “reformas sanitárias”, do planejamento urbanístico e até mesmo da “justiça social”, num verdadeiro redesenho das fronteiras urbanas em favor do capital imobiliário. Esse processo provocou o deslocamento das massas trabalhadoras tanto para as periferias, quanto para outros locais onde a especulação imobiliária não possui interesses imediatos (DAVIS, 2006). As favelas – e suas duras condições de habitação, com ausência de infraestrutura e risco permanente – não são outra coisa que não o produto da organização urbana capitalista: sua constituição tem a ver com a estrutura de reprodução das relações capitalistas nas cidades (FARAGE, 2014).

Em apertada síntese, vemos que historicamente a força de trabalho enfrenta a expulsão do território desde o Brasil-colônia. Arrancada de seu território original – seja do Continente Africano, das comunidades indígenas originárias, que possuíam modos de vida próprios, ou, posteriormente, das condições duras do servilismo e do avanço do capitalismo na Europa – precisa lidar com a organização do espaço (colonial) pelo senhorio português, que organiza a produção e reprodução da vida no território recém-invadido. A ampliação da imigração, do número de mestiços que não se enquadravam no sistema colonial, a instauração de pequenos comerciantes, de trabalhadores brancos livres e de uma vida cidadina ainda incipiente, a expansão internacional do capital, as pressões do comércio mundial e do império britânico tensionam a organização escravista do trabalho no Brasil. Alterando a forma para manter o conteúdo, as aristocracias nacionais preparam a abolição preservando para si o controle da terra.

Milhares de trabalhadores negros – agora ex-escravos – deverão buscar, sem quaisquer meios, condições para sua reprodução. Recém-chegados aos centros urbanos, sem recursos, instrumentos, posse de terras, qualificação para o trabalho urbano, deverão erigir a duras penas seu lugar na cidade, da habitação ao acesso ao trabalho: ocuparão os postos de trabalho dependentes, majoritariamente, do emprego da força física e habitarão os terrenos periféricos, íngremes, alagadiços, inseguros, em condições improvisadas, sem infraestrutura e sob risco. Paradoxalmente, jamais constituíram o foco das políticas habitacionais no Brasil, mais preocupadas com o desenvolvimento do capital imobiliário do que propriamente

com o provimento de habitações. Como vimos, essa política também se configurou majoritariamente no incentivo a grandes empreiteiras e grandes bancos. Tem-se, portanto, que a habitação em áreas de risco não é um “problema novo”. Em verdade, ele emerge, à luz do dia, com uma herança histórica do nosso passado colonial, com o modo como lidamos com a propriedade da terra e como concebemos o uso (e abuso) do trabalho.

Auxílio-Moradia: paliativo emergencial para os espoliados urbanos

O município de Juiz de Fora, em que pesem especificidades locais e regionais, não foge aos pressupostos que elencamos acima a respeito da produção e reprodução do espaço no Brasil. O município é hoje um dos 38 municípios brasileiros com população superior a 500 mil habitantes, sendo o maior da região da Zona da Mata mineira (IBGE, 2019). Apesar disso, de acordo com dados da Fundação João Pinheiro (FJP, 2013), é a 5ª cidade mineira com maior déficit habitacional da região, possuindo 25 mil famílias sem moradia. Em um relatório sobre a realidade da política habitacional no município, o documento aponta que “grande parte dos instrumentos previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade não são contemplados na legislação do município de Juiz de Fora” (JUIZ DE FORA, 2007, p. 35), mostrando que existem inúmeras defasagens com relação à gestão da política habitacional na cidade.

Após o ano de 2014, quando o programa PMCMV começou a dar sinais de enfraquecimento, a fragilidade dos investimentos habitacionais no município intensificou-se dramaticamente, provocando, inclusive, a paralisação de obras. As reformulações sofridas pelo PMCMV ao longo dos anos de execução do programa não conseguiram erigir uma política habitacional baseada na gestão democrática e no direito à cidade. “O interesse de mercado continua a se sobrepor ao interesse público, dificultando o enfrentamento da questão fundiária” (FERREIRA et al., 2019, p. 13). Extintos os princípios do PMCMV pelo programa “Casa Verde e Amarela”, famílias com necessidades habitacionais emergentes (justamente aquelas com menor faixa de renda) ficaram completamente descobertas pela política habitacional, fazendo do Programa Especial de Auxílio-Moradia (Peam), com todo o seu caráter pontual, uma ferramenta indispensável para o enfrentamento do déficit habitacional – o que pôs à luz não apenas sua própria fragilidade, como a incipiência de toda a política habitacional.

O Peam está previsto entre os benefícios eventuais que integram organicamente o Sistema Único de Assistência Social (Suas), como aponta o Decreto Federal nº 6.307 de 2007. De acordo com essa legislação, benefícios eventuais são “provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e as famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública” (JUIZ DE FORA, 2007, p. 1).

Podem ser incluídos como beneficiários do Peam: pessoas ou famílias que estejam saindo de situação de rua ou de acolhimento provisório, como as casas de passagens e acolhimentos noturnos; famílias em risco habitacional apontado pela Defesa Civil, em vulnerabilidade social, na qual a falta de moradia seja um fator agravante da condição; indivíduos que estejam saindo de situação de acolhimento infantil ou adolescente, em razão da maioridade; e famílias ou indivíduos com direitos violados, cuja violação é agravada pela falta de habitação. Condicionalidades adicionais para a solicitação do auxílio são a residência no município, dos indivíduos e/ou famílias elegíveis, há pelo menos um ano, e a renda mensal familiar média de até dois salários mínimos. Cumpridas as premissas, a família pode ser encaminhada para solicitação do benefício eventual (JUIZ DE FORA, 2015).

O tempo de pagamento do benefício é de seis meses, podendo ser renovado por mais um semestre, totalizando o tempo máximo de um ano. As parcelas mensais não podem ser inferiores a R\$200,00. No caso do município de Juiz de Fora, o Decreto Municipal nº 11.093 de 2020 estabeleceu o valor de R\$240,00 mensais para o benefício por família. Em julho de 2021, a Prefeitura Municipal corrigiu os valores, majorando-os para R\$ 300,00 (para uma única pessoa) e R\$ 600,00 (para duas ou mais pessoas ou famílias). Foi ampliado também o prazo, passando de seis meses para um ano, podendo ser prorrogado por igual período, ou seja, o prazo máximo passou a dois anos de concessão.

De acordo com a legislação, a concessão do benefício é feita mediante avaliação da Comissão Municipal de Auxílio-Moradia (Comam), formada por nove representantes de órgãos/entidades em Juiz de Fora, ligadas ao setor habitacional, assistencial e de saúde, como a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Subsecretaria de Defesa Civil, a Secretaria Municipal de Atividades Urbanas e a Secretaria Municipal de Saúde, dentre outros, nomeados a cada gestão municipal. Após parecer favorável da Comam e assinatura do chefe do Executivo Municipal, abre-se o processo que anexa toda documentação dos/as usuários/as para que sejam incluídos no programa e comecem a receber o benefício. Até julho de 2020, em Juiz de Fora, 36 famílias estavam cadastradas no Peam.

Com a autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) de Juiz de Fora, pudemos realizar a pesquisa que ora apresentamos neste artigo, que constou de análise documental daqueles processos a que fizemos referência, relativos aos 36 beneficiários atuais. O intuito foi o de identificar os perfis e os fenômenos mais gerais que impactam e conformam a realidade destas famílias vinculadas ao Peam. Para a realização da pesquisa, elaboramos um roteiro com indicativos sobre gênero, idade, profissão declarada, escolaridade, renda familiar (formal ou informal), número de integrantes da família, número de contribuintes com a renda, acesso a benefícios sociais, inscrição em programas de habitação, valor de pagamento do aluguel e bairro do imóvel alugado. Com relação espe-

cificamente aos usuários encaminhados pela Defesa Civil, cujos imóveis originais foram interditados em razão de risco, acrescentamos questões como bairro do imóvel original, tempo de residência no imóvel, motivo que levou à interdição e bairro de residência atual. Nosso intuito foi o de entender os processos de desterritorialização e (re)territorialização, como retirada abrupta desses indivíduos e/ou famílias do conjunto de relações e dinâmicas sociais cotidianas nas quais estavam inseridos, e a reconstrução (forçada e emergencial) dessas relações e dinâmicas em territórios distintos da cidade.

O impacto da perda abrupta da moradia baralha, no cotidiano dessas famílias, todo o conjunto de referências objetivas e subjetivas, materiais e simbólicas, que se estabelece no território. Logo, não estamos tratando de uma simples questão de “abrigo”, mas da desorganização de referências e dinâmicas cotidianas que impactam de modo muito mais profundo as dimensões reprodutivas desses indivíduos e suas famílias. Por fim, incluímos ainda mais duas questões: uma sobre a existência, nos processos, de propostas alternativas para que, findo o benefício, os usuários permaneçam com acesso à moradia digna, e outra sobre quais seriam os acompanhamentos realizados com essas famílias no período de concessão do benefício e também posteriormente ao seu término.

O perfil dos espoliados urbanos na cidade de Juiz de Fora

De início, uma ausência nos chamou a atenção, frustrando uma das verificações fundamentais que pretendíamos: a inexistência, em qualquer documento do processo, do indicador “raça/etnia”. Não há como negar que a ausência desse indicador extremamente sensível prejudica substantivamente o esforço de traçar um perfil dos *espoliados urbanos* em Juiz de Fora, atendidos pelo Peam. Todavia, tendo em vista os demais dados que conseguimos amearhar, entendemos que – em que pese esta ausência substancial e insubstituível – os indicadores permitem demonstrar que se tratam, de fato, como definiu Kowarick (1979), das camadas trabalhadoras sujeitas às condições mais gerais de pauperização absoluta e relativa, extorquidas cumulativamente pelo capital “através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho” (KOWARICK, 1979, p. 59).

Quanto aos resultados obtidos, em se tratando da questão de gênero, os beneficiários estão divididos em 52,8% homens e 47,2% mulheres. Não há registros referentes à população LGBTQIA+. Merece destaque o fato de a maioria dos beneficiários atendidos serem do sexo masculino, solteiros, quando o auxílio destinado a mulheres é responsável, em 82,3% dos casos, por suprir as necessidades de *grupos familiares* compostos por

crianças e adolescentes, o que faz deste um público particularmente sensível à ausência de habitação e ao deslocamento abrupto pelo território.

Com relação à faixa etária dos beneficiários, maior parcela, 36,1% dos titulares, possui mais de 50 anos; são adultos maduros, o que revela, na média geral, uma trajetória de vida marcada pela insegurança habitacional. Mais a mais, a desterritorialização abrupta traz impactos específicos a esta faixa etária, que podem envolver uma significativa ruptura da teia de relações reprodutivas, assim como nas rotinas de deslocamento pela cidade, acesso ao trabalho (formal ou informal), quebra de relações econômicas informais que se estabelecem como estratégias de sobrevivência em determinados bairros ou comunidades etc. No que diz respeito aos obstáculos produzidos à reprodução desses beneficiários, devemos destacar que, pelas características do próprio programa, trata-se de indivíduos com um perfil de renda de até um salário mínimo, muitos dos quais, 33,3%, sobrevivendo de benefícios previdenciários; todavia, merece registro que 38,9% dos beneficiários contam com renda de até R\$ 400,00 ou não possuem nenhum rendimento.

Os usuários também possuem baixa escolaridade – dos pesquisados, 78,5% possuem ensino fundamental incompleto. Quando avançamos para o ensino médio, apenas 9,1% dos pesquisados completaram essa etapa educacional. Esse indicador também reverbera nas profissões, marcadas pela baixa remuneração e pela informalidade. Como profissões, identificamos: catador de reciclado, do lar, auxiliar de serviços gerais, construção civil, diarista e comerciante. Sobre o vínculo, 88,9% dos usuários não possuem trabalho formal e apenas 11,1% possuem emprego formal.

Outro dado significativo é que 100% dos beneficiários têm a renda suprida por apenas um membro do grupo familiar, recrudescendo substantivamente a condição de vulnerabilidade, dada a insegurança representada pela fonte de renda única, em sua absoluta maioria de caráter precário, como vimos. No caso das famílias chefiadas por mulheres, a perda da única fonte de renda implica ainda o comprometimento da reprodução de crianças e adolescentes.

Sobre a localização original desses indivíduos e famílias no território, a pesquisa apontou que a maioria (quase 60% dos pesquisados) estava em situação de rua (distribuídos pela área central da cidade). Trata-se de uma população com características bastante próprias, cujos vínculos com o território apresentam maior grau de transitoriedade. Fenômeno complexo, a situação de rua envolve aspectos objetivos e subjetivos que vão desde o colapso econômico de indivíduos e/ou famílias (o que remete mais propriamente ao problema do déficit habitacional) até o sofrimento psíquico e as características subjetivas de cada indivíduo. Assim, na ausência de uma robusta política pública que aborde a questão a partir de uma ótica interdisciplinar ampla e integrada, que envolva os mais variados aspectos da questão, esses indivíduos (em sua maioria

homens, no caso dos beneficiários do Peam) estão sobremaneira propensos a retornar à situação de rua quando do fim do benefício.

O segundo grupo mais abarcado pelo benefício é o de encaminhados pela Defesa Civil 41,7%, destacando-se mulheres que tiveram suas residências interditadas. São grupos familiares com crianças e adolescentes, o que amplifica os limites de vulnerabilidade. Essas beneficiárias, em sua esmagadora maioria, residiam nos imóveis originais há mais de 20 anos, contando, portanto, com relações socioterritoriais relativamente bem consolidadas, que são desorganizadas quando se impõe a emigração abrupta para outras regiões da cidade. Essa nossa última afirmação pôde ser facilmente verificada quando observamos que 60% das famílias optaram por alugar imóveis, após o recebimento do Peam, no mesmo bairro onde residiam originalmente – ou, quando ocorreu a mudança de bairro, 66,7% destes permaneceram na mesma região da cidade. Esta é uma alternativa, buscada pelos beneficiários, para minimizar os transtornos diretamente provocados pela espoliação urbana; de certo modo, procuram com isso preservar os laços comunitários já estabelecidos, a dinâmica da vida cotidiana, como o acesso ao trabalho, escola dos filhos etc., bem como a cadeia econômica comunitária que permite estabelecer as estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias de renda mais baixa. Não podemos desconsiderar ainda o fato de que o valor dos aluguéis tende a se aproximar mais dos valores pecuniários do Peam nessas regiões.

Com relação aos motivos de saída das residências, identificamos que 78,6% das interdições ocorreram devido a escorregamento de terra, levando ao comprometimento da estrutura dos imóveis. Merece registro que, em muitos casos, o problema era conhecido há mais de 20 anos (em alguns casos, desde 1997, pelo menos), sem que se encontrasse uma solução efetiva⁴. É importante destacar que o registro pela Defesa Civil não implica necessariamente o cadastro da família em qualquer programa de apoio para reforma do imóvel – em outros termos, constatada a situação de risco, recai sobre a família a responsabilidade de reparar a residência, do modo como analisado por Kowarick (1979) em relação ao sistema de autoconstrução. Pela renda apurada dos beneficiários, fica fácil perceber as dificuldades para a realização de intervenções nos imóveis – donde os problemas estruturais terminam, quando muito, remediados por paliativos, agravando-se com o tempo.

De resto, ainda considerando a questão da renda, até julho de 2021, a desocupação do imóvel original – mesmo com a inclusão no Peam – significava piora substantiva nas condições reprodutivas das famílias, uma vez que o valor do benefício até aquela data (R\$ 240,00) não cobria o valor integral do aluguel, exigindo que 95% dos beneficiários realizassem a complementação a partir da própria renda. Em que pese a majoração do benefício, como indicamos, no segundo semestre do ano passado, permanece o impasse quanto

4 Boa parte das famílias já contava com diversos boletins de ocorrência emitidos pela Defesa Civil, antes da interdição derradeira.

à possibilidade de essas famílias realizarem reformas estruturais nos imóveis originais ou residirem em habitações de melhor infraestrutura, tendo em consideração menos o valor do subsídio e mais o quadro global da renda familiar. Logo, encerrado o benefício, o dilema é retomado em seu círculo vicioso, pela reapresentação das “opções”: residir em risco, em acolhimento ou em situação de rua. Acresça-se a isso que, para as famílias residentes em ocupações, não existem atualmente políticas públicas em andamento que permitam a superação de tal condição, restando-lhes a migração interperiferias e/ou em locais onde a especulação imobiliária ainda não é fortemente sentida.

Para todas as famílias beneficiadas, as estratégias de sobrevivência passam antes pela solidariedade entre amigos e familiares e instituições filantrópicas – primeira “rede” de assistência acionada – e apenas de modo subsidiário pelo amparo Estatal; o que revela não necessariamente desconhecimento ou ausência de demanda efetiva por parte dessas famílias, mas – fato que não pode ser desconsiderado – compreensão empírica das camadas populares acerca do histórico (e insuperável) caráter marginal, fragmentado e residual das políticas sociais no Brasil (em geral, e em especial, da política de habitação em particular).

O caráter *restritivo* das políticas de benefício social pode ser facilmente observado no caso do Peam quando constatamos que o auxílio poderia atender a 183 usuários⁵ (capacidade máxima), mas conta hoje com apenas 36 beneficiários. A depender do viés da análise, esses números poderiam levar à absurda conclusão de que hoje não existe déficit habitacional no município de Juiz de Fora.

Considerações finais

A ausência do indicador raça/etnia terminou por impedir a confirmação empírica de uma das nossas hipóteses, qual seja, a presença majoritária de negros dentre os atendidos pelo Peam, certamente uma herança excludente ainda não resolvida da nossa formação colonial. Some-se a isso a pouca disposição de material bibliográfico sobre a formação histórica do município de Juiz de Fora e a territorialização de suas classes e grupos sociais. Em ambos os aspectos, é preciso avançar na consolidação de uma ampla massa crítica.

Como pudemos verificar por meio da pesquisa documental (e que não pode ser demonstrado com maior detalhamento por questões de espaço), os beneficiários do Peam, ao longo da vida, enfrentaram as agruras da espoliação urbana – fenômeno que os coloca *imediatamente* na condição de marginalização social, uma vez que o “endereço fixo” acaba tornando-se fator indispensável para o acesso à vida social burguesa (trabalho, educação, lazer em geral e a outras políticas públicas, em particular). Como vimos, são indivíduos pertencentes às camadas mais mal remuneradas da classe trabalhadora, com vínculos tra-

5 A capacidade máxima foi definida pelo Decreto nº 12.504, de 20 de novembro de 2015.

balhistas frágeis, baixa escolaridade e trajetórias marcadas pela ausência e/ou precariedade de moradia de longa data. Estes são os espoliados urbanos, sujeitos sociais que desde a formação do país foram excluídos do direito à terra e que, com o processo de industrialização e urbanização, vieram a se tornar os habitantes das periferias urbanas, onde o Estado mostra sua face apenas residualmente e, no mais das vezes, de modo coercitivo.

Fazendo um panorama geral, o município de Juiz de Fora não foge à regra do quadro geral brasileiro: não possui propostas definitivas de intervenção sobre a realidade habitacional da população, uma vez que conta apenas com programas e ações temporárias, tais como o Peam. Isso faz com que esses beneficiários se vejam, *em sua vida prática, cotidiana*, permanentemente confrontados com a condição de marginalização social (econômica e política). Galgando de trabalho em trabalho, sem vínculos formais, com cargas horárias extenuantes e circulação dificultada, esses usuários terminam, em geral, circulando pelos equipamentos da assistência (pública ou privada) em um *looping* contínuo, sem que os comprometimentos estruturais das formas de sua reprodução encontrem uma solução *derradeira*: a incerteza jamais se resolve, fazendo do futuro uma repetição do passado.

A exemplo do caráter mais profundo das políticas sociais, o Peam não tem – e nem poderia ter – como objetivo *resolver* a questão da espoliação urbana como um fenômeno resultante do processo de organização espacial do capital, uma vez que ela integra, de modo indissociável, os processos de formação (e manutenção) da superpopulação relativa. Afinal, como já nos foi demonstrado desde 1844, “do ponto de vista político, Estado e organização da sociedade não são duas coisas distintas. O Estado é a organização da sociedade” (MARX, 2010, p. 38); por conseguinte, “a administração deve restringir-se a uma atividade formal e negativa, porque o seu poder termina onde começa a vida burguesa e seu labor” (MARX, 2010, p. 39).

Contribuições dos/as autores/as: O artigo traz, em uma versão resumida, resultados da monografia de conclusão de curso da primeira autora; trabalho orientado pelo segundo autor. Em se tratando do artigo, ambos os autores são integralmente responsáveis pela concepção, elaboração e revisão.

Agradecimentos: À SAS e Defesa Civil de Juiz de Fora que gentilmente permitiram acesso aos dados primários.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

- ARBIA, A. Marx contra o Estado: antiestatismo e crítica da individuação burguesa na obra marxiana. In: DURIGUETTO, M. L.; IAMAMOTO, M. V. (Org.). *Serviço Social: questão social, território e política social*. Juiz de Fora: UFJF, 2021.
- BARRETO, A. C. J. *O lugar dos negros pobres na cidade: um estudo na área de risco do bairro Dom Bosco*. Juiz de Fora: Libertas, 2010.
- BONDUSKI, N. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.
- CARLOS, A. F. Espaço-Tempo na metrópole. São Paulo: Contexto, 2001.
- DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- FARAGE, E. *A constituição dos distintos territórios da cidade: o Estado na conformação das favelas cariocas*. Juiz de Fora: Libertas, 20.
- FERREIRA, G. G. et al. Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 11, 2019.
- FJP. Centro de Estatística e Informações. *Déficit habitacional municipal no Brasil*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por amostra de domicílios. PNAD Contínua*. Mercado de Trabalho Brasileiro – 2º trimestre de 2019. IBGE, 2019.
- JUIZ DE FORA. *Plano municipal de habitação*. Juiz de Fora: UFJF, 2007.
- JUIZ DE FORA. Prefeitura Municipal. *Decreto n. 12.504, de 20 de novembro de 2015*. Institui o Programa Especial de Auxílio-Moradia. 2015. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, L. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2017.
- LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008a.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008b.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.
- MARX, K. *Para a questão judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, K. Glosas críticas marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a reforma social, de um prussiano”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *As lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MOTTA, L. D. *A questão da habitação no Brasil*: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

NADALIN, S. O. *A população no passado colonial brasileiro*: mobilidade versus estabilidade. São Paulo: Topoi, 2003.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2002.

STÉDILE, J. P. Introdução. In: STÉDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária no Brasil*: o debate tradicional: 1500-1960. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Fapesp, 2001.

Promoção da adequada nutrição materna no serviço público-privado: a importância da suplementação

Promotion of adequate maternal nutrition in the public-private service: the importance of food supplementation

Priscila Coelho Rabelo Machado* 

Fabiana Rosa Neves Smiderle** 

RESUMO

A assistência gestacional ocorre nos âmbitos público e privado. Nesse cuidado, destaca-se a maior demanda nutricional na gestação, à mãe e ao feto. Das causas de mortalidade infantil, destacam-se: baixo peso ao nascer; prematuridade e pré-natal inadequado. No cenário social de baixa renda, a nutrição é falha. Assim o suplemento alimentar tem extrema importância no cuidado pré-natal. Objetiva-se descrever a suplementação alimentar mais adequada à gestante, seja no setor público ou privado, destacando a política nacional, após revisão bibliográfica, realizada de maio a agosto de 2022. No Brasil mais de 70% das gestantes têm ganho de peso, porém com padrão nutricional pobre. Na atenção pré-natal pública no Brasil, são ofertados ácido fólico e ferro. A suplementação materna polivitamínica, com outros nutrientes além do ferro e folato, como vitaminas D, A, E, C, zinco, magnésio e outros, é importante. A problemática nutricional materna pública engloba fatores socioeconômicos, bem como falhas na assistência. A divergência com a atenção privada, prevalente em países desenvolvidos, é notória ao observar a mortalidade materna. Nos países periféricos a morte materna é 50 a 100 vezes maior que nos centrais. Nesses, mais de 90% das gestantes recebem suplementação polivitamínica.

Palavras-Chave: nutrição materna; saúde materno-infantil; suplementos nutricionais; política de saúde; cuidado pré-natal.

ABSTRACT

Pregnancy assistance occurs in the public and private spheres. In this care, there is a greater nutritional demand during pregnancy, for the mother and the fetus. Among the causes of infant mortality, the following stand out: low birth weight, prematurity, and inadequate prenatal care. In the low-income social setting, nutrition fails. Thus, food supplements are extremely important in prenatal care. The objective is to describe the most appropriate food supplementation for pregnant women, whether in the public or private sector, highlighting the national policy, after a bibliographic review, carried out from May to August 2022. In Brazil, more than 70% of pregnant women have gained weight, however with poor nutritional status. In public prenatal care in Brazil, folic acid and iron are offered. Maternal multivitamin supplementation, with nutrients other than iron and folate, such as vitamins D, A, E, C, zinc, magnesium, and others, is important. The public maternal nutritional problem encompasses socioeconomic factors, as well as failures in care. The divergence with private care, prevalent in developed countries, is notorious when observing maternal mortality. In peripheral countries, maternal death is 50 to 100 times higher than in central countries. In these, more than 90% of pregnant women receive multivitamin supplementation.

Keywords: maternal nutrition; maternal and child health; nutritional supplements; health policy; prenatal care.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78948>

*Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam), Vitória, ES, Brasil. E-mail: priscilarabelomachado@gmail.com.

**Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam), Vitória, ES, Brasil. E-mail: fabiana.neves@emescam.br.

Como citar: MACHADO, P. C. R.; SMIRDELE, F. R. Promoção da adequada nutrição materna no serviço público-privado: a importância da suplementação. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 147-158, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78948>

Recebido em 07 de setembro de 2022.

Aprovado para publicação em 21 de novembro de 2022.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

A assistência à gestação é realizada nos âmbitos públicos em sua maioria no Brasil, e em menor demanda no serviço privado (SAAVEDRA; CESAR; LINHARES, 2019; VIELLAS *et al.*, 2014). O cuidado pré-natal privado é prevalente em países centrais, como nos Estados Unidos da América (PINTO; GARCIA; GONÇALVES, 2020). Menor acesso a exames e assistência inferior, bem como mais complicações maternas e neonatais, são marcos da assistência pública pré-natal tanto com relação às gestantes nos países periféricos quanto às que moram em países centrais mas não têm acesso aos serviços privados disponíveis, devido ao custo e às condições financeiras não favoráveis (SAAVEDRA; CESAR; LINHARES, 2019; CORREIA; RODRIGUES; BARROS, 2015; PARIS; PELLOSO; MARTINS, 2013). Toda essa divergência econômica é fruto do capitalismo, sempre desigual (PANTOVIĆ, 2022) e presente nesses países.

O Brasil é um país periférico, com desenvolvimento atrasado (FAGÚNDEZ; SILVA, 2016), que possui ainda hoje cerca de 30% da população de baixa renda, segundo estimativas de 2020, sendo uma taxa de 5,7% de extrema pobreza e 24,1% de pobreza. Todavia, nesse contexto socioeconômico de baixa renda, as mulheres grávidas são ainda mais vulneráveis, visto que a saúde fetal depende diretamente da qualidade de vida e nutrição materna (BRASIL, 2022).

A gravidez e suas mudanças fisiológicas geram uma necessidade maior de nutrientes, essenciais à adequada formação fetal. Gerar uma nova vida é o que há de mais complexo de entendimento e de engenharia celular, hormonal e imunológica (GOLDSTEIN *et al.*, 2020; NEVES *et al.*, 2020). Toda essa complexidade na formação e no desenvolvimento saudável do novo ser gerado tem o fator social como primordial, por sua relação direta com a qualidade de vida da gestante, a qual depende das condições socioeconômicas em que vive, interferindo desde o fator psíquico, até a exposição a fatores danosos ao feto, como tabagismo e etilismo, condições sanitárias precárias, baixa escolaridade e alimentação de baixo valor nutricional (BRASIL, 2021).

Nesse contexto, nas estimativas de dados nutricionais de 2019 e 2020, a taxa de anemia em mulheres e crianças menores de 5 anos teve uma prevalência entre as mulheres (de 15 a 49 anos) de 29,9% e entre as crianças (de 6 a 59 meses) de 39,8%, chegando a 60,2% a média geral entre crianças de todas as idades. Esses dados refletem diretamente o cenário socioeconômico mundial, que se modifica para números bem menores em regiões mais desenvolvidas (WHO, 2021).

Dentre as causas da mortalidade no primeiro ano de vida da criança, destacam-se o baixo peso ao nascimento; o nascimento prematuro e o cuidado pré-natal inadequado (MERTINS, 2022; SALOIO *et al.*, 2020; VELOSO *et al.*, 2019).

Diante dessa problemática em saúde pública, o suplemento alimentar tem extrema importância no melhor cuidado pré-natal e na redução de danos materno-infantis. A su-

plementação alimentar, conceitualmente, conforme a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), é a oferta de nutrientes (macro e/ou micronutrientes, probióticos ou enzimas) sob a forma de comprimidos, cápsulas, pós ou líquidos, para complementar uma alimentação inadequada. Suplementos não são medicamentos e tal conceito foi criado em 2018 para garantir o acesso da população a produtos mais seguros (BRASIL, 2020).

O cenário vivido nos últimos anos é de má qualidade alimentar, em que uma dieta balanceada e rica não apenas em carboidratos e açúcares, mas também em minerais, vitaminas, proteínas, ácidos graxos e outros elementos da cadeia alimentar, é a exceção (TASAT, 2019). Tal cenário contribui com os diversos fatores que têm impedido o alcance da redução das mortes materna e infantil, segundo as metas estabelecidas mundialmente pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Panamericana e Mundial de Saúde (Opas/OMS), e nacionalmente pelo Ministério da Saúde (MS), dentro dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) para 2030, as quais são: uma razão de mortalidade materna (RMM) de 30 por 100 mil nascidos vivos (NV) e uma taxa da mortalidade infantil (TMI) (ou seja, mortes de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos) de no máximo cinco mortes por 1.000 nascidos vivos. Já nos países e regiões de menor renda, a RMM pode ser de dez a 50 vezes maior, variando de 30 a 500 mortes por 100 mil NV nos locais de extrema pobreza (BRASIL, 2021b).

No Brasil, antes da Covid-19, a RMM média foi de 58 mortes por 100 mil nascidos vivos, número já elevado que na pandemia aumentou em 62%, isto é, para 107 mortes por 100 mil NV. Já a TMI, que vem reduzindo com os anos, encontra-se desde 2019 em torno de 10,9 mortes por 1.000 NV (BRASIL, 2021a; SÃO PAULO, 2022).

Nesse contexto de morbimortalidade materno-infantil ainda vivido, paralelo à minha prática diária profissional de médica obstetra, que ratifica a divergência da assistência público-privada, dois setores nos quais atuo há mais de 15 anos, vivenciando dia a dia as carências ainda existentes no serviço público, esta pesquisa tem grande valia, pela certeza de que há muito a se ofertar e otimizar nas ações preventivas e de promoção da saúde. Tendo isso em vista, o foco aqui é a suplementação alimentar, que é básica e essencial ao bem-estar materno-fetal. Sob os contextos científico e social, visamos aumentar o conhecimento, contribuindo com informações que gerem melhorias nas ações públicas voltadas à política de suplementação nutricional na gestação.

Portanto, objetiva-se descrever a suplementação alimentar mais adequada à gestante, seja no setor público ou privado, destacando a política nacional, através de um estudo de revisão bibliográfica narrativa, realizado no período de maio a agosto de 2022. As bases de dados utilizadas foram da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Medline e Lilacs, bem como o site do Ministério da Saúde. Para a pesquisa foram utilizados os descritores baseados no Decs: nutrição materna, saúde materno-infantil, suplementos nutricionais e cuidado pré-natal.

Fundamentação do artigo

Observando dados de mortalidade materna, as taxas nos países em desenvolvimento, como o Brasil, e ainda mais carentes, como na África, onde a desnutrição é prevalente, comparado aos países desenvolvidos, chegam a ser em média 50 a 100 vezes maiores (OPAS, 2021).

Uma adequada nutrição contribui diretamente com a boa saúde da prole. A desnutrição ou a má nutrição (seja com o peso adequado, elevado ou abaixo do ideal) poderão gerar desde o evento mais grave, que é a morte fetal ou infantil (antes ou após o nascimento até antes de completar um ano de vida, ou seja, até 364 dias de vida), até morbidades ao conceito, desde a vida intrauterina à infância e vida adulta. Esses danos podem ser desde uma restrição de crescimento fetal intrauterino (RCIU), até disfunções endócrinas, metabólicas ou morfológicas, como distúrbios tireoidianos, diabetes melitos, cardiopatias, entre tantos outros distúrbios neuropsíquicos que poderão se manifestar tardiamente, na infância ou mesmo na maior idade, que vão desde atrasos cognitivos a diversos outros transtornos neuropsicomotores ou outras doenças (WU *et al.*, 2004; LISBOA *et al.*, 2021).

As gestantes com distúrbios nutricionais, seja pelo excesso de peso ou pelo baixo ganho de peso no cuidado pré-natal, apresentam correlação direta com um desenvolvimento infantil abaixo do ideal em termos de ganho de peso e de desenvolvimento motor e cognitivo (NEVES *et al.*, 2020). O excesso de ganho de peso na gestação não necessariamente significa bom estado nutricional, mas o contrário é frequente, conforme uma coorte de 185 gestantes, na qual a maioria, embora tenham ganhado peso, apresentaram um padrão alimentar de qualidade nutricional ruim (LISBOA *et al.*, 2021). Assim, também Anjos *et al.* (2020) demonstraram em outra coorte de gestantes no estado de Tocantins, no Brasil, que a nutrição foi inadequada em 77% das gestantes.

Vale ressaltar que os distúrbios nutricionais, desde a desnutrição a obesidade, fazem parte de um extenso grupo de doenças (como também diabetes, hipertensão arterial, entre outros problemas clínicos e odontológicos) que compõem a grande problemática na saúde pública mundial, que são as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), com um elevado gasto permanente para a manutenção da vida. Muitas dessas DCNT se tornam debilitantes e até mesmo incapacitantes ou letais, como a primeira causa de óbitos no mundo, que são o acidente vascular cerebral (AVC), o infarto e os cânceres, tendo essas a obesidade como possível precursora (BRASIL, 2008).

Assim, diante do real cenário nutricional de risco às vidas materna e fetal, no contexto do cuidado pré-natal, Freitas e outros nutricionistas publicaram um *Manual de recomendações nutricionais na gestação*, orientando padrões de adequada qualidade nutricional na alimentação diária da gestante:

existe a recomendação de que aproximadamente 55 a 75% do valor energético total (VET) diário seja na *forma de carboidratos*, sendo o limite recomendado para a ingestão de açúcares simples menos que 10% desses valores;
o consumo de *gorduras* deve ficar entre 15 a 30% do total do VET, sendo menos de 10% na forma de gordura saturada;
a indicação de *ácidos graxos poli-insaturados* (PUFAs) n-6 é de 13g/ dia e n-3 é de 1,4g/dia;
as *proteínas* envolvidas na síntese de novos ciclos e garantindo a melhor absorção de carboidratos e lipídios, devem estar presentes numa média de 60g/dia durante a gravidez, devendo 50% ser de alto valor biológico;
ao se tratar de *micronutrientes*, sabe-se que o consumo inadequado de vitaminas e minerais está associado a desfechos gestacionais desfavoráveis, por isso devemos ter atenção redobrada na hora de avaliar a presença desses elementos na dieta da gestante, em especial o cálcio, ferro, ácido fólico, zinco e as vitaminas A, C e D. (FREITAS *et al.*, 2011, p. 85 – grifos nossos).

A Figura 1, apresentada em sequência, traz as recomendações gerais de micronutrientes na gestação, entre 19 e 50 anos de idade (FREITAS *et al.*, 2011).

Nutriente	Recomendado	Nutriente	Recomendado
Vit A	770ug/dia	Crômio	30ug/dia
Vit C	85mg/dia	Cobre	1000ug/dia
Vit D	5ug/dia	Flúor	3mg/dia
Vit E	15mg/dia	Iodo	220ug/dia
Vit K	90ug/dia	Ferro	27mg/dia
Tiamina	1,4mg/dia	Magnésio	350mg/dia
Riboflavina	1,4mg/dia	Manganês	2mg/doa
Niacina	18mg/dia	Molibdênio	50ug/dia
Vit B6	1,10mg/dia	Fósforo	700mg/dia
Ácido Fólico	600ug/dia	Selênio	60ug/dia
Vit B12	2,6ug/dia	Zinco	11mg/dia

Ácido Pantotênico	6mg/dia	Potássio	4,7g/dia
Biotina	30ug/dia	Sódio	1,5g/dia
Colina	450mg/dia	Cloro	2,3g/dia
Cálcio	1000mg/dia	-	-

Fonte: *Manual de recomendações nutricionais na gestação* (FREITAS *et al.*, 2011)

Figura 1. Recomendações de micronutrientes na gestação, entre 19 e 50 anos.

Dentre esses diversos nutrientes necessários e indispensáveis à saúde, o uso do ferro foi o marco inicial na suplementação mundial, ainda no século passado. Diante do grave cenário de desnutrição e anemia nas crianças abaixo de cinco anos, desde 1990, introduziu-se em vários países e no Brasil tal medida para o controle da anemia, seja através de fórmulas ou do enriquecimento de farinhas. No Brasil, em 2005, reformulou-se a política nacional de suplementação de ferro, vigente até hoje, ofertando os suplementos ferro e ácido fólico no cuidado pré-natal. Nesses 17 anos de política de suplementação de folato e sulfato ferroso às gestantes no serviço público no Brasil, nenhum outro nutriente foi acrescentado na política de suplementação alimentar na assistência pré-natal, diferente das diversas fórmulas suplementares polivitamínicas utilizadas nos serviços privados (BRASIL, 2020; ANHÊ; PIRES; GUERRA, 2021).

Abordando a importância específica de alguns nutrientes à saúde materna e fetal, observa-se que a carência de vitamina D pode estar associada a diversos danos ao feto, como danos ósseos e musculares, podendo comprometer o crescimento fetal e causar raquitismo na infância e vida adulta ou outras doenças neuropsicomotoras; predisposição ao transtorno autista; danos imunológicos com predisposição para doenças endócrinas e risco de doenças infecciosas; aumento da prematuridade, além de danos possíveis maternos, como pré-eclâmpsia, diabetes e outras doenças adquiridas pelas alterações do sistema imune. Sabe-se que a falta de vitamina D é um problema de saúde pública em diversos países, pelas carências nutricionais e baixa exposição solar (ANHÊ; PIRES; GUERRA, 2021; CHEN *et al.*, 2020; OH; KEATS; BUTTA, 2020).

A carência de vitamina E também é problemática, pois se relaciona a um estresse oxidativo aumentado a nível celular e mitocondrial. A deficiência dela na gestação eleva o risco materno de pré-eclâmpsia; de rotura prematura das membranas amnióticas e parto prematuro; de doenças fetais relacionadas à prematuridade, como retinopatia, doenças pulmonares e hemorragia intraventricular; de restrição do crescimento fetal intrauterino; entre outros possíveis danos a serem estudados na gestação e pós-natal (LEMOS JR.; LEMOS, 2009; ANHÊ; PIRES; GUERRA, 2021).

Já a insuficiência das vitaminas do complexo B pode se manifestar na mãe ou no feto como problemas agudos ou crônicos: fadiga, dermatites (na B2), anemia, até alterações neuropsíquico-motoras e cardíacas, como no caso da carência de tiamina-B1. A deficiência de tiamina, chamada de Beribéri, pode levar até ao óbito em casos extremos (BRASIL, 2020).

Há correlações positivas entre níveis plasmáticos maternos de vitamina C e peso ao nascer. Baixos níveis plasmáticos de ascorbato (vitamina C) apresentaram associação com ruptura prematura de membranas e com o deslocamento prematuro da placenta (MALTA *et al.*, 2008).

Lugo, Trujillo e Martinez (2019) realizaram um estudo caso-controle demonstrando associação significativa entre a carência do zinco com a malformação, favorecendo a hipótese de que a suplementação do zinco no início da gestação ou ideal preconcepção também é necessária para aumentar a proteção contra malformações do sistema nervoso central.

Assim é de grande importância que os profissionais da saúde realizem periodicamente, nas consultas do pré-natal, a avaliação do perfil nutricional da gestante em seu dia a dia, bem como a solicitação de exames laboratoriais dos níveis de vitaminas e minerais. Além disso, que realizem, sempre que necessário, a prescrição destes suplementos nutricionais, reduzindo assim riscos ao feto.

Ainda nessa associação de riscos maternos diante de uma nutrição ou suplementação inadequada, foi observada, em revisão sistemática com mais de dez estudos, uma associação entre a depressão perinatal com carências nutricionais de suplementação polivitamínica, tendo relação com a deficiência do folato, vitamina D, ferro, selênio, zinco e ácidos graxos (SPARLING *et al.*, 2017).

O uso dos micronutrientes magnésio, selênio, zinco, cálcio e vitamina D se relaciona a melhor controle glicêmico em gestantes diabéticas, mostrando que os benefícios no controle inflamatório e estresse oxidativo, como ocorre nos pacientes com hiperglicemia, pode apresentar melhores resultados na prevenção de complicações, caso haja uma adequada nutrição ou suplementação polivitamínica na gravidez (PEREIRA; REIS, 2013).

Em relação à saúde fetal, há estudos do benefício dos ácidos graxos, observando que especialmente os ácidos graxos docosahexaenóico (DHA) e eicosapentaenóico (EPA) são fundamentais para o desenvolvimento infantil, sendo primordiais na formação e funcionamento do sistema nervoso central e da retina, melhorando também o ganho de peso ao nascer. Também possuem função antioxidante e anti-inflamatória e atuam na gravidez reduzindo riscos de prematuridade e prevenindo a depressão no pré e pós-parto (SOUZA; ALMEIDA; LISBOA, 2021).

Portanto, órgãos de referência, como a Organização Mundial da Saúde e a Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, ratificam a importância da suplementação alimentar materna polivitamínica (ferro, ácido fólico/vitamina B9, vitaminas D, A, E, outras do complexo B, C, zinco, magnésio, selênio, cálcio e ácidos graxos), comparada à suplementação básica na gestação – apenas de ácido fólico e/ou ferro (WHO, 2013; FEBRASGO, 2021).

Em países centrais e com assistência pré-natal privada, como os EUA, mais de 90% das gestantes usam suplementos polivitamínicos (BROWN *et al.*, 2020), diferente da realidade brasileira explanada de assistência, em sua maioria, pública e cujo programa nacional de suplementação na gestação oferece, há quase duas décadas, a suplementação básica de sulfato ferroso e ácido fólico.

Considerações finais

O Brasil, no cenário de uma má alimentação e de baixa oferta de suplementos, mesmo que já tenha sim apresentado progressos, ainda caminha ao lado de muitos países periféricos, de desenvolvimento atrasado, como outros da América Latina, Ásia e África. Há muito a melhorar em termos de ações preventivas e de educação em saúde para a promoção do bem-estar social. Vivencia-se uma consequência da má nutrição, desde a gestação e em todas as fases da vida, nas ações públicas terapêuticas e de recuperação da grande taxa populacional portadora de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), com elevados e permanentes gastos e encargos socioeconômicos para a recuperação da saúde (BRASIL, 2021a; AGUILA *et al.*, 2020).

Há uma provável divergência em relação à suplementação prescrita às gestantes entre os serviços público e privado, nítida nos países periféricos, quando observadas nessas maiores taxas de mortalidade materna e infantil, que se relacionam, dentre vários fatores, ao nutricional. Todavia, a análise atual da literatura permite afirmar que a suplementação polivitamínica apresenta muitos benefícios à saúde materno-fetal, comparada à suplementação básica de ferro e/ou folato isolados. O custo de um investimento governamental na suplementação mais completa certamente é bem menor comparado aos gastos estimados com os tratamentos das malformações e outros danos agudos ou crônicos causados à saúde da mãe e da criança (AGUILA *et al.*, 2020).

É certo que a problemática nutricional materna, que no setor privado também existe, a depender, por exemplo, do profissional prescritor, no setor público vai além e é multifatorial, referindo-se tanto ao aspecto socioeconômico, ao nível educacional, intelectual e cultural voltado a um padrão alimentar pobre em micronutrientes, quanto às limitações financeiras que restringem o acesso familiar a uma nutrição e suplementação ideais. Soma-se a isso, ainda, a inadequada assistência pré-natal, desde os programas que se encontram atrasados na oferta de suplementos alimentares, à falta do profissional da nutrição na atenção primária à saúde, oferecendo uma adequada avaliação nutricional da concepção à gestação.

Há, portanto, muitas mudanças a serem feitas nas políticas públicas de saúde na busca por uma melhor assistência nutricional às gestantes. Dentre as ações permanentes possíveis para alcançar tais melhorias, propõem-se: reformulação do programa de suplementação alimentar de gestante, na oferta de mais nutrientes, com revisões periódicas, anuais ou bianuais, dos protocolos; inclusão do nutricionista na assistência preventiva ao cuidado na gestação; capacitação de equipe multiprofissional no cuidado pré-natal básico com olhar ao cuidado nutricional da educação familiar, junto à adequada prescrição e ao fornecimento do alimento e suplemento; a fiscalização da adequada cobertura, da distribuição ao devido uso do suplemento, atuando juntos assistente social, enfermeiro, nutri-

cionista, médico da atenção básica e idealmente o especialista obstetra, pelo menos em uma consulta por trimestre para uma avaliação mais minuciosa da gestante, bem como dos demais profissionais envolvidos na equipe de atenção básica à saúde.

Considerando as conquistas legislativas sociais, através dos princípios universais da Organização das Nações Unidas e da Constituição Federal do Brasil de 1988, ainda se observa a necessidade de maior participação nos espaços de discussão fomentando o direcionamento do papel do Estado e dos gestores em seus deveres de garantirem o direito social universal à saúde e à vida. O que se espera é uma adequada suplementação na gestação, bem como a igualdade de conduta e acesso, seja nos serviços público ou privado, por terem as gestantes os mesmos direitos ao melhor cuidado, sendo a suplementação uma ação básica, acessível, segura e essencial para a promoção e manutenção do bem-estar materno, fetal e infantil.

Contribuições dos/as autores/as: Todos os autores contribuíram substancialmente para a concepção, elaboração e revisões críticas de conteúdo intelectual e declaram ter aprovado a submissão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não há interesses concorrentes.

Referências

AGUILA, M. D. *et al.* Análise do impacto econômico da falta de suplementação multivitamínica em mulheres em idade reprodutiva e sua consequência em recém-nascidos. *J Bras. Econ. Saúde*, v. 12, n. 2, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1118312>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ANHÊ, N. B.; PIRES, L. S. A.; GUERRA, M. T. O uso da suplementação materna para prevenção de defeitos congênitos e outros agravos na gestação. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 6, jun. 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/32021/pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ANJOS, F.C.Q. S. *et al.* Nutritional status associated with nutrient consumption in pregnant women. *Saúde e Pesquisa*, v. 13, n. 2, abr.-jun. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1117810>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia alimentar para a população brasileira*. Série A. Brasília, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2008.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Programa nacional de suplementação de ferro*. 2020a. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/micronutrientes/ferro/relatorio>. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). *Suplementos alimentares*. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/alimentos/suplementos-alimentares>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim epidemiológico*, v. 52, n. 29, ago. 2021a. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_29.pdf/view. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. MS, Opas, Conass e Conasems apresentam proposta de plano nacional para enfrentamento da mortalidade materna e infantil. 2021b. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/13457>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Síntese de indicadores sociais*. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32418-sintese-de-indicadores-sociais-em-2020-sem-programas-sociais-32-1-da-populacao-do-pais-estariam-em-situacao-de-pobreza>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BROWN, L. L. *et al.* Physiological need for calcium, iron, and folic acid for women of various subpopulations during pregnancy and beyond. *J Womens health* (Larchmt). 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33164624/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CHEN, L. *et al.* Effects of maternal vitamin D3 supplementation on offspring epigenetic clock of gestational age at birth: a post-hoc analysis of a randomized controlled trial. *Epigenetics*, v. 15, n. 8, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32089064/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CORREIA, S.; RODRIGUES, T.; BARROS, H. Assessing the effect on outcomes of public or private provision of prenatal care in Portugal. *Matern Child Health J.*, v. 19, n. 7, jul. 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25636645/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

FAGÚNDEZ, P. R. A.; SILVA, V. L. *Países centrais e periféricos na pós-modernidade?* A necessária relação entre Ocidente e Oriente para a sustentabilidade ambiental. 2016. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/3632/pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

FEBRASGO. Quando é hora de suplementar. *Campanha Nutrindo o Amor*, nov. 2021. Disponível em: <https://www.febrasgo.org.br/pt/noticias-campanha-nutrindo-o-amor/item/1333-quando-e-hora-de-suplementar>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FREITAS, E. S. *et al.* Recomendações nutricionais na gestação. *Revista Destaques Acadêmicos*, v. 2, n. 3, maio 2011. Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/80>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GOLDSTEIN J. A. *et al.* Maternal-Fetal inflammation in the placenta and the developmental origins of health and disease. *Front Immunol.*, nov. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33281808/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

LEMOS JR., H. P.; LEMOS, A. L. A. Vitamina E e gravidez. *Diagnóstico e Tratamento*, v. 14, n. 4, 2009. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1413-9979/2009/v14n4/a152-155.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

LISBOA, C. S. *et al.* Consumo alimentar de gestantes segundo antropometria: análise qualitativa e quantitativa: food consumption of pregnant women according to anthropometry: qualitative and quantitative analysis. *Revista Brasileira de Saúde Funcional*, v. 9, n. 1, ago. 2021. Disponível em: <https://www.seer-adventista.com.br/ojs3/index.php/RBSF/article/download/1438/1047>. Acesso em: 10 abr. 2022.

LUGO, N. T.; TRUJILLO, A. M.; MARTINEZ, M. H. Serum copper, zinc, calcium and magnesium levels in mothers with offspring affected by neural tube defects: a case-control study. *Rev. Cuba. invest. Bioméd.*, 38(1):e146, jan./mar. 2019. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-03002019000100007. Acesso em: 10 jun. 2021.

MALTA, M. B. *et al.* Utilização das recomendações de nutrientes para estimar prevalência de consumo insuficiente das vitaminas C e E em gestantes. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 11, n. 4, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/bCB77XShtShxYf7Wz9qzmpC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MERTINS, Z. M. *et al.* Mortalidade infantil em crianças nascidas com malformações congênitas na 20ª regional de saúde do Paraná entre os anos de 2011 e 2017. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 4, abr., 2022. Disponível em: https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/45965/pdf?__cf_chl__tk=wom_aFRx1C0ZSe79Op1BfLDphmikYRjkkqozX.JeeDo-1654064314-0-gaNycGzNBz0. Acesso em: 10 abr. 2022.

NEVES, P. A. R. *et al.* Poor maternal nutritional status before and during pregnancy is associated with suspected child developmental delay in 2-year old brazilian children. *Scientific Reports*, v. 10, n. 1, maio 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-020-59034-y>. Acesso em: 10 jun. 2021.

OH, C.; KEATS, E. C.; BUTTA, Z. A. Vitamin and mineral supplementation during pregnancy on maternal, birth, child health and development outcomes in low- and middle-income countries: a systematic review and meta-analysis. *Nutrients*, v. 12, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-6643/12/2/491/htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. *Atenção primária à saúde*. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/atencao-primaria-saude>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PANTOVIĆ, L. Providing a service or seeking a favor? The role of private prenatal care on the continuity of care in Serbian public maternity hospitals. *Birth*, v. 49, n. 3, set. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35293633/>. Acesso em: 10 set. 2022.

PARIS, G. F.; PELLOSO, S. M.; MARTINS, P. M. Qualidade da assistência pré-natal nos serviços públicos e privados. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, v. 35, n. 10, out. 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24337056/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PEREIRA, K. M.; REIS, L. B. S. M. Controle glicêmico na gestação e a interferência dos micronutrientes: magnésio, selênio, zinco, cálcio e vitamina D. *Com. Ciências Saúde*, v. 24, n. 2, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/ccs/controle_glicemico_gestacao_interferencia_micronutrientes.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

PINTO, R. M. F.; GARCIA, M. S. M. P.; GONÇALVES, A. M. S. O sistema de saúde americano e seus aspectos jurídicos. *Intr@ciência Revista Científica*, v. 19, jun. 2020. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200522114101.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

SAAVEDRA, J. S.; CESAR, J. A.; LINHARES, A. O. Prenatal care in southern Brazil: coverage, trend and disparities. *Revista Saúde Pública*, v. 53, n. 40, maio 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31066818/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SALOIO, C. A. *et al.* Magnitude e determinantes da mortalidade neonatal e pós-neonatal em Goiânia, Goiás: um estudo de coorte retrospectivo, 2012. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 29, n. 5, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1679-49742020000500008>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SÃO PAULO. Taxa de mortalidade materna no Brasil cresce principalmente por falta de recursos. *Jornal da USP*, 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/taxa-de-mortalidade-materna-no-brasil-cresce-principalmente-por-falta-de-recursos/>. Acesso em: 10 set. 2022.

SOUZA, T. de A.; ALMEIDA, L.M.R.; LISBOA, C.S. Suplementação de ácidos graxos poli-insaturados de cadeia longa durante a gestação e fatores associados ao desenvolvimento infantil. *Revista de Saúde Coletiva da UEFS*, v. 11, n. 1, 2021. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/saudecoletiva/article/view/5736>. Acesso em: 10 set. 2022.

SPARLING, T. M. *et al.* Nutrients and perinatal depression: a systematic review. *Journal of Nutritional Science*, Cambridge, v. 6, 2017. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5738654/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

TASAT, S. E. La importancia de una alimentación equilibrada y balanceada. *Actual. Nutr.*, v. 20 n. 1, jan./mar., 2019. Disponível em: http://www.revistasan.org.ar/pdf_files/trabajos/vol_20/num_1/RSAN_20_1_1.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

VELOSO, F. C. S. *et al.* Analysis of neonatal mortality risk factors in Brazil: a systematic review and meta-analysis of observational studies. *J. Pediatr.*, Porto Alegre, v. 95, n. 5, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jpmed.2018.12.014>. Acesso em: 10 jun. 2021.

VIELLAS, E. F. *et al.* Prenatal care in Brazil. *Cad. Saúde Pública*, ago. 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25167194/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

WHO. World Health Organization. *Guideline: calcium supplementation in pregnant women*. 2013. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/85120/1/9789241505376_eng.pdf?ua=1. Acesso em: 10 jun. 2021.

WHO - World Health Organization. Global Health Observatory. *Anaemia in women and children*. 2021. Disponível em: www.who.int/data/themes/topics/anemia_in_women_and_children. Acesso em: 10 jun. 2021.

WU, G. *et al.* Maternal nutrition and fetal development. *J. Nutr.*, v. 134, n. 9, set. 2004. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15333699/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Abstinência sexual como política pública? Governo Bolsonaro e a (des)educação em sexualidade

*Sexual abstinence as public policy?
Bolsonaro government and sex (de)education*

Sabrina Pereira Paiva* 

Elaine Reis Brandão** 

RESUMO

O artigo analisa as políticas sexuais do governo J. Bolsonaro, com o foco na política de educação em sexualidade, especialmente a prevenção da gravidez na adolescência. Utiliza fontes documentais e bibliográficas, produzidas sobre e no decorrer da referida gestão federal. Incorpora produções que tematizam a educação em sexualidade, especialmente durante o período citado. Os documentos foram extraídos de fontes públicas, de organizações governamentais e não governamentais. A análise demonstrou a “preservação sexual” como panaceia para alta incidência de gestação na adolescência, construindo estratégias fundamentadas em uma perspectiva ultra(neo)liberal, familista, teocrática e conservadora. Esta política, antipluralista e antidemocrática, retira do âmbito público/coletivo o debate sobre os vários fatores que envolvem a gestação nesta faixa etária, desconsiderando as hierarquias e violências de várias ordens (entre os gêneros, raciais, classe, identidades sexuais) que atravessam as vidas de jovens e adolescentes no Brasil.

Palavras-Chave: educação sexual; abstinência sexual; direitos sexuais e reprodutivos; sexualidade; governo Bolsonaro.

ABSTRACT

This article analyzes the sexual policies of the J. Bolsonaro government, focusing on sex education policy, especially the prevention of teenage pregnancy. It uses documentary and bibliographical sources, produced on and during the referred federal administration. It incorporates productions that focus on sex education, especially during this period. The documents were extracted from public sources, from governmental and non-governmental organizations. The analysis demonstrated “sexual preservation” as a panacea for the high incidence of teenage pregnancy, building strategies based on an ultra(neo)liberal, familist, theocratic, and conservative perspective. This anti-pluralist and anti-democratic policy removes from the public/collective scope the debate on the various factors that involve pregnancy in this age group, disregarding the hierarchies and violence of various orders (between genders, races, class, sexual identities) that cross the lives of young people and adolescents in Brazil.

Keywords: sex education; sexual abstinence; sexual and reproductive rights; sexuality; Bolsonaro government.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78949>

*Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: sabrina.paiva@ufjf.br.

**Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: brandao@iesc.ufrj.br.

Como citar: PAIVA, S. P.; BRANDÃO, E. R. Abstinência sexual como política pública? Governo Bolsonaro e a (des)educação em sexualidade. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 159-173, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78949>

Recebido em 25 de maio de 2022.

Aprovado para publicação em 14 de junho de 2022.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

A educação em sexualidade no Brasil tem se construído, historicamente, como um campo regido por permanentes disputas, articuladas por setores sociais distintos, os quais se organizaram em torno de suas demandas ao longo do século XX. Percebe-se que, a partir da redemocratização (anos 1980), este tema voltou a ganhar centralidade em contendas públicas, especialmente pelo debate do pluralismo e da democracia. O contexto possibilitou construções coletivas/participativas das políticas públicas e o crescimento e/ou surgimento dos movimentos sociais ligados ao debate feminista e à diversidade sexual e de gênero, bem como dos movimentos identificados com a luta antirracista.

Durante os anos 2000, percebemos que os movimentos sociais ampliaram seus espaços na agenda pública em pleitos relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos, conquistaram avanços em marcos regulatórios, diretrizes e políticas públicas, postulando a importância e a transversalidade do debate de gênero e sexualidade no âmbito das mesmas (LEITE, 2019; CARVALHO; SIVORI, 2017). Carrara (2015) observa esse movimento de disputas e lutas por direitos civis e proteção social empreendidas pelos ativismos LGBTQIA+ e os diversos feminismos, bem como sua progressiva incorporação pelos Estados nacionais, como momentos privilegiados para compreensão de um processo mais amplo de transformação do “dispositivo de sexualidade” – concepção formulada por M. Foucault (1999) –, permitindo o engendramento de um novo regime de sexualidade. Este parece ter começado a se organizar nos finais do século XX em torno da noção de direitos sexuais e de sua incorporação ao campo dos direitos humanos.

Uma das consequências da ascensão deste novo regime de sexualidade parece ser que o combate ao sexo sem função reprodutiva, que foi o movimento hegemônico dos regimes de sexualidade ocidentais até então, vai perdendo lugar para a sexualidade “irresponsável”, a qual deve ser coibida ou combatida em nome da preservação sexual. Carrara (2015, p. 326) sustenta o argumento de que seria possível concebermos a passagem de um regime secular da sexualidade, cuja linguagem era predominantemente biomédica, para um regime que se formula cada vez mais em uma linguagem sociojurídica, em torno da ideia de consentimento e de condições individuais para a liberdade do consentimento. Mas, como ele mesmo chama atenção, esses regimes foram formulados como tipos ideais, contendo oposições sobretudo heurísticas, observando sua convivência tensa na cena social contemporânea.

Durante os governos petistas, destaca-se a incorporação às políticas públicas das pautas colocadas pelos movimentos feministas, antirracistas e LGBTQIA+. Entre elas, podemos citar: a criação do Programa Brasil sem Homofobia (2004); o curso de Gênero e Diversidade na Escola (MEC/2006); a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2008); o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direi-

tos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH-LGBT (2009); o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH 3 (2009); o projeto Escola sem Homofobia (2010) e a implantação do Conselho Nacional LGBT (2010) (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012; IRINEU, 2014; VIGANO; LAFFIN, 2019).

Entretanto, já em 2010, percebemos a ampliação da visibilidade e a afirmação pública das narrativas conservadoras em torno das pautas trazidas pelos movimentos sociais em ascensão, que articularam o que foi compreendido como a instalação de um “pânico moral”¹ (-COHEN, 1987) em torno da sexualidade juvenil, fundado na ideia de que o Estado estaria agindo em prol do desvirtuamento das crianças e das famílias brasileiras. O projeto, batizado de “*kit gay*” por seus opositores, esteve no centro do debate público (LEITE, 2019).

Conforme apontam Sales e Mariano (2019, p. 17), o crescimento das demandas e articulações políticas dos movimentos LGBTQIA+ aguçou a sanha das bancadas evangélica e católica conservadoras, que se articularam com a ala da direita neoliberal, passando a se engajar cada vez mais, como oponentes, nos debates sobre políticas e programas ligados aos tratados de direitos humanos, durante os anos 2000. Neste contexto, o campo educacional tem sido particularmente afetado e as crianças e adolescentes passam a ser tratados como propriedade privada das famílias, alijados dos direitos de cidadania.

Como corolário da ampliação da expressividade política dos grupos conservadores religiosos e de suas articulações com a direita neoliberal, ocorreu também a retirada dos termos e do debate de gênero e diversidade sexual dos currículos escolares no Plano Nacional de Educação. Isso implicou evidente retrocesso para o campo dos direitos humanos e desproteção de parcela significativa de jovens e crianças que vivem em contextos que os expõem mais às violações de seus direitos sexuais e reprodutivos, como temos assistido na mídia e constatado pelas estatísticas quanto aos casos de estupros e abusos sexuais com crianças e adolescentes, em especial as jovens pobres e negras (VIGANO; LAFFIN, 2019; ZAN; KRAWCZYK, 2019; UNICEF; FBSP, 2021).

Importante salientar que as narrativas e ações daqueles que se opõem à perspectiva dos direitos humanos, à defesa do pluralismo e das diversidades sexuais e de gênero, foram se tornando mais visíveis e multifacetadas em termos de estratégias articuladas às políticas públicas, não somente no Brasil, mas em vários países ao redor do mundo (PATERNOTTE; KUHAR, 2018). Entre nós, tais grupos sociais obtiveram maior destaque com a gestão governamental de Jair Bolsonaro (2019-2022), tendo a ministra Damare Alves à frente do denominado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

1 Stanley Cohen (1987, p. 9) define o pânico moral como “uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas que ameaçam os valores morais da sociedade e seus interesses”. Sua natureza é, em geral, apresentada de forma estilizada e estereotípica pelos meios de comunicação, o que pode levar ao fortalecimento de certos tipos de barricadas morais.

Em documento recente sobre o estado da população mundial, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2022) destacou a necessidade de dar “visibilidade ao invisível”, tratando-se da crise da falta de atenção mundial às gestações não intencionais e suas causas e consequências sociais. A investigação que abarcou 96% da população adolescente mundial concluiu que no conjunto dos países em desenvolvimento um terço das mulheres jovens de 20 a 24 anos havia gestado na adolescência, sendo que praticamente a metade tinha até 17 anos. De acordo com o documento, o desenvolvimento social e econômico, maiores índices de igualdade de gênero, políticas que contemplem um incremento de acesso legal ao aborto seguro e a oferta de educação sexual integral refletem diretamente em reduções das taxas de gestações não intencionais (UNFPA, 2022).

No Brasil, de acordo com dados do Sistema Nacional de Nascidos Vivos (DATA-SUS), desde 2019, o número de mães com idades entre 10 e 19 anos diminuiu, em média, 18%. Em comparação a 2010, a redução foi de 31%. No entanto, mesmo com a queda, o número ainda continua alto e prejudica o desenvolvimento de crianças e adolescentes, causando danos à saúde. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2016), o Brasil tem uma das maiores taxas de gravidez na adolescência da América Latina e, mesmo que tenha decrescido nos últimos anos, ainda eram 68,4 nascidos vivos a cada mil meninas de 15 a 19 anos, em 2016.

Tendo em vista a inegável importância do tema, este estudo analisa as ações do governo Bolsonaro no campo das políticas sexuais, com o foco na pauta da educação em sexualidade para adolescentes/jovens, dando lugar à questão que parece ser mais incômoda em tempos recentes, e onde se utiliza como adjetivo predileto a palavra “precoce”: sexualização, risco e gravidez entre adolescentes e jovens. As narrativas em torno desse assunto se multiplicaram durante a gestão governamental de J. Bolsonaro, destacando-se a ideia de abstinência (ou adiamento da vida sexual) como panaceia para a questão da “alta” incidência de gravidez na adolescência e como alternativa a ser destacada no contexto das ações educativas em sexualidade.

Percurso teórico-metodológico

Trata-se de uma investigação socioantropológica, a qual toma como pressupostos teórico-metodológicos os estudos de gênero e sexualidade localizados no campo das ciências sociais, partindo da perspectiva denominada construtivista. Deste ponto de vista, reconhece-se que as experiências e representações relativas ao gênero e à sexualidade apesar de possuírem aspectos subjetivos são, antes de mais nada, sociais e políticas, e se constroem ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos (GAGNON; SIMON, 1973; FOUCAULT, 1999; LOYOLA, 1998; LOYOLA, 1999; WEEKS, 2007).

Supomos uma articulação estreita entre os temas relativos aos direitos sexuais e reprodutivos dos/as jovens. Além disso, os processos sociais que configuram a juventude como uma fase da vida na contemporaneidade, conformada igualmente por outros marcadores sociais, como classe social, raça/etnia, são fundamentais para o entendimento dos sujeitos e suas vivências. Pensar interseccionalmente essas dimensões possibilita-nos pensar a sexualidade como mediadora das relações sociais entre os jovens e, ao mesmo tempo, como constitutiva e constituinte da identidade social, racial e de gênero de cada um deles no período da adolescência/juventude (HEILBORN *et al.*, 2006).

Trata-se de um estudo documental sobre o desenvolvimento das políticas de educação em sexualidade durante o governo Bolsonaro. A pesquisa considerou documentos extraídos de fontes públicas governamentais e não governamentais, com materiais escritos e audiovisuais, os quais tratam do tema da educação sexual, abstinência sexual e outras matérias relacionadas durante este período.

Dos documentos incluídos, há aqueles do tipo jornalístico, políticas públicas e materiais relacionados. Foram selecionados oito documentos de origem governamental, que se referem especificamente a algumas matérias jornalísticas informativas e documentos orientadores de políticas públicas intersetoriais ligadas aos direitos humanos: o *Plano nacional de prevenção primária ao risco sexual precoce e gravidez na adolescência* (BRASIL, 2022a); o *Guia de autocuidado e prevenção ao risco sexual precoce e gravidez na adolescência* (BRASIL, 2022b). Os documentos de origem não governamental são especialmente audiovisuais e escritos, destacando as narrativas da ministra Damares Alves sobre a política de “adiamento” da vida sexual para a juventude.

Foram tomados como documentos centrais dessa análise aqueles de origem governamental, sendo que a leitura dos mesmos foi orientada por questões norteadoras, tais como: 1. Qual a concepção de educação em sexualidade que se apresenta nestes documentos?; 2. Quem pode falar sobre sexo/sexualidade, com quem e sob quais circunstâncias?; 3. O que se entende como “risco sexual precoce”, “sexualização precoce” e “preservação sexual”?; 4. Como se apresenta o papel do Estado, da família e da sociedade no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos dos jovens e quanto à gravidez na adolescência?

Partindo da premissa da análise de discurso de que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2007), cabe pensar sobre os modos de ação e os discursos utilizados pelos diferentes grupos no interior do Estado, em suas lutas pelo poder/saber, pelo domínio do discurso e das ações, nos campos econômico, político, cultural e social, ou seja, como manejam sua ideologia no sentido de influenciar as políticas públicas. No caso da educação em sexualidade, conforme argumenta Louro (2007), trata-se de um campo de disputas discursivas e práticas entre grupos sociais que possuem severos conflitos ideopolíticos, os quais se encontram exacerbados e entrincheirados no contexto atual.

A “preservação sexual” como (des)política pública do governo Bolsonaro: a gravidez na adolescência em questão

Desde seu discurso de posse, J. Bolsonaro comprometeu-se com a valorização da família, com o respeito às religiões, em especial às de tradição judaico-cristã, e com o combate à propalada “ideologia de gênero”², demonstrando sua implicação com as pautas cristãs. A escolha de Damares para o ministério ligado aos direitos humanos, certamente, foi estratégica. E ela assumiu afirmando que: “[...] o Estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã”³. Ressalta-se que o Estado laico e o cristianismo da ministra foram apresentados como elementos de oposição em seu discurso, demonstrando desde sempre sua relação de oposição pessoal à laicidade do Estado e, com o uso do advérbio “terrivelmente”, enfatizando a intensidade de sua fé cristã e os grupos religiosos que representa.

Em 1º de fevereiro de 2019, foi instituída pelo governo federal a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, através da Lei n. 13.798/2019, a ser realizada anualmente na primeira semana de fevereiro. O objetivo desta ação, segundo fontes governamentais, é disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência⁴.

No momento imediatamente anterior à chegada da pandemia de Covid-19 ao país, em fevereiro de 2020, o MMFDH e o Ministério da Saúde (MS) lançaram a campanha *Adolescência primeiro, gravidez depois – tudo tem o seu tempo*. A ministra, durante a abertura da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, utiliza o argumento de que é preciso reduzir os índices de gravidez “precoce” e de que houve um longo período preparatório e de conversas com especialistas, pais e adolescentes. De acordo com a mesma, “sua pasta foi corajosa ao propor a política de retardar o início da vida sexual no rol de métodos preventivos disponíveis”⁵. Em 2022, coroando sua proposta de política sexual para a juventude, foi lançado o *Plano nacional de prevenção primária ao risco sexual precoce e gravidez na adolescência* (BRASIL, 2022a) e o *Guia de autocuidado e prevenção ao risco sexual precoce e gravidez na adolescência* (BRASIL, 2022b). Em seu pronunciamento, a ministra chamou atenção para a tomada de decisão relativa à construção do plano nacional, observando que:

-
- 2 Tal termo não decorre ou resulta dos estudos de gênero ou de movimentos sociais. Ele é de origem vaticana e se fortalece por intermédio de uma agenda internacional ultraconservadora, antigênero, antifeminista, antidiversidade sexual e antagônica à democracia e aos direitos humanos entendidos em bases mais amplas e plurais (JUNQUEIRA, 2017).
- 3 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2Qz_tS6zofg&ab_channel=TVBrasilGov. Acesso em: 05 abril 2022.
- 4 Disponível em: www.gov.br/mdh. Acesso em: 20 março 2022. Matéria publicada em 8 fev. 2019, cujo título é *Ministérios assinam carta de compromisso visando à prevenção da gravidez na adolescência*.
- 5 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/campanha-visa-reduzir-altos-indices-de-gravidez-precoce-no-brasil>. Acesso em: 20 março 2022.

o sexo precoce não traz apenas gravidez e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). Existem outras doenças físicas graves para uma menina de 11 anos, um menino de 10 anos. Existem doenças emocionais, depressão, baixa autoestima, e nós vamos apontar todas as outras consequências do sexo precoce⁶.

Para encerrar seu discurso, a ministra fez um pedido: “Nossos jovens e adolescentes são seres pensantes. Não vamos colocá-los em uma manada, como se fossem movidos apenas pelo instinto sexual. São meninos e meninas que pensam, e que estão a fim de refletir [...]”. A ministra discursa como se os/as adolescentes e jovens estivessem sendo manipulados, e que, portanto, a política pública deve levá-los a pensar, refletir, a não se mover pelo instinto sexual; assim poderão concluir que a melhor forma de garantir a saúde sexual é a preservação sexual ou o adiamento da vida sexual.

O *Plano nacional de prevenção primária ao risco sexual precoce e gravidez na adolescência* é apresentado como uma política pública, elaborada pelos MMFDH, MS, Ministério da Educação e Ministério da Cidadania visando fomentar as ações e estratégias de adiamento da entrada na vida sexual. A sexualidade é apresentada, neste plano, de forma essencializada como um aspecto “inerente ao ser humano, indissociável do processo de desenvolvimento e que não diz respeito somente à saúde, mas à integralidade do ser” (BRASIL, 2022a, p. 3). Logo na apresentação, após a definição de sexualidade, o documento ressalta os prejuízos causados ao desenvolvimento “integral” (físico, emocional, psicológico e social) dos/as jovens, os quais são provocados pelo que é compreendido como “início prematuro da vida sexual”, que causa danos como: aumento dos riscos de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e de gravidez não planejada, além de poder desencadear “patologias psicológicas, emocionais e sociais” (BRASIL, 2022a, p. 4).

Neste sentido, a proposta deste documento é o enfrentamento tanto – e principalmente – do que é compreendido como “sexualização precoce”, quanto da “gravidez na adolescência”, partindo de ações intersetoriais, multidisciplinares que visam promover orientação às crianças, adolescentes, famílias e sociedade a respeito deste tema. Chama atenção o fato de que não se define de forma clara em nenhum momento o que se compreende como “sexualização precoce”, mas ainda assim no parágrafo seguinte aparece a seguinte reflexão:

Não se pode relegar que a sexualização precoce de crianças e adolescentes é fenômeno crescente, influenciado por questões culturais, sociais e econômicas, decorrendo daí, a naturalização de comportamentos de risco, de abusos, e de múltiplas violências, circunstâncias que levam à gravidez não intencional nesta faixa etária,

6 Título: *Campanha visa reduzir altos índices de gravidez precoce no Brasil*. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/campanha-visa-reduzir-altos-indices-de-gravidez-precoce-no-brasil>. Acesso em: 04 abril 2022.

ao aumento de infecções sexualmente transmissíveis, à restrição de oportunidades de desenvolvimento saudável e acesso à emprego e renda, fatores determinantes para a reiteração do ciclo de violações de direitos. (BRASIL, 2022a, p. 4).

Na justificativa desta política pública observa-se que a conjuntura sociocultural do país expõe de forma “precoce” crianças e jovens a comportamentos “sexualizantes”, o que teria como corolário o estímulo “premature” à sexualização. Em pronunciamento a respeito do plano, em 1º de fevereiro de 2022, a ministra observa que esta política pública está “indo à raiz do problema”, que, segundo ela, é a “erotização precoce”, e endereça à família (cisheteronormativa) sua crítica sobre o uso do aplicativo TikTok⁷ pelas crianças: “Não vem papai e mamãe jogar no colo do Ministério (MS): - Resolva, minha filha engravidou. Depois que papai e mamãe deixou sua filha com 8 anos vender seu corpo”⁸.

No referido documento, a “educação abrangente em sexualidade” deve possibilitar o acesso ao conhecimento sobre as “múltiplas dimensões da sexualidade humana”, de modo a abordar as consequências da sexualização precoce e os benefícios da preservação sexual (BRASIL, 2022a). Não se fala em outros métodos contraceptivos, em uso do preservativo para proteção contra IST, em pluralismo e respeito à diversidade sexual e de gênero, sendo que os discursos científicos biomédicos e dos direitos humanos são acionados de forma falaciosa, contribuindo para a manutenção do “pânico moral” em relação à sexualidade juvenil e para a privatização econômica e moral da educação em sexualidade das crianças e jovens no país (DE FRANCO; MARANHÃO FILHO, 2021).

A gravidez na adolescência é apresentada como resultante da sexualização precoce, destacando-se que a proposta do governo é tratada como inovadora em termos de política pública para o país, sendo amparada do ponto de vista intersetorial pelos MMFDH, MEC, MS e da Cidadania. Neste plano são apresentadas diretrizes para atuações dos entes governamentais, de instituições privadas e organizações sociais no que se refere às causas da “sexualização precoce” e, conseqüentemente, de gravidez não planejada na adolescência. O documento se estrutura em torno de cinco eixos estratégicos: 1. Promoção e democratização do conhecimento; 2. Formação de atores; 3. Sensibilização e mobilização; 4. Aprimoramento dos serviços e políticas; 5. Participação da família (BRASIL, 2022a).

Em sua justificativa, trabalha a argumentação de que a política de adiamento da vida sexual é eficaz para a prevenção de gravidezes não planejadas na adolescência. Entretanto, é no mínimo questionável, em termos científicos, que o documento governamental comente sobre vários estudos, mas cite somente um, de pequeno porte em termos po-

7 Refere-se a um aplicativo de mídia para criar e compartilhar vídeos curtos. Pode ser usado também para se divertir e conhecer pessoas novas.

8 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=m9BnZ5EFx7M&ab_channel=Caf%C3%A9Filos%C3%B3ficoCPFL. Acesso em: 04 abril 2022.

pulacionais. Conforme sustentado por Cabral e Brandão (2020), pesquisadores de áreas disciplinares diversas, ao realizarem revisões sistemáticas sobre o tema, têm salientado que a estratégia de abstinência sexual não é recomendada como modelo de política de prevenção à gravidez adolescente. As revisões, realizadas principalmente em contexto norte-americano, apontam que um dos efeitos dessa política é um certo atraso do início da vida sexual (média de dois anos), mas, em compensação, maiores chances de que não haja o uso de métodos contraceptivos ao iniciar o exercício da sexualidade.

É válido ressaltar que esta iniciativa governamental gerou crítica em múltiplos setores sociais, inclusive entre grupos religiosos. Em matéria publicada no *Brasil de Fato*, em fevereiro de 2020, o pastor evangélico da Igreja de Deus, Alexandre Gonçalves, discorda do modelo político proposto e afirma que o fundamento da iniciativa de Damares Alves é a “ideia de que a cultura cristã tem que ser imposta”, prática conhecida como “teologia do domínio”. Nesta mesma reportagem foram apresentados argumentos e visões contrárias de intelectuais e professores do campo da saúde pública/coletiva e da própria medicina, baseando-se na necessidade de ampliar investimentos e estratégias em torno da educação em sexualidade para essa população, garantindo o debate do pluralismo, a assistência integral e a ampla disponibilidade de métodos anticoncepcionais nos serviços de saúde pública, visando, entre outras coisas, à prevenção da gestação na adolescência⁹.

Entre os 11 princípios que fundamentam o plano, não há menção ao pluralismo, ao respeito às diversidades, entre elas a de gênero e sexual, aparecendo somente o artigo constitucional da igualdade e não discriminação. A palavra gênero não é citada no plano, aparecendo somente ligada à apresentação das diretrizes de programas e políticas de outros países da América Latina. Entre os princípios, vale destacar também a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra, da imagem das pessoas e a responsabilidade parental e prevalência da família (BRASIL, 2022a).

O único momento em que aparece a definição de “precocidade” no texto é em seu marco conceitual (BRASIL, 2022a, p. 23) e de forma evasiva, tal como: “idade ou condição em que a criança ou o adolescente não tem ainda elementos físicos e psíquicos para compreender adequadamente os estímulos recebidos”. Sendo o “risco sexual precocidade” compreendido como “exposição de crianças e adolescentes a estímulos e/ou comportamentos sexualizantes que podem acarretar danos à saúde, ao bem-estar e ao desenvolvimento pleno do indivíduo” (BRASIL, 2022a, p. 23).

A “educação sexual abrangente”, apresentada em termos práticos em suas diretrizes, prevê o ensino de:

9 Título: *Damares Alves tenta impor doutrina em campanha por abstinência sexual*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/08/damares-alves-tenta-impor-doutrina-em-campanha-por-abstinencia-sexual>. Publicada em 8 fev. 2020.

habilidades socioemocionais, como autonomia, empatia e criticidade, habilidades interpessoais, atividades desportivas e de comunicação, medidas de autocuidado e autoproteção, e ajudar os adolescentes na exploração e na construção de seus próprios objetivos e projetos de vida, com apoio da família, sempre que possível. (BRASIL, 2022a, p. 27).

Terassi Hortelan (2018) assinala, baseando-se em Illouz (2011), que na contemporaneidade assistimos à massificação da psicologia no cotidiano, a qual vem entrelaçada ao ideário do feminismo liberal e ao próprio mercado capitalista, produzindo, ainda no século XX, uma “cultura afetiva” altamente especializada: “a cultura terapêutica”. Ela se faz presente através de noções como autonomia, igualdade, comunicação e autorrealização, sendo que o indivíduo saudável seria aquele que está em constante busca de autorrealização. Entre outras coisas, esse regime de produção de sujeitos e essa “nova” governamentalidade enfatiza o amor romântico, exacerbando assim um certo modelo de família (cis)heteronormativa, que ignora e invisibiliza as desigualdades de classe, raça, etnia, sexualidade e gênero presentes na sociedade capitalista, em especial em países de capitalismo periférico.

À família, compreendida como núcleo natural e fundamental da sociedade, cabe principalmente, segundo a perspectiva governamental, o dever de orientar as crianças e jovens na perspectiva da “preservação sexual”, de proteção contra a sexualização precoce, gravidez na adolescência, bem como de abusos e violências sexuais. Entre as medidas propostas nos eixos estratégicos, destacam-se a produção de conteúdo (áudio, vídeo e impressos) sobre risco sexual precoce e gravidez na adolescência, para serem divulgados diretamente para os jovens, famílias, conselhos tutelares, profissionais da educação, saúde e assistência social. Prevê ainda a ampliação das ações do Programa Criança Feliz e do Programa Família na Escola (BRASIL, 2022a). Como se pode perceber, este plano não é uma estratégia política isolada do governo J. Bolsonaro, muito ao contrário, faz parte de um conjunto de políticas articuladas que busca anular a construção de um modelo de educação em sexualidade que possibilite às crianças e jovens o convívio e o reconhecimento da diversidade sexual, de gênero, da desigualdade racial e das implicações e responsabilizações relativas à vivência da sexualidade.

Em 2022, conforme previsto no plano, também foi lançado o *Guia de autocuidado: recomendações para prevenção do risco sexual precoce e da gravidez na adolescência*, produzido pelo MMFDH, MEC, MS e Secretaria Nacional de Assistência Social. Este guia pode ser utilizado pelos adolescentes/jovens, em especial, mas também pelas famílias e profissionais inseridos nas políticas públicas. A noção principal trabalhada no material didático é a de autocuidado, apresentada aos adolescentes e jovens de forma abstrata, sem conexão com as desigualdades e diferentes realidades enfrentadas pelos mesmos em seus

cotidianos, já que aborda o autocuidado como algo “inerente ao ser humano”, dizendo respeito à “integralidade do ser” (BRASIL, 2022b, p. 7).

Novamente, enfatiza-se a “preservação sexual” como uma das formas de prevenção da gravidez na adolescência e violências sexuais, mas de fato não apresenta outras. A família é compreendida como protagonista da “educação abrangente em sexualidade”, sendo observada como uma das formas de autocuidado físico a conversa com a família sobre sexualidade. O Estado vem a reboque, devendo organizar políticas educacionais, de saúde e assistência social, cuja atuação intersetorial deve enfatizar a prevenção da sexualização precoce e da gravidez na adolescência, fortalecendo medidas que promovam a preservação do corpo e das emoções (BRASIL, 2022b).

O guia apresenta vários níveis de autocuidado, como o físico, psicológico, emocional, social e espiritual, sempre pressupondo a noção binária dos sexos feminino e masculino, invisibilizando as diferentes identidades de gênero presentes na cena contemporânea. Observa, inclusive, que a educação sexual pode enfatizar aspectos diferentes para meninos ou meninas, mas ambos precisam conhecer seu próprio corpo e o do outro sexo e sentirem-se preparados para assumir as diferentes tarefas e desafios da vida (BRASIL, 2022b, p. 18-19).

De Franco e Maranhão Filho (2021), ao observarem as práticas discursivas do governo Bolsonaro a respeito da política educacional em sua relação com gênero e sexualidade, destacam que o núcleo familiar, privativo, tornou-se mais fortalecido neste contexto. Como exemplo, citam a pauta da educação domiciliar, que foi fortemente retomada como uma das primeiras iniciativas da ministra Damares Alves, e os projetos de retirada do debate público de gênero e sexualidade das escolas, o que acaba por recolocar em cena um velho e central problema: o de manter no domínio privado aquilo que se quer controlar, subalternizar, invisibilizar ou excluir. Destacam-se nestas ações governamentais os dois pilares que os autores observam nas políticas educacionais deste governo: a privatização e a teocratização, distanciando-as da perspectiva democrática, fundada no pluralismo, na diversidade e nos direitos humanos.

Retomando o argumento de Carrara (2015) sobre a ascensão de um novo regime de sexualidade, a partir do fim do século XX, faz muito sentido sua observação de que a “promiscuidade sexual” (que se opõe diretamente à “preservação sexual”) pode ser tomada como a “categoria ponte” entre as formulações da moral sexual cristã, anterior ao dispositivo de sexualidade descrito por Foucault (1976), e o novo regime secular de sexualidade (fundado nos direitos humanos), podendo aparecer como uma das figuras do descontrole de si. Nesse regime, a dimensão do prazer sexual é ocultada, sendo salientadas as dimensões do comportamento de autocuidado, responsabilidade e prevenção aos comportamentos de risco, entre eles, a sexualização precoce e a gravidez na adolescência.

Considerações finais

Os argumentos defendidos nos documentos e abordagens governamentais consultados para esse estudo, ao articularem a linguagem dos direitos humanos com a narrativa essencialista e binária a respeito da sexualidade e do gênero, foram capazes de enquadrar tais elementos discursivos para validação de suas posições ideopolíticas, identificadas com os grupos religiosos e conservadores. Essa estratégia é realizada ocultando-se e impedindo o debate sobre pluralismo, prazer sexual, diversidade de gênero e sexualidade, enfatizando-se, numa perspectiva comportamentalista e individualista, o autocuidado, a importância da família como lugar de segurança e, acima de tudo, partindo da ideia de que é preciso salvar os/as adolescentes das “más” influências culturais, que levariam à sexualização e erotização precoces. Como não há uma definição precisa sobre o adjetivo precoce, pode-se entender precoce como toda sexualidade vivenciada no período da infância e adolescência (0-19 anos). Sendo assim, é importante destacar que o borramento das definições sobre os conceitos apresentados nas políticas públicas, além de seu casamento com o idealismo abstrato, faz parte do método utilizado para alcançar hegemonia discursiva no campo das políticas públicas brasileiras.

Conforme argumentam Moraes *et al.* (2020, p. 813) a respeito do caráter familista das políticas sociais brasileiras, faz-se mister considerarmos as particularidades da nossa formação social, econômica, política e cultural, as quais ajudam a construir um conjunto de determinações que fortalecem a “cultura patriarcal, tradicionalista, preconceituosa que perpetuou características históricas na constituição de um certo modo de ‘ser família’”. Além disso, também configurou certas expectativas no interior das instituições da sociedade e do Estado na relação com as famílias, sempre tomadas como entes abstratos e sacralizados, materializando-se em políticas de caráter familista e conservador.

Assim, a sexualidade de adolescentes e jovens deve se pautar pela lógica da “preservação sexual” (leia-se abstinência sexual), estando a educação em sexualidade fundamentada em uma perspectiva ultra(neo)liberal, teocrática e conservadora, útil para o Estado com feições teológicas, antidemocráticas e privatistas. Ocorre que, nesse contexto, a gravidade dos casos de gravidez na adolescência é interpretada, sobretudo, pelo viés religioso, comportamental, que fortalece o pânico moral já presente na cena pública, em torno da sexualidade juvenil. Responsabiliza a família, como se fosse uma questão de despertar os jovens para a importância do autocuidado e da preservação sexual para a garantia de sua própria segurança. Não há debate sobre o pluralismo, sobre as brutais desigualdades sociais e econômicas às quais as famílias brasileiras estão submetidas. De que família se trata?

A família parece ser composta por “papai e mamãe” e “filhinho e filhinha”, no diminutivo, pois assim é expresso pela ministra Damares em seus inúmeros pronunciamentos públicos, ao infantilizar o diálogo com adolescentes. Deve-se ressaltar que tal política, ao

mesmo tempo que desresponsabiliza o Estado das políticas públicas de fato efetivas de prevenção à gestação na adolescência, coloca a responsabilidade sobre as famílias, desconsiderando qualquer possibilidade de análise interseccional sobre as mesmas.

Por fim, salientamos que os índices de gestação na adolescência não devem ser analisados sob o ponto de vista comportamental, à luz de uma suposta “erotização precoce” infanto-juvenil. Ao invés disso ressaltamos suas relações com o grau de desenvolvimento social e econômico dos países, com maiores níveis de igualdade de gênero e políticas de acesso ao aborto seguro. Destaca-se a educação em sexualidade como um fator facilitador crítico dos direitos humanos à saúde, ao bem-estar e à autonomia, conforme pode ser percebido em numerosos acordos de direitos humanos internacionais.

Contribuições dos/as autores/as: Não se aplica.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

BRASIL. *Plano nacional de prevenção primária do risco sexual precoce e gravidez na adolescência*. 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/prevencao-a-gravidez-precoce/protege-brasil-plano-nacional-de-prevencao-primaria-do-risco-sexual-precoce-e-gravidez-na-adolescencia.pdf>. Acesso em: 03 março 2022.

BRASIL. *Guia de autocuidado: recomendações para prevenção do risco sexual precoce e gravidez na adolescência*. 2022b. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/prevencao-a-gravidez-precoce/Digital_GuiadeAutocuidado_PrevencaodaGravidez_corrigida.pdf. Acesso em: 03 março 2022.

CABRAL, C. da S.; BRANDÃO, E. R. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 8, 2020.

CARRARA, S. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, v. 21, n. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CARVALHO, M. C.; SIVORI, H. F. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, 2017.

COHEN, S. *Folk devils and moral panics: the creation of the mods and the rockers*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

DE FRANCO, C.; MARANHÃO FILHO, E. M. de A. Um Estado “terrivelmente cristão” e privatizador: a opressão à educação em direitos humanos no governo Bolsonaro. *Estudos Teológicos*, v. 60, n. 1, 2021. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/ET/article/view/244>. Acesso em: 23 maio 2022.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GAGNON, J.; SIMON, W. *Sexual conduct: the social sources of human sexuality*. Chicago: Aldine, 1973.

HEILBORN, M. L. *et al.* (Org.). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ILLOUZ, E. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

IRINEU, B. A. 10 anos do programa Brasil sem Homofobia: notas críticas. *Temporalis*, Brasília, v. 14, n. 28, 2014.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – Ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (Org.). *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande do Sul: Furg, 2017.

LEITE, V. Em defesa das crianças e da família: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 32, 2019.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. *et al.* (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOYOLA, M. A. Sexo e sexualidade na antropologia. In: LOYOLA, M. A. *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

LOYOLA, M. A. A sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas. In: HEILBORN, M. L. *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

HORTELAN, L. T. Moderno à moda antiga: discursos terapêuticos, concepções românticas e performances de gênero no movimento Eu Escolhi Esperar. *Debates do NER*, v. 2, n. 34, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/89956>. Acesso em: 23 maio 2022.

MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para uma população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 39, 2012.

MORAES, P. M. *et al.* Familismo e política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. *Revista de Políticas Públicas*, v. 24, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13675>. Acesso em: 20 jun. 2022.

OMS. Taxa de gravidez na adolescência no Brasil está acima da média latino-americana e caribenha. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/taxa-de-gravidez-adolescente-no-brasil-esta-acima-da-media-latino-americana-e-caribenha/>. Acesso em: 23 maio 2022.

ORLANDI, E. Educação em direitos humanos: um discurso. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

PATERNOTTE, D.; KUHAR, R. “Ideologia de gênero” em movimento. *Revista de Psicologia e Política*, São Paulo, v. 18, n. 43. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 maio 2022.

SALES, L.; MARIANO, R. Ativismo político de grupos religiosos e luta por direitos. *Religião e Sociedade*, v. 39, n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n2editorial>. Acesso em: 03 março 2022.

UNFPA. *Estado de la población mundial 2022*. Visibilizar lo invisible: la necesidad de actuar para poner fin a la crisis desatendidas de los embarazos no intencionales. 2022. Disponível em: <https://argentina.unfpa.org/es/publications/visibilizar-lo-invisible-la-necesidad-de-actuar-para-poner-fin-la-crisis-desatendida--2>. Acesso em: 6 abr. 2022.

UNICEF; FBSP. *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Unicef/FBSP, out. 2021, Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2022.

VIGANO, S. de M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. Gênero e sexualidade: concepções e discussões acerca da educação. *Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 12, n. 1, 2019.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ZAN, D.; KRAWCZYK, N. A disputa cultural: o pensamento conservador no ensino médio brasileiro. *Revista Amazônida*, Manaus, v. 4, n. 1, 2019.

Experiences of Portuguese Women in the Precariat: Between Frustration and the Lack of Meaning in the Future

Experiências de Mulheres Portuguesas no Precariado: Entre a Frustração e a Falta de Sentido no Futuro

Marta Gorete Rodrigues Ornelas* 

Fátima Regina Ney Matos** 

Rafael Fernandes de Mesquita*** 

ABSTRACT

How does the growing precariousness in employment and labor relations impact the construction of subjectivities and the personal and professional narratives of Portuguese working women? This research focuses on one of the distinctive aspects of this “class” – the precariat, which refers to highly educated young adults with jobs below these qualifications –, with the relations of production. More specifically, it focuses on women who believed that higher education would allow them to have a safe career/work trajectory. We conducted interviews with highly educated young women and adult women with precarious jobs, who perform functions below their academic qualifications. The collected data were analyzed using qualitative content analysis techniques, with the aid of the software Atlas/TI. The results show how precariousness means not only the uncertainty of salaried work but also, and above all, uncertainty as a way of life, of forms of subjection, and of bodies. This uncertainty extends to the whole sphere of life, producing subjectivities marked by anxiety, stress, pain, vulnerability, frustration, and hopelessness concerning the future.

Keywords: precariat; precariousness; women; governmentality; subjectivities.

RESUMO

Como a crescente precariedade no emprego e nas relações de trabalho tem impacto na construção de subjetividades e nas narrativas pessoais e profissionais das mulheres portuguesas trabalhadoras? A investigação centra-se num dos aspectos distintivos desta “classe” – o precariado, que se refere aos jovens adultos com alta qualificação e trabalhos aquém desta –, com as relações de produção, especificamente no caso das mulheres que acreditavam que o ensino superior lhes permitiria ter uma carreira/trajetória segura de trabalho. Realizamos entrevistas com mulheres altamente qualificadas que estão em trabalhos precários, em que desempenham funções abaixo de suas qualificações acadêmicas. Os dados coletados foram analisados com técnicas de análise de conteúdo qualitativa, com auxílio do software Atlas/TI. Os resultados mostram como a precariedade não significa apenas a incerteza do trabalho assalariado, mas também e, sobretudo, a incerteza como modo de viver, dos modos de subjetivação e dos corpos. Incerteza que se estende à toda a esfera da vida, produzindo subjetividades marcadas por ansiedade, estresse, dor, vulnerabilidade, frustração e desesperança em relação ao futuro.

Palavras-chave: precariado; precariedade; mulheres; governamentalidade; subjetividades.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78950>

*Universidade de Coimbra,
Coimbra, Portugal.
E-mail: mgrornelas@gmail.com.

**Universidade de Coimbra,
Coimbra, Portugal.
E-mail: fneymatos@ismt.pt.

***Universidade Federal do Piauí,
Teresina, PI, Brasil.
E-mail: rafael.fernandes@ifpi.edu.br.

Como citar: ORNELAS, M. G. R.;
MATOS, F. R. N.; MESQUITA, R. F. de
Experiences of Portuguese Women
in the Precariat: Between Frustration
and the Lack of Meaning in the Future.
*Em Pauta: teoria social e realidade
contemporânea*, Rio de Janeiro,
v. 21, n. 53, pp. 174-189, set./dez.
2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78950>

Recebido em 20 de abril de 2023.

Aprovado para publicação em 15 de
junho de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introduction

In this paper, we explore the ways in which the growing precariousness in employment and work relations have an impact on the construction of subjectivities and of personal and professional narratives of women workers. This path will be based on Standing's concept of "the precariat", through which we are going to address one of the distinctive aspects of this "class in the making" with the relations of production, specifically in the case of women graduates in Portugal, who believed that higher education would allow them to have a career and a safe trajectory of work. The precariat presents at the level of these relations of production something that seems to be unique in history: it is the first class in which the rule is to have a level of qualifications (skills and abilities) superior to the type of work that it performs or can aspire to perform, (STANDING, 2013, 2014a), with a strong penalization of women who, through the adaptation of inequality dynamics, now assume the role of the "ideal worker" (ACKER, 2004) throughout the world.

After generations of efforts to integrate women's equality into labor wage, we are witnessing a restructuring of the work landscape that has brought it closer to the characteristics attributed in the past to women's work: vulnerability, paid and unpaid work time, lower wages without respect for working hour limits. Precisely because precarity is not only a condition of women, although it is a dominant trait in its historical course, it is necessary to understand it, as Judith Revel explains, in the context of a set of devices of subjection, exploitation and control that characterizes neoliberal rationality, to better understand the specific ways in which precariousness is experienced (or rather applied) to women (MORINI, 2014).

The option for the study of this specific group intends to bring to the discussion the commonly accepted premise that the modernization of the social, labor and educational status of women is in itself a criterion for the development of countries. While, on the one hand, women are in a larger number in higher education since the mid-80s, (PORDATA, 2016) on the other, the data show that female workers in Portugal receive about 81.5% of the average monthly wage of men. This difference increases as the level of qualification increases, being particularly high among the upper management, where the ratio is 72.6 (Cite, n.d.).

Furthermore, we consider that the characterization of Standing of the "precariat" – like the other groups framed in the class structure – as bringing together a combination of distinct relations of production, distinct relations of distribution and distinct relations with the State (STANDING, 2013) allows us to overcome the use of the term, as coined by Castel and Bourdieu, in the 1980s to describe the precariousness of working conditions, extending its meaning to the dimension of existential precariousness that results from instability in work and life, that reveal the 'many faces' of the precariat (RAUNING, 2008; STANDING, 2011; MORINI, 2014).

Based on the analysis of the presence of categories associated with status frustration, deprivation in relation to the future and greater vulnerability to precariousness traps, which according to Standing characterize the fraction of the precariat that is made up of people with academic training, this paper intends to show how the insecurity and instability in employment and work relations associated with the rhetoric of “freedom through work” (BECK, 2000) has profound consequences in the production of subjectivities. This set of categories forms an ideological precondition of precariousness as a technique of governmentality. We focus on women’s experience because, with the historical condition of women becoming the exploitative measure of all people, women are now exposed to a “double penalty” – as a subfigure pushed to the margins of their own condition (MORINI, 2014). The next section presents a brief discussion of the precariat as a class in the making.

The Precariat: promises of women emancipation and a new class in formation

The discussion about the globalization era usually refers to a complex series of events beginning in the 1970s that brings together a multitude of changes that have altered the contours of economics, politics, and social life (e.g., ROSE, 1996; BECK, 2000). Standing explains the changes brought about by globalization using the notion of “Global Transformation”, assuming the affinity with the work of Karl Polanyi – The Great Transformation (2000). The author refers to Polanyi to characterize this phase of disembodiment of the national market systems towards a global market economy, based on competitiveness and individualism, built upon the untying of the economy of society (STANDING, 2014a). The concept of Global Transformation serves the purpose of explaining how these changes produced a systematic crisis and a global fragmentation of social structures – with a globalized class structure superimposed on the previous class structure (STANDING, 2014b). In this process, the systems of regulation, redistribution and social protection were progressively dismantled along with the institutions that contextualized them; the economy has become more volatile and the incidence of social, economic and ecological shocks has increased; economic and social insecurity has spread and has become chronic and recurrent, affecting millions of people throughout Europe and around the world; the *deindustrialization* of employment has become a global phenomenon, alongside the spread of precarious and flexible labor markets and the growing acceptance of the *servicization* of work and employment (“*servicialização*” by ALMEIDA, 2012, p.30). We have also witnessed the growth of the most varied forms of inequality – large differences in wage levels, the shift of labor income to capital and the loss of social rights by the middle and lower classes. It is within this historical movement that we witness the emergence of a new global class structure.

We believe that it is not possible to speak of globalization, its effects, without mentioning the centrality of women's work as a resource for global capital (ACKER, 2004), as well as the appropriation by capitalism, not only of their productive and reproductive work, as has long been pointed out by feminists, but also the appropriation of their ideology and political work, placing feminist ideals at their service (EISENSTEIN, 2009, JAMESON, 2011). The claims of the second wave of feminism meet and coincide with neoliberal ideologies, the contradiction settles in the working world (FRASER, 2009, EISENSTEIN, 2009). This parallel movement has led to the current situation of women at work and in society – in the West and also to a greater degree in highly capitalist countries such as India and other emerging economies. The critique of “economicism”, of the “androcentric” state, has led to a relative integration of women, including in state apparatus, but according to Eisenstein (2009) and Fraser (2009), led also to the normalization of feminist ideology and to the lack of vision in the face of the seduction that the “market” and neoliberalism directed towards the ambitions of affirming the individualities and the rights of women.

As Cristina Morini (2014) explains, the body of women is the biopolitical body *par excellence* – the object of consumer and advertising investment, the main support of commercial desire. This is a paradoxical phenomenon. On the one hand, the use of images, ideologies of femininity, to construct models of desirable workers and services (ACKER, 2004) and, on the other hand, the persistence of the image of “*corps dociles*” (FOUCAULT, 2014), perfect for routine work and no prospects. The feminization of labor thus emerges as a double movement, the massive entry of women into the labor market, but also, and above all, the frightening extension of the conditions of exploitation and subjection, which historically belong to women, applied to the whole sphere of production, made possible by means of the introduction of a series of management prerogatives on the organization and working conditions, proper to neoliberal policies (OKSALA, 2013; MORINI, 2014).

It is not easy to identify the limits of precariousness as circumscribed “to the lower classes,” as passive subjects pushed into precariousness, as described by Marx, nor even as self-excluded subjects, a thesis that interweaves precariousness with the neoliberal idea that the losers of society actually choose for themselves the existence in which they live, since this self-exclusion evidences their inability to conduct themselves according to the norms that guide neoliberal governmentality (RAUNING, 2008).

Standing relies on its argumentation in defense of the concept of the precariat, as a class, in a three-dimensional definition of relations: specific relations of production, specific relations of distribution (income sources) and specific relations with the State. This combination produces a distinct awareness of desirable social reforms and policies

(STANDING, 2013, 2014b). It should be noted that the explicit inclusion of relations with the State as one of the distinctive features of class definition is quite significant. It seems to us that Standing does exactly so to draw attention to the growing marginalization of many people in relation to the rights normally associated with citizenship. First, we have the dimension “relations of production”. They are mainly characterized by existential precariousness, since insecure work, term contracts and the constant alternation between being employed and being unemployed, also lead to a precariousness of the other dimensions of life (STANDING, 2014b). The traits that characterize this relation are (STANDING, 2014b): “absence of an occupational identity or narrative”; “lack of control over time”; “excess of qualifications”; and “psychological detachment from work.”

Second, there are the relations of distribution. The income of the precarious is concentrated in the income of the work, mainly in the ordered ones in money. Their “flexible” situation does not allow them to count on most of the benefits given by companies to career workers and often also fail to meet requirements such as “rebate time” or to pass successfully on “proof of condition of resources “to have access to the support of the State. This reality transforms the members of the precarious into “supplicants,” dependent on the discretionary decisions of others to survive. The aspects of this distribution relation are the uncertainty and the decline of social mobility, which already appear as effects of some of the traits that characterize the relations of production (STANDING, 2014b).

Third, there are relations with the State. The pressure exerted by all the aspects described above, strongly driven by the processes of globalization of work, is causing systematic erosion in the rights of citizenship historically consecrated: civil, cultural, political, social and economic. This reality transforms many people who live in precariousness into sub-citizens (denizens, similar to supplicants in the Middle Ages) (STANDING, 2014b). Burton and Bowman (2022, p. 507) discuss that “the ways precarity acts and works through the intricacies of institutional systems and personal relationships is complex”, and this complexity, what they call as the “‘unknowability’ of these interwoven structures, politics, and social mores that produces vulnerability as part of the state of precarious living and working” (BURTON; BOWMAN, 2022, p. 507). Ornelas *et al.* (2017) inform that the lack of opportunity to build and keep under control professional narratives based on their real qualifications, when investigating women, is at the base of feelings associated with the frustration of status, aggravated by a strong lack of secure prospects for the future and a greater vulnerability to certain traps of precariousness, namely of seeing their capacity for work diminished. The combination of flexible labor markets and the functioning of the social security system contributes to the last aspect of precariousness: the pitfalls of

precariousness and poverty. These pitfalls are caused by the impossibility of counterbalancing the costs / benefits of accepting any job. These characteristics are not all exclusive to the precarious. However, the combination of its elements defines a social group and, for this reason, it is possible to call the precariat a “class-in-construction” (STANDING, 2014b).

Methodological Procedures

This work has an exploratory character, based on a qualitative approach, making use of a conceptual variation (not to confuse “term” and “concept”) that adds new traces to the concept of “precariat” that allow to overcome the uses of “precariousness” and “precarization” to describe certain working conditions, or to discuss forms of self-exclusion, a simplistic use typical in neoliberal discourses to explain the experiences of those who are unable to “win” in society. In this type of approach, we do not seek the generalization of results but rather “deepening, comprehensiveness and diversity in the process of understanding” (MINAYO, 2017). In order to guarantee reliability and relevance in the construction of the corpus, the principles of representativeness, homogeneity and pertinence were observed, which refer respectively to the essential characteristics of the intended universe, the attributes of the interlocutors and the capacity to respond to research objectives. Data collection was carried out through semi-structured individual interviews with six graduated women who were living in a precarious professional situation, invited to describe their perceptions about topics and dimensions selected according to Standing’s work on the precariat, that are included in the script/protocol.

The identification of potential respondents started from the accessibility criterion and continued with the “snowball” strategy, in which one participant pointed out others that had characteristics of interest for the research. This method is useful in accessing populations that are difficult to identify (BOGDAN; BIKLEN, 2007). It should be noted that there was some difficulty in getting volunteers for this study. Some women in this situation showed a fear of being identified, especially by the employer, perceiving some social shame about the situation. All our respondents had the expectation that higher education would provide them with a career in their field of specialty. All but the youngest, had work experience in their studies field, but none so far with perceived security, both financial and professional. Table 1 outlines the information considered important to contextualize the trajectories of each interviewee. To preserve the anonymity of the interviewees, their communications are marked with the letter “E” followed by the number that corresponds to the order in which the interview was performed.

Table 1 – Interviewee's profile

	Age	Academic degree	Occupation / job	Marital status/ Children	Dwelling-place
E ₁	47	Postdoctoral	Postdoctoral scholarship /researcher	Married with children	Lisbon
E ₂	43	Graduate	Customer service representative	Single no children	Lisbon
E ₃	35	Graduate	Trainee	Single no children	Coimbra
E ₄	33	Masters	Administrative	Married no children	Faro
E ₅	41	Graduate	Lawyer and Call center agent	Single no children	Lisbon
E ₆	24	Masters	Sale assistant	Single no children	Coimbra

Source: Authors' elaboration (2023).

The interview protocol consisted of a request for the interviewee to give a brief summary of her academic career, as well as an appreciation for the reflection of this career path (links, periods of unemployment). Interviews lasted about 30 to 40 minutes, conducted via Skype, in 2016, and recorded with the agreement of the interviewees. The research followed the ethical precepts of the educational institution where it was developed and all participants received clarifications regarding the research, their right to withdraw at any time and guarantee the confidentiality of their data. To describe and interpret the content of the interviews, we used Content Analysis technique (BARDIN, 2006). The established categories correspond to those already mentioned by Standing in his work on the precariat, grouped into families according to their contribution to the most present consequences in the fraction of the precariat which is made up of people with an academic background (STANDING, 2013, 2014b).

Results Presentation and Discussion

The results are presented in this section, discussing the findings based on the literature.

Status frustration

The precariousness of production relations, as a consequence of insecurity in employment, is not in itself the distinguishing feature of the precariat (STANDING, 2013). It is not a threat to the order and techniques of neoliberal government (LOREY, 2015), but rather the installation of precariousness as a permanent regime. The 'new economy' discourse, which idealizes 'creative workers', is often a pretext for imposing precariousness (KAPUR, 2007) or for concealing labor exploitation. In one of the statements of one of the interviewee's reports:

Contract agreement? A real contract? ... Never! Because it is these temporary agency work contracts that can rescind and put another job and send the person off. So I never had a real work contract (E5).

Most of the available work in global capitalism has now the characteristics historically present in female work-precarioussness, flexibility, mobility, fragmentary nature, low status, and low pay (OKSALA, 2013). According to Casaca (2013), Portuguese women workers are among those that, within the framework of the European Union, show more continuous labor involvement. The fragmentation and growing precariousness of productive processes have made social identity extremely fragile, and increasingly imagined, with processes of identification focused on what we could be (BERARDI, 2009), opening the way to a sense of frustration:

It's hard to identify with what I do. Honestly, at the height when I have to write on my profession ... when I look at these papers, I have a feeling of revolt and at the same time of sadness. An uprising because, obviously, when we study, we aspire to work in the area where we fought so hard, and sadness because it was also so much money invested, so much time, and now it comes down to ... nothing! (E4).

As Morini (2014) explains, a very different situation would be the situation in which work, whether good or bad, was capable of guaranteeing certain levels of freedom, of individual and collective growth, if it granted some possibilities of emancipation, formation and economic level. The subsumption of the mind in the process of capitalist valuation leads to a constant attentive stress (BERARDI, 2009) and contributes to the configuration of anxious selves who have internalized the imperative to perform (MOORE; ROBINSON, 2015), visible in the testimony that follows:

What makes me go to work is simply having to pay my bills. That's it. Because... it's a climate in which you always feel worn, always lacking (E2).

The condition of precariousness is thus a source of negative identity (SOEIRO; CAMPOS, 2016) and a condition of non-freedom. This reality induces provisions marked by the need for constant adaptation and the emergence of a “new psychological contract” based on short-term commitments (STONE, 2001) and a detachment from work and from the employers (STANDING, 2014b), as it is clear in this statement:

I go to work and I think “I have to go there”, but I am not at all angry, I am happy, I am grateful; I hope this lasts at least until the summer. Now, “that” motivation, I do not have (E5).

It begins to become clearer how precariousness is a growing part of government standardization techniques (LOREY, 2006). This normalization is also ensured by the construction of what is deviant or abnormal (LOREY, 2006; RAUNING, 2008).

The threat of insecurity, a consequence of unemployment, for example, has a subjectivating function here, ensuring that behaviors and discourses are normalized, by a disciplinary power (FOUCAULT, 2014) that makes bodies docile and useful (MORINI, 2014). Faced with the threat of unemployment (understood as an abnormal and deviant category), a temporary job, demotivating and without perspectives, becomes even motive of being grateful.

No sense of future

The feeling of having no future is, according to Standing (2014b), one of the differentiating characteristics of the fraction of the precariat who believed that the investment in their schooling would put them in a position to have a safe work path, with prospects of socially advancing. Berardi's statement (2009, p. 25), "Do not worry about your future, you do not have one" seems to convey perfectly the irony of this experience:

[...] I try not to make such plans in the long run ... It's all very unstable and then what happens is that a person makes plans, like I did 10 years ago or 5 years ago and the plans come out all stuck. So I opted for ... ready, that cliché phrase: live one day at a time, I think ... it applies, it applies more and more. Because otherwise a person ends up getting frustrated, anxious ... (E3).

The austerity context in some countries of the European Union, especially in Portugal, places particularly women and young people in a situation of great vulnerability (ESTANQUE; HERMES, 2012), that only increases the pressure, the anxiety, the stress, and the pain (MORINI, 2014).

I live in a rented house. If I lived alone, I would have to go to my parents' house again. Because at my salary level, obviously I cannot afford all the expenses [...] It's me and my husband. The budget is not enough to think about children (E4).

According to Rosa (2016), based on the Eurostat database, in 2009 the average remuneration of men in Portugal was higher than that of women by 10%, increasing in 2014 to 14.9%, contrary to the European trend, where this difference decreases in 2.09% over the same period. The permanence of these differences illustrates well how the processes of change, despite great achievements associated with the feminization of education and work, are in general inducers of new dynamic inequalities that seem to be due to a permanent readjustment (ESTANQUE; HERMES, 2012).

Such awards (of performance) that are distributed annually in April, are based on that assessment ... and that is done ... it's horrible, it's horrible. They close you up in a room with 3 people: a director, the supervision and the coordinator ... They say: ready, let's give you one more chance, we hope that next year will run better... So you always get the feeling that ... hey! "They're giving me one more chance to see if I'm not fired!" They're giving me one more chance! (E2).

It is clear from this experience how members of the precarious can become "suplicants" – in medieval terms – (STANDING, 2013, 2014b), in an experience in which they are subjugated and simultaneously endowed with agency (LOREY, 2006). Looking at the experience mentioned above, we see how the process of normalization of precariousness is also (re) produced by each one of us. This freedom to decide is essential, precisely because the techniques of self-government arise from the simultaneity of subjection and empowerment, from compulsion and freedom (LOREY, 2006). For most workers, the high degree of uncertainty to which they are subjected, including income insecurity, results in a chronic uncertainty (STANDING, 2011), often implying the underutilization of cognitive – relational capacities (MORINI, 2014). The same interviewee realizes this experience when the question arises: don't you think you could try to change jobs or go abroad?

Because I'm afraid! Notice! I have nothing behind me to support me, in case anything goes wrong. I do not have! If I suddenly fail to receive my salary, I have no one to turn to. Therefore, I am bound with arms and legs! I have to be there, doing something that makes me unhappy (E2).

The difference between the notion of risk and that of uncertainty is well summarized by this last excerpt. The possibility of investing in a change cannot be considered a risk since the probabilities do not allow any type of evaluation: strengths/weaknesses; threats/opportunities. In this sense, the calls made everywhere for greater 'flexibility', also means redistribution of risks away from the State and the economy towards the individual (BECK, 2000). In such insecure living conditions, it is evident that social mobility becomes an almost impossible undertaking. Wilkinson and Pickett (2009) have pointed out "greater income differences seem to solidify the social structure and decrease the chances of upward mobility, where there are bigger inequalities of outcome, equal opportunity is a significantly more distant prospect" (2009, p. 169).

I am currently on unemployment benefit. Fortunately I have the support of my parents when it is necessary and ... They have their own house, it is not rented or any of that, and by itself it already helps in terms of expenses ... we try to make it work out, but it's not so easy... (E3).

The impact of flexible and precarious forms of employment and the increase of unemployment, especially among young people and women, even among graduates (KOVÁCS; LOPES, 2012), shows that the promises contained in this neoliberal model, that presented a promising future, based on a meritocracy model, which would allow, through investment in qualifications, better living conditions and the possibility of social ascension, turned out to be simply an illusion.

Precariousness traps

One of the distinctive aspects of the precariat, the relations of production, which seems to be unique in history, is related to the gap between the level of qualifications possessed and the type of work that one performs or can aspire to perform (STANDING, 2013; 2014a). The way flexible labor markets work worsens the vulnerability of graduates, especially younger ones, to the pitfalls, or traps, of precariousness. Investment in education presupposes the acquisition of skills and knowledge that will be realized, developed and recognized in the following years through the construction of a professional career. However, if the next years are to change from precarious employment to precarious employment, the possibility of developing these talents is potentially permanently impaired (STANDING, 2013, 2014b).

The fallacy of entrepreneurship [*“A Falácia do Empreendedorismo”*] (SOEIRO; CAMPOS, 2016) depends on what has been criticized as ‘magical voluntarism’, an ideology which insists on the miraculous power of each individual to be whatever they want to be. This “magical voluntarism” overlooks the reality of class exclusion, blocked opportunities and structural decline. This belief that poverty, lack of opportunities, or unemployment, is our fault and our own fault alone (FISHER, 2014), creates conditions for another precarity trap. These costs are associated with the “truth regime” (FOUCAULT, 2013) legitimized by neoliberal discourses in which subjects self-define in terms of their status for the external gaze (MOORE; ROBINSON, 2015), meaning that if someone presents herself with such high level of skills and yet works in a low work level something must be wrong with this person (ROSE, 1996).

My parents obviously know, and a more closed circle of friends who also know.... [...] Now ... there it is, I do not tell the truth to anyone, nor think ... no doubt they would think then if she is a lawyer and doesn't practice it must be for some reason... So I say that I am a lawyer, I have my own office, I work very much at home because I have this opportunity! (E5).

The citizenship conceived as a working citizen, typical of industrial capitalism (BECK, 2000), now gives way to the rhetoric that citizenship must be active and in-

dividualistic. “The political subject is henceforth to be an individual whose citizenship is manifested through the free exercise of personal choice among a variety of choices” (ROSE, 1996, p. 65), Or in other words, freedom and self-determination become necessary elements to stimulate productive creativity and innovation (MORINI, 2014). The problem may arise when, in a labor market characterized by precariousness, as in the case of Portugal (RAMOS, 2012), having a too many options, often leads into situations of “unbounded rationality” (STANDING, 2013), not knowing which of our actions may have the desired return – an employment contract. This reality is well illustrated by this interviewee:

My posture is one day at a time. But I do not stop; I’m always working and enriching my resume, because when it comes one opportunity that may worth something I think! I am always going to congresses and making communications, publishing (...) Therefore, I still do not know what to apply for next ... besides being a research professional, I am a contestant. (...) I spend the time competing for anything. (...). Every day I read the *Diário da República*, the job sites, etc., and I have everything prepared, in the folders of the PC, to be able to compete (E1).

In the regime of biocapitalist accumulation, precarization, while it does not guarantee the continuity of income and rights, necessarily requires enthusiasm, a powerful suggestion that can lead the subject to be sold in a regime marked by gratuity (MORINI, 2014). Professional internships are a good example of this reality. The transformation of the wage-earner into a “self-entrepreneur” (ROSE, 1996), as it forms contemporary techniques of domination, is the simultaneous realization of processes of subjectivation and exploitation processes. On the one hand, the individual takes subjectivation to the exacerbation, since it implies in all his activities the “immaterial” and “cognitive” resources of “themselves”, and, on the other hand, it leads to identify subjectivation and exploitation, since they are at the same the time master and the slave of themselves, capitalist and proletarian, subject of enunciation and subject of statement (RAUNING, 2008).

The frustration can come from having too many qualifications, as this is a group of workers for whom the rule is to have a higher level of qualifications than the type of job they may aspire to or may be forced to perform (ORNELAS *et al.*, 2017). This feeling is reinforced by the absence of prospects for the future and the aggravation of fragility in relation to the precariousness traps. The articulation of these categories is quite visible in this comment:

When I have to identify myself professionally, I always present myself as a student. Because I do not see this work as ... a profession, a career. [...] It’s not a job where I see the future, I want to build a career. But no, not even thinking... (E6).

The way in which these categories are articulated, from the combination of three dimensions based on the concept of class, according to Standing (2011) – distinct relations of production, distinct relations of distribution and distinct relations with the State –, must be understood as a dynamic in network, in which the insecurity acts as a sort of glue. Increased flexibility in labor markets has led to increased work-related stress, increased feelings of uncertainty and insecurity (EU-OSHA, 2007). This uncertainty extends to the whole sphere of life, producing subjectivities marked by anxiety, stress, pain, vulnerability, frustration and hopelessness in relation to the future (BERARDI, 2009; MOORE; ROBINSON, 2015). By establishing “labor rights” based on the stability of the employment relationship and the “years of service”, access to social protection, regulation and redistribution the lack of this may endanger women’s rights (BERARDI, 2009; LOREY, 2015).

Conclusion

These experiences exemplify the distinctive aspects and effects of contemporary work processes and show how their combination and interaction impact on all dimensions of life. As Isabell Lorey wrote recently, “If we fail to understand precarization, then we understand neither the politics nor the economy of the present” (LOREY, 2015, p. 1). Based on the concept of “precariat”, we discussed how the precariousness amongst female graduate is concealed by the increasing feminization of work and how this phenomenon impacts on the construction of subjectivities and of personal and professional narratives of women workers.

At first, we presented how and why the relationship between academic formation and the respective professional paths no longer allow to create safe and rewarding trajectories of work, resulting in a source of feelings of hopelessness and frustration. Then, we showed how the various categories work in a relationship in which it is often difficult to distinguish the effects of each one. These two moments of this paper allow us to perceive that insecurity is the common feature of these experiences and how precariousness works as an instrument of government. In other words, governing through precariousness means that our relations with the state are characterized by insecurity, as it is clear in the importance that the category “relations with the State” assumes in our results. The ideological normalization of precariousness becomes a technique of subjectivation.

This research can be a starting point for future research on the real employment situation of many of the graduates in Portugal and other countries. Future research should deepen the implications of these new experiences in the world of work for social and labor policies, namely to assess whether legislation promoting equality include women in the labor market, work placements, reduction of TSU (a Portuguese Tax) paid by

employers – which will benefit all employers paying the minimum wage, or measures to support women with one-parent families. Are all these policies actually improving the living conditions of these women, or just the financing of precariousness, the lowest variant of feminized labor?

Contribuições dos/as autores/as: Todos os autores participaram igualmente de todo o processo de concepção, levantamento de dados, elaboração e revisão.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

References

ACKER, J. Gender, capitalism and globalization. *Critical sociology*, v. 30, n. 1, pAg. 17-41, 2004.

ALMEIDA, P. P. D. *Variações sobre o trabalho moderno*. Mundos Sociais, 2012.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2006.

BECK, U. *Brave new world of work*. Cambridge: Polity Press, 2000.

BERARDI, F. *Precarious Rhapsody*: Semiocapitalism and the pathologies of the post-alpha generation. New York: Minor, 2009.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. *Qualitative research for education*. Boston, MA: Allyn & Bacon, 2007.

BURTON, S.; BOWMAN, B. The academic precariat: understanding life and labour in the neoliberal academy. *British Journal of Sociology of Education*, v. 43, n. 4, p. 497-512, 2022.

BUTLER, J.; SPIVAK, G. C. *Who sings the Nation State?* London: Seagull Books, 2007.

CASACA, S. A igualdade de género e a precarização do emprego. In: Ferreira, V. *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal – Políticas e Circunstâncias*, 261-291. Lisboa: CITE, 2010.

CASACA, S. F. As novas dinâmicas laborais e os desafios da articulação com a vida familiar. *Sociologia, problemas e práticas*, , n. 72, p. 31-52, 2013.

EISENSTEIN, H. *Feminism seduced. How Global Elites Use Women's Labor and Ideas to Exploit the World*. London: Paradigm Publishers, 2009.

ESTANQUE, E., HERMES, A. C. Trabalho, precariedade e movimentos sociolaborais. In: CASACA, S. *Mudanças Laborais e Relações de Género: Novos vectores de (des)igualdade*, 165-205. Coimbra: Almedina, 2012.

EU-OSHA (European Agency for Safety and Health at Work). *Expert forecast on emerging psychosocial risks related to occupational safety and health*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2007.

FISHER, M. 'Good for Nothing'. *Occupied Times of London*, March 19, 2014. Available from: <http://theoccupiedtimes.org/?p=12841>. Access in : 01 dez. 2020.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Leya, 2014.

FRASER, N. Feminism, Capitalism and the cunning of History. *New Left Review* 56, March-April, 97-117, 2009.

JAMESON, F. *Valences of the Dialectic*, London: Verso, 2009.

JAMESON, F. *Representing Capital*, London: Verso, 2011.

KAPUR, J. "New" Economy/Old Labour: Creativity, Flatness, and Other Neoliberal Myths. In: MCKERCHER, C.; MOSCO, V. *Knowledge Workers in the Information Society*, 76-163. USA: Lexington, 2007.

KOVÁCS, I.; LOPES, M. A juventude e o emprego: entre a flexibilidade e a precariedade. In: CASACA, S. *Mudanças Laborais e Relações de Género: Novos vectores de (des)igualdade*, 51-86. Coimbra: Almedina, 2012.

LOREY, I. Governmentality and Self-Precarization: On the normalization of cultural producers. European Institute for Progressive Cultural Policies. 2006. Available from: <http://eipcp.net/transversal/1106/lorey/en>. Access in 30 nov. 2020.

LOREY, I. *State of Insecurity Government of the Precarious*, UK: Verso, 2015.

MINAYO, M. C. S. Sampling and saturation in qualitative research: consensuses and controversies. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

MORINI, C. *Por amor o a la fuerza*. Spain: Traficantes de Sueños, 2014.

MOORE, P.; ROBINSON, A. D. The Quantified Self: What counts in the neoliberal workplace. *New Media & Society*, 18, no. 11: 2774-2792, 2015.

OKSALA, J. Feminism and Neoliberal Governmentality. *Foucault Studies*, n. 16, p. 32-53, 2013.

ORNELAS, M. G.; MATOS, F. R.; MACHADO, D.; MESQUITA, R. Precariado e Género: a trajetória de mulheres portuguesas rumo a uma nova classe em formação. *Ámbitos. Revista Internacional de Comunicación*, n. 39, 2017.

PORDATA (2016). Object name: Total nível de escolaridade e sexo; accessed April 20, 2017. Available from: <https://www.pordata.pt/Subtema/Portugal/Escolaridade+da+Popula%C3%A7%C3%A3o-45>. Access in: 10 nov.2020.

RAMOS, V. Reprodução e mobilidade social em Portugal. In: CARMO, R. M. (2012) *Portugal uma Sociedade de Classes: Polarização Social e Vulnerabilidade*, 49-61. Lisbon: Edições 70, 2012.

RAUNING, G. *Mil máquinas. Breve filosofia de las máquinas como movimiento social*. Spain: Traficantes de Sueños, 2008.

ROSA, E. *Discriminação da Mulher no trabalho contínua em Portugal, uma situação que urge*. 2016. Available from: <https://www.eugeniorosa.com/Sites/eugeniorosa.com/Documentos/2016/51-2016-discriminacao-mulher.pdf>. Access in: 12 nov. 2020.

ROSE, N. *Inventing Our Selves*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SOEIRO, J.; CAMPOS, A. *A falácia do empreendedorismo*. São Paulo (SP): Bertrand Editora, 2016.

STANDING, G. *The Precariat: The New Dangerous Class*. London: Bloomsbury Academic, 2011.

STANDING, G. Where's Howard? *Global Discourse*, v. 3, n.3-4, p. 546-553, 2013.

STANDING, G. O precariado e a luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 103, p. 9-24, 2014a.

STANDING, G. Understanding the Precariat through Labour and Work. *Development and Change*, v. 45, n. 5, p. 963-980, 2014b.

STONE, K. The New Psychological Contract: Implications of the Changing Workplace for Labor and Employment Law, *UCLA Law Review*, v.48, n. 3. p. 590-661, 2001.

WILKINSON, R.; PICKETT, K. *The Spirit Level: Why Greater Equality Makes Societies Stronger*. New York: Bloomsbury Press, 2009.

Quando o mundo do trabalho levanta voo? Altos e baixos dos tripulantes de cabine

*When does the world of work take off?
Cabin crew ups and downs*

Roberto della Santa* 

RESUMO

Neste ensaio defendemos que o modo de operar para o bem-estar social, a saúde de nexo psicofísico, a segurança e a proteção de passageiros e tripulantes de voo civil é o cerne do trabalho do pessoal de voo e cabine, uma categoria socioprofissional essencial. Este é o trabalho realmente existente da categoria de tripulantes de cabine e o que distingue o saber-fazer do pessoal de voo. Ainda que sua figuração pública – dos mitos fundacionais às imagens-fetichê – transite entre as figuras do prestador de serviços de bordo ou de uma *etiqueta* envolta em “charme”, tal ideário e imaginário, socialmente construídos, não resistem a uma análise e caracterização algo mais detida. As situações de risco, de periculosidade ou de emergência, bem como a definição, hierarquização e implementação de medidas adequadas a cada caso, fazem parte do núcleo desta atividade vital. Estas reflexões críticas foram elaboradas a partir de uma pesquisa-ação junto ao Inquérito às Condições de Vida e Trabalho do Pessoal de Voo e Cabine.²

Palavras-Chave: estudos globais do trabalho; pessoal de voo; reestruturação produtiva; trabalho emocional; sentido do trabalho.

ABSTRACT

In this essay, we argue that the way of operating for the social well-being, the psycho-physical health, the safety and protection of passengers and crew of civil flights, is the core of the work of flight and cabin personnel, an essential socio-professional category. This is the actual job of the cabin crew category and what distinguishes the know-how of the flight crew. Although its public image – from foundational myths to fetish-images – transits between the figures of the on-board service provider or an *etiquette* wrapped in “charm”, such socially constructed ideas and imagery do not resist a more detailed analysis and characterization. Risky, dangerous, or emergency situations, as well as the definition, ranking, and implementation of appropriate measures for each case, are part of the core of this vital activity. These critical reflections were elaborated from an action-research with the Social Inquiry into the Living and Working Conditions of Flight and Cabin Crew.

Keywords: global labor studies; flight personnel; productive restructuring; emotional work; meaning of work.

2 Atalho para os projetos do *Observatório para as condições de trabalho e vida*. Disponível em: <https://ocvt.unl.pt/pt/projetos>.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78951>

*Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal. E-mail: roberto.dellasanta@fcsb.unl.pt.

Como citar: SANTA, R. della. Quando o mundo do trabalho levanta voo? Altos e baixos dos tripulantes de cabine. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 190-205, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78951>

Recebido em 28 de março de 2023.

Aprovado para publicação em 10 de junho de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Neste artigo analisamos o “sentido do trabalho” do pessoal de voo e cabine a partir do estudo da relação do “trabalho prescrito”, da autopercepção laboral e do “trabalho real” ou trabalho vivo. Tendo em mente a interlocução com a rica tradição dos estudos do trabalho no Brasil, em suas mais diversas disciplinas, profissões e áreas de atuação, e o acúmulo realizado desde o *Observatório para as condições de trabalho e vida*², durante o último decénio, tratar-se-á de uma síntese do primeiro relatório de pesquisa publicado como artigo científico. Gostaríamos de realçar – o que iremos retomar, noutros ensaios – a centralidade axiológica do conhecimento do ser-que-trabalha, a primazia do trabalho vivo e uma concepção renovada do dito “modelo de pesquisa coletivo” nas “enquetes sociais operárias” realizadas desde o OCTV.

No contexto internacional alargado da aviação civil comercial, o sector em questão trata-se de uma profissão tipicamente exercida a bordo de aeronaves de linha, com o objetivo fulcral de assegurar condições de segurança a bordo (na dupla acepção de *safety* e *security*). Tem como meta principal prestar assistência, auxílio e/ou apoio aos passageiros e tripulantes dos seus voos.

Embora tenham sentidos distintos, *security* e *safety* traduzem-se, no idioma português, numa só palavra. A primeira acepção está mais relacionada com segurança de património, segurança pessoal, a nível militar, até mesmo com a soberania e estabilidade nacional. A segunda estaria relacionada com a saúde, integridade física, proteção contra perigos ou mesmo ausência de riscos provocados por condições inseguras. *Security* irá proteger terceiros perante algum ato intencional, num sentido de “ofensiva”; já *safety* refere-se à prevenção de atos não intencionais oriundos da inexistência de equipagem, estrutura e até o fator humano, em sentido “defensivo”.

O modo de atuar para o bem-estar/saúde, segurança e proteção de passageiros/tripulantes é o cerne do trabalho vivo do pessoal de voo. Este é o trabalho realmente existente da profissão de tripulantes de cabine, o que distingue o saber-fazer do pessoal de voo, ainda que a sua imagem pública – mesmo os seus mitos fundacionais e imagens-fetice – transite entre as figuras do prestador de serviços de bordo ou de prestação e serviços envoltos em “charme” e/ou “glamour”.

A análise, a interpretação e a caracterização das situações de risco, de periculosidade ou de emergência, bem como a definição, hierarquização e implementação de medidas adequadas a cada caso, fazem parte do núcleo central desta atividade. Para além das medidas corretivas *per se*, faz parte do *métier* realizarem-se a partir daí segundas apreciações – as chamadas “revisões” –, as quais têm como objetivo a confirmação de uma eficaz redução dos riscos relativamente às medidas assumidas ou os seus contínuos *briefings* e *de-briefings*.

2 Disponível em: ocvt.unl.pt. Acesso em: 07 ago. 2023.

Quando um tripulante de voo circula nos corredores, inspeciona – constantemente – odores, ruídos ou vibrações. O que no interior da *psicodinâmica do trabalho* chamar-se-ia sabedoria ou “artimanha” do trabalho faz já parte do corpo-trabalhador e dá lugar ao que Ernst Fischer (1983) – no clássico *A necessidade da arte* – chamou de “pensar com as mãos”. Seja nas rotinas laborais normatizadas ou até mesmo durante a pausa para o café, não há momento em que o tripulante não esteja a “trabalhar”.

O *corpus* alargado de evidências junto ao levantamento científico bibliográfico indicam ser uma profissão com um teor sócio-ocupacional de risco, penosidade e desgaste muito elevados. Para além das condições materiais de trabalho danosas e graves (absolutamente consensuais) há uma organização social do trabalho altamente técnica, revista/supervisionada e especializada e intensamente exposta ao despotismo do mercado e ao domínio de Estado, em sucessivas reconversões/reestruturações da produção – e da reprodução – social do sector da aviação civil comercial de diversas formas, sob distintos aspectos, inclusivamente, sua fetichização mercantil.

Alta performance?

A aviação civil comercial sofreu, nas duas últimas décadas, uma transformação maciça através do acréscimo significativo do *quantum* de voos por cada companhia e número de sectores realizados por tripulante. Voando-se a uma altitude cada vez mais elevada – para a otimização do espaço aéreo e por questões económicas de rentabilização –, por sua vez, levou ao aumento da degradação do ambiente atmosférico no interior das aeronaves. A assistência, segurança, vigilância e emergência impuseram-se, deste modo, definitivamente, aos aspectos de apoio associados inicialmente à atividade sectorial do tripulante de cabina das mais variadas formas.

O rácio *work-to-rest* alterou-se muito significativamente, transformando-se em sector “de alta *performance*” ao nível físico e mental. O que não se alterou foram as mesmas condições físico-ambientais em que decorre – e decorrerá – a profissão, nomeadamente a altitude e/ou variações de pressão, vibrações, ruído, radiações ionizantes, humidade relativa e qualidade mesma do ar. A tais factores físicos acrescem-se factores químicos, biológicos, ergonómicos e também os factores sócio-organizacionais. De forma distinta, mas igualmente invariável, impõem-se como condicionantes de estresse próprios do grupo socioprofissional e da actividade no sector, que representam um risco estrutural de desgaste psíquico e físico (p.ex.: riscos de acidente aéreo, incidente e/ou acidente a bordo, possibilidade de contrair doenças de trabalho no decurso da profissão e por causa dela, risco de atentados terroristas, para além de riscos empregatícios etc.).

Os tripulantes de cabina (*cabin crew*) são ainda mais afetados pelo estresse no trabalho do que outras profissões tipicamente associadas ao fenómeno do *burnout*, e.g. en-

fermeiros. (CABON, 2017, p.10). Existe um sofrimento laboral específico no sector de tripulantes de voo e cabine.

Mesmo nas categorias socioprofissionais mais afeitas aos regimes de trabalho extenuantes e a condições semelhantes podem notar-se diferenças muito significativas. Um exemplo bastante evocativo é o dos efeitos (de longa duração) da síndrome de *jet lag* ou de *décalage horaire*. Já estão mais do que estabelecidos (e comprovados) no interior das comunidades científicas e das comunidades clínicas mundiais os efeitos negativos para a saúde da travessia rápida de múltiplos fusos horários e seu efeito cumulativo e sobreposicional em termos da reprodução das condições de trabalho necessárias para o estado de vigília necessário ao bom desempenho.

A esperança de vida nesse grupo socioprofissional apresenta-se, pelas razões expostas, sob incidência de factores de risco, de penosidade e de desgaste. A atividade desempenhada gera uma série de problemas, cumulativos e de longa duração, que se objetivam em condições de trabalho delimitadas que levam, inequivocamente, a uma taxa de morbilidade muito singular (ANDRADE *et al.*, 2008). São índices em constante crescimento e diretamente relacionados ao exercício do ofício em condições especificamente negativas à saúde dos tripulantes de voo: de altitude, exposição a variações da pressão, vibração, ruído, radiação, qualidade do ar, horários irregulares, travessia rápida de fusos horários e abrupta disrupção dos ritmos circadianos. Importa referir que a natureza e os limites dessa atividade não se esgotam nas condições supracitadas nem se podem explicar apenas pela excepcionalidade dos meios envolventes. Um tema a ser explorado, por exemplo, é a questão da administração das emoções e das vivências.

As tarefas de segurança, o atendimento e o apoio assumem nítido contraste com uma espécie de mito fundacional e imagem-fetiche em torno de ideias de *glamour*. São fontes de sofrimento no trabalho e desordens subjetivas – descompensações psíquicas – as horas largas (e ócio bem curto) e um certo déficit na “psicodinâmica do reconhecimento social/profissional/público” de uma categoria profissional cuja principal atribuição permanece longínqua aos olhares e ausente dos debates. O tripulante de voo cumpre uma função essencial que, como nas demais estruturas e agências deste tipo, permanece na maior parte das vezes oculta: a segurança dos passageiros.

Trata-se de uma força de trabalho altamente qualificada sob diferentes aspetos, inclusive do ponto de vista da fluência em idiomas, do saber-fazer técnico, da resiliência aos fatores ambientais etc. Assim sendo, adscvem grupos de recrutamento de quadros de trabalho simultaneamente manual e intelectual. O desafio que se nos apresenta do ponto de vista teórico-metodológico e histórico-social é justamente o de responder ao caráter multifacetado, de direção omnilateral, contidos no interior de uma laboração dessa natureza, de difícil classificação em termos gerais.

Uma fábrica no ar?

As novas tendências no ambiente de trabalho, trazidas pela reestruturação produtiva do século XX, encontram-se significativamente sumarizadas na subjetividade e objetividade do ser-que-trabalha, em geral e, em específico, no grupo socioprofissional aqui analisado. No grupo socioprofissional dos tripulantes de cabine é possível reconhecer de modo representativo as engrenagens de envolvimento/assujeitamento do mundo do trabalho, tanto no espaço-tempo de trabalho, quanto nos processos de produção e de reprodução social do pessoal de voo. Das novas modalidades do mercado de trabalho reconfigurado já conhecidas – típicas de um “novo espírito” capitalista afeito à empresa “enxuta”/produção “flexível”, com trabalho precário –, supostamente substitutas da reificação mais típica da produção maquinal e taylor-fordista³, surge uma nova lógica de controle/organização do trabalho, ou seja, uma espécie de espoliação da subjetividade. Mais que o habitual “vestir a camisa” das firmas, trata-se de um processo multifacetado em que não se podem antever claramente os contornos e limites dos processos de exploração económica, opressão social e dominação política. Estas linhas ténues, contudo, não as fazem mais etéreas no interior da vida quotidiana de quem trabalha enquanto tripulante.

Nesse contexto, há uma intensiva movimentação de remissão de valores da empresa para a vida social – e da vida social para a empresa –, num processo de imbricação simultânea. Tal “fábrica no ar”, se assim a podemos chamar, combina desigualmente a ampliação da maquinaria tecno-científico-informático-comunicacional, a intensa sobre-exploração do trabalho, o acréscimo da precarização e uma significativa e permanente perda de direitos sociais laborais mais básicos (nunca é demais lembrar que em muitas companhias áreas o pessoal de voo não tem água, caso não a trouxer consigo). A massificação dos voos e a reestruturação do setor tiveram um impacto brutal na subjetividade. Uma capacidade de apropriação efetiva dos nexos psicofísicos do trabalho vivo, com a utilização de ideias e imagens cada vez mais presentes na realidade dos trabalhadores, instala-se (não sem luta ou resistência, e não sem tensões e contradições), de forma hegemónica, na atualidade do trabalho. São verdadeiros valores-fetice e utopias de mercado que “contaminam” as relações laborais de modo já desigual e combinado neste sector.

Estamos aqui a nos referir a noções onnipresentes – e já muito interiorizadas – como as de “células produtivas”, “trabalho em equipa/rede”, “círculos de controle de qualidade”, “polivalências e/ou multifuncionalidades” (*multitask*), “metas” (*goals*), “competências”, “colaboradores/consultores/parceiros”, enquanto autêntica “novilíngua”, cuja substância mais granítica se encontra na razão inversa entre o nome aferido e a coisa em causa. Certa

3 Estamos convencidos de que o núcleo central da sociabilidade própria do chamado “americanismo” persiste na atual época histórica, inclusive um carácter operário de grande indústria e esteira rolante coextensivo aos serviços.

psicodinâmica/psicopatologia das pulsões no trabalho e um dado sistema de controle do metabolismo social, que articula em si e para si, de modo contraditório, mentes e corpos do ser-que-trabalha, são mobilizados com determinadas razões e sentidos próprios entre meios e fins.

A noção de metabolismo social, envolta nas questões do modo de vida, constitui um ponto de partida para organizar, no plano teórico-metodológico e histórico-social, uma série de *savoir-faires* do trabalho vivo como aspectos elementares do atual ser social que trabalha, sobretudo, na cultura vivida da quotidianidade do trabalho para além das prescrições, regras, manuais etc.

A desefetivação do trabalho vivo no capitalismo tardio põe em relevo severas implicações psicocorporais, universalizando as situações geradoras de estresse crônico no trabalho e, deste modo, generalizando, de forma algo inexorável, a própria metáfora do *burnout* ao mundo do trabalho. Tem lugar aí uma série de complexos de dessocialização/dissociação/desefetivação daquilo que constitui o cerne do ser genérico, a partir da degradação ampliada do trabalho. Trabalho que, ao fim e ao cabo, é um elemento – constitutivo e constituidor – do próprio ser humano, isto é, a protoforma vital de todas esferas de vida do ser social próprio ao ente-espécie.

Os processos de expropriação/alheamento da criatividade intelectual e moral não apenas do mundo dos trabalhadores, mas de clientes, consumidores e/ou usuários de produtos ou serviços, instigados a agregar valor à típica produção de mercadorias, são exemplos de uma determinada sociabilidade destrutiva que preside o atual sociometabolismo – modo de vida total – vigente no capital global. Não só a “jaula de aço”, da burocracia impessoal, mas também seus antípodas.

O trabalho emocional

No capítulo *The great salesroom* do livro *White collar*, de Wright Mills (1951), argumenta-se que, quando se vende “a própria personalidade” – no movimento de intercâmbio de produtos, serviços e mercadorias –, tem lugar então o vivo envolvimento num autêntico processo de autoestranhamento, no sentido hegeliano, crescentemente presente em sociedades capitalistas avançadas. Aqui é-nos importante introduzir um componente fundamental da atividade vital realizada por tripulantes de cabina, o aspeto singular do assim-chamado “trabalho emocional”.

A partir dos trabalhos de Goffman, de Freud e de Marx, Arlie Russell Hochschild (2003), no livro *The managed heart*, explora a ideia de “função sónica” do trabalho emocional na interação ativa, consciente e social entre seres humanos como portadora do próprio *self*. O clássico estudo empírico de campo sobre o trabalho quotidiano do pessoal

de cabine e dos cobradores levou a autora a apreciar como trabalhadores de sectores tão diversos tentam preservar o sentido de *self* (e/ou “de si”), ponderando as normas de conduta prescritas pelo trabalho, e como limitam a oferta das suas disposições emocionais para fazer emergir as demonstrações dos sentimentos “verdadeiros”. Contudo, sofrem, forçosamente, de um sentido de inadequação/hipocrisia por serem sempre algo “falsos”/“mecânicos”/“cínicos”. Quanto mais profundamente um sistema comercial determinado se fincar no intercâmbio volitivo da demonstração de emoções privadas – tanto emissores quanto recetores – mais se realizará o “trabalho” extraordinário de subtrair o que é impessoal e aceitar ou não a oferta em jogo naquela determinada interação social laboral.

Emanar alegria no meio de uma depressão crónica, suprimir o medo no meio do perigo ou intercambiar bom humor em situações de rudeza são parte fundamental do real-do-trabalho dos tripulantes de cabina, que nos cumprimentam de ombros direitos e sorriso no rosto, quando porventura podem estar abatidos – por dentro – e com vontade de chorar, ou tão-só recolher-se.

No capítulo *Between the toe and the heel: jobs and emotional labor*, de sua obra seminal, a autora justifica a opção de utilizar extremos opostos do trabalho emotivo, representados pelos cobradores, especialistas em voz de comando, e o pessoal de cabina, especialistas na boa vontade, como diapasão espectral da variabilidade de matizes emocionais que se pode encontrar entre esses polos diametrais (HOCHSCHILD, 2003). O espectro do humano é assim flagrado a partir de seus extremos.

Mas é no capítulo *Feeling management: from private to commercial uses* que essa profissão é analisada em profundidade, quando as atenções se voltam para a vida pública, ou, como diz a autora, “quando o dom se torna numa mercadoria e uma mercadoria é vertida em sentimento” (HOCHSCHILD, 2003, p. 86).

Quando regras sobre como se sentir ou sobre como expressar os sentimentos são definidas pela administração, quando os trabalhadores têm menos direitos à cortesia do que os clientes, quando a interpretação de personagens, superficial ou profunda, é a forma de venda da própria força de trabalho, e quando as capacidades privadas de acolhimento e empatia são colocadas ao serviço de fins empresariais, o que acontece com a forma como uma pessoa se relaciona com os seus sentimentos e/ou expressão facial? Quando a empatia simulada (= polidez fingida) é reconvertida em ferramenta ao serviço do trabalho, o que poderá uma pessoa aprender sobre si mesma e os seus próprios sentimentos? (HOCHSCHILD, 2003, p. 89-90 – tradução nossa).

O trabalho emocional é uma forma social, específica, de autoalienação/estranhamento de si em sentido marxista. Este “tipo” de trabalho requer que a pessoa esteja em bom estado de espírito e sentimento enquanto estiver presente no ambiente de trabalho, apesar de todas as perturbações vividas. No trabalho deve-se, em regra, agir e sentir de

uma determinada maneira, e ofertar o melhor serviço ao cliente, mesmo que, e quando, isso implicar uma grande contradição interna.

O chefe ou superior pode dizer ao subordinado para “deixar os seus problemas em casa”, o que significa que ele deve agir como se nada tivesse ocorrido, mesmo se sentindo muito mal. Os comissários de bordo da Delta AirLines, por exemplo, devem manter um estado artificial de alegria durante toda a sua jornada de trabalho, apesar da sua exaustão, e podem até levar a euforia artificial para fora do trabalho, para as suas vidas sociais. O sentido coetâneo de alienação das suas próprias emoções e estranhamento de si é, aí, simultâneo à coisificação e mercantilização dos próprios sentimentos/pensamentos do tripulante (e seus danos, duradouros).

Tal lógica empresarial – na indústria aeronáutica civil – cria uma série de conexões entre concorrência, expansão de mercado, publicidade e propaganda, expectativas agigantadas de demonstrações afetivas dos passageiros e uma procura corporativa por simulações emocionais. Quando as condições efetivas permitem tal atuação, o resultado é uma transmutação exitosa do sistema de sentimentos privados que descrevemos. O velho registro do intercâmbio de emoções – as regras de sentimentos, a atuação leve e/ou profunda – é agora reconvertido num novo regime. As velhas premissas do teórico clássico da dramaturgia moderna Konstantin Stanislavski (1989) – um exemplo insoslayável – deslocam-se aí do palco para a cabina do avião: “agir, no trabalho, como se a cabina fosse a sua própria sala de estar, em casa”, tal como preconiza, no caso da “memória emotiva” do ator. O registro privado dá lugar ao regime corporativo. Tem lugar então todo um movimento – de duplo caráter – de alienação de si e/ou autoestranhamento.

Para o pessoal de voo, o “sorrir” é separado da sua função usual e reunido a uma outra, o de expressar o “sentir” de uma empresa, sendo exortados a sorrir mais e até “mais sinceramente”. O que tem então lugar é um curioso caso de “guerra de sorrisos”: quando e onde é do desejo da companhia sorrir mais e melhor, este torna-se mais apagado, miúdo e sem brilho. O tripulante, tal como o velho bardo, deve então fingir não a “dor”, mas a alegria que “deveras” (não) sente?

A noção de “trabalho emocional” como o autoproceto de gerir sentimentos e expressões para satisfazer os requisitos afetivos de um trabalho, através de uma dada exibição facial e corporal pública, no local de trabalho, para melhorar o estado de espírito do cliente e atrair mais vendas, divulgação e lucratividade por sua simpatia, apoiando esse esforço na evocação de sentimentos que fazem parecer mais amigáveis as expressões “agradável” ou “simpática”, não tem nada de natural. Trata-se de um artifício, de construção social, de venda de uma dada forma-mercadoria.

Para além da mercantilização do trabalho, ou do comércio de emoções, importa referir que o controle sobre a própria conduta, do ponto de vista do tripulante de cabine,

é um vetor crucial para a segurança/proteção, de nexos psicofísico, dos passageiros em voo, do pessoal técnico, além, como é autoevidente, da sua própria segurança mental e corporal. A sua instrução para controlar sentimentos de passageiros durante períodos de turbulência e situações perigosas envolve ainda o treino da supressão ou mediação do próprio medo e ansiedade. Isto é, a interação recíproca entre o labor emocional e o trabalho físico é mais um dos componentes do ambiente geral de risco/penosidade/desgaste do grupo socioprofissional, um “osso” do “ofício”.

Citius, altius, fortius

Outro aspeto fundamental presente no estudo é a categorização da “alta *performance*”. O conceito de alta *performance*, típico do complexo categorial da modernidade capitalista avançada, refere desde o alto rendimento, velocidade e eficiência de veículos automotores como carros, barcos e aviões, até ao alto desenvolvimento técnico-científico aplicado por exemplo à administração de desportos de alto nível. Esse elevado desempenho penetrou, sem maior dificuldade, no mundo vocabular dos negócios, das corridas de cavalos e/ou do universo lexical militar e, sob tal forma, com este sentido, operou verdadeira ressignificação no pessoal de voo.

A Comissão Britânica de Empregos e Competências (*UK Commission for Employment and Skills*) define o *high performance working* como uma abordagem geral – na administração de empresas – que objetiva estimular um ambiente de maior envolvimento efetivo dos empregados e de maior compromisso tácito em vias de alcançar altos níveis de desempenho, concebida para ampliar esforços discricionários dos empregados voltados para o próprio labor e para otimizar a utilização das suas competências e aptidões nos seus respectivos domínios de atuação laboral.

Essas práticas são então descritas como estratégias de gestão voltadas para o aumento da produtividade do trabalho e acréscimo da taxa de lucro das empresas, concebidas para aumentar de forma sustentada e duradoura o envolvimento do empregado, o alto rendimento laboral, assegurando a fidelização e a confiança da clientela. Envolve-se aí noções de planeamento, ferramentas psicométricas validadas, estratégias de recrutamento e posicionamento, táticas de liderança e monitorização, avaliação individual de desempenho, flexibilização das funções e carreiras, sistemas de recompensa e/ou de reclassificação, trabalho em rede e mediação de conflitos, premissas baseadas no mérito profissional, organização do *briefing* de células, entre outros vetores. Como contrapartida a esta linguagem, algo filistina, uma série de manuais de boas práticas açambarcam definições de transparência pública, *fairness* e outras baseadas em razão de “agir comunicacional” e “consenso intersubjetivo” entre partes. Mais uma vez trata-se duma “novilíngua” estatal e empresarial às avessas do autêntico sentido do trabalho vivo e real.

A noção de desgaste/resiliência de materiais – oriunda, esta, das engenharias da produção – espalhou-se para a gestão da força de trabalho. István Mészáros foi assertivo ao asseverar nos seus estudos que a obsolescência programada de mercadorias atinge novo patamar e impõe-se, também, no terreno da composição da força de trabalho hodierna. Não por acaso, trata-se de um grupo socioprofissional relativamente jovem a exercer a tarefa subreptícia. As profundas mudanças no quadro das FTL – *Flight Time Limitations* – ligam-se ao alto rácio *work-to-rest*, com representativas alterações tanto ao nível físico quanto mental. Não é difícil correlacionar a alta *performance* com o desgaste, a exaustão e o *burnout* quando, mesmo mínimos, vão ao ar.

O estranhamento de si em trabalhadores da aeronáutica civil manifesta-se na perda de sentido do fim da atividade, realizando o respetivo labor apenas como meio de vida (*e.g.*, salários e reprodução da própria existência), para chegar ao término da jornada laboral ou apenas no sentido de satisfazer a outrem. Em uma linguagem distante das premissas da psicometria, a autoalienação contribui com vigor para a exaustão no trabalho e poderá provocar diferentes formas de sofrimento psíquico e físico que potencialmente evocam a síndrome de *burnout* ou manifestações de estresse laboral, as quais daí corroem diversas áreas da vida social mais ampla.

Isto adquire contornos e texturas dramáticas por exemplo na desconexão espacial e temporal, no afastamento da família e dos amigos, na sensação avassaladora de constante não lugar ou não pertença e desde a própria escala que, de um modo ou de outro, define uma forma brutal de heteronímia em relação ao próprio devir. Opera-se uma severa descompensação psicocorporal, aliada a uma disruptiva compressão espaço-temporal. Diferentes formas de impacto objetivo e subjetivo – consciente e inconsciente – têm lugar. Perde-se totalmente a noção de ser e de estar.

O lema olímpico clássico, *citius, altius, fortius* (mais rápido, mais alto, mais forte), ou mesmo o aforisma imperial *veni, vidi, vici* (vim, vi e venci), é aqui algo mais do que metafórico. Não é verdade, porém, segundo estudos globais do trabalho, que “quem corre por gosto não cansa”.

A Comissão Europeia impôs para pilotos da aviação civil comercial um regime de laboração com 11 horas de voos noturnos, 14 horas consecutivas de serviço e 22 horas acordados antes de fazer aterragens. Pergunta Pietro Basso (2018), em *Tempos modernos, jornadas antigas*: “É surpreendente que 50% deles sintam-se supercansados e muitos recorram a drogas e álcool para resistir?”. Junto ao desemprego em massa, a sobrecarga de trabalho é uma das mais graves doenças laborais dos nossos tempos nos países do sul e, já progressivamente, no norte.

Há uma abrupta e algo vil assimetria entre as horas trabalhadas e os pagamentos recebidos. Gradualmente perde-se a fronteira entre o tempo de trabalho e o tempo de vida. No estudo em causa, o sociólogo italiano procura explicar (e compreender) quais teriam sido causas e efeitos para um tal entrave no desenvolvimento dos direitos sociais dos

trabalhadores, principalmente em relação ao tempo que as suas funções exigem. Para Basso, não estamos propriamente a retornar à era da Revolução Industrial, mas continuamos presos às mesmíssimas estruturas sociais que deram origem e desenvolvimento a todo sistema metabólico de controle social atual.

“Diz-me como trabalhas, dir-te-ei quem és”

Antes de cada voo, os tripulantes participam no *briefing* de segurança junto aos pilotos e pessoal de voo. Examinam listas de verificação de segurança e emergência, dos locais e quantidades de equipamentos de emergência e de outros recursos específicos para esse tipo de aeronave. São verificados os detalhes do embarque (necessidades especiais, crianças pequenas a viajar desacompanhadas etc.). As condições climáticas são então discutidas, incluindo antecipação de turbulências. Verificam-se as condições de segurança para garantir que todos os equipamentos (coletes salva-vidas, lanternas, extintores de fogo) estejam a bordo, na quantidade certa e em condições adequadas. Qualquer item inoperacional ou ausente deve ser relatado e corrigido no inventário de voo. Monitorizam a cabina quanto a cheiros e situações incomuns. Auxiliam no carregamento de bagagem de mão, verificação de peso, tamanho, dimensões e produtos perigosos. Certificam-se de que aqueles que estão sentados nas filas de saída de emergência estejam dispostos e sejam capazes de ajudar na evacuação, e tratam de deslocar aqueles que não estão dispostos/aptos a sair da fila para um outro assento. Fazem uma demonstração de segurança ou monitorizam os passageiros enquanto assistem a um vídeo de segurança. Em seguida, “protegem a cabine”, garantindo que as mesas das bandejas estejam arrumadas, as costas das cadeiras na posição vertical, os apoios de braços para baixo, as malas arrumadas corretamente, e que os cintos de segurança sejam apertados antes da descolagem (serviço pré-partida). Tudo isso antes do transporte propriamente dito, ou seja, antes mesmo da descolagem.

Já no ar, os tripulantes de cabina geralmente servem bebidas e/ou comida aos passageiros, usando um carrinho de serviço (*trolley*) das companhias aéreas. Quando não estiverem a cumprir as obrigações de serviço aos clientes, estes tripulantes de cabine devem realizar periodicamente as verificações de cabine e auscultar ruídos ou situações incomuns. As verificações também devem ser feitas no lavatório para garantir que o detetor de fumo não tenha sido desativado/destruído e para reabastecer suprimentos conforme necessário. Verificações regulares no *cockpit* devem ser feitas para garantir a saúde, proteção e segurança dos pilotos. Devem responder a luzes de chamada que lidam com certas solicitações especiais. Durante as turbulências, os comissários de bordo devem garantir que a cabine esteja segura. Antes do desembarque, todos os itens soltos, bandejas e lixo, devem ser recolhidos e protegidos juntamente com o equipamento de serviço e de cozinha. Todos os líquidos quentes devem ser descartados. Uma verificação final da cabina

deve ser concluída antes da aterragem. É vital que os tripulantes de cabine permaneçam conscientes, pois a maioria das emergências ocorre durante a descolagem e a aterragem. Após esta última, os tripulantes de cabine devem permanecer estacionados nas saídas e monitorizar o avião e a cabine enquanto os passageiros desembarcam do avião. Também auxiliam quaisquer passageiros com necessidades especiais e crianças pequenas a sair do avião e escoltam as crianças, enquanto gerem a documentação adequada e o processo de identificação para acompanhá-las até a pessoa designada para levá-las, além de auxiliar com indicações relativas aos voos de conexão e aferir situações anômalas.

O trabalho realmente existente – meticuloso e diligente, atento e cuidador, empático e securitário – dificilmente evoca festas, cocktails ou recepções de luxo no estrangeiro. Trata-se, sobretudo, de um trabalho altamente qualificado, rigoroso, penoso, desgastante e de alto risco estrutural envolvido, desenvolvido sob toda a espécie de intempéries conhecidas no mundo do trabalho – tenha-se em vista a longa lista de acidentes laborais e doenças relacionadas com a ocupação em causa –, com grande nível de especialização técnica e séria implicação de funções diretivas. Se as condições de trabalho evocam uma estranha combinação entre a rarefação atmosférica e baixa temperatura, típica do cimo das montanhas nevadas e a baixa humidade própria dos desertos mais secos e quentes de todo o planeta, a organização do trabalho emula o desempenho de alta *performance* do *ballet* clássico e/ou da natação sincronizada, as quais, tradicionalmente, associam força física, destreza mental e ligeireza. Conformam um grupo profissional de difícil, complexa classificação, como já dito, tendo em vista o rol heteróclito de competências/atribuições manual-intelectuais que lhes são cada vez mais sempre adjudicadas.

Para além do que é prescrito e normatizado, o real-do-trabalho típico desta profissão exige lidar desembaraçadamente, igualmente, com a rotina e o inesperado. Além disso, o tripulante deverá estar preparado para jornadas disruptivas e com o trabalho em horários incomuns. Conclui-se que este grupo socioprofissional requer um conjunto de características – de personalidade, físicas e psíquicas – algo diferenciadas que, ao fim e ao cabo, tornam a sua função algo inusual.

A formação do pessoal navegante comercial era antigamente feita pelas próprias companhias aéreas. Hoje, a formação pode ser feita em escolas autónomas que oferecem os seus cursos certificados pelas autoridades de aviação civil, por exemplo as agências reguladoras de Portugal e do Brasil. Os cursos de formação incluem matérias como segurança no voo, emergências, navegação aérea, meteorologia, sobrevivência, legislação/regulamentação da aviação civil comercial, primeiros socorros e língua estrangeira. Em Portugal, a carreira inclui as categorias comissário de bordo, assistente de bordo, chefe de cabine e supervisor. No Brasil, o grupo socioprofissional inclui as categorias de comissário auxiliar, chefe de cabine, comissário internacional, supervisor de cabine e chefe internacional. Mas por que terá o ideário/imaginário predominante associado tanto *glamour* à

função? Não é possível responder a essa questão sem debater o chamado “fetichismo da mercadoria”, na formulação marxiana, em sua configuração.

A forma-mercadoria

A intensiva/extensiva “coadunação” que teve lugar desde a gênese ao devir da aviação civil comercial operou certa *décalage* entre imagem e conceito do trabalho da tripulação, enquanto autêntica espoliação de seu *savoir-faire*, e o encapsulamento na típica forma-mercadoria da marca. Assim é o caso das bandeiras comerciais de voo: a alusão ao *charme* e à elegância do pessoal de voo como um atributo “antropomórfico” das empresas, e a representação material-sensível e “personificação”/“encarnação” de certas insígnias – o “cuidado”, a “elegância” e a “disciplina” dos corpos-trabalhadores como metonímia e metáfora da própria imagem-voltada-para-o-consumo da marca aérea (a logo) empresarial. É todo um novo patamar de expropriação.

Reduzir o seu real-do-trabalho à *performance* atuante e à corporalidade tripulante a um apêndice (*apparatchik*) é, também, uma forma real de expropriação de si. Tal coisificação do tripulante e a reconstituição de seu corpo-trabalhador em imagem-fetice ressignificou a sua função por via da subsunção real do trabalho do pessoal de voo ao que é o “capital aeronáutico”.

A mercadorização dos sorrisos e da empatia são modos de gestão afetiva e comércio de emoções com vista a um processo, complexo, de afirmação de uma “marca”. Trata-se da ideia de que o que se compra e vende seria não um serviço ou uma viagem, mas sobretudo a experiência vivida, o estilo de vida, algo imaterial e, enfim, inalienável. Se, por um lado, não corresponderia à verdade referir esse processo como exclusivamente coercivo/externo, tampouco seria correto reputá-lo enquanto apenas consensual/interno. Há aí uma “negociação invisível” destes termos.

Existe um aspeto da realidade, não menos objetivo por ser mais elusivo à análise, que está para além da dimensão típica do processo de produção capitalista, a jusante, mas não aquém do horizonte da reprodução ampliada de capital, a montante. Trata-se do fetiche da mercadoria ou, especificamente, da fetichização da mercadoria que a força de trabalho feminina constitui no ramo particular da aeronáutica civil comercial em geral. Para tratar deste aspeto, que combina desigualmente a teoria do valor e do inconsciente, precisamos recorrer à chamada crítica da estética da mercadoria de Wolfgang Fritz Haug (1997) e relacionar questões económicas e formas estéticas de maneira a tornar a ambos âmbitos reciprocamente tradutíveis.

Suspendamos por um momento o juízo em direção ao plano da abstração. Quando Marx (2001), n’*O capital*, diz que “a mercadoria ama o dinheiro”, ao qual ela “acena” com o seu preço, lançando “galanteios amorosos”, a alegoria dirige-nos à sua base históri-

co-social. A produção social de mercadorias opera objetivando a valorização como estímulo amoroso. Assim, um género inteiro de mercadorias faz galanteios amorosos aos compradores imitando e oferecendo nada mais que os mesmos galanteios em si, com os quais os compradores tentam cortejar os seus objetos, humanos, de desejo sensual. Quem busca amor faz-se bonito e amável. Joias e têxteis, aromas e adornos oferecem-se enquanto meio hábil para representar beleza e amabilidade. Do mesmo modo, as mercadorias reproduzem a linguagem estética do “galanteio amoroso” entre seres humanos. A relação então inverte-se e as pessoas exibem a expressão estética das mercadorias. Ou seja, ocorre aqui uma primeira reação conjunta da forma social de uso das mercadorias, motivada pela valorização sobre a sensualidade material humana. A possibilidade de expressão da sua estrutura impulsiva não só se condensa como, também, a sua ênfase se desloca. Sob um forte estímulo estético, valor de troca e libido moldam-se, tal qual as pessoas na história do “ganso de ouro”, tornando-se um “imenso tesouro”. Ou, se quiserem, “capital”. O processo de valorização do valor não é infenso à sexualidade e a mesma não é incólume a seu modo de vida.

Os corpos-movidos-a-desejo (Freud apud Eagleton, 2023), os corpos-encouraçados-de-poder (Nietzsche apud Eagleton, 2023) e os corpos-para-o-labor (Marx apud Eagleton, 2023), enfim, encontram-se na pele, cabelos, cores e texturas do seu próprio corpo unitário e total, isto é, são uma só e mesma materialidade sensível, ou seja, um só e mesmo corpo em um sentido não transitivo, não aditivo e sobretudo não sobreposicional.

Ainda que as ameaças geradas pela organização do trabalho sejam evidentes, também o mundo do trabalho pode se beneficiar de um modelo de negócios saturado de *choke points*, produção *just in time* ou da própria internacionalização do modo de produzir, recorrendo, por exemplo, à solidariedade global e às paralisações setoriais. São primordialmente necessários trabalhadores que possibilitem produção, funcionamento, distribuição e manutenção/atenção/reparo sem fim numa cadeia internacionalizada no espaço e concentrada no tempo. Por isso, as sociedades humanas sob o signo do capitalismo tardio em crise baseiam-se crescentemente em contratos de trabalho que consignam a sua saúde em sentido integral, penhorando assim – e cada vez mais – a própria integridade psicofísica mediante a venda da própria força de trabalho no mercado. A lógica dos altos danos/riscos e da grave penosidade do trabalho, contudo, continua hegemonicamente assente sob carateres mais objetivistas, *i.e.*, físicos/químicos/biológicos. Os factores individuais de adoecimento relacionados com o trabalho são muito importantes, é verdade; contudo, o nosso estudo indica que é preciso ir além dos nexos causais simples, diretos e unilaterais/monodeterminados, dando daí mais atenção às relações psicofísicas, à ordenação societal do trabalho, ao contexto efetivo alargado, e às próprias determinações sociais do “*self*”.

O sector específico de transportes que caracteriza o ramo da aeronáutica civil comercial e a sua singular inserção na cadeia de produção e reprodução da economia atual – com o deslocamento de pessoas, bens, serviços e capitais num fluxo contínuo e célere,

no espaço internacional ampliado e aproximando distâncias, entre o local e o global, num curto período de tempo – é um estudo de caso altamente representativo das suas potencialidades intrínsecas e contradições imanentes. Inclusive da tão propalada reconversão tecnocientífico-informática-comunicacional e de seus impactos produtivos/relacionais gerais que foram tão propalados como impulsores de um novo mundo laboral, para não dizer da “Revolução Industrial 4.0” e sua coorte de atributos.

O trabalho realmente existente do tripulante de cabina apresenta uma combinação singular de múltiplos e diversos factores não equalizáveis noutros grupos socioprofissionais análogos. A convivência recursiva com um tal nexo de variáveis traz graves consequências para a saúde – física/mental e social/laboral – do profissional, manifestando-se em fadiga crónica, alterações de sono e dos ciclos circadianos, “desadaptação” ao voo e também se reflete na vida pessoal e familiar em geral. A conciliação de tempos específicos de trabalho nos transportes aéreos, particularmente em longas jornadas, é mais problemática se comparada com outros sectores, o que torna urgente e necessária a discussão da reconciliação consigo mesmo, ou seja, o próprio processo de humanização da tripulação em termos de sociabilidade extralaboral: a vida vivida.

Quem assegura os seguradores?

O conceito de divisão sexual do trabalho, uma forma de divisão do trabalho socialmente necessário decorrente de relações sociais entre sexos, foi abordado de modo sumário, sobretudo no que se refere à redistribuição entre grupos socioprofissionais, em geral, e ao trabalho específico aqui tratado. Ao discutir as aproximações possíveis e imagináveis entre a sociologia do trabalho, a história do trabalho e a psicodinâmica do trabalho, pode-se afirmar certa objeção de uma clivagem estrita entre esferas do trabalho/fora do trabalho, público e privado, e relações de produção e reprodução social. No que tange à singularidade do trabalho estudado, o aspecto do trabalho emocional, como autoalienação/estranhamento de si, combina-se desigualmente com a reificação específica representada pela cultura da marca e o fetichismo da mercadoria que assola a ideia e/ou a imagem da tripulação de cabina. Isso exige uma reflexão articulada entre teoria do valor e teoria do inconsciente, no sentido de uma teoria crítica da sociedade capitalista.

A intensificação dos ritmos e intensidades de trabalho, horas trabalhadas e jornadas de labor, sobretudo num setor estratégico de “alta *performance*”, remetem a um debate inadiável sobre factores transindividuais de adoecimento societário que têm a ver, por exemplo, com os ciclos circadianos e com a comercialização dos afetos. Enquanto não há saúde para o tripulante, não poderá haver alguma segurança para os passageiros. Não há racionalização possível, mesmo instrumental, para a situação-limite a que chegou a aviação comercial civil num sentido global.

Contribuições dos/as autores/as: Não se aplica.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ANDRADE, F. *et al.* *Tripulante de cabine: risco profissional e desgaste na profissão. Relatório técnico dos peritos médicos*. Lisboa: SNPVAC, 2008.

BASSO, P. *Tempos modernos, jornadas antigas*. São Paulo: Unicamp, 2018.

CABON, P. *Scientific evaluation of the long-term impacts of working conditions on cabin crew's health*. EUR/ECCA, Final Report, 2017.

FISCHER, E. *A necessidade da arte*. São Paulo: Zahar, 1983.

EAGLETON, T. *Materialismo*. Ed. Unesp: São Paulo, 2023.

HAUG, W. F. *Crítica da estética da mercadoria*. São Paulo: Unesp, 1997.

HOCHSCHILD, A. *The managed heart*. Berkley: University of California Press, 2003.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo Boitempo, 2004.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2001.

MILLS, C. W. *The sociological imagination*. New York: Oxford University Press. 1959.

MILLS, C. W. *White Collar: The American Middle Classes*. Oxford University Press, New York, 1951.

STANISLAVSKI, C. *Emotional Memory*. Routledge, Abington, 1989.

A Fiocruz e sua criatura: o nascimento da fundação de apoio privado

*Fiocruz and its creature: the birth of the private
support foundation*

Tiago Siqueira Reis* 

RESUMO

O presente artigo analisa a trajetória política e institucional da Fiocruz entre os anos de 1988 e 2003, quando se discutiu internamente a elaboração do novo estatuto social, especialmente a definição do novo modelo jurídico e gerencial. Para tanto, discutiremos, a partir da participação dos membros da Fiocruz durante a realização dos congressos internos da entidade, quais alternativas, projetos e escolhas foram traçados para a confecção do projeto institucional. Demonstramos como a Fiocruz se relacionou com a reforma do Estado do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-98) e com diferentes modelos de gestão de natureza flexível e privada. Nesse sentido, argumentamos que a criação da fundação de apoio privado faz parte do projeto institucional de flexibilização jurídica e gerencial da Fiocruz, construído coletivamente no âmbito interno, mantendo-se, assim, organicamente o público e o privado em uma só identidade.

Palavras-Chave: fundação de apoio privado; Fiocruz; modelo de gestão.

ABSTRACT

This article analyzes Fiocruz's political and institutional trajectory between 1988 and 2003, when the elaboration of the new social statute was discussed internally, especially the definition of the new legal and management model. For this purpose, we will discuss, based on the participation of Fiocruz members during the organization's Internal Congresses, in which alternatives, projects, and choices were outlined for the preparation of the institutional project. We demonstrate Fiocruz's relationship with the state reform during Fernando Henrique Cardoso's presidency (1995-98) and with different management models of a flexible and private nature. In this sense, we argue that the creation of the private support foundation is part of Fiocruz's institutional legal and management flexibility project, collectively and internally built, thus keeping organically the public and the private in one identity.

Keywords: private support foundation; Fiocruz; management model.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma instituição pública e estatal de ciência e tecnologia em saúde, criada em 25 de maio de 1900 a partir do Instituto Soroterápico Federal, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1908 passa a ser denominada de Instituto Oswaldo Cruz

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78952>

*Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, RR, Brasil.
E-mail: siqueira.treis@gmail.com.

Como citar: REIS, T. S. A Fiocruz e sua criatura: o nascimento da fundação de apoio privado. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 206-219, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78952>

Recebido em 19 de março de 2022.

Aprovado para publicação em 12 de setembro de 2022.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

(IOC) em homenagem ao sanitarista Oswaldo Cruz, um de seus fundadores e personagem mais emblemático da história da instituição. Em 1970, durante a ditadura empresarial civil-militar (1964/85), o Ministério da Saúde e o Poder Executivo criaram um grande conglomerado em saúde pública a partir da fusão de distintos e complexos institutos em saúde em torno do IOC, nomeado de Fundação Instituto Oswaldo Cruz, e em seguida renomeado para Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)¹.

A fundação se destaca como a mais importante do setor na América Latina e um dos mais proeminentes patrimônios científicos e tecnológicos da saúde brasileira, voltado para a finalidade de ensino, pesquisa, informação, tecnologia, produção de bens e serviços e apoio estratégico ao Sistema Único de Saúde (SUS), produção de vacinas e farmacológicos e com objetivo de contribuir para a melhoria e qualidade de vida da população (FIOCRUZ, 2001). Ao longo de sua história, a Fiocruz incorporou e criou novos institutos e unidades.

Em 13 de agosto de 1970, por meio do Decreto nº 67.049, instituiu-se o estatuto da fundação, dotada de personalidade jurídica de direito privado, enquadrada no Código Civil brasileiro como fundação privada, vinculada ao Ministério da Saúde. Do ponto de vista gerencial, o estatuto previa plena autonomia administrativa, financeira, técnico-científica, didática e disciplinar. A natureza jurídica conferida à Fiocruz revela a personificação de um ente público sob uma norma jurídica inteiramente nova, tendo em vista que o modelo de fundação para entidades públicas foi uma novidade no arcabouço jurídico brasileiro nesse período, proporcionada pelo Decreto-Lei nº 200/1967 (REIS, 2018). A instituição manteve as mesmas finalidades do IOC construídas por seu fundador, Oswaldo Cruz, em ensino, pesquisa e produção.

O enquadramento legal permitia a contratação de trabalhadores sem a necessidade de realização de concurso público e isentando-a de abrir licitação pública para firmar acordos contratuais e/ou relações comerciais com terceiros. A entidade estava inscrita no CCB diferentemente do enquadramento dado às instituições estatais descentralizadas de natureza similar que integravam a administração pública indireta. Tal enquadramento garantiu à fundação grande margem de flexibilidade em suas operações, nos processos administrativos e no controle fiscal (REIS, 2018).

Neste sentido, buscaremos analisar a trajetória política e institucional da Fiocruz entre os anos de 1988 e 2003, quando se discutiu internamente a elaboração do novo estatuto social, especialmente a definição do novo modelo jurídico e gerencial. A partici-

1 De acordo com o Decreto nº 66.624/1970, passam a compor a Fiocruz: Instituto Oswaldo Cruz, Instituto Fernandes Figueira do Departamento Nacional da Criança, Instituto Nacional de Endemias Rurais do Departamento Nacional de Endemias Rurais, Serviço de Produtos Profiláticos do Departamento Nacional de Endemias Rurais, Instituto Evandro Chagas e Instituto de Leprologia do Serviço Nacional de Lepra.

pação e tomada de decisões dos membros da Fiocruz será debatida a partir dos congressos internos da instituição e sua relação com a reforma do Estado dirigida pelo governo FHC, bem como os diferentes modelos de gestão privados.

Desse modo, a Constituição Federal de 1988 (CF-88) alterou significativamente a estrutura legal e gerencial da Fiocruz, quando determinou que a entidade passaria a responder por fundação pública de direito público, inscrita na administração pública indireta, sob as normas e legislações do serviço público federal, vinculada ao Ministério da Saúde. Assim, novas diretrizes foram estabelecidas, dentre elas: a obrigatoriedade de realizar concurso público para provimento de cargo; abertura de processo licitatório para aquisição de compras e firmar acordos com terceiros; adequação dos trabalhadores ao regime jurídico único (RJU), de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que entre outras medidas confere ao servidor público a estabilidade no cargo; publicização de procedimentos internos; e fiscalização de órgãos públicos em seus processos administrativos e financeiros.

Entre 1970 e 1985 a Fiocruz esteve sob domínio da ditadura, no qual os postos de direção e política interna foram ditadas por dirigentes vinculados ao Poder Executivo da ditadura. Em 1985, com a redemocratização no país, a instituição se viu livre do poder ditatorial e vislumbrou reorganizar e estabelecer padrões democráticos até então inéditos no formato fundacional criado em 1970. Em 1988 foi criado, durante a gestão do presidente da Fiocruz, Sérgio Arouca, o congresso interno, correspondendo ao órgão máximo de representação e deliberação da Fiocruz, elaborado para ocorrer com periodicidade a cada quatro anos, iniciando a cada nova gestão presidencial da entidade. Nasceu com o objetivo de implantar uma gestão democrática participativa e de amplo debate democrático, com o envolvimento de todos os integrantes da Fiocruz.

O I Congresso Interno foi realizado em 1988, intitulado *Ciência e saúde: a Fiocruz do futuro*, o qual ocorreu em meio à promulgação da CF-88. O encontro estabeleceu o primeiro passo institucional da Fiocruz em direção à criação de um novo modelo jurídico e gerencial para a entidade. O relatório final destacou a posição majoritária dos participantes do encontro de que era necessário romper com os obstáculos promovidos pela política restritiva do Poder Executivo federal no campo do orçamento e das normas constitucionais relativas ao aspecto jurídico da fundação. Uma das saídas delineadas para o problema financeiro consistiu em aumentar a dotação orçamentária através da “criação de novos mecanismos administrativos para absorver e gerir recursos de iniciativa privada e agências governamentais” (FIOCRUZ, 1988, p. 6).

O II Congresso Interno ocorreu entre 1993 e setembro de 1996. A primeira etapa recebeu o nome de *Ciência e saúde: compromisso social da Fiocruz*. O encontro foi atravessado pela temática da globalização, discutindo-se como incorporar e manter a funda-

ção em níveis de competitividade e atividade diante das novas determinações do mundo globalizado, que passa a exigir que as instituições se modernizem e interajam com novos mercados. O relatório final do II Congresso Interno de 1994 revelou que a transformação da Fiocruz em fundação de direito público configurava o maior obstáculo para seu enquadramento nas novas exigências do mundo globalizado. Em julho de 1995 realizou-se a sua segunda etapa, em paralelo com o projeto da reforma do Estado do governo de FHC, propiciando ambiente fértil para as discussões internas na Fiocruz, caminhos e alternativas de base flexível ganharam espaço nas arenas de disputa.

Fiocruz e a contrarreforma do Estado

Em 1995 assume a presidência da república Fernando Henrique Cardoso (FHC), posto que ocupará por dois mandatos consecutivos, de 1995 a 2002. O governo delegou ao ministro do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (Mare) a responsabilidade de elaborar o projeto e as ações da reforma do Estado brasileiro, com o objetivo de modificar as funcionalidades do aparelho do Estado. A materialização do projeto expressou-se a partir do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) (BRASIL, 1995), instrumento norteador do projeto responsável por estabelecer as diretrizes para a reforma na administração pública. Para Behring (2003), o conteúdo da reforma do Estado é mais amplo do que apenas uma reforma administrativa, tratando-se não de uma reforma, mas sim de uma contrarreforma².

O PDRAE estabeleceu como parâmetro para a nova administração pública o emprego da gestão gerencial ou gerencialismo, “baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, [...] que, portanto, se torna ‘cliente privilegiado’ dos serviços prestados pelo Estado” (BRASIL, 1995, p. 6). Não obstante, entendemos o gerencialismo como uma construção teórica e prática atrelada à lógica do capital e de autoria liberal. Em sua aparência compreende a transposição de fundamentos e valores culturais da administração de empresas privadas para o plano da administração pública. Por seu turno, sua essência traduz o desmantelamento do serviço e da estrutura organizacional pública em favor de interesses diretamente mercadológicos, através de processos de privatização e/ou semeando formas de expropriações sociais no mundo do trabalho e nos direitos sociais, como através do excludente e desigual acesso à saúde, educação e cultura.

2 Behring (2003) sustenta que a ideologia neoliberal se apropriou do termo reforma, cujo significado histórico pertence às lutas dos movimentos socialistas. Nesse sentido, o termo que melhor se ajusta ao projeto neoliberal refere-se à contrarreforma. Para fins da presente pesquisa, usaremos o termo contrarreforma do Estado em referência ao projeto da reforma do Estado do governo FHC.

A CF-88 serviu como um dos principais alvos da contrarreforma do Estado, acusando-a de burocratizar a administração pública e torná-la retrograda: “[...] houve um encarecimento significativo do custeio da máquina administrativa, tanto no que se refere a gastos com pessoal como bens e serviços, e um enorme aumento da ineficiência dos serviços públicos” (BRASIL, 1995, p. 29-30). Em outras palavras, a contrarreforma do Estado “objetivou cortar gastos com o funcionalismo público, flexibilizar os contratos de trabalho, ou seja, o estatuto do servidor público, e abrir o aparato jurídico-institucional das entidades públicas para a natureza jurídica do direito privado e para as privatizações” (REIS, 2019, p. 85).

Nesse contexto de desmonte do Estado brasileiro, realizou-se em julho de 1995 a segunda etapa do II Congresso Interno, quando a comunidade da Fiocruz posicionou-se contrária à privatização da fundação em seu sentido clássico, pois não interessava perder o apoio e as vantagens do Estado. Por outro lado, a Fiocruz dialogou de perto com o Mare, discutindo os projetos de novos modelos de gestão apresentados pelo PDRAE, com intuito de verificar qual melhor atendia aos interesses internos.

A melhor alternativa vislumbrada pela Fiocruz e menos viável politicamente assentava em alterar a personalidade jurídica de direito público para privado, medida possível apenas por meio de mudança constitucional. Este caminho chegou a ser reivindicado junto ao governo federal de maneira formal, mas sem sucesso. Ainda que em fase de experimentação, os projetos sugeridos pelo Mare para a Fiocruz foram: autarquias especiais e organizações sociais. E, mais tarde, em 1997, abriu-se a alternativa de transformação em agência executiva, que será analisada a partir do III Congresso Interno, em 1998.

O projeto de autarquias especiais não chegou a se efetivar no plano governamental. A segunda alternativa analisada diz respeito ao projeto de organizações sociais (OS). Os participantes do II Congresso Interno elencaram como principais desafios do modelo de OS: a falta de diretrizes para a questão de pessoal, como proceder com os contratos de estatutários em vigência, as aposentadorias, a equiparação de salários com a entrada de novos trabalhadores, todas questões não resolvidas pelo projeto de OS. Citam os riscos “em tese” dos princípios da universalidade e gratuidade; a fragilidade no papel técnico-normativo em todas as áreas de atuação da Fiocruz; a tendência à monetarização dos objetivos institucionais; a modificação substantivamente da atual estrutura decisória da Fiocruz, com a alteração do congresso interno, dos membros do conselho e dos órgãos de direção; e o risco de negociar diretamente com o Ministério da Saúde o conteúdo do estatuto interno, e não com a comunidade da fundação (FIOCRUZ, 1995, p. 11).

O terceiro e último modelo apresentado assentou no projeto de agência executiva, prevendo a qualificação de autarquias e fundações públicas em *agências executivas*. O projeto não cria uma nova figura jurídica, como o projeto de OS, e segundo o Mare também

“não promove qualquer alteração nas relações de trabalho dos servidores das instituições que venham a ser qualificadas” (BRASIL, 1998, p. 7).

Em princípio, a Fiocruz defendeu como melhor saída o modelo de OS, tendo em vista o alto grau de flexibilidade oferecido nos aspectos administrativos, gerenciais, financeiros, fiscais etc. Para tanto, esta opção colocava em risco as *cláusulas pétreas* da instituição assentes no caráter público e estatal, tendo em vista a natureza privada das OS. Não obstante, a plenária de 1998 do III Congresso Interno concordou que a opção pelo modelo de agência executiva seria vantajosa porque não alteraria sua natureza pública e estatal, e representaria um ponto de partida para “retomar o processo de transformação do modelo burocrático para uma administração gerencial orientada para resultados, ao mesmo tempo em que se busca a adequação de modelos formais a uma realidade complexa” (FIOCRUZ, 1998, p. 10).

Em virtude disso, ainda na primeira fase do III congresso, a instituição considerou que a melhor opção para seu modelo jurídico-administrativo residiria num misto entre agência executiva e organização social. Dessa forma, a Fiocruz se qualificaria como agência executiva e associaria ao seu modelo uma organização social, permitindo a manutenção da sua natureza pública e estatal, mas gozando das vantagens oferecidas pela flexibilização de uma instituição privada. Para tanto, a própria Fiocruz reconheceu que a implementação desta escolha não seria tarefa fácil, haja vista a ausência de qualquer similaridade na gestão pública com esse modelo. A dificuldade se confirmou, não alcançando êxito no governo federal.

A articulação entre Fiocruz e contrarreforma do Estado não avançou no que concerne aos modelos jurídico-administrativo. Um dos motivos para o fracasso desses projetos pode ser percebido através das incertezas do verdadeiro alcance da contrarreforma do Estado, pela ausência de regras bem definidas pelo Mare para a operação de tais projetos e pressões políticas e sociais contrárias aos projetos privatizantes.

Nasce a fundação de apoio privado

A alternativa viável vislumbrada pela Fiocruz para alcançar flexibilidade jurídica e gerencial resultou em manter a instituição nos termos da CF-88 e incorporar ao seu arcabouço jurídico-administrativo a criação de uma fundação de apoio privado. Tal modalidade é anterior à contrarreforma do Estado de FHC, criada em 20 de dezembro de 1994 a partir da Lei nº 8.958, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. Ao contrário do projeto de OS e autarquia especial, as instituições públicas não teriam que alterar sua natureza jurídica e as regras da administração pública apenas passam a contar com a possibilidade de criar ou adquirir uma outra entidade de matriz privada para atuar em conjunto na gestão administrativa e financeira.

A finalidade da fundação de apoio é prestar respaldo a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico para as instituições públicas. Para a existência da fundação de apoio na Fiocruz, faz-se necessária a obtenção de registro e credenciamento junto ao Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Concedida a licença, a instituição privada possuirá prazo de dois anos, com possibilidade de renovação pelo mesmo período, assim sucessivamente.

Inácio, assessora jurídica da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp), afirma que as fundações de apoio, no que diz respeito à forma de se constituir e de atuar, não podem ser entendidas como um novo tipo, e sim uma “*distorção, não uma situação peculiar*”. Logo, não corresponde a uma nova modalidade de fundação, mas revela um desvirtuamento de sua instituição” (INÁCIO, 2004, p. 134). Adverte que na prática as *ditas fundações de apoio* se apropriam dos privilégios das fundações públicas, mas sob as regras do direito privado e civil (isenta das regras da administração pública), ora se beneficiando das regras de direito civil, ora gozando das regras de natureza jurídica diversa, de direito público. Ou seja, “obedecem normas de direito privado ou de direito público de acordo com a conveniência ou favorecimento” (INÁCIO, 2004, p. 136). Inácio (2004, p. 136) conclui que a “estrutura se livra dos entraves, ao mesmo tempo que se apropria do que há de melhor nas duas formas de regime jurídico, que são distintas”.

Para o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (An-des), as fundações de apoio são fruto do processo de privatização da educação iniciado pela ditadura nos anos de 1980. Fazendo referência a Celso Bandeira de Mello, especialista em direito administrativo, apontam que o direito brasileiro passou a criar neste período uma grande quantidade de instituições designadas de “fundações” para exercerem funções públicas, mas regidas pelo direito privado. Este fator está articulado com a falta de financiamento público para as áreas de saúde e educação, promovendo um terreno fértil para a proliferação de modelos privados na gestão pública.

Os defensores da privatização da saúde e educação, por meio das fundações de apoio, utilizam como argumentos centrais a falta de agilidade nas regras do serviço público, acusam o Estado de burocrático, pregam a necessidade de diversificar a captação de recursos, afirmando que as fundações são imprescindíveis para o funcionamento do setor público. A Adusp rechaça estes argumentos, apontando que estas afirmações não são acompanhadas de nenhum dado concreto. Denunciam o pensamento economicista pautado na conquista da autonomia somente através do viés financeiro. Além disso, a burocracia “não é um argumento sustentável para que as universidades deixem de captar estes recursos por meios públicos e os administrem de forma pública, ou seja, sob o rigor do controle público”. Para a Adusp, o que está por trás é o interesse das fundações privadas de gerir e de se apropriar dos recursos e do prestígio das instituições públicas (ADUSP, 2004, p. 7).

Assim sendo, o Andes, após uma ampla pesquisa sobre as fundações de apoio nas áreas de ensino no país, elenca os aspectos contraditórios, problemáticos e conceituais desses organismos privados. A longa citação abaixo resume os pontos essenciais que abrangem as fundações de apoio e vale ressaltar que a Fiocruz é uma instituição de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico em saúde. Dessa forma, todas as pontuações estão intimamente relacionadas com o enquadramento de fundação de apoio atrelado à Fiocruz.

A maioria das fundações privadas ditas de apoio, na realidade, são organizações empresariais voltadas para o mercado e instituídas com a finalidade de obter ganhos significativos para seus participantes, em particular os coordenadores de projetos;

Essas fundações privadas, na realidade, apropriam-se da respeitabilidade social da universidade em que estão inseridas para ganhar dinheiro, pouco ou nada dando em troca à instituição que as sediam. Ao contrário do que propalam, apoiam-se nas instituições de ensino com as quais dizem cooperar, utilizando a força de trabalho, as instalações, os equipamentos e, sobretudo, a força simbólica da “marca”. São, em muitos casos, utilizadas como mecanismo de precarização do trabalho na universidade, burlando a obrigatoriedade de concursos públicos;

As verbas que ingressam em tais fundações, como remuneração por serviços de consultoria, projetos e cursos, têm, na maior parte dos casos, origem pública, o que também ocorre com as fundações privadas da área médica;

A oferta de cursos pagos, sem nenhum compromisso com a qualidade acadêmica, administrados por essas fundações, ganhou tamanho impulso nos últimos anos que alguns deles chegam mesmo a custar, em alguns casos, R\$ 30.000 por aluno. A prioridade dada a esses cursos tem induzido modificações na graduação e pós-graduação gratuitas, afetando grades curriculares, programas de disciplinas e objeto de pesquisas, em favor de temas de interesse do mercado. Isso viola, frontalmente, tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), quanto a CF-88, que, em seu art. 206, inciso IV, reza que o ensino será gratuito em estabelecimentos oficiais. Assim, caso um curso, por força de qualquer convênio, seja de responsabilidade de uma universidade pública, ainda que administrado por fundação privada, deverá, necessariamente, ser gratuito;

As atividades desenvolvidas por docentes nessas fundações não estão sob controle quer seja das reitorias, quer seja da comunidade universitária. Várias delas funcionam sem a formalização de convênios com as instituições que dizem apoiar; Frequentemente administram verbas públicas e cobram por este serviço. Isto é abertamente ilegal e passível de responsabilidade cível e criminal. A legislação proíbe, expressamente, a delegação da administração de recursos da administração pública direta, indireta ou fundacional, a entidades de direito privado, sob a forma de terceirização, pelos princípios de unicidade de caixa e moralidade administrativa, competindo exclusivamente ao gestor público a gerência dos recursos públicos;

A existência e atividade dessas fundações privadas criam na universidade pública um imenso cipoal de conflitos de interesses que comportam várias ilegali-

dades. Por motivos éticos óbvios, o funcionário público não pode transacionar com o Estado e essa proibição aparece em vários dispositivos legais, como por exemplo os incisos XVI e XVII do art. 37 da CF-88, no inciso I do art. 247 do Estatuto dos Servidores Públicos de São Paulo, entre outros;

A sustentação jurídica para a existência de tais fundações privadas, no caso das universidades federais, argumenta-se que é dada pelo Decreto Federal nº 5.205/04, que regulamenta a Lei nº 8958/94 do governo Itamar Franco. A posição de muitos promotores e juízes do Tribunal de Contas da União (TCU) é que são ambos ilegais, pois permitem a violação de princípios constitucionais, abrindo a possibilidade de concorrência desleal, em especial quando da contratação de fundações privadas de apoio por outros órgãos e entidades. As distorções mais frequentes incluem contratos ou convênios não relacionados à pesquisa, cobrança de taxas de administração de dinheiro público, inobservância da Lei de Licitações e intermediação irregular em atividades que poderiam e deveriam ser executadas pelas próprias universidades. Esse é também o entendimento da assessoria jurídica do Andes-SN (ANDES, 2006, p. 10-11).

Bravo *et al.* (2015) e Correia (2011), estudiosas dos modelos de gestão entre o público e o privado na saúde, apontam que tais modelos promovem a privatização dos serviços públicos, pois o Estado abdica de ser o agente executor direto desses serviços. Consequentemente, a partir do momento em que o Estado transfere recursos para as entidades privadas exercerem suas atividades, ocorre a apropriação do fundo público por agentes de mercado.

Sara Granemann (2012) propõe uma nova perspectiva a respeito dos modelos privados, sugerindo a existência de processos de privatizações “clássicas” e privatizações “não clássicas”. A primeira equivale à venda e alienação do fundo público de maneira definitiva ou provisória, uma vez que o patrimônio é entregue para o setor privado. A privatização “não clássica”, por sua vez, não implica “na venda e entrega direta do patrimônio das estatais, mas em transferências de recursos monetários, por meio de mecanismos burocráticos legais, cada vez mais sofisticados, para diferentes entes jurídico-administrativos” (GRANEMANN, 2012, p. 50-51). Em ambos os casos ocorre a expropriação de riqueza dos trabalhadores e transferência de lucros para o grande capital. No atual contexto do capitalismo contemporâneo de viés financeirizado, as privatizações “não clássicas” servem como forma de “liberar ‘novos’ espaços de atuação para o capital, diversos daquele da produção de mercados em sentido estrito (telefone celular, computador, carros etc.)” (GRANEMANN, 2012, p. 53).

Nessa perspectiva, a fundação de apoio só existirá se for criada por um ente público ligado a instituições de ensino superior. Assim, a Fiocruz, para ter uma fundação de apoio, terá de criá-la. Para tanto, a entidade privada só poderá existir se houver um patrimônio inicial; obviamente, como foi gestada por membros de uma instituição pública, o capital fundador não poderia deixar de ser público. Isto porque a entidade ligada ao governo não

pode criar uma instituição com dinheiro privado, ou seja, a Fiocruz, para criar sua fundação de apoio privado, usará recursos públicos que serão repassados para que a fundação de apoio exista e, uma vez transferidos tais recursos, eles farão parte do patrimônio da fundação (privado).

A legislação prevê que os servidores da instituição criadora que atuem nos cargos de direção da fundação de apoio não sejam remunerados. O mesmo não se aplica aos servidores que prestarem serviços em projetos, sendo pagos através da modalidade de bolsa de ensino, pesquisa ou extensão. A relação de trabalho é complexa, de um lado temos os trabalhadores que pertencem à própria fundação de apoio, aqueles do quadro permanente das áreas administrativas, como por exemplo compras, projetos, logística, almoxarifado, entre outras áreas que compõem uma empresa. Na outra ponta, avistamos os trabalhadores que atuam diretamente nos projetos, lembre-se, a fundação de apoio trabalha exclusivamente com projetos. Neste sentido, estes trabalhadores localizados nos projetos são contratados no mercado de trabalho sob regimes diversos da legislação trabalhista, mas com predomínio do regime de bolsa. Os projetos pertencem à Fiocruz ou estão vinculados a ela, sendo o coordenador do projeto obrigatoriamente da Fiocruz, que receberá através de bolsa a remuneração por sua atividade.

Consequentemente, os projetos da Fiocruz de caráter público serão realizados por trabalhadores da fundação de apoio e externos a ela. Os trabalhadores (servidores) da Fiocruz que atuarem nos projetos da instituição, mas que estão gerenciados pela fundação de apoio, receberão uma “remuneração” por esta atividade através da modalidade de bolsa. Portanto, o servidor aprovado em concurso ou mesmo aqueles que se tornaram servidores após a instituição do RJU continuam recebendo o salário de servidor pago pelo Tesouro Nacional para exercerem suas atividades na Fiocruz, sejam elas em projetos com financiamento de outras entidades públicas, sejam privadas e/ou funções administrativas da instituição. O que importa é que, uma vez inserido como servidor da fundação, o trabalhador terá a missão legal de prestar serviço dentro da sua respectiva função para a Fiocruz, recebendo salário para tal.

Porém, a fundação de apoio altera esta lógica básica das relações de trabalho ao remunerar o servidor público por meio de bolsa em atividades que são típicas de sua função como servidor público, para as quais ele já é remunerado. Um dos objetivos dessa política deve-se à complementação salarial dos servidores. A título de exemplo, a legislação brasileira sobre o pagamento de bolsas para os servidores públicos por meio das fundações de apoio manteve-se em aberto e/ou desregulamentada até o Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010. Esse decreto dispõe sobre a necessidade de fixar valores de bolsas em conformidade com o salário do servidor, levando em consideração critérios como a proporcionalidade, de modo que a bolsa não poderá exceder o maior valor recebido pelo servidor no funcionalismo público.

No que concerne ao seu funcionamento, a estrutura física no momento inicial de sua criação será de responsabilidade do criador, até que a fundação de apoio obtenha condições financeiras para buscar uma nova sede para suas atividades³. Para além disso, sua finalidade concerne em prestar apoio logístico, financeiro e administrativo à instituição criadora. Na prática, a fundação de apoio administra os projetos desenvolvidos pela mantenedora, mas não recebe recursos diretamente do poder público. A instituição pública (Fiocruz) recebe o orçamento do governo destinado a cada projeto e repassa o valor integral para a fundação de apoio, que fará a “gestão” financeira e administrativa dos projetos, cobrando uma taxa por cada projeto administrado.

Uma novidade desse enquadramento jurídico em relação aos modelos aderentes do direito privado que prestam atividades no serviço público refere-se à não obrigatoriedade em prestar contas diretamente ao Tribunal de Contas da União (TCU) (PAES, 2013, p. 181). O TCU pode solicitar que a fundação de apoio preste contas e dê esclarecimentos, mas isto acontece em caso de denúncias e suspeitas de atos ilícitos somente após ter obtido notícia de irregularidade por parte das fundações. Contudo, a fundação prestará contas à sua instituidora e ao Ministério Público anualmente (PAES, 2013). Ademais, a fundação de apoio adquire isenção tributária e fiscal pelo fato de realizar atividades de caráter público. Está livre das normas da administração, podendo realizar contratos e efetuar compras para projetos públicos sem a obrigatoriedade da licitação pública inscrita na Lei nº 8.666.

De maneira resumida, esses são os pontos basilares de uma fundação de apoio. Tais enunciados serão bem aceitos pela comunidade da Fiocruz como solução para os “problemas” de ordem administrativa. A primeira tentativa de aproximação com essa alternativa se deu no II Congresso Interno em 1996, no qual já se constatava que a modalidade traria “a possibilidade de contratação de pessoal celetista para as atividades não permanentes, além de possível complementação salarial, através de concessão de bolsas para as atividades executadas pelos funcionários da instituição contratante (Fiocruz) ‘fora do horário de trabalho’” (FIOCRUZ, 1995, p. 13).

Em 1998, o relatório do III Congresso Interno expôs a necessidade de criação de uma fundação de apoio, alertando para a condição de que tenha caráter provisório, tendo em vista que o foco central está na mudança institucional na natureza jurídica da própria Fiocruz. O modelo de fundação de apoio desde o início foi bem aceito pela Fiocruz. Dessa forma, em 1997, a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp-Fiocruz),

3 A Fiocruz criou a Fiotec em 1998. Entre 1998 e 2015, a Fiotec não tinha sede própria, atuava dividindo com os trabalhadores da Fiocruz o espaço físico. Em 2015 a Fiotec inaugurou o que ela chama de “sede própria”. Entretanto, o prédio está localizado nas imediações do antigo prédio e dentro do espaço da Fiocruz. Dessa forma, a Fiotec (privada) se apropriou do espaço público, beneficiando-se da sua relação com a Fiocruz.

uma das mais proeminentes unidades da fundação, deu origem à fundação de apoio privado Ensptec. No mesmo ano ela foi rebatizada como Fundação de Ensino, Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Cooperação à Escola Nacional de Saúde Pública (Fensp-
tec), com a responsabilidade de atuar na administração e execução dos projetos da escola. Seu estatuto foi aprovado em 2 de dezembro de 1997, e passou a funcionar em 1998.

A Fensptec era conhecida informalmente pelo nome de Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec). A Fiotec, como já vinha sendo executada de forma embrionária pela Ensp, ganha *status* de salvação “provisória” para o projeto de flexibilização jurídico-administrativo da Fiocruz. A principal deliberação do III Congresso Interno ficou a cargo da aprovação de uma única fundação de apoio para atender a toda instituição. Consequentemente, a Fensptec tornou-se Fiotec, que somente a partir da aprovação de seu estatuto em 2002 poderá utilizar de maneira formal o nome Fiotec. Assim, definiu-se o projeto político institucional da Fiocruz, como sendo formado por um modelo híbrido por meio da junção da entidade como fundação pública de direito público e uma fundação de apoio privado a ela vinculada.

A justificativa apresentada pela Fiocruz para a aprovação da Fiotec como fundação de apoio consistiu em defini-la como uma medida provisória, uma saída possível para flexibilizar a estrutura jurídico-administrativa da instituição. O objetivo residia em reestruturar o seu próprio arcabouço institucional, e não criar um novo ente (FIOCRUZ, 2000). Porém, a história nos mostra que a Fiotec não se tornou apenas numa entidade transitória, mas uma importante peça para o projeto gerencialista da Fiocruz. Isto se comprova ao completar 23 anos de vida no ano de 2021, gozando de ampla estrutura física e estrutural, com prédio próprio e com reconhecida participação em todos os projetos da Fiocruz (FIOCRUZ, 2000).

Finalmente, após definido o modelo de gestão, a Fiocruz conseguiu aprovar, em 10 de junho 2003, durante o primeiro ano do governo do presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, o seu estatuto e regimento interno. Nele estão expressas as premissas e diretrizes básicas da fundação, reafirmando os dispositivos da CF-88 assentes no direito público e no RJU. O regime estatutário tornou-se válido para os servidores em atuação e para os novos aprovados em concurso (FIOCRUZ, 2003). No entanto, desde o desmonte do Estado perpetrado por FHC, a Fiocruz passou a contar com a possibilidade de contratar trabalhadores terceirizados, temporários, bolsistas e autônomos, especialmente a partir da Fiotec.

Portanto, os projetos e agendas reformistas acerca do estatuto social e do modelo de gestão interna para a Fiocruz flertaram com a reforma do Estado do governo FHC, assim como com modelos de natureza privatista no pós-1988. Tais reformas, ditas “flexíveis”, baseadas em métodos das empresas privadas, flexibilizam a administração pública

de modo a abrir caminho para apropriação do fundo público e organização do serviço público por capitais e agentes privados, expropriando os bens e conquistas coletivas. O projeto político-institucional da Fiocruz apoiou-se no consenso público e privado, no qual ocorreu a simbiose entre ser pública e estatal e gozar das flexibilidades política, gerencial e financeira do privado. O público se alimenta do privado, e este último não expropria integralmente do público e seu sentido público, pois sua organicidade, em grande medida, está no centro da estrutura forjada na Fiocruz nesse período. A busca pelo modelo de gestão flexível possibilita percebermos escolhas que se contrapõem ao fortalecimento e à defesa de instituições públicas, pois abriga em sua estrutura legal, normativa e de funcionamento a presença do privado, abrindo caminho para a privatização do bem público, ainda que não explícito.

Contribuições dos/as autores/as: Não se aplica.

Agradecimentos: À Monalisa Pavonne Oliveira.

Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ADUSP. *Fundações privadas x universidade pública*: parecer jurídico sobre a legalidade de vincular cargos executivos da universidade às direções de fundações privadas “de apoio”. São Paulo: Adusp, 2004.

ANDES. Fundações privadas ditas de apoio às universidades públicas. *Caderno Andes*, Brasília, n. 23, fev. 2006.

BERHING, E. *O Brasil em contra-reforma*: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*. Brasília: Mare, 1995.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *Agências executivas. Cadernos da Reforma do Estado*, Brasília, n. 9, 1998.

BRAVO, M. I. *et al. A mercantilização da saúde em debate*: as organizações sociais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Uerj, 2015.

CORREIA, M. V. *Por que ser contra aos novos modelos de gestão do SUS?* Saúde na atualidade: por um Sistema Único de Saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade. Rio de Janeiro: Rede Sirius, 2011.

FIOCRUZ. *Relatório final do I Congresso Interno*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1988.

FIOCRUZ. *Documento de referência do II Congresso Extraordinário “Compromisso público e reforma do Estado”*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

FIOCRUZ. *Relatório final do III Congresso Interno – Fiocruz pública e estratégica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

FIOCRUZ. *Plenária Extraordinária do III Congresso Interno – Fiocruz pública e estratégica: modelo de gestão – Deliberações*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

FIOCRUZ. *Relatório de Atividades 2000*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

FIOCRUZ. *Estatuto*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. Disponível em: <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/estatuto-e-regimento>. Acesso em: 7 jan. 2016.

GRANEMANN, S. Estado e questão social em tempos de crise do capital. In: GOMES, V. L.; VIEIRA, A. C. de S.; NASCIMENTO, M. A. C. *O avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão*. Recife: Editora da UFPE, 2012.

INÁCIO, L. L. A. Novos modelos, velho direito: análise do seminário. *Revista Adusp*, 2004.

PAES, J. E. S. *Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários*. São Paulo: Forense, 2013.

REIS, T. S. Sentido público, direções privadas: o processo de formação político-institucional da Fiocruz (1970-1979). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, abr./jun., 2018.

REIS, T. S. Expropriação do funcionalismo público: o gerencialismo como projeto. *Revista Katalysis*, v. 22, 2019.

Entrevista com Raquel Raichelis Degenszajn – Crise do capital, pandemia e o trabalho no Serviço Social*

*Interview with Raquel Raichelis Degenszajn —
Capital crisis, pandemic and work in Social Work*

Ana Paula Procópio da Silva** 

Elziane Olina Dourado*** 

Nesta entrevista, a Profa. Dra. Raquel Raichelis, como é conhecida, nos brinda com reflexões e contribuições fortemente ancoradas no presente, com o enraizamento nas profundas expressões das contradições de classe que se colocam nesta quadra de (re)atualização da precarização da força de trabalho. E o faz remetendo às condições e relações de trabalho de assistentes sociais. Avança, também, na abordagem destas contradições articulando as demais dimensões que atravessam a classe trabalhadora, trazendo as questões de raça, etnia, gênero e geração, entre outras, para evidenciar a nova morfologia que atravessa esta categoria profissional como constituinte da classe trabalhadora.

Suas contribuições são significativas também ao trazer os elementos do mundo do trabalho neste contexto de crise do capital, articulando-os à discussão do contexto pandêmico e dos processos econômico-políticos que se particularizam na realidade brasileira. Nos instiga sobremaneira, ainda, ao relacionar as inflexões das tecnologias de comunicação e informação (TICs), incluindo a inteligência artificial (IA), em suas relações com o trabalho profissional, indicando questões pertinentes à compreensão de seus significados.

Em Pauta – Raquel, queremos muito te agradecer porque sabemos que o final de semestre é sempre de muitas atribuições e,

*Doutora em Serviço Social (PUC-SP); Pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona; Professora do PPG em Serviço Social da PUC-SP; Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Profissão; Bolsista produtividade em pesquisa 1D do CNPq. ORCID 0000-0003-3275-3755; e-mail: raichelis@uol.com.br

ENTREVISTA

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78953>

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: anapaulaprocopio@yahoo.com.br.

***Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: zizadourado@gmail.com.

Como citar: DEGENSZAJN, R. Crise do capital, pandemia e o trabalho no Serviço Social [entrevista]. SILVA, A. P. P. da; DOURADO, E. O. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 220-237, set/dez., 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78953>

Recebido em 20 de julho de 2023.

Aprovado para publicação em 06 de agosto de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

especialmente por seu trabalho na coordenação da Pós-Graduação da PUC/SP. Sabemos, também que esta sua inserção tem contribuído com transformações no programa de pós-graduação, inclusive com a oferta da disciplina de “Relações Étnico-Raciais”. Inicialmente, gostaríamos que comentasse sobre seus processos de reflexão e que fundamentam as formulações que você traz em seu livro “*A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*” (Cortez, 2018) e na sua publicação mais recente “*Nova-velha morfologia do trabalho no Serviço Social: TICs e pandemia*” (Educ, 2022).

Raquel Raichelis – Bem, eu começo agradecendo muito esse convite, principalmente partindo da *Revista Em Pauta*, que tem uma contribuição tão relevante na produção científica do Serviço Social, e que está comemorando os seus 30 anos de existência em alto estilo, com a avaliação Qualis A1 da Capes, o que, para a área de Serviço Social, é muito importante. E, mais ainda, quando esse convite parte de vocês, Ana Paula, Ziza e a professora Marilda, que são companheiras, algumas mais recentes, outras mais antigas – como a Marilda, parceira de longa data e inspiradora das minhas reflexões.

Então, eu começo, fazendo referência, ainda que sucintamente, à tese que vem orientando meus estudos e pesquisas, inspirada pela reflexão crítica marxiana e marxista sobre a centralidade do trabalho na constituição do ser social e a plena vigência da lei do valor para iluminar o desvendamento das profundas transformações e devastações que sofre o trabalho e o seu sujeito vivo – a classe trabalhadora. De fato, trata-se de uma hipótese analítica, inspirada pelas reflexões de Ricardo Antunes, sociólogo do trabalho com uma vasta obra sobre as metamorfoses do trabalho em tempos de barbárie neoliberal, em sua fase ainda mais destrutiva dos direitos do trabalho em escala global. Portanto, partimos da hipótese de que há no Serviço Social uma nova morfologia do trabalho que não se autonomiza das determinações estruturais e conjunturais que configuram o trabalho abstrato na quadra atual do capitalismo dominado pelas finanças, e que desencadeiam novas formas de flexibilização, intensificação e precarização do trabalho.

De fato, as (re)configurações do trabalho no Serviço Social têm relação direta com as transformações do trabalho no capitalismo monopolista em crise estrutural permanente e com suas estratégias de recomposição das taxas de lucro, orientadas pela programática neoliberal hegemonizada pelo rentismo desenfreado, que reduz trabalho vivo e amplia trabalho morto, o que está na base da crise contemporânea. O capital, em sua busca sem limites por maiores lucros e acumulação, aprofunda suas próprias contradições, quando busca se livrar de sua essência que é o trabalho assalariado. E esse processo é potencializado pela intensa incorporação das tecnologias da informação e comunicação (TICs), que aprofundam a contradição entre as relações sociais de produção e as forças produtivas do trabalho.

O nosso esforço analítico tem sido o de refletir e pesquisar a nova morfologia do trabalho no campo do trabalho em serviços, especialmente dos serviços sociais públicos implementados pelas políticas sociais, espaço por excelência do trabalho profissional de

assistentes sociais. Nesse âmbito os desafios são ainda mais profundos, pois um dos traços mais importantes do capitalismo contemporâneo relaciona-se à privatização do “setor” de serviços, que se torna cada vez mais mercadorizado e subsumido à lógica do capital, passando a integrar as cadeias de produção e geração de valor, inclusive os serviços sociais públicos, o que repercute diretamente no trabalho profissional. Acompanhando essa mercantilização é que constatamos as profundas mudanças nas formas de ingresso, contratação e remuneração de trabalhadores do Estado, nas três esferas, típicas das relações empresariais e dos traços da nova morfologia do trabalho no capitalismo neoliberal. De forma crescente, os concursos públicos vêm sendo substituídos por processos licitatórios, comissionamentos e até por pregão eletrônico na contratação de profissionais, como foi constatado na pesquisa do cadastramento realizada pelo CFESS. Também tem sido comum a presença de diferentes vínculos contratuais e formas de remuneração da força de trabalho de assistentes sociais e demais profissionais (por projeto, tarefa, produto), bem como a multiplicação das “pejotizações”, a presença crescente de microempreendedores/as individuais (MEI), de (falsas) cooperativas de trabalhadores, que passam a realizar as atividades que eram desenvolvidas por trabalhadoras(es) assalariadas(os) do Estado, desencadeando uma verdadeira implosão do estatuto e da imagem do(a) servidor(a) público(a). É a partir dessas teses que temos desenvolvido nossas reflexões e debates coletivos no Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Profissão (NETRAB), cadastrado no diretório do CNPQ, e que venho coordenando há quase duas décadas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC de São Paulo.

Na nossa pesquisa coletiva, o esforço analítico é o de considerar o trabalho não apenas em sua dimensão ontológica, como produção de valores de uso voltados à satisfação de necessidades humanas, comum a todas as formas sociais, mas especialmente referido a uma forma social histórica particular de metabolismo do homem com a natureza, em que a produção de mercadorias não é “*a coisa que se ama por ela mesma*”, como escreveu Marx, mas é o substrato material, o suporte do valor de troca, no processo de valorização, que é o móvel da produção no sistema capitalista. Daí ser impossível, como analisou Iamamoto no livro “*Serviço Social em tempo de capital fetiche*”, dissociar a dupla dimensão – concreta e abstrata – do trabalho no Serviço Social, para não cairmos numa análise abstrata do trabalho profissional.

E, para apreender criticamente o significado social do Serviço Social como expressão coletiva do trabalho social, é necessário não dissociar a análise da relação – tensa e contraditória – entre trabalho e profissão, pois o que temos observado, e eu penso que não superamos isso ainda, é que permanece a desarticulação entre essas duas dimensões – profissão e trabalho – na produção intelectual e no debate profissional do Serviço Social. O que, de certa forma, reproduz o que ocorre, na Sociologia, entre a sociologia do trabalho e a sociologia das profissões, quando segmenta esses dois campos de pesquisa. No Serviço Social, observamos isso quando as análises recaem no trabalho concreto de assistentes sociais

dissociado das questões que constroem o trabalho abstrato e que aproximam assistentes sociais do conjunto da classe trabalhadora, mais além de sua utilidade social e das formas concretas que assume em distintos espaços ocupacionais.

E, ainda, outro desafio a ser enfrentado é o de trazer para o campo de problematizações a análise do Serviço Social como área de conhecimento – compondo o tripé profissão, trabalho e área de conhecimento –, para desvendar a natureza e o significado social do Serviço Social. Trata-se de apreender a atividade profissional não autonomizada do que a(o) assistente social realiza e das relações sociais concretas nas quais se insere, na etapa atual de decadência e crise do trabalho abstrato. E o outro eixo do tripé é o Serviço Social como área que produz conhecimento. Ou seja, a despeito do que historicamente foi demandado a essa profissão no enfrentamento das manifestações da questão social – produzir respostas às demandas sociais urgentes dos segmentos mais pauperizados e subalternizados da classe trabalhadora –, o movimento coletivo da categoria profissional produziu uma resposta insurgente, como a professora Ana Elizabete Mota tem analisado, fazendo um giro, um deslocamento do Serviço Social voltado para a intervenção imediata, quando criou a pós-graduação em nível nacional e constituiu uma intelectualidade profissional reconhecida pela pesquisa de ponta dos objetos sobre os quais recai seu trabalho e confere sustentação teórica e legitimidade social ao projeto ético-político profissional.

Então, eu coloco isso de início, porque acredito que esta perspectiva tem sido muito importante para orientar nossas discussões, pesquisas e reflexões sobre o trabalho profissional e que remete ao que temos chamado de *nova morfologia do trabalho*. E é importante também para radicalizar, no sentido de ir à raiz, em toda a complexidade, esse reconhecimento de assistentes sociais como integrantes da classe trabalhadora e, portanto, sofrendo os mesmos constrangimentos que hoje recaem sobre os sujeitos que vivem da venda de sua força de trabalho. Eu acredito que avançamos nesse autorreconhecimento, exatamente a partir das expressões da nova morfologia do trabalho no capitalismo contemporâneo, especialmente quando o capital e seus representantes no Estado comprimem ainda mais as relações de trabalho e os direitos dos(as) trabalhadores(as). Ou seja, se até há pouco tempo os(as) assistentes sociais tinham dificuldade de se reconhecer como membros da classe trabalhadora, a precarização que sofrem no seu processo de trabalho, a intensificação das relações de trabalho, as opressões, os adoecimentos, os sofrimentos, os assédios morais e sexuais escancaram para nós, assistentes sociais, o que acontece com a classe trabalhadora de maneira geral e leva a que nos associemos às lutas coletivas dessa classe.

Em Pauta – Quais seriam os desdobramentos do contexto pandêmico e pós-pandêmico da Covid-19 para o trabalho de assistentes sociais?

Eu penso que é importante afirmar que essa (nova) morfologia do trabalho não foi criada pela/na pandemia, nem foi ela que desencadeou nenhuma crise absolutamente inédita na sociedade capitalista, mundial e brasileira. Então, é importante demarcar que as

crises são próprias do capitalismo, pois sabemos que não existe capitalismo sem crise. E é nas crises exatamente que o capital se reestrutura e redefine estratégias que vão devastar ainda mais o trabalho e ampliar os mecanismos de exploração e opressão, e que garantem a própria continuidade e reprodução do capitalismo.

Eu destaco isso em função de uma narrativa do senso comum de que todos os problemas que vivemos nesses últimos anos eram decorrentes da pandemia. Então, a gente tem que pontuar isso. Ademais, antes da pandemia, nós vivíamos um processo de desemprego, informalização e precarização do trabalho, de expropriação de direitos que foram se intensificando, evidentemente no Brasil pós-golpe, que depôs a presidente Dilma Rousseff, mas que se faziam presentes desde os desdobramentos da crise dos anos de 1970, no contexto de reestruturação produtiva e mais adiante com os efeitos da crise global de 2007/2008. Depois ocorre a eleição de Bolsonaro – enfim, todo um contexto de avanço do conservadorismo, de obscurantismo, de desfinanciamento das políticas públicas, de agravamento da pobreza etc. que existia antes da pandemia. O que aconteceu é que a pandemia agravou e tornou mais visível esses processos que estavam em curso, trazendo profundas repercussões ao trabalho profissional. Entre elas a centralidade que assumiram as TICs, as tecnologias digitais. Esse também não é um fenômeno novo, uma vez que em diferentes políticas sociais já era forte a presença de sistemas de informação, de planilhas informatizadas, de transição dos prontuários em papel para a digitalização dos processos de trabalho, de uso de plataformas digitais. Mas, é evidente que na pandemia tudo isso se intensificou.

Eu tenho trabalhado com a ideia de que a pandemia funcionou, para o capital (e para o Estado), como um grande laboratório de experimentação do trabalho com suporte nas plataformas digitais, a partir de procedimentos que já estavam embrionários, mas que ainda não tinham de fato se generalizado. Eu cito, como exemplos, o INSS e o trabalho no sistema sociojurídico, especialmente no Ministério Público e nos Tribunais de Justiça – já havia regulações sobre o trabalho remoto e o teletrabalho desde 2016. Mas nas empresas ainda havia um certo receio sobre o *home office* e o trabalho remoto no sentido de perder o controle sobre a produtividade do trabalho. A pandemia destravou isso, evidenciando que não só era possível a incorporação do teletrabalho, do trabalho remoto, do trabalho no domicílio, como essas diferentes modalidades funcionavam bem e até aumentavam o controle sobre trabalhadores(as) e a produtividade do trabalho. Na verdade, o que assistimos foi um *boom*, uma busca desenfreada de empresários e gestores privados e públicos por sistemas informatizados, plataformas digitais – que beneficiaram as grandes corporações transnacionais –, e que pudessem ser rapidamente implementados em todas as áreas do mercado de trabalho. Basta ver o que aconteceu nas Universidades, na formação profissional. Então, de fato, a pandemia desencadeou um processo que nem os próprios capitalistas acreditavam que seria tão rápido e benéfico aos seus interesses de redução de custos e ampliação da lucratividade. E mais ainda em relação ao trabalho das mulheres.

Então, numa profissão como a nossa, a pandemia serviu para borrar as fronteiras entre trabalho e vida privada, o trabalho passou a dominar todo o tempo de vida dos trabalhadores, especialmente das mulheres. Então, atingiu profundamente o trabalho reprodutivo no âmbito doméstico, que tradicionalmente recai sobre as mulheres que o exercem simultaneamente ao trabalho remunerado produtivo, no sentido amplo. Essa questão é relevante também porque em todas as pesquisas que fizemos e no acompanhamento do debate nas redes sociais durante a pandemia, as assistentes sociais, invariavelmente, ressaltavam o benefício (real) do trabalho remoto no domicílio para evitar o transporte coletivo congestionado, as horas de deslocamento da residência até o trabalho. E, principalmente, que essa modalidade de trabalho permitia conciliar o cuidado com as crianças em casa e outras tarefas domésticas não pagas, e não aparecia uma avaliação crítica das implicações disso para as próprias mulheres, no reforço patriarcal da divisão sexual e racial do trabalho, que incide sobre as mulheres e mais ainda sobre as mulheres negras e, portanto, também atinge as assistentes sociais negras. E o que é mais grave, um trabalho sem nenhuma regulação específica porque, mesmo que a (contrarreforma) da CLT de 2017 tenha previsto o teletrabalho, não define nem regulamenta direitos dele decorrentes. Quem arca com os custos desse trabalho? O que acontece com o acidente de trabalho no âmbito doméstico, quem é que paga? Quem arca com os custos da internet, do pacote de dados, dos meios de trabalho, do computador, da mesa de trabalho, de uma cadeira ergonômica etc.? Enfim, esses custos acabaram sendo transferidos às(aos) próprias(os) trabalhadoras(es), porque, como isso não está regulamentado, o que prevalece é o “negociado sobre o legislado”, a negociação caso a caso. E, como estamos em um contexto de enfraquecimento da organização coletiva, da representação sindical e trabalhista, é uma dinâmica que acaba se voltando contra as(os) trabalhadoras(es) e beneficiando os objetivos de redução de custos do trabalho, subtraindo direitos da classe trabalhadora e contribuindo para a desarticulação coletiva da própria classe.

Outra questão central é que a pandemia serviu para alavancar novas modalidades de trabalho apoiadas nas tecnologias digitais de informação e comunicação. E, portanto, novamente é importante destacar essa questão, pois no debate com a categoria profissional sobre o significado das tecnologias digitais no trabalho profissional observa-se uma tendência de naturalização das TICs, em geral vistas como neutras e benéficas, sempre vistas como ferramentas para resolver problemas, para otimizar processos de trabalho e muito pouco é problematizado em seu viés classista, sexista e racista a serviço da ampliação da produtividade do trabalho e dos lucros do capital. Temos que avançar nas pesquisas e nos debates no Serviço Social porque, de fato, as tecnologias têm assumido um papel central no processamento do nosso trabalho, mas também no acesso da população a determinados serviços e benefícios – hoje, intensamente apoiados nos sistemas e plataformas digitais. E isto, como vimos, por exemplo, durante a pandemia, no caso do acesso ao auxílio

emergencial e outros programas como, por exemplo, o Bolsa Família, em que a população dependia do acesso a sistemas de informação que ela não dispõe, como *smartphones*, internet, para realizar cadastros, acessar plataformas – o que, aliás, vem sendo chamado de robotização da política social, dos benefícios e serviços sociais públicos.

Por último, penso que estamos vivendo no momento presente, de pós-pandemia, uma situação complexa e paradoxal e dou o exemplo do meu trabalho docente, quando ficamos muito tempo no ensino remoto emergencial, por meio dessa telinha que nós estamos usando agora. São ferramentas muito potentes, pois permitem que vocês, no Rio de Janeiro, e eu aqui, em São Paulo, possamos fazer essa entrevista em tempo real, que se fosse depender de um encontro presencial talvez ela nunca acontecesse. Mas é preciso politizar essa questão, pois na minha maneira de entender, são dispositivos que precisam ser usados com cautela e discricionariedade, vamos dizer assim. Mas não é o que estamos presenciando agora com o retorno ao trabalho presencial. Observamos uma certa resistência de retomada do trabalho presencial, tanto na universidade quanto nas instituições onde se realiza o exercício profissional. Quando você propõe uma atividade, a primeira coisa que alunos e profissionais perguntam é: “vai ter transmissão online?”, “vai ter gravação?” Ora, isso nos remete à reflexão sobre o próprio significado do trabalho e sua natureza social e coletiva, que remete à consciência de pertencimento, à possibilidade de desenvolvimento de identidades e sociabilidades coletivas. Então, ao substituir relações sociais pelas “relações” virtuais, estamos negando a própria essência do trabalho como possibilidade de criação coletiva, de troca e de enriquecimento coletivo para enfrentamento das suas contradições e superação. Grande parte das instituições está adotando o chamado “modelo híbrido”, mas temos que nos apropriar de seus distintos significados para não se transformar em uma panaceia. Precisamos superar a avaliação dos benefícios do trabalho centralizado nas tecnologias digitais no plano subjetivo e individual, e politizar a análise das potencialidades críticas e criativas do trabalho quando trabalhadores(as) se juntam para discutir, trocar, avaliar, propor alternativas coletivas numa perspectiva emancipatória. Na realização do teletrabalho e do trabalho remoto no domicílio essa sociabilidade coletiva do trabalho é diretamente atingida e penso que ainda não conseguimos avaliar a extensão e a profundidade de todas as implicações. Não se trata de uma postura ludista, de recusar *a priori* o uso das tecnologias digitais, mas de colocá-las a serviço dos valores e princípios que orientam nosso projeto ético-político. No caso do trabalho das mulheres, por exemplo, é fundamental analisar a dinâmica social desencadeada pelo teletrabalho, que amplia o trabalho reprodutivo não pago, realizado no domicílio de forma desproporcional pelas mulheres, desonerando o capital e o Estado dos custos de reprodução da força de trabalho e contribuindo para rebaixar os níveis salariais e o padrão de necessidades de reprodução da vida da classe trabalhadora. Além dos impactos na saúde mental e física e nos adoecimentos das mulheres, que as pesquisas têm sistematicamente evidenciado.

Não há nenhum(a) assistente social, nenhum(a) professor(a), hoje, que não participe de grupos de *WhatsApp* que começam a apitar antes de você acordar e que não param até a hora de dormir, com as mais variadas demandas, urgentes ou não, em qualquer horário, aos finais de semana e feriados. É um contexto que implodiu os tempos de trabalho e a própria jornada de trabalho. O que é a jornada de trabalho hoje? No caso do Serviço Social, uma jornada de 06h semanais – quando esta não é estendida –, em um trabalho que invade a sua vida privada, impulsionado pela potência das tecnologias digitais de informação e comunicação? Então, penso que somos nós profissionais que temos que definir e repactuar em que situações, com que condições e de que forma é possível realizar o trabalho no domicílio ou o teletrabalho, sempre de modo complementar e não substitutivo do trabalho presencial, preservando as condições éticas e técnicas do trabalho, a qualidade dos serviços e o respeito aos direitos de usuárias(os) e trabalhadoras(es). Todas estas questões nos colocam muito concretamente frente ao processo de uberização do trabalho também no exercício profissional, que precisa ser apreendido em suas particularidades e complexidades, com as devidas mediações reflexivas.

Em Pauta – Raquel, a gente tem aí, nesse curto espaço de tempo, uma alteração substancial na maneira de entender o trabalho e na maneira de entender as relações de trabalho. E, é claro, também articulamos tudo isso ao governo federal anterior, durante os últimos quatro anos e com as eleições. E com a nova chegada ao poder do Lula, com uma perspectiva e com toda uma proposta de que a gente pudesse então retroceder na ofensiva experimentada contra os direitos sociais. Mas tem algo nos mostrando que em determinadas áreas não vai haver revisões, não tem como voltar em alguns pontos. Então, como é que você analisa esse início do novo governo? Você percebe possibilidades de reversão nessas situações relacionadas ao trabalho em algum nível? E em quais aspectos você entende que nós, enquanto sujeitas e sujeitos coletivos, poderíamos centrar esforços políticos? Quais seriam esses elementos que a gente pode pensar como articuladores ou reorganizadores da classe trabalhadora? E, mais especificamente, talvez, das e dos assistentes sociais, diante desse cenário de novo governo?

Em Pauta – Como já observei, todos esses processos de uberização ou plataformação do trabalho são dinâmicas que vêm se desenvolvendo no mercado de trabalho de forma transversal, desde o “chão da fábrica” até o trabalho no campo dos serviços, incidindo nos serviços sociais públicos. E tudo isso com suporte nas tecnologias digitais, que atingem diretamente o conjunto das profissões e o trabalho profissional. As inúmeras pesquisas e estudos que têm sido veiculados, e destaco especialmente as contribuições da pesquisadora inglesa Ursula Huws, apontam as profundas mudanças nas diferentes profissões, incluindo o Serviço Social, que têm levado à padronização, simplificação, rotinização do trabalho profissional, alterando a natureza de um trabalho complexo, nos termos de Marx, que exige formação e qualificações específicas para o seu desempenho. Nas nos-

sas pesquisas, também temos constatado o quanto assistentes sociais são submetidos(as) ao preenchimento de planilhas e formulários-padrão em uma tela de computador, ao invés de estarem elaborando suas análises, de forma crítica e fundamentada, a partir dos dados coletados junto a usuários e população que demandam atendimento público. Então, tudo isso está sendo impactado por esse intenso e abrangente processo de uberização e/ou plataformização do trabalho e do acesso aos benefícios e serviços públicos. E ainda é preciso falar do uso cada vez mais abrangente e insidioso da inteligência artificial e dos algoritmos, como suportes da informação-mercadoria, modulando comportamentos e a coleta massiva de dados na vida social e, também, no âmbito das políticas públicas, dinâmica que alguns(as) autores(as) vêm chamando de *dataficação* da pobreza ou robotização do acesso a serviços e benefícios públicos. Tudo isso leva a um rebaixamento do trabalho intelectual, perda de conteúdos críticos e criativos do trabalho e desprofissionalização, incidindo na qualidade dos serviços sociais e na direção estratégica do nosso projeto profissional. E quanto mais simplificadas, rotineiras e padronizadas as atividades realizadas por assistentes sociais mais facilmente poderão ser substituídas(os) por sistemas informatizados conduzidos por pessoal com menor nível de qualificação ou, mesmo, pela mão de obra barata de estagiários de graduação e de pós-graduação, como está acontecendo em instituições da área sociojurídica. O que acho importante destacar é que a volumosa literatura sobre os usos das TICs nos processos de trabalho, apesar de sua dinâmica contraditória, tem apontado inequivocamente os impactos na destruição e redução de empregos, na eliminação e criação de novas ocupações, na intensificação dos ritmos e dos tempos de trabalho, por meio das novas formas de organização e controle algorítmico do trabalho, incidindo amplamente nas atribuições e competências profissionais.

Essas são questões que não dependem e nem se transformam radicalmente com as mudanças de governo. Temos que discutir como enfrentar isso coletivamente, resistir à subsunção do trabalho técnico e intelectual às exigências de aumento da produtividade do trabalho provocada pelo uso indiscriminado das TICs, preservando um distanciamento crítico da rotinização das atividades institucionais, para produzir reflexões coletivas e disputar o uso das tecnologias redirecionando-as para as demandas sociais do trabalho e não do capital, resistindo às imposições do poder institucional. Mas isso é difícil, ainda mais na conjuntura de desemprego e insegurança no trabalho; e é preciso considerar uma indiscutível dimensão subjetiva nessa dinâmica de precarização do trabalho, que exige permanente prontidão dos(as) trabalhadores(as) para o “mais trabalho” em função daquele sentimento do(a) trabalhador(a) de estar sempre devendo, de ter sempre que melhorar, responder com eficiência às metas de produtividade, às imposições da racionalidade gerencialista, porque está sendo avaliado(a) o tempo todo e há uma massa de trabalhadores(as) disponíveis, movidos(as) pela premência da reprodução da vida e dispostos(as)

a trabalhar a qualquer preço, o que acaba contribuindo para estimular a competição no interior da classe trabalhadora e aprofundar a alienação do trabalho.

Em Pauta – É interessante pensar como esse movimento se espraia além do mundo do trabalho, porque nós, quando não estamos trabalhando, também estamos sendo adestrados e adestrados para isso. Por exemplo, quando vamos nas lojas e supermercados e não tem mais a figura do caixa e começamos a internalizar de que vai ser mais rápido se a gente fizer do que se o(a) trabalhador(a) que foi demitido(a) o fizesse.

Raquel Raichelis – Sem dúvida nenhuma. Na verdade, temos que analisar o papel das tecnologias digitais de forma mais ampla e menos imediatista, em todas as dimensões da vida social, não apenas no trabalho, mas nas nossas relações sociais, na vida privada, na relação com companheiros, filhos, família, na vida pública e privada. E tomar consciência que, como usuários das tecnologias e plataformas digitais, estamos fazendo um trabalho que antes era realizado por outros trabalhadores e trabalhadoras, além de fornecer dados que serão comercializados pelas gigantes empresas globais, como o *Google*, a *Microsoft*. Por meio de suas plataformas de compartilhamento como o *WhatsApp*, *Facebook* etc., estas empresas, que não apenas se organizam com base em um trabalho uberizado e sem direitos, explorando sem limites a força de trabalho, realizam a chamada mineração de dados, quase sempre não autorizada pelos usuários, para coletar e cruzar informações/conhecimentos com o objetivo de mapear padrões de consumo e perfis de comportamento para a abertura de novos nichos de valorização e acumulação de capital. Há muitas pesquisas sobre isso e há autores que defendem, inclusive, que esse trabalho realizado pelos usuários das plataformas é um trabalho não pago e produtivo para o capital, que diminui custos do trabalho e contribui para gerar valor e mais-valia. Embora eu não concorde com essa tese, o certo é que esse processo reduziu postos de trabalho, dispensou uma massa de trabalhadores(as) e fez desaparecer milhares de ocupações, sem reposição. Basta ver o que aconteceu nos bancos, com a digitalização e informatização do sistema bancário. Quantos(as) trabalhadores(as) foram dispensados(as), quantas ocupações desapareceram e como nesse processo, nós usuários(as) dos dispositivos digitais, passamos a realizar um sem-número de operações que antes eram desempenhadas por trabalhadores(as) assalariados(as).

Em Pauta – Você estava falando e eu lembrando que fiz a pesquisa de mestrado sobre essa questão das novas tecnologias no setor financeiro, particularizando o setor bancário, como elas impactavam também no trabalho dos gerentes que passaram a ficar na frente da agência. Antes eram os caixas em primeiro lugar, no centro. Você via os caixas, depois vinham os gerentes – muda completamente a configuração. E, nesse contexto, procurei saber também sobre o Serviço Social e a gente já via essa tendência dentro da profissão – houve uma simplificação do trabalho profissional a partir da incorporação tecnológica na organização das informações, por exemplo, dos serviços sociais em geral. Então, a gente via isso, em meados da década de 1990, porque já era um setor de ponta e ele terminou

incorporando, claro, de um modo diferente do que agora. Mas houve uma retração do mercado de trabalho da(o) assistente social, houve uma simplificação do trabalho e essa questão do trabalho criativo, ela praticamente se perde porque estava submetido a um ritmo tecnológico também – por exemplo, no banco, o(a) assistente social ao invés de ficar numa agência no Rio de Janeiro, já passou a cobrir Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo etc., constituindo uma concentração de trabalho, uma precarização do trabalho, tanto de vínculos quanto de condições de trabalho. Então, é muito interessante ver que hoje, claro, isso se estendeu por conta dessas tecnologias digitais. Outra questão que venho observando é a do impacto na sociabilidade, principalmente daqueles e daquelas com os(as) quais nós vamos atuar. Então, pensando, os jovens têm essa cultura imagética, essa cultura da tecnologia digital e todos os seus hábitos. E no trabalho do Serviço Social, por exemplo, precisamos ficar atentos em situações em que o assistente social trabalha com grupos de *WhatsApp*, a responsabilidade, inclusive jurídica, que envolve você ser coordenador de grupo, onde existem situações de racismo, de crianças em situação de violência familiar e os(as) profissionais terem noção do que é esse instrumento – em torno daquela questão que você coloca do conhecimento de tecnologia, de não ficar cativo, de não ser mero consumidor de tecnologia sem entender suas inflexões no trabalho.

Raquel Raichelis – Agora, vejam como esse sistema maquínico-digital-informacional está presente no trabalho profissional, considerando que os dados também são a matéria prima do trabalho de assistentes sociais nas políticas sociais. Para o acesso da população a benefícios, programas, serviços, enfim, aos direitos sociais, fazemos um trabalho de codificação dos dados que recolhemos da população, nas entrevistas ou reuniões de grupo, e inserimos nos sistemas de informação das políticas sociais das diferentes instituições públicas e privadas. Então, essa informação muito frequentemente é gerada e produzida pelo(a) assistente social na interação com os sujeitos. São os(as) assistentes sociais que, com frequência, registram, inserem, codificam esses dados que vão se transformar em informações e conhecimentos sobre quem são os usuários e suas famílias, quais são suas necessidades e, no final das contas, quem será ou não incluído no acesso a determinado serviço, benefício ou auxílio. E, em grande parte das vezes, essa informação é trabalhada em outras instâncias e por um pequeno grupo de técnicos que gerenciam plataformas e sistemas algorítmicos, e ela não retorna para os(as) assistentes sociais analisarem a informação que elas(es) próprias(os) produziram e sobre a qual não exercem controle. Estamos presenciando um crescente processo de automação e digitalização do trabalho, por exemplo, na concessão das aposentadorias e de outros benefícios, no caso do INSS, que têm sido cada vez mais robotizada com uso da inteligência artificial, com a justificativa de reduzir a gigantesca fila de solicitações, mas que, na prática, com as negativas automáticas, têm servido mais para excluir do que para incluir beneficiários. O que é possível constatar, pelo menos até o momento, é que, diante de tantas situações diferenciadas, os robôs

não conseguem discernir e orientar as pessoas sobre as melhores possibilidades de ter seu pedido atendido, o que poderia acontecer se esse atendimento fosse realizado por meio da interação humana de assistentes sociais ou outros(as) profissionais. Mas é importante frisar que esse processo de automação, apesar de ser executado por máquinas, os sistemas algorítmicos que realizam a mineração dos dados foram desenvolvidos e programados por seres humanos, portanto, não podemos tratar essas operações como meramente tecnológicas, como se fossem neutras. Eu tenho um orientando que está fazendo a sua pesquisa de doutorado sobre esse processo de *mineração de dados* realizado por assistentes sociais e outros profissionais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e temos discutido com outros pesquisadores até que ponto assistentes sociais, na realização de seu trabalho, vem contribuindo, ainda que involuntariamente, para um processo de *dataficação* da pobreza. Ou seja, para a formatação de modelos de codificação da pobreza que contribuem (ou podem contribuir) para a criação de determinados perfis da população com vieses estigmatizadores – classistas, sexistas, racistas – por meio do registro de dados nos sistemas de informação, nos cadastros sociais, nas plataformas digitais, que serão classificados por processos geralmente pouco transparentes, que determinarão quem terá ou não o seu direito reconhecido.

Então, voltando ao tema do atual governo federal, esse é um enorme desafio. Eu penso que temos que avançar na perspectiva de uma apropriação crítica dessa processualidade – disputar o sentido e o uso das tecnologias de informação e comunicação, explorando suas dimensões contraditórias e lutando pelo acesso à informação como bem público e não como mercadoria a ser apropriada privadamente pelas classes capitalistas; informação como um bem público a ser disponibilizado e socializado com a população. E apostar nas possibilidades de novas formas de apropriação e experimentação das tecnologias e plataformas digitais cooperativas e desmercantilizadas que já estão sendo testadas por coletivos e movimentos sociais e que precisam ser conhecidas e socializadas. Temos que avançar no debate coletivo junto com nossas entidades profissionais e acadêmicas, no diálogo com nossos pares, definir estratégias e produzir conhecimento a partir da nossa experiência profissional. Se a pandemia serviu de laboratório para o capital, ela precisa ter a mesma função para nós trabalhadores(as), para a classe que vive da venda de sua força de trabalho.

E, quanto ao governo Lula, parafraseando Valério Arcary, “*ninguém disse que seria fácil*”. Mas é preciso reafirmar que a vitória do Lula, em si, é uma vitória que tem um significado absolutamente essencial, para a retomada da ambiência e do funcionamento democrático das instituições em nosso país. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Nada se compara à decadência política, ética, cultural, civilizatória que experimentamos durante o desgoverno anterior, que felizmente foi derrotado nas urnas, ainda que por uma margem estreita. Mas, nós vivemos um momento bem difícil, não é? Porque, mesmo nos governos anteriores, no primeiro e segundo governos de Lula, as políticas macroeco-

nômicas neoliberais permaneceram e a perspectiva fiscalista do ajuste fiscal se manteve. A recente aprovação da proposta do arcabouço fiscal do atual governo teve que depender de tantas negociações, de tantas concessões, o que evidencia que esse terceiro governo de coalização, composto por uma frente muito mais ampla, está enfrentando dificuldades maiores do que os anteriores. Nós não tínhamos essa direita tão forte e organizada, no mundo e no Brasil, uma ultradireita muito atenta, muito mobilizada para desconstruir rapidamente os poucos avanços que vamos conseguindo. Então, do ponto de vista mais geral, eu acredito que as esquerdas e os movimentos progressistas, e eu coloco uma parte, pelo menos, da categoria profissional nesse âmbito, têm que pressionar esse governo para posições mais à esquerda. Com cautela política, porque as forças mais retrógradas e fascistas usaram e usam com muita competência exatamente as redes e as tecnologias para disseminar a contrainformação e as mentiras mais deslavadas, as chamadas *fakes news*. Então, uma das questões para o movimento de esquerda de maneira geral e, também, para assistentes sociais, para a categoria profissional, é ganharmos competência informacional no uso dessas ferramentas, enfim, dos dispositivos e das redes digitais. Temos que enfrentar isso, fazer a disputa democrática. E, para isso, nós temos que nos preparar, nos qualificar. Há muitas experiências de movimentos sociais, movimentos populares, coletivos de jovens periféricos que já estão utilizando e criando plataformas colaborativas, prefigurando novas formas de experimentações de comunicação e informação a serviço de projetos emancipatórios. E, do ponto de vista da relação com esse governo, pressioná-lo e fazer o debate público e democrático, a defesa de projetos e propostas que avancem nas respostas às demandas sociais e na regulação da esfera pública da informação, principalmente das grandes plataformas digitais e da lei geral de proteção de dados. E do ponto de vista do trabalho profissional, temos que retomar o nosso trabalho de base com a população, marcar presença nos territórios onde vive e trabalha a população. E eu penso que nós temos no Serviço Social uma riqueza que é a nossa relação com a população, com os(as) usuários(as) dos serviços que realizamos. E na universidade, a proximidade com os(as) estudantes, que são também trabalhadores(as), muitas vezes usuários(as) dos serviços sociais públicos. Eu tenho convicção que é desta relação, às vezes tensa, às vezes conflituosa, que vão surgir novas e mais ricas alternativas, e não no isolamento dos nossos computadores, detrás de nossas escrivaninhas. Temos que retomar esse trabalho cotidiano, o investimento nas reuniões de equipe, no trabalho coletivo, o trabalho de base com a população, o trabalho nos territórios.

E penso, ainda, que temos que ampliar a pesquisa em diálogo com as(os) assistentes sociais nos diferentes espaços ocupacionais para conhecer como está se processando o trabalho profissional pós-pandemia, que mudanças foram realizadas, quais são os conteúdos desse trabalho; as relações de trabalho, os vínculos contratuais que hoje prevalecem nas várias políticas sociais e instituições, as novas formas de gestão e controle do trabalho com suporte

digital, como estão utilizando os sistemas de informação e comunicação. Em síntese, conhecer e problematizar como se expressa no cotidiano a nova/velha morfologia do trabalho no contexto da mercadorização dos serviços sociais públicos. Só a partir desse conhecimento teremos condições de enfrentar os enormes desafios no tempo presente, especialmente nos municípios. São as prefeituras que mais empregam a força de trabalho profissional e, contraditoriamente, as que mais precarizam salários e condições de trabalho. Mas é no âmbito municipal que assistentes sociais trabalham com jovens negros que estão sendo assassinados pela violência policial nas periferias, com mulheres vítimas de violência e feminicídios, sobretudo mulheres negras. E, é importante destacar, que os dados da pesquisa do recadastramento sobre o perfil profissional, realizada pelo CFESS, apontam que assistentes sociais negras (perdas e pardas) constituem pouco mais de 50% da categoria profissional. O relatório apresenta um conjunto de dados muito importantes, ainda que datados de 2019, o que leva a supor que as condições de trabalho podem ter piorado. Mas esses dados já revelaram que assistentes sociais negras recebiam menos, tinham vínculos de trabalho mais precários, eram mais subalternizadas na divisão das tarefas nos locais de trabalho. Deve ser publicado logo o relatório da pesquisa qualitativa com dados significativos para complementar esse quadro do perfil profissional. Então, quando discutimos o trabalho profissional é necessário ter presente os sujeitos vivos desse trabalho. Quem são as(os) assistentes sociais na atualidade? Que constrangimentos estão sofrendo em seus espaços de trabalho? De que forma isso expressa a nova morfologia do trabalho e da classe trabalhadora no atual contexto de crise estrutural do capital e de expansão do trabalho uberizado? De que forma as jornadas extenuantes sob o comando das tecnologias digitais e da gestão algorítmica do trabalho incidem nas condições de saúde, provocando adoecimentos e desgastes físicos e mentais de assistentes sociais? Recentemente tomamos conhecimento, pelas redes sociais, de casos de suicídio no Ministério Público de São Paulo (MPSP). Recentemente, fizemos um debate no NETRAB com doutoras egressas do nosso Programa, assistentes sociais do MPSP e do INSS, que relataram graves situações de assédio, de sofrimento e de adoecimento em decorrência das pressões e cobranças a que estão submetidas(os). Isso é algo que está acontecendo com as(os) assistentes sociais, não é com a classe trabalhadora abstrata, é conosco. Nós levamos muito tempo para poder fazer essa discussão na categoria profissional. Eu me lembro das primeiras pesquisas que fizemos no Núcleo sobre desgaste mental, assédio e adoecimento de assistentes sociais em decorrência das condições e relações de trabalho – era visível o constrangimento e o pesado silêncio durante as entrevistas e rodas de conversa com assistentes sociais. Em função da própria autoimagem introjetada da profissão, as(os) assistentes sociais tinham muita dificuldade de reconhecer que processos de sofrimento mental e adoecimento físico pudessem acontecer com profissionais que têm que estar sempre disponíveis para “ajudar” o outro, para resolver os problemas. E, principalmente, a dificuldade de reconhecer que o trabalho adoecer.

Em Pauta – E você já entrou na nossa outra questão, fazendo várias inferências, o que é ótimo. De fato, queremos que você comente este processo atual de precarização das condições e relações de trabalho e suas repercussões para a saúde das(os) trabalhadoras(es). Como você percebe esta questão no que se refere a assistentes sociais?

Raquel Raichelis – Nossas pesquisas têm revelado também que assistentes sociais impedidos(as) de exercer a sua ética, a ética profissional, respeitar os valores ético-políticos da nossa profissão, de respeito à liberdade, à igualdade, à livre iniciativa dos sujeitos, à justiça, sofrem. É um sofrimento que decorre também do sentimento de impotência diante da exposição continuada às graves expressões da questão social na vida dos sujeitos com quem trabalham assistentes sociais e, ao mesmo tempo, a carência de recursos e condições concretas senão para equacioná-las, ao menos para mitigá-las. A professora Bader Sawaya, do PPG em Psicologia Social da PUC-SP, trabalha com o conceito de “sofrimento ético-político.” É um sofrimento diante da impossibilidade de exercer os valores que nos são caros, que orientam e sustentam as relações que estabelecemos no trabalho, com os distintos sujeitos com os quais interagimos. Todo esse contexto dificulta a externalização de processos de adoecimento que acometem as(os) profissionais e que decorrem, na maioria das situações, não de uma falha pessoal, de uma fragilidade individual, como em geral se pretende difundir, mas das formas de gestão e da ideologia gerencialista-produtivista presentes nas instituições, como têm analisado Gaulejac, Dardot e Laval, Seligmann-Silva, e tantos outros autores, e nós também temos constatado nas pesquisas realizadas no Programa. Mas tenho observado que esse tema tem comparecido com maior frequência nos debates coletivos, nos nossos seminários – assistentes sociais trazendo situações concretas e vivências de adoecimento, sofrimento, assédio moral no trabalho, que, não raro, se transmutam em racismo institucional. A gestão produtivista tem evidenciado a “gestão como doença social”, exatamente o título do livro de Goulejac; ou a precarização da saúde mental na precarização social e do trabalho, como analisa Seligmann-Silva, evidenciando que o tema da precarização é muito amplo e profundo, com implicações sociais, profissionais e éticas. Então, minha avaliação é que essa é uma pauta importante e urgente, relacionada à precariedade das condições de reprodução social da vida.

E uma questão relevante que precisamos analisar e discutir com maior profundidade é a composição heterogênea e compósita da classe trabalhadora, em sua diversidade de raça, etnia, gênero, sexualidade, geração, origem social e familiar, experiência social etc., que traz implicações para o nosso (auto) reconhecimento e para a construção de pautas coletivas. Por isso que o professor Ricardo Antunes cunhou a expressão “classe que vive do trabalho”, para captar toda a diversidade que caracteriza hoje a classe trabalhadora e que, obviamente, também se expressa na categoria profissional de assistentes sociais. Essa composição heterogênea da classe trabalhadora é um traço da nova morfologia do trabalho flexível, terceirizado, temporário, precarizado, que vem provocando no trabalho

institucional complexas hierarquizações no interior da categoria profissional, à semelhança do que ocorre com a classe trabalhadora em seu conjunto, o que exige novas estratégias políticas das entidades sindicais, profissionais e acadêmicas para acolher e traduzir a diversidade de demandas desses trabalhadores(as) e garantir unidade dentro da diversidade, ainda mais no nosso caso em que constatamos que está em curso um acentuado processo de empobrecimento e “proletarização” da categoria profissional,

Em Pauta – Eu tenho acompanhado. Eu acho que não só eu, outras pessoas, as discussões que a pós-graduação da PUC-São Paulo tem realizado. E é muito interessante esse debate das questões estruturais nos processos contemporâneos. Por exemplo, aquela discussão do Fanon, eu achei muito interessante a ousadia de estar pensando esses processos no Serviço Social, apontando novas questões para se pensar o trabalho: primeiro, o Serviço Social, como você já colocou, como área de conhecimento e o trabalho profissional. Então, para você como coordenadora da pós, como é que foi construído isso? O que é que está movimentando esse pensamento que coloca algumas questões inéditas até para o debate profissional do Serviço Social e, em geral, o conhecimento, a profissão, as ações de classe? Eu vi o que vocês produziram, na PUC-SP, e achei interessante essa busca de discutir o Brasil, a particularidade brasileira e as questões estruturais, reconhecendo que essa mediação não é simples.

Raquel Raichelis – De fato, é um processo que está acontecendo intensamente na sociedade, na esfera pública, e as pautas antirracistas, anticolonialistas, feministas, antilgbtphobia, anticapacitistas, antipetistas, entre outras, penetram intensamente na universidade e na formação profissional e tensionam a pesquisa e o debate profissional. Então, essas pautas societárias, presentes nos movimentos sociais, nos coletivos populares, especialmente nos últimos anos, foram impulsionadas muito fortemente pelo(as) nossos(as) estudantes – mestrandos(as) e doutorandos(as), e pela nova composição étnico-racial dos discentes da PUC-SP e do nosso Programa, a partir da política de cotas étnico-raciais na graduação e na pós-graduação. O que se observa é um maior protagonismo estudantil, especialmente, mas não exclusivamente, de estudantes negros e negras, trazendo novos temas para a formação pós-graduada, provocando revisões do projeto curricular, criação de novas linhas de pesquisa, de novas disciplinas, de novos espaços de pesquisa e debates. Então, foi o próprio processo de pesquisa, de produção acumulada de conhecimento e das lutas societárias que tensionam a academia a se rever e se qualificar para novos objetos de pesquisa e de debate profissional. Obviamente também fomos subsidiadas pela intensa, qualificada e comprometida intervenção política das nossas entidades acadêmicas e profissionais, que há alguns anos vem alimentando o debate e a produção de conhecimento no Serviço Social com as pautas antirracistas e todas as formas de discriminação. E, também, considerando o que já foi colocado anteriormente, as implicações da composição da categoria profissional e dos sujeitos com os quais assistentes sociais trabalham. Tudo isso forma um caldo de cultura que fermenta intensamente nos espaços universitários, deses-

tabiliza certezas e impulsiona a busca de novos objetos de pesquisa, novos autores, novas contribuições teóricas e políticas, em consonância com a perspectiva histórico-crítica que orienta nosso projeto curricular e, ao mesmo tempo, sempre atentas ao movimento contraditório do real. Então, estamos vivenciando um processo muito enriquecedor, pois não criamos uma nova linha de pesquisa sobre relações étnico-raciais e Serviço Social para induzir a produção de conhecimento nessa linha; não, foi o contrário, o acúmulo teórico e os resultados das pesquisas produzidas no nosso Programa, nesse últimos anos, é que induziram à criação dessa linha de pesquisa, que já nasceu adensada por uma robusta produção teórica e de pesquisas empíricas de nossos discentes e docentes, que trazem para a academia suas vivências e experiências individuais e coletivas. E, também, fomos provocadas pela dinâmica contraditória que se expressa no interior da própria PUC-SP, quando passamos a olhar e *enxergar* uma universidade predominantemente branca, um corpo docente absolutamente branco. E começamos a discutir essa ambiência institucional, num primeiro momento com certa dificuldade, porque é um processo complexo, como sabemos. Mas nesse momento está sendo aprovado o novo regulamento do programa (o projeto curricular), com uma nova linha de pesquisa sobre questões étnico-raciais e duas novas disciplinas: uma que trata da formação sócio-histórica do Brasil e da América Latina; e outra que aborda as relações étnico-raciais e o Serviço Social. Isso tudo acontece no contexto da recente aprovação pelo Conselho Universitário da PUC-SP de uma política de ações afirmativas para a contratação de docentes negros e negras, de modo a atingir, nos próximos anos, 37% do quadro docente da Universidade – índice que expressa a composição racial negra da cidade de São Paulo.

Enquanto estas diretrizes não se consolidavam, no entanto, adotamos diferentes estratégias que nos ajudaram a formatar propostas, ementas, conteúdos, em estreita interlocução com pesquisadores e intelectuais de outras áreas. Trouxemos professores convidados e, respondendo à pergunta, é dessa forma que entra o debate sobre Fanon, quando convidamos o professor Deivison Faustino, da UNIFESP, para ministrar uma disciplina sobre a questão social e as mediações reflexivas entre capitalismo, colonialismo e racismo. E ele, um dos maiores pesquisadores de Franz Fanon, estava lançando o seu livro, com base na tese de doutorado. Nós fizemos o lançamento do livro e ele nos ajudou, como pesquisador e grande referência intelectual e política no debate sobre colonialismo, racismo, colonialismo digital e outros temas de muito interesse para a nossa área, a construir a ementa dessa disciplina. Da mesma forma, o professor Mauro Iasi vem colaborando, como professor convidado, para a formatação e consolidação da proposta da disciplina sobre formação social do Brasil e da América Latina, agora em seu segundo semestre. Também nessa direção, instigadas e provocadas pelas nossas estudantes e militantes feministas, temos introduzido o debate sobre a Teoria da Reprodução Social (TRS), com a professora Raíssa Ruas, da área do Direito e, atualmente, docente da Escola de Serviço Social da UFRJ – uma das maiores referências do debate da TRS no Brasil; e com a assistente

social e professora da UFPB, Rayane Noronha, vencedora do prêmio Capes, com uma tese sobre a teoria unitária e o Serviço Social. Então, elas ministraram conjuntamente uma atividade programada, no semestre passado, sobre classe, gênero, raça na teoria da Reprodução Social e sua relação com o Serviço Social, com enorme acolhida de nossos(as) estudantes e docentes, que puderam apresentar e debater as pesquisas em andamento. Temos aprofundado os estudos e as pesquisas sobre a TRS, com base na teoria do valor trabalho de Marx, a partir de uma (re) leitura do campo feminista marxista e, também, do feminismo marxista negro, na perspectiva de uma teoria unitária entre classe, raça e gênero, como elementos estruturantes do processo de produção e reprodução da força de trabalho e das relações sociais capitalistas. São abordagens e temas polêmicos e instigantes, mas que estamos tendo a ousadia intelectual e política de enfrentar, pois dialogam com a nossa realidade, com as questões que desafiam o trabalho profissional e com as pesquisas em desenvolvimento no Programa. Da mesma forma vamos ter o privilégio de contar nesse segundo semestre, em uma interlocução que, na verdade, tem sido continuada, com a contribuição do professor Ricardo Antunes, nossa inspiração e grande referência no debate da nova morfologia do trabalho, que vai ministrar uma atividade programada (curso de curta duração) sobre trabalho e valor na era da uberização e do trabalho digital, trazendo aportes teóricos e empíricos essenciais para avançarmos no desvendamento crítico da nova morfologia do trabalho no Serviço Social e sobre o processo de valorização no campo do trabalho em serviços.

Finalizando nossa conversa, aproveito para compartilhar com vocês que estou encerrando minha gestão como coordenadora do PPG em Serviço Social da PUC-SP, pois desde 1 de agosto/2023 ele passou a ser coordenado pela professora Maria Beatriz Abramides e pelo professor Rodrigo Diniz, vice coordenador. Foram tempos difíceis e desafiadores, na conjuntura do desgoverno Bolsonaro e de eclosão da pandemia da Covid-19. Mas, ao mesmo tempo, colhemos muitos frutos com o apoio coletivo indispensável do colegiado de docentes do Programa, composto por jovens quadros acadêmicos que começam a ingressar na universidade e, também, como vocês sabem, por grandes intelectuais de referência do Serviço Social no país e no exterior, como a nossa querida decana – como costumamos chamar carinhosamente a professora Maria Carmelita Yazbek – e demais docentes responsáveis pela alta qualificação acadêmica e intelectual do PPG, além dos(as) nossos(as) estudantes. Graças a esse esforço coletivo, conseguimos manter a nota 7 na última avaliação quadrienal da Capes, bem como a permanência no PROEX – Programa de Excelência da Capes –, condição necessária para garantir sua continuidade em uma universidade comunitária como a PUC-SP, que tem resvalado cada vez mais para uma gestão privada/mercantil. Mas vamos resistir, como temos feito historicamente, nesse Programa longo e que completa 52 anos de existência esse ano.

De volta ao passado: o debate histórico das profissões e do Serviço Social no Brasil

Back to the Past: The historical debate of professions and Social Work in Brazil

Débora Holanda Leite Menezes* 

Resenha do livro *Profissões e serviço social: surgimento e regulamentação ética no Brasil*, de Charles Toniolo

A obra *Profissões e Serviço Social: surgimento e regulamentação ética no Brasil* foi publicada pela editora CRV, no ano de 2022, do Dr. Charles Toniolo de Sousa, professor adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Um intelectual, pesquisador, militante aguerrido do debate de fundamentos da profissão, que expressa em seu trabalho o posicionamento crítico da realidade consonante com a direção ética e política do Serviço Social. O seu livro é fruto do percurso de doutoramento no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, defendido em 2020.

A obra é uma expressão do grande fôlego acadêmico do autor, que alia o conhecimento da trajetória do Serviço Social no Brasil às características contemporâneas da profissão. De maneira pedagógica, o autor trata de elementos fundamentais sobre a dinâmica societária e os processos históricos vivenciados no Brasil e pelo Serviço Social, desde sua gênese. Assim, é fundamental para os interessados em compreender o passado da profissão, com foco nos movimentos de regulamentação desde sua origem, e como isso veio acompanhando os processos históricos de expansão da profissão, em especial, com o marco do Código de Ética de 1965. A partir desse olhar, projeta uma ótica cuidadosa, que se expressa na sua apropriação de leituras sobre as profissões liberais na dinâmica da formação do Estado brasileiro.

O autor proporciona um diálogo crítico com a “sociologia das profissões”. Na sua obra, realiza uma pesquisa documental e bibliográfica.

RESENHA

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78954>

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: debyholandaufrij@gmail.com.

Como citar: MENEZES, D. H. L. De volta ao passado: o debate histórico das profissões e do Serviço Social no Brasil. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp.238-243, set./dez. 2023. Resenha da obra: TONIOLO, C. *Profissões e Serviço Social: surgimento e regulamentação ética no Brasil*. Curitiba: CRV, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78954>

Recebido em 15 de junho de 2022.

Aprovado para publicação em 18 de julho de 2022.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

fica profícua para alicerçar seu debate; resgata elementos da formação econômica, política, social e cultural, para debater sobre como tais dinâmicas societárias históricas refletiram e ainda se apresentam no contexto contemporâneo, com novas e velhas roupagens, principalmente quando olhamos para a gênese da questão social e do Serviço Social no Brasil.

O texto está organizado em três partes, as quais dialogam entre si para compreender o constructo estabelecido socialmente, que trata do Serviço Social e sua relação direta com as demais profissões. A primeira parte aborda a questão da regulamentação das profissões no Brasil; a segunda trata da emergência do Serviço Social e da organização dos assistentes sociais no Brasil; e a terceira, por sua vez, discute a expansão e a regulamentação ética do Serviço Social no Brasil.

A primeira parte contempla três capítulos, os quais abordam as profissões liberais e a dinâmica da formação do Estado brasileiro; a questão social no Brasil e os impactos nas profissões e o imperialismo; e o desenvolvimento e a regulamentação estatal das profissões estatais. Para isso, o autor se debruça em compreender como se deu a formação das colônias americanas, que inclui o Brasil, as quais são baseadas no desenvolvimento universal do capitalismo. Lembra, ainda, ancorado na leitura de Caio Prado Jr., que o mundo do trabalho, das relações econômicas dominantes no Brasil, requeria uma atividade laboral escravizada, com esforços e sacrifícios musculares para o feitor e, para a mulher, a passividade.

Apesar da existência deste trabalho escravo, se demandava um aprimoramento com foco na exportação, no crescimento urbano e na formação do Estado nacional, colocando em destaque medicina, engenharia e direito. Destarte, Charles Toniolo interroga, com base em Marx, como no espectro de tantas atividades e ocupações existentes no mundo do trabalho – produtivo e improdutivo – uma atividade é qualificada como profissão e outra não. O autor se baseia em Maria da Lurdes Rodrigues para afirmar que profissões são produtos históricos e, como tais, estão sempre em movimento – permitindo que essas análises dialoguem entre si, confrontando-se mutuamente. Deixam-se evidentes as múltiplas possibilidades de resposta para a pergunta, nos afastando de um viés neopositivista.

O capítulo dois aborda a “questão social” no Brasil e os impactos nas profissões. Para isso retoma o crescimento do mercado de trabalho desencadeado no Brasil do século XIX, sobretudo nos centros urbanos, destacando que o desenvolvimento das manufaturas demandou uma série de novas e velhas ocupações. Nas percepções acumuladas pelo autor, destaca-se que a formação da classe trabalhadora brasileira se dá a partir das experiências e resistências comuns, diante das distintas formas de escravidão.

A força das ideias liberais durante o período da monarquia e em toda República Velha produz tensões vivenciadas, dentre as quais salientam-se as polêmicas sobre as definições das “profissões imperiais” nas legislações republicanas. Pontua que, a concepção

de “liberdade de trabalho”, que já aparecia na Constituição anterior e posteriormente referendada pela Carta Magna de 1891, isso não garantiu que a criminalização do exercício da medicina, da farmácia e da odontologia para quem não possuísse o título, como dito pelo Código Penal de 1890. Isso coloca a medicina em um lugar diferenciado, justamente por perceber a centralidade que tem a partir da adoção de política higienista e *a posteriori* eugenista, decorrentes dos impactos da libertação dos escravizados e dos processos de migração europeia. Destaca-se que as ações no campo da saúde pública ascendem a medicina a um campo de intervenção no Brasil: o sanitarismo.

O autor dialoga sobre os problemas da saúde pública que foram enfrentados aportados na tentativa de reduzir os efeitos negativos decorrentes dos processos de industrialização e urbanização da classe trabalhadora, a qual, por sua vez, era o público prioritário das ações higienistas. Sabe-se que os ideais higienistas sempre trouxeram, em sua essência, práticas repressivas de controle social, de espaços públicos e privados, com foco nos locais de moradia da população pobre, envolvendo o aparato estatal de instituições de saúde e de segurança, fortalecendo assim o ideário que articula saúde e criminalidade. Desse modo, apesar de existir uma preocupação com os surtos epidêmicos, não se pode perder de vista que havia também uma preocupação com o modo de vida baseado na moralidade, repleto de preconceitos e perseguições para com a população mais pauperizadas.

O autor adensa o debate acerca das intervenções da medicina coletiva, que se configurava a partir da ampliação do mercado de trabalho assalariado para intervenção estatal: a medicina social, acompanhada de uma agenda de intervenções urbanísticas, desde a Independência, que requisitava engenheiros. Os ensinamentos e práticas oriundas da aproximação europeia da formação social brasileira, de superioridade branca, baseada no modelo higienista, incorporavam as teorias racistas e de caráter eugenista. Essas, por sua vez, trouxeram fortes impactos para a medicina e o direito, precisamente por estabelecer uma relação entre saúde e criminalidade.

Em particular, no direito, o mundo acadêmico e o político se articulavam mutuamente, por conta da necessidade da formação de uma elite intelectual que representasse o interesse das classes dominantes brasileiras. Toniolo pondera, ancorado em suas referências, que nas primeiras produções das faculdades de direito a questão criminal ganha centralidade nas preocupações dos juristas, até porque buscava-se sintonizar o direito com os desafios postos naquele período de controle e reprodução social da sociedade burguesa na Europa – abordagem conhecida como antropologia criminal.

Neste percurso, o autor problematiza os principais atravessamentos vivenciados na dinâmica societária, para pensar as influências europeias, recorrendo à postura do Estado para compreender como operativamente estavam sendo construídas tais intervenções estatais na criação de uma legislação trabalhista, social e sindical, para atuar de forma dife-

renciada sobre a questão social. O autor, ao parafrasear o ex-presidente Washington Luís, que considerava a “questão social como questão de polícia”, reforça que tal enfrentamento se baseava na repressão. É na agenda dos movimentos desencadeados mundialmente, e com as transformações da sociedade brasileira, a partir de 1930, bem como com as políticas autoritárias como estratégia para alavancar o desenvolvimento, que o Estado tem papel central. O autor aponta que, com a presença de legislações para maior controle e, ao mesmo tempo, tentando responder às reivindicações dos trabalhadores, que a questão social se torna questão de política, apreciando as reflexões de Cerqueira Filho.

Ainda no terceiro capítulo da primeira parte da obra, o autor aproxima-se da leitura de como o capitalismo monopolista, sob a liderança estadunidense, direcionou-se aos países periféricos. É no fomento do desenvolvimento social e econômico que a reprodução do capitalismo na América Latina gerou políticas de industrialização pesada nesses países, sobretudo na década de 1950, o que provocou, por sua vez, o desenvolvimento associado ao capital estrangeiro e dependente dele. Refletindo sobre efeitos deletérios, a dinâmica societária, com a entrada do regime ditatorial no Brasil, acompanhou um processo de modernização, de essência conservadora. Neste contexto, a regulamentação das profissões se dá dimensionada nas formas de controle. Destarte, o autor demonstra que o desenvolvimento das profissões no Brasil inclui a opção de regulamentá-las através do Estado, e é fruto de lutas e protagonismos das classes. Dessa maneira, as regulamentações são decorrentes do agravamento e das respostas construídas à questão social diante do contexto de formação sociopolítica do Brasil.

Na parte dois da obra, o autor elenca um conjunto de capítulos, os quais discorrem sobre as determinações e mediações do surgimento e da legitimação do Serviço Social no Brasil, como profissão que emerge em condições de assalariamento no cenário brasileiro e na divisão internacional do trabalho na idade dos monopólios. O autor baseia-se na análise das perspectivas europeia e estadunidense, que influenciaram o Serviço Social brasileiro e da América Latina. Celebra ao final desta parte, a partir de reflexões sobre como resultou a aprovação do primeiro Código de Ética Profissional de 1947 e sobre os trâmites de regulamentação da profissão.

No quarto capítulo da segunda parte, o autor trata do surgimento das primeiras escolas de Serviço Social, a partir de 1936, sobretudo no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, mas que posteriormente se espalhará entre as principais capitais e centros urbanos do país, com forte hegemonia católica. Comenta sobre os marcos históricos relevantes para a profissão na década de 1946, com a criação da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (Abas) e da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (Abess). Refere-se ainda à emergência das grandes instituições socioassistenciais, que potencializa a criação de um mercado de trabalho para assistentes sociais. É na década de 1950 que assistentes sociais, especialmente as vinculadas às associações e às instâncias de formação, dão início a um

processo de normatização do ensino em Serviço Social, com a sua regulamentação oficial. Posto isso, reconhece-se que a profissão irá corroborar para reprodução do capitalismo, em uma relação de trabalhador(a) assalariado(a) executando as políticas sociais. Toniolo menciona que uma das profissões emergentes na idade dos monopólios, que será requisitada para participar do processo de produção e reprodução, será o Serviço Social, rompendo com práticas voluntárias ligadas à filantropia e à assistência já existente.

No capítulo cinco da obra, a preocupação do autor desenha-se em refletir sobre as perspectivas europeias e estadunidenses na profissão. Neste percurso, não se pode perder de vista a aproximação com a Igreja Católica no surgimento da profissão. As soluções que a Igreja constrói para a questão social fundam-se na doutrina social, baseada em *rerum novarum*, posicionamento baseado no campo da moral cristã, operacionalizado por mulheres católicas. É nesta ótica que, em nome da ordem e da paz, travestida de ajuda, estava autorizada a invasão da privacidade dos trabalhadores.

As tendências europeias são ancoradas em uma projeção higienista e moralizada, enquanto estratégia de controle e reprodução, por meio de ações coercitivas, ainda que com uma dimensão educativa. No escopo estadunidense, o autor reflete sobre a tese da profissionalidade do Serviço Social, de Mary Richmond, a partir do momento que inclui a incorporação de conhecimento técnico-científico nas ações de caridade. Tal experiência inspira-se em uma filosofia pragmática, até porque reforça a ação profissional e contempla: o conhecimento e a própria ação. Posto isso, constata-se que constrói uma relação entre sujeito e meio social, a qual irá subsidiar uma ação muito baseada na medicina, na ideia de um diagnóstico social. É nesta aproximação que adiante fica explícito que o Serviço Social de caso e o Serviço Social de grupo são expressões máximas da abordagem psicossocial do Serviço Social norte-americano. Toniolo, com base nos acúmulos teóricos adquiridos na pesquisa, menciona que o Serviço Social em organizações de comunidade não foi possível de ser identificado como parte de uma abordagem psicossocial.

No capítulo seis da segunda parte o autor sinaliza que a apropriação das técnicas vindas do Serviço Social estadunidense e dos princípios cristãos provenientes do neotomismo que vai ser dado o tom do exercício profissional, quando de sua legitimação no mercado de trabalho, seja nas relações com as equipes multidisciplinares em que os profissionais estavam inseridos, seja na relação com os usuários. Isso, de alguma maneira, favoreceu os arranjos de mobilização das assistentes sociais.

Na parte três, a obra está organizada em dois capítulos, que tratam da regulamentação da profissão, culminando no Código de Ética profissional de 1965. Todavia, sabe-se que nesta agenda a sociedade brasileira vivenciava momentos de expansão do país e que no seio da profissão questionava-se, parafraseando Netto, a erosão do Serviço Social tradicional. Destaca-se que a influência estadunidense no Serviço Social latino-americano e no

Brasil é engendrada pela expansão do capitalismo e dominação de classe. Neste sentido, em uma pauta de desenvolvimento, a afirmação de um estatuto de profissionalidade do Serviço Social como liberal se deu de forma basilar, associado ao que historicamente referenciou as demais profissões imperiais. É neste cenário de efervescência que em 8 de maio de 1965 o Conselho Federal de Assistentes Sociais aprova o Código de Ética Profissional, sendo para o autor a própria expressão da regulamentação da ética no Brasil.

Sendo assim, não esgotam por aqui as inúmeras reflexões do autor sobre o Serviço Social e sua relação com as profissões, até porque posso nomear essa obra como um clássico atualizado do debate histórico das profissões e, em particular, do Serviço Social, justamente por permitir uma volta ao passado, que é basal para compreender a profissão. Assim, entende-se que o livro do autor abre um leque de contribuições para articular o debate da profissão, compreendendo-a no tempo presente, diante de um contexto de ofensivas neoconservadoras.

Para além da mistificação: o capital como relação social e seu contraditório processo de (re)produção*

*Beyond mystification: capital as a social relationship
and its contradictory process of (re)production*

Marilda Villela Iamamoto** 

Resenha do livro *Capítulo VI (inédito): manuscritos de 1863-1867, O capital, livro I*, de Karl Marx [Inclui Enquete Operária – Tradução: Ronaldo Vielmi Fortes; Organização e apresentação de Ricardo Antunes e Murilo van der Laan].

Essa primeira publicação do *Capítulo VI (inédito)* de Marx¹ com primorosa tradução direta do alemão, extraída das obras completas de Marx e Engels (Mega), merece ser saudada². Ela nos brinda ainda, como apêndice, com a *Enquete operária de 1880*, de autoria de Marx, orginalmente em inglês, e uma cronologia de Marx e Engels³.

Esse é um *livro fascinante, denso, de extraordinária capacidade de síntese, que retoma, elucida e avança temas tratados em O capital* (MARX, 2014). Esta afirmativa, que não é consensual, está apoiada em décadas de estudo desse manuscrito e em comentaristas de reconhecida autoridade. Mandel (1998) assume que a publicação de

1 Segundo Aricó (1971, p. 7), em junho de 1863, Marx conclui um original de 23 cadernos de 1474 páginas intitulado: *Contribuição à Crítica da economia política*. É deste original que Engels irá extrair o livro II de *O capital*, e também do qual Kautsky, mais tarde, organiza a primeira versão das *Teorias da mais-valia*. Enquanto Marx reelabora esse material para publicação do livro I, desenvolve paralelamente o livro III.

2 Esta saudação é dirigida à Editora Boitempo pelo 31º volume da coleção Marx e Engels, aos organizadores Ricardo Antunes e Murilo van der Laan, a Leda Paulani, autora do texto das orelhas do livro, e a Ronaldo Vielmi Fortes, pela esclarecedora tradução.

3 Para uma biografia exaustiva de Marx, ver Netto (2020).

RESENHA

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78955>

*Com a grafia de (re)produção das relações sociais pretende-se indicar o processo de produção e de reprodução das relações sociais.

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Doutora em Ciências Sociais (PUC-SP) com pós-doutorado em Serviço Social na mesma universidade. Professora titular aposentada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atuando no quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, pesquisadora e bolsista do CNPq, nível 1 e autora de vários livros e artigos científicos nas áreas de Serviço Social e Ciências Sociais. E-mail: mviamoto@uol.com.br.

Como citar: IAMAMOTO, M. V.

Para além da mistificação: o capital como relação social e seu contraditório processo de (re)produção.

Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, p. 244-252, set./dez. 2023. Resenha da obra: MARX, K. Capítulo VI (inédito): manuscritos de 1863-1867, O capital, livro I. Trad. Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78955>

Recebido em 20 de julho de 2023.

Aprovado para publicação em 28 de julho de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

dois textos importantes – os *Gründrisse* e o *Capítulo VI* – contribuiu ao avanço do conhecimento de *O capital*. Hobsbawm (1983) destaca-o dentre os escritos inéditos. Dussel (1990) aprofunda seu estudo, Lefebvre (1973) escreve um livro nele inspirado e Napoleoni (1981) registra um curso sobre o tema na forma de livro.

O *Capítulo VI* faz o trânsito do livro I de *O capital* (MARX, 2014) ao livro II (MARX, 2017a), dedicado à circulação do capital. E ele constrói efetivas pontes com o livro III (MARX, 2017b), voltado ao movimento global da acumulação capitalista, em que a mistificação das relações sociais é objeto de destaque na seção VII: *O rendimento e suas fontes* (MARX, 2017b, p. 877-894). O manuscrito em questão também resume temas do último livro de *O capital* (livro IV)⁴, voltado à abordagem histórico-crítica das teorias sobre o mais-valor, em particular o debate sobre trabalho produtivo e improdutivo no *Capítulo IV* (MARX, 1980, p. 137-281).

Sendo parte da massa dos escritos preparatórios à redação de *O capital*, o *Capítulo VI* (*inédito*) veio tardiamente a público, em 1933, em edição bilingue, em alemão e russo. Mas esse manuscrito ganha difusão a partir de 1967, com a edição francesa organizada por Maximilien Rubel⁵, ainda fragmentada, e logo ampliada em *Karl Marx, Oeuvres*. Somente em 1976 é traduzido ao inglês, conforme informa Hobsbawm (1983, p. 434).

O *Capítulo VI* (*inédito*) abrange três dimensões: 1) *Mercadoria como produto do capital*; 2) *A produção capitalista é produção de mais-valor*; 3) *A produção capitalista é produção e reprodução de toda a relação social por meio da qual o processo de produção imediato se caracteriza como especificamente capitalista*.

Duas observações preliminares contribuem à análise do texto. *A primeira* é a questão de procedência hegeliana do “pressuposto-resultado”, como sugere Dussel (1990, p. 40)⁶, presente nos textos de Marx e transversal a esse manuscrito. *O resultado é também o fundamento do pressuposto*. A mercadoria é um *pressuposto histórico e lógico do capital*. Na forma mercantil do comércio dos séculos XV e XVI, a mercadoria antecede historicamente o capital; é também *pressuposto lógico, porque o dinheiro já é uma mercadoria*. Mas a mercadoria, *pressuposto do capital, é diferente da mercadoria resultado do capital*.

4 “El texto fundamental de las teorías de la plusvalía figura en los cuadernos VI al XV y el XVIII, escrito en enero de 1862 a enero de 1863”, conforme o prólogo do Instituto Marx e Engels, de Moscou, em Marx (1980, p. 11).

5 Publicada em *Economies et Sociétés*, Paris, n. 6, jun. 1967.

6 “El fin o término del proceso que Hegel denominaba técnicamente Resultado, es su propia identidad como fundamento o *esencia*, el ‘presupuesto’ de sus desarrollos posteriores: desarrollos fenoménicos. El último desarrollo del fenómeno es ya el ‘poner-se’ de la esencia antes (vor: antes; setsen: ponerse) de sus futuros desarrollos. Es la cuestión del círculo – o de la espiral – tan presente en Hegel, como en Marx”. (DUSSEL, 1990, p. 40).

A mercadoria, como *forma elementar da riqueza burguesa*, foi o nosso ponto de partida, o pressuposto para o surgimento do capital. No entanto, as mercadorias aparecem agora como *produto do capital* [...]. Contudo, a troca desenvolvida de mercadorias e a *forma de mercadoria* como *forma social necessária e geral do próprio produto* são resultados somente do modo de produção capitalista. (MARX, 2022, p. 19 – grifos nossos?).

Aqui se mostra a *historicidade das categorias econômicas*. Aquelas pertencentes a épocas anteriores adquirem no modo de produção capitalista um *caráter histórico especificamente distinto*. A mercadoria individual tem um valor de troca e uma grandeza dadas, fundada na produção independente isolada e na troca de equivalentes. Já a mercadoria como produto e resultado imediato do processo de produção capitalista *supera a base da produção de mercadorias. A troca de capital e força de trabalho torna-se formal. A mercadoria torna-se a forma geral dos produtos e a alienação do produto a forma necessária de sua apropriação*. Ela se mostra de modo tangível na produção em larga escala, na unilateralidade e no caráter massivo do produto que deve realizar-se como valor de troca, isto é, ser trocado por dinheiro, não apenas como necessidade de subsistência do produtor, mas como *exigência de continuidade e renovação do processo de produção*. O suposto é uma divisão de trabalho plenamente desenvolvida na sociedade e no interior do processo produtivo. Todos os meios de trabalho produzidos, além de servirem como valores de uso no processo de produção, funcionam agora, ao mesmo tempo, como elementos do *processo de valorização*. As mercadorias *resultado do capital* contêm trabalho pago e não pago, já são capital valorizado.

A segunda observação é a afirmação do capital como relação social: relação entre classes (sujeitos de classes) e não entre coisas materiais. O autor contrapõe-se ao duplo erro dos economistas, 1) considerar as formas elementares do capital – mercadoria e dinheiro – enquanto tais como capital; 2) considerar o modo de existência do capital como *valor de uso* (meios de trabalho) enquanto tal como capital, redundando na *mistificação do capital*. Esta é uma chamada da maior relevância e como alerta aos estudos sobre o trabalho na cena contemporânea tendentes a privilegiar o processo técnico-material de produção em detrimento do processo de valorização, como se fossem uma dualidade e não dimensões indissociáveis de uma mesma unidade (MARX, 2014, p. 273).

A produção capitalista de mais-valor é a parte mais importante do livro. Marx aprofunda o debate *sobre processo de produção imediato* – aqui destacado – distinguindo como *dimensões de uma mesma unidade* o *processo técnico-material de produção do produto* (processo de trabalho voltado a produção de valores de uso) e o *processo formal de produção do valor e mais-valor objetivado no produto*, isto é, o processo de formação de valor e de valorização. Salienta também o *processo histórico de subsunção formal e real do trabalho ao capital*. A *subsunção formal* não envolve alteração tecnoló-

gica do processo de trabalho pré-existente, sendo típica da manufatura. Tem-se, sim, a coerção ao mais-trabalho de um número maior de trabalhadores simultaneamente empregados sob direção e supervisão do capital, voltada à obtenção do mais-valor absoluto, mediante o prolongamento da duração jornada de trabalho para além do tempo de trabalho socialmente necessário. No processo real de produção revolucionado pela indústria no modo de produção propriamente capitalista tem-se *a subsunção real do trabalho ao capital* e a prevalência do mais-valor relativo, sendo essas formas subsunções *mutuamente coexistentes* na expansão capitalista. Outro tema desafiador se refere ao *trabalho improdutivo e ao trabalho produtivo de mais-valor*. Este requer uma relação de troca da força de trabalho com o dinheiro como capital e sua inserção no processo de produção enquanto parte do trabalhador coletivo, sendo o processo de trabalho *meio* do processo de valorização. O resultado da objetivação do mais-trabalho é o mais-valor, *produto específico do processo de produção capitalista*: seu produto não é apenas a mercadoria, mas o capital. Já o trabalho improdutivo de mais-valor *é aquele em que a força de trabalho é trocada por dinheiro como renda – e não por capital –, sendo indiferente o conteúdo determinando do trabalho, sua utilidade específica ou o valor de uso em que se corporifica*. A *mistificação do capital* como relação social é objeto de análise no texto, aqui privilegiada.

No *Capítulo VI* consta uma elucidativa análise do *processo de produção capitalista de mercadorias, enquanto unidade do processo de produção e de circulação*. A transformação de soma de dinheiro adiantada em força de trabalho e meios de produção *é um ato de circulação, pressuposto necessário do processo de produção considerado na sua continuidade*. A função “autêntica” e “específica” do capital é a produção de mais-valor, ou “produção de mais-trabalho”, ou “trabalho não pago no processo real de produção”, “que se apresenta e se objetiva como mais-valor” (MARX, 2022, p. 49).

O processo de produção é unidade *imediata* de processo de trabalho e processo de valorização, assim como seu resultado imediato, a mercadoria, é uma unidade *imediata* de valor de uso e valor de troca. No entanto, o processo de trabalho é *meio* do processo de valorização e o processo de valorização como tal é essencialmente a *produção de mais-valor*, isto é, *processo de objetivação de trabalho não remunerado*. Isso determina de maneira específica o caráter global do processo de produção. (MARX, 2022, p. 62 – grifos no original).

Os *valores de uso*, quando inscritos no processo imediato de produção, adquirem *novas determinações formais, essenciais à relação econômica*: devem ser *meios de produção objetivos de produção* (matérias-primas e meios de trabalho) e condição subjetiva de produção, a *capacidade ou força de trabalho*. Os meios de produção são *potencialmente capital*: *são realmente capital* à medida que funcionem como tal, a partir de sua combinação com

capacidade viva de trabalho com uma especificidade determinada, correspondente ao particular valor de uso dos meios de produção que os transforme em produtos. Enquanto na mercadoria o valor de uso é um objeto dado, com propriedades determinadas, é agora “transformação de coisas”.

Uma vez que o trabalho vivo – no interior do processo de produção – já está incorporado ao capital, todas as *forças produtivas sociais do trabalho* se apresentam como *forças produtivas*, como propriedade inerente ao capital, assim como no dinheiro o caráter geral do trabalho, na medida em que cria valor, aparece como uma propriedade de uma coisa. (MARX, 2022, p. 121 – grifos no original).

O fundamento da *mistificação do capital*, o fetichismo dos economistas políticos, está na forma útil (meios de produção materiais) que o capital tem que assumir no processo imediato de produção, revestindo o mesmo valor de uso que circulava como mercadoria. Mas com a parte *variável* do capital ocorre algo distinto: o dinheiro é a forma modificada dos meios de subsistência do trabalhador existentes no mercado, e ele só se transforma em capital variável quando é trocado por capacidade de trabalho, como elemento criador de valor, adquirindo uma grandeza variável: *tem-se a valorização como processo*. “Quando a capacidade viva se incorpora às partes objetivas do capital, este se torna um monstro animado, e começa a trabalhar como ‘se o amor no corpo houvesse’” (MARX, 2022, p. 78), parafraseando o *Fausto*, de Goethe.

A parte do capital despendida em salário aparece formalmente como pertencente ao trabalhador – e não mais ao capitalista –, tão logo assume a forma de meios de subsistência. Ela é substituída, no interior da produção, pela atividade da força de trabalho criadora. O *trabalho vivo preserva o valor do capital variável reproduzindo-o e cria um incremento de valor – um mais-valor – mediante a objetivação no produto de um quantum de trabalho excedente, acima do salário* (MARX, 2022). O trabalho vivo como esforço, dispêndio de energia vital, é função pessoal do trabalhador, realização de suas capacidades produtivas em movimento. Mas como formador de valor, é um modo de existência do valor-capital: força de *preservação de valor e criação de valor novo*, que aparece como processo de autovvalorização do capital e empobrecimento do trabalhador. Este, ao criar o valor, o cria como valor que *lhe é estranho*.

O trabalho *pertence* ao capitalista e as condições materiais para realização do trabalho – *meios de produção e meios de subsistência* – *estão estranhadas pelo próprio trabalhador e aparecem como “fetiches dotados de vontade e alma próprias”*: *as mercadorias figuram como compradoras de pessoas. As mercadorias se contrapõem aos trabalhadores como potências autônomas, como propriedade de uma coisa, obscurecendo a relação social de produção que o capital expressa*. Então o domínio do capitalista sobre os trabalhadores

é o *domínio das condições de trabalho sobre o trabalhador* (meios de produção e meios de subsistência), que se tornam autônomas frente a ele, o que só se realiza no processo de produção (MARX, 2022, p. 60 – grifos nossos).

No processo de trabalho, o trabalhador consome os meios de produção como matéria de seu trabalho, transformando-os num produto, num valor de uso; já no processo de valorização os meios de produção são propriedade do capitalista e, como capital, confrontam o trabalho vivo do trabalhador, ou seja, sua própria exteriorização de vida. O trabalho vivo é *meio* do processo de valorização de valores já existentes. No processo real de produção, no processo de criação de mais-valor, o domínio do capitalista é o domínio das condições de trabalho sobre os trabalhadores – condições essas que não lhe pertencem. Na circulação, os trabalhadores e o capitalista se enfrentam como iguais proprietários de mercadorias equivalentes

Como esforço, como dispêndio de energia vital, o trabalho é a atividade pessoal do trabalhador. Mas como *formador de valor*, como incorporado no processo de sua objetivação, o trabalho do trabalhador, tão logo entra no processo de produção, é ele mesmo *um modo de existência do valor-capital*, incorporado nele. Essa força de *preservação do valor e de criação de novo valor*, é por isso, a força do capital, e esse processo aparece como o processo de sua *autovalorização* e, também, como processo de empobrecimento do trabalhador que, ao criar valor, o cria *como valor que lhe é estranho (fremden)*. (MARX, 2022, p. 59 – grifos no original).

Tem-se, pois, *a reprodução da relação social alienada*: o capitalista é a *personificação do capital* e exerce as funções do capital com consciência e vontade. O trabalhador é trabalho personificado que lhe pertence como esforço, mas que pertence ao capitalista como substância criadora e acrescentadora de riqueza. Portanto, a dominação do capitalista sobre o trabalhador é dominação da coisa sobre o homem e é *resultado do processo de produção*. O trabalhador é *vítima* desse processo e *rebelde*.

A produção capitalista não é apenas reprodução da relação, é sua reprodução em cada escala cada vez maior, e, na mesma medida em que a força produtiva social do trabalho se desenvolve com o modo de produção capitalista e na mesma medida em que aumenta a riqueza que se ergue diante do trabalho *como riqueza que o domina*, como *capital*, um mundo da riqueza se expande como um mundo estranho a ele e que o domina e na mesma proporção se desenvolve por oposição sua pobreza sua indigência e sua dependência subjetiva. Seu *esvaziamento* e essa *abundância* se correspondem, dão o mesmo passo. Ao mesmo tempo aumenta a massa desses meios vivos de produção do capital, o *proletariado* trabalhador.

O *crescimento do capital e o aumento do proletariado* aparecem, portanto, como produtos relacionados, embora polarizados, do mesmo processo. (MARX, 2022, p. 130 – grifos no original).

O resultado do processo de produção imediato é a reprodução das condições objetivas do processo de produção e seu caráter social: as relações sociais e a posição dos agentes entre si, isto é, as relações de produção. O produto é a reprodução contraditória de relações entre classes sociais distintas entre si, que se complementam, se negam e se recriam mutuamente; o aprofundamento das desigualdades e a recriação da consciência alienada que facilita essa reprodução.

Aricó, na apresentação desta obra (MARX, 1977, p. 10-11), incorpora a provocação do tradutor italiano Bruno Maffi sobre o caráter politicamente comprometedor desse manuscrito em fina sintonia com *O manifesto comunista*, de 1848. Reafirma que o modo de produção capitalista não é apenas um modo de produção de mercadorias, mas de mais-valor e, portanto, de capital, sendo impossível que se reforme. Está condenado a reproduzir toda a relação em escala ampliada. Ou seja,

o conjunto das relações históricas e sociais de uma sociedade que condena aos homens à criação de bens que lhe são cada vez mais alheios. Esta sociedade deve ser abolida pelas forças que engendraram suas contradições internas. Marx, nos resultados do processo de produção imediato, demonstra como surgem dentro do próprio capitalismo essas forças sociais destinadas a sepultá-lo (MARX *apud* ARICÓ, 1977, p. 11).

O processo de acumulação impulsiona novas forças produtivas sociais do trabalho nas condições de produção e nas relações de circulação por ela desenvolvidas em oposição ao trabalhador: uma revolução econômica total. E, *contraditoriamente, cria*

as condições reais de um novo modo de produção, que abole a forma antagônica do modo de produção capitalista e, portanto, cria a base material de um processo de vida social com uma nova configuração e, com isso, uma nova formação social. (MARX, 2022, p. 133 – grifos no original).

Como salienta o texto, essa é uma concepção essencialmente distinta dos economistas burgueses que registram *como* ocorre a produção no interior da relação capitalista,

mas não como essa relação é produzida e ao mesmo tempo produz nela as condições materiais de sua dissolução, com o que se suprime sua *justificativa histórica* enquanto *forma necessária* de desenvolvimento econômico da produção de riqueza social. (MARX, 2022, p. 133 – grifos nossos).

O texto revela tanto as condições objetivas do processo de produção, quanto seu caráter *especificamente social*: como são produzidas/reproduzidas as relações sociais, a posição dos agentes da produção entre si e, simultaneamente, *como se produzem, no seu seio, as condições materiais de sua dissolução*. Destarte, anula a justificativa histórica do

capital como forma necessária de produção da riqueza social, que tende a ser naturalizada. O resultado do processo de produção imediato é a produção e reprodução das relações sociais e as bases materiais de sua dissolução no horizonte da história enquanto criação coletiva.

Referências

ARICÓ, J. Presentación. In: MARX, K. *El capital, libro I. Capítulo VI (inédito)*. Resultados del proceso inmediato de producción. Trad. Pedro Scaron. México: Siglo XXI, 1977.

DANGEVILLE, R. *Un chapitre inédit du Capital*. Présentation. Paris: Union Générale D'Editions 10/18, 1971.

DUSSEL, E. El resultado del proceso del capital. El Capítulo 6 inédito (1883-1884). Folios 441 a 495 de los manuscritos perdidos del libro I, escrito de julio de 1863 a junio de 1864. In: DUSSEL, E. *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana*. Un comentario a la tercera y a la cuarta redacción de El capital. México: Siglo XXI, 1990.

HOBBSBAWM, E. J. A fortuna das edições de Marx e Engels. In: HOBBSBAWM, E. J. (Org.). *História do marxismo*. Vol. 1. O marxismo no tempo de Marx. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Sales. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LEFEBVRE, H. *A re-produção das relações sociais de produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

MANDEL, E. Apéndice. El Capítulo VI: resultados del proceso inmediato de producción. In: MANDEL, E. *El capital*. Cien años de controversias en torno de la obra de Karl Marx. 2ª ed. México: Siglo XXI, 1998, p.85-90.

MARX, K. *Un chapitre inédit du capital*. Trad. Roger Dangeville. Paris: Unión Générale D'Editions, 10/18, 1971.

MARX, K. *El capital*. Libro I, Capítulo VI (inédito). Resultados del proceso inmediato de producción. 14 ed. Trad. Pedro Scaron. México: Siglo XXI, 1977.

MARX, K. *O capital*. Livro I, Capítulo VI (inédito). São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

MARX, K. *Teorías sobre la plusvalía*. Vol. I, tomo IV de El capital. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

MARX, K. *El capital: crítica de la economía política*. Libro tercero. El proceso global de reproducción del capital. México: Siglo XXI, 1985.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro II. O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro III. O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, K. *Capítulo VI (inédito)*: manuscritos de 1863-1867, O capital, livro I. Trad. Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2022.

NAPOLEONI, C. *Lições sobre o capítulo inédito de Marx*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1981.

NETTO, J. P. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

Rose Serra: uma vida de paixões e subversões

Rose Serra: a life of passions and subversions

Monica de Jesus Cesar* 



Fonte: acervo da homenageada

Rose Mary Sousa Serra nasceu na cidade de Grajaú, no estado do Maranhão, e, desde cedo, já se mostrou uma criança diferenciada, muito atenta e observadora. Devido à profissão de seu pai, coletor federal, a família não conseguia fixar residência de maior duração. Assim, em busca de oferecer melhores condições de ensino para seus filhos, o cuidadoso pai mandou-a para São Luís, capital do Maranhão.

Desde a juventude, Rose Serra manifestou um comportamento irrequeto. Na inspiradora cidade de São Luís participava do grupo de jovens, denominado Juventus, dedicado à cultura literária, ampliando o seu leque de relacionamentos e conhecimentos. Foi interna no *Colégio Santa Tereza das Freiras Doroteias*, que, à época, era considerado o

HOMENAGEM DE VIDA

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78956>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: mojcesar@gmail.com.

Como citar: CESAR, M. J. Rose Serra: uma vida de paixões e subversões. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 253-262, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78956>

Recebido em 01 de julho de 2022.

Aprovado para publicação em 10 de julho de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

melhor para as meninas da sociedade maranhense. Neste colégio, Rose teve maior contato com o catolicismo e com diversas leituras, desenvolvendo uma paixão que perdurou por toda a sua vida: a literatura!

Estudante secundarista do curso normal, neste período já revelava traços de sua rebeldia à ordem estabelecida, aproximando-se dos movimentos da *União Nacional dos Estudantes* (UNE). Foi neste ambiente juvenil que começou a ser delineado o seu perfil político e de militância que a acompanhou em toda a sua trajetória. Essa aproximação, no entanto, foi relativamente interrompida quando o pai, mais uma vez pensando nos filhos, julgou que seria melhor residir num centro urbano que lhes oferecesse mais oportunidades de crescimento pessoal e profissional, escolhendo a cidade de Ribeirão Preto (SP) para mudar-se com toda a família.

Rose Serra prestou vestibular para o curso de direito, num contexto em que fervilhavam, no país, vários movimentos sociais e populares favoráveis às reformas de base, tais como a mobilização estudantil através da UNE, a organização do proletariado no *Comando Geral dos Trabalhadores* (CGT) e, entre os trabalhadores rurais, as *Ligas Camponesas*. A semente da defesa das camadas mais empobrecidas da população brasileira encontrou terreno fértil dentro dela, aproximando-a da ideologia de esquerda.

Foi quando conheceu um personagem muito especial na sua história: o Padre Enzo Gusso, ex-orientador da *Juventude Universitária Cristã* (JUC), que, por ser considerado subversivo, foi expurgado da diocese paulista. Ele proporcionou aos jovens universitários, e especialmente à Rose, uma sólida base de estudos políticos, éticos, cristãos e marxistas, exercendo uma influência fundamental na sua formação humana e profissional.

Uma importante experiência foi a sua participação na *Ação Universitária Cristã* (AUC), criada pelo padre Enzo como uma alternativa derivada da JUC. Com esta inserção, Rose desenvolveu um conjunto de preocupações com a preservação das instituições democráticas, com a ascensão dos trabalhadores, nas cidades e nos campos, com as condições de vida dignas e em igualdade e, sobretudo, com a construção de uma sociedade sem as desigualdades e as atrocidades derivadas da exploração capitalista.

Nesse contexto, Rose aprofundou-se nas leituras, nos clássicos, na música e nos questionamentos existenciais. Foi a partir deste momento que ela desenvolveu sua consciência política e social, que foi responsável pela mudança de curso para o Serviço Social: outra paixão em sua vida!

Rose se tornou líder estudantil do curso de Serviço Social na *Universidade de Ribeirão Preto* (Unaerp), para onde havia se mudado. No final de 1968, foi eleita presidente do diretório acadêmico (DA) e mergulhou na agitação política contra a ditadura civil-militar. Em 1969, passou a dirigir a *Ação Universitária Cristã* (AUC), o que foi decisivo para a sua formação política e cultural. Foi detida duas vezes pelo exército, respondeu inquérito e

durante alguns meses teve que “desaparecer” para sua segurança. Foi na AUC que Rose se tornou marxista e pode experimentar o exercício da prática democrática e da convivência plural, pois distanciava-se paulatinamente das posições cristãs, ao mesmo tempo em que tinha acesso à produção do Serviço Social reconceituado latino-americano e alimentava a sua paixão pela literatura, poesia e teatro.

Adquiriu uma formação político-teórico-cultural de qualidade, tornando-se uma assistente social gabaritada ao exercício profissional. Imersa nesse caldo político-cultural, Rose colou grau em 1972 e, logo após a conclusão do curso, alçou emprego no Parque Industrial de Londrina. Lá, suas experiências profissionais foram múltiplas, pois além da iniciação profissional em empresas, trabalhou nas áreas de habitação popular, envelhecimento, criança e adolescência, sociojurídica, previdenciária e, também, como docente. Ingressou no *Instituto Nacional de Previdência Social* (INPS) por concurso público e foi escolhida para dirigir o grupamento de Serviço Social, criado em 1975.

Nessas experiências profissionais, foi demitida de forma injusta, perseguida politicamente e sofreu ameaças e punições, mas continuou suas atividades profissionais de vanguarda e sua militância política, que colocava em questão o *status quo*. Nos anos de chumbo da ditadura, militou no grupo de mulheres combativas, chamadas de “*As bravas*”, que criou a seção de Londrina do *Movimento Feminino pela Anistia* e, na sequência, o jornal *Brasil Mulher* para difundir as ideias do movimento.

Foi também em Londrina que Rose Serra iniciou sua participação na organização da categoria de assistentes sociais, onde atuou para fortalecer a Associação Profissional dos Assistentes Sociais (Apas). Todavia, a situação em Londrina foi ficando difícil, institucional e politicamente, por sua oposição à ditadura através das suas atividades profissionais e militância política. Então, Rose decidiu encerrar o ciclo em Londrina e pediu transferência do INPS para o Rio de Janeiro, onde veio cursar o mestrado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), em 1978, no qual afinou-se com o pensamento marxista de Antonio Gramsci.

No período de 1978 a 1980, Rose esteve muito envolvida com as atividades docentes, com o curso de mestrado e, principalmente, com a organização da categoria. Junto com outras(os) companheiras(os), encampou um protagonismo no movimento de renovação da profissão, no âmbito da organização política, da formação e do exercício profissional, nas décadas de 1970 e 1980. Ela faz parte de uma geração que contribuiu de modo substantivo nas lutas pela redemocratização da sociedade brasileira e, em especial, para as mudanças efetivas no Serviço Social.

Participou ativamente, à frente ou nos bastidores, de vários episódios e movimentos deste processo de renovação profissional, em que se destacam: o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979 – que redirecionou o compromisso ético-político

da profissão; a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (Anas) em 1983 – constituída como entidade sindical autônoma da categoria; a aprovação do currículo mínimo em 1982 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC); o Novo Código de Ética Profissional, em 1986, e a sua reformulação, em 1993 – que incorporou o compromisso profissional da categoria com a democracia, a liberdade e a justiça social; e a mudança, em 1993, da Lei de Regulamentação da profissão – que garantiu as competências e atribuições privativas do assistente social.

É incontestável que Rose Serra colaborou com seu pensamento e ação para que, no Serviço Social, fosse estabelecida uma relação orgânica da categoria profissional com os movimentos sociais. Essa relação se expressou por meio da organização política de assistentes sociais e da sua articulação com os órgãos e instâncias de lutas da sociedade civil, materializando, a partir do final dos anos 1970, mudanças no Serviço Social em todas as regiões do país, sob a égide de um novo projeto político hegemônico da categoria.

Rose Serra dedicou a maior parte de sua vida à docência. Lecionou várias disciplinas e orientou monografias, dissertações e teses nas universidades em que atuou como docente, especialmente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Sempre disponível para compor grupos de trabalho e responder às demandas acadêmicas, Rose tinha impressionante capacidade de contribuir para fortalecer as lutas pela democratização da universidade e para que fossem dadas respostas qualificadas às necessidades do cotidiano acadêmico, sempre inquieta com seus múltiplos questionamentos e conclamando seus pares para o debate.

Como docente, Rose Serra iniciou sua carreira no ensino superior na Universidade Estadual de Londrina, onde desenvolveu atividades como professora auxiliar no período de 1973 a 1977. Posteriormente, atuou como professora assistente por um ano, entre 1978 e 1979, na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro e, no período de 1983 a 1984, trabalhou na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Ainda com vínculo celetista, ingressou, em 1984, na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde permaneceu até 1997. Na UFF, sua potencialidade acadêmica e profissional ganhou ímpeto, principalmente com o projeto de extensão universitária junto ao Posto de Saúde Estadual do Bairro de Caramujo em Niterói (RJ). A experiência desenvolvida neste projeto ganhou notoriedade nos anos 1980, por articular ensino, pesquisa, extensão e estágio, numa perspectiva interdisciplinar, sob o influxo da corrente marxista, que consolidava o processo de renovação do Serviço Social em oposição ao seu tradicionalismo.

Considerando a sua escalada, podemos dizer que foi na Uerj que a trajetória de Rose Serra atingiu um patamar significativo em sua inserção acadêmica. O ingresso na Faculdade de Serviço Social (FSS/Uerj), em 1981, marcou profundamente não só a vida acadêmica e profissional de Rose, mas toda a dinâmica da faculdade e, também, da uni-

versidade. Nos referimos à inesquecível greve estudantil de 1982 na Uerj, que teve como estopim a não renovação do contrato de uma professora substituta: a assistente social e professora Rose Serra. Sem dúvida, esta greve expressou, como diria Hegel (2005), o *Zeitgeist*, o “espírito do tempo”.

O espírito do tempo é o da década de 1980, marcada por uma grave crise econômica concomitante às pressões coletivas pela democratização das relações sociais e políticas no país. Novos protagonistas emergiam no cenário político, alterando as regras e bases de sustentação da ditadura civil-militar. A vida política foi sacudida por um amplo movimento de massas que propunha mudanças profundas na institucionalidade econômico-política e social do país, cuja expressão maior se deu com o movimento das *Diretas Já*. Tal movimento se desenvolveu com as greves do ABC Paulista, com as mobilizações dos trabalhadores rurais por aumentos salariais e pelo acesso à terra, bem como com a luta de outros movimentos populares por melhores condições de vida, que se proliferaram nas periferias pobres dos grandes centros urbanos.

Apesar dos bloqueios impostos pela “transição pactuada” para o regime democrático, a articulação das novas forças sociais e os avanços dos movimentos reivindicatórios conformavam as dinâmicas profundas, que vinham revolvendo e modificando a sociedade brasileira nesse período. O desejo de mudança se expressava na: reafirmação das liberdades democráticas; impugnação das desigualdades sociais; afirmação dos direitos sociais; exaltação da vontade e soberania nacionais e no repúdio às interferências e pressões externas. O desejo de mudança significava alterar práticas, regras de conduta e comportamentos institucionalizados, bem como romper com o conservadorismo predominante das classes dominantes.

Em sintonia com essa conjuntura histórica, o Serviço Social avançava no processo de renovação profissional, fortalecendo a organização da categoria, debatendo a formação acadêmica e redimensionando as práticas profissionais. Vários acontecimentos deram visibilidade a esse momento do Serviço Social no país, em consonância com as lutas pela democratização da sociedade brasileira. Embalados(as) pela reanimação das oposições sindicais, com a deflagração de greves confrontando a ditadura civil-militar, os(as) assistentes sociais, conforme já exposto, “viraram a mesa” em 1979, no antológico Congresso da Virada. Neste marco, os assistentes sociais, inspirados na matriz marxiana, promoveram inegáveis avanços no debate, na investigação, nas práticas e nas iniciativas de organização do campo profissional, que foram aprofundados posteriormente.

Em todos esses processos, a perspectiva de *intenção de ruptura* (NETTO, 1991) ganhava densidade. É também dessa década a inserção do Serviço Social na instituição universitária pública e as primeiras incursões na pós-graduação. Abre-se caminho para a qualificação de quadros profissionais, para a pesquisa e para a produção de conhecimento.

Apesar desses avanços, ainda permanecia uma forte “resistência conservadora” (CISLAGHI; BRANDT, 2014) na universidade e, também, na Faculdade de Serviço Social (FSS). Na Uerj, as práticas autoritárias eram preservadas, sobretudo, pela ausência de mecanismos de consulta à comunidade acadêmica. E para fazer frente a essa persistência despótica foram criadas entidades sindicais e fortalecidas as lutas pela recomposição de forças e instituições democráticas no interior da universidade.

A FSS, também permeada por práticas autoritárias, tinha em sua direção um filósofo e não um(a) assistente social, ferindo a legislação vigente. Seu corpo docente também não era composto majoritariamente por assistentes sociais, mas por profissionais de outras áreas que eram indicados pois, nesta ocasião, não havia concurso público na Uerj. As instâncias deliberativas não eram abertas à participação estudantil nem eram regularmente acionadas. Além disso, o currículo do curso de graduação estava vinculado a uma perspectiva de integração à ordem. Neste contexto, houve a ampliação do quadro docente, e Rose Serra ingressou na FSS/Uerj como professora substituta, num ambiente em que os professores assistentes sociais eram minoria e estavam numa posição de subalternidade acadêmica e política.

Rose representava o conjunto de profissionais que se situavam no campo progressista e atuavam no processo de mudança da sociedade brasileira, participando dos movimentos sociais no campo democrático popular, que se mobilizaram e se articularam em torno de um projeto de transformação social e de outra cultura política. Rose representava o legado do Movimento de Reconceituação latino-americano, sobretudo em seu momento final, a partir de 1975, que culminou com o repensar desse movimento e resultou em novas alternativas de prática profissional baseadas em referências teóricas da tradição marxista. Enfim, nossa homenagem desta edição representava, junto aos demais sujeitos, a renovação num contexto de disputa entre projetos societários e profissionais distintos e numa conjuntura de intensificação de embates e conflitos.

Assim, durante o período de férias em 1982, o diretor da FSS/Uerj, o filósofo Aquiles Cortes Guimarães, decidiu arbitrariamente não renovar o contrato de Rose Serra e, também, destituiu a chefe do Departamento de Formação Básica, a professora e assistente social Alany Pinto Caldeira, nomeando um sociólogo para substituí-la. Em sequência, demitiu de modo ilegítimo quatro professoras e assistentes sociais, inclusive a ex-chefe do departamento: Alany Pinto Caldeira, Ana Maria de Vasconcelos, Maria Alice Correia e Maria Helena Rauta Ramos. Esses fatos revelavam a estratégia de um segmento reacionário que objetivava a manutenção dos elementos conservadores presentes na profissão, atuando na contramão do processo de renovação do Serviço Social.

Em consequência das medidas arbitrárias do diretor, em 13 de abril, os 242 estudantes de Serviço Social decretaram greve, exigindo, além da pauta de reivindicação ini-

cial, a demissão do diretor, do vice-diretor e a volta das professoras demitidas. Esta pauta foi posteriormente ampliada para a melhoria da qualidade de ensino e democratização das decisões acadêmicas. A partir daí as atividades de mobilização foram intensificadas até o momento em que todos os cursos da universidade pararam em solidariedade à luta do Serviço Social, que também foi apoiada pelas entidades representativas da categoria, configurando uma crise sem precedentes na história da Uerj.

A greve geral da Uerj foi encerrada no dia 18 de maio de 1982, após a conquista da reintegração das quatro assistentes sociais ao corpo docente da faculdade. Rose Serra não teve seu contrato renovado, porém no final daquele ano foi homenageada pela turma dos formandos e, na cerimônia de colação de grau, quando ela entrou no auditório, o público aplaudiu de pé, deixando-a muito emocionada. Posteriormente, em 1984, retornou con dignamente à FSS/Uerj por concurso público, recebendo as “honras da casa”.

Como desdobramento do movimento grevista, houve a ampliação da estrutura da faculdade e do seu corpo docente, a reforma curricular e, sobretudo, a consolidação da democracia nos processos decisórios da unidade, com a participação igualitária dos três segmentos e a instituição do voto universal. São conquistas que atravessam gerações e expressam o papel ímpar exercido também por Rose Serra dentro e fora da universidade.

Na FSS/Uerj, Rose intensificou suas atividades de pesquisa e ensino. Pesquisadora do CNPq com bolsa de produtividade em pesquisa nível II e assessora especial da Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (SR-2) da Uerj, desenvolveu pesquisas importantes, principalmente a partir do curso de doutorado realizado no período de 1993 a 1998 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sendo orientada pelo professor José Paulo Netto.

Seus estudos de doutoramento culminaram na tese intitulada *Serviço Social/anos 90 – Crise de materialidade e repercussões no mercado profissional*, fundamentando a pesquisa interinstitucional *O mercado de trabalho e a função social do Serviço Social no estado do Rio de Janeiro*, realizada entre 1994 e 1998, mediante parceria com o Cress-RJ. Por meio desta pesquisa, foi possível identificar as características e tendências do mercado de trabalho para a profissão e suas particularidades em organizações públicas, privadas e em entidades sem fins lucrativos no estado do Rio de Janeiro.

Como desdobramento desta investigação, no período de 1999 a 2002, realizou a pesquisa sobre *O pensamento dos empregadores do Serviço Social sobre a profissão*, para identificar as demandas reais e potenciais que então se colocavam, no estado do Rio de Janeiro, através das instituições públicas e privadas. Tratava-se, portanto, de avançar a pesquisa anterior, confrontando os resultados obtidos com aqueles colhidos sobre as condições de trabalho na pesquisa sobre mercado de trabalho.

Entre 2000 e 2004, procedeu uma investigação sobre a relação entre *Política social e trabalho: configurações da questão social e seu enfrentamento na passagem para o século XXI*, na perspectiva de conhecer e debater sobre as políticas sociais de enfrentamento às diferentes expressões da questão social no âmbito nacional e regional. Posteriormente, nos anos de 2002 a 2005, se dedicou a outra pesquisa, intitulada *Transformações societárias e a expansão e características do “Terceiro Setor”*, com valorosas contribuições para o debate sobre a relação do Estado com a sociedade civil acerca das respostas às expressões contemporâneas da questão social.

Já no período de 2005 a 2014, teve como objeto de pesquisa *A política pública de trabalho e renda no governo do estado do Rio de Janeiro*, com os seguintes enfoques: qualificação profissional e economia solidária; determinações econômicas e político- ideológicas da experiência da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro (Setrab); bases, características e inserção do Serviço Social nesta política. Por meio dessa investigação foi possível levantar elementos substanciais para a compreensão dos propósitos do financiamento da política pública de trabalho e renda pelos organismos internacionais em países periféricos, referenciada pela experiência da Setrab, bem como das formas de inserção e participação das organizações populares nesse processo. Essa investigação fechou um ciclo de estudos, iniciados na década de 1990, com a problematização da relação da profissão com essa política, identificando estudos, pesquisas e experiências profissionais.

Cabe salientar, ainda, que Rose Serra coordenou o *Programa de Estudos do Trabalho e Reprodução Social*, o Petres/Uerj, fomentando os espaços interdisciplinares de estudos teóricos e pesquisas sobre as transformações contemporâneas do trabalho, das políticas sociais brasileiras e suas vinculações com o Serviço Social, além de promover a articulação com o Programa de Pós-Graduação da FSS/Uerj, com a participação de alunos do mestrado e doutorado. Várias atividades foram desenvolvidas, além de intercâmbios com programas similares e outras entidades de pesquisa e assessoria.

Ao longo de sua trajetória, Rose contribuiu para o enriquecimento do conhecimento científico, desenvolvendo atividades acadêmicas com notoriedade. Sua atuação, como profissional e docente, foi pautada pelo rigor teórico-metodológico, pelo compromisso ético e pela atitude investigativa e autonomia intelectual.

Revisitando suas publicações, com renovadas emoções, foi possível reencontrar substancial produção, com livros e textos escritos ao longo de sua experiência como professora, pensadora do Serviço Social, ensaísta e militante política. O texto emblemático de sua preocupação com as inquietudes da profissão, na sua vertente dialética, foi o livro de 1982 intitulado *A prática institucionalizada do Serviço Social: determinantes e possibilidades*, proveniente de sua dissertação de mestrado. Seu conteúdo cumpriu um papel extremamente importante para nortear a construção teórico-política de um novo direcionamento crítico para a profis-

são em suas estratégias de ação nas instituições – compreendidas como espaços contraditórios –, ao invés de renegá-las como espaço de trabalho profissional (SERRA, 1982).

Nos limites dessa homenagem, cabe apenas sublinhar que a produção acadêmica da professora Rose Serra é muito relevante para o Serviço Social e para a sua própria vida. Aliás, sua obra e vida se complementam na coerência de quem consegue unir o pensamento à ação, pondo em prática os valores e ideais em que acredita. Como pensadora marxista, militante política e engajada com os demais sujeitos nas lutas sociais, combateu a lógica perversa do capitalismo e esteve sempre comprometida com o imenso esforço de alçarmos a emancipação humana. E não há como negar que a emancipação dos homens com a libertação de todos os seus cativos é uma ideia enraizada na virtude de uma utopia que precisa se tornar real.

Rose Serra é uma personalidade una e múltipla. É una na integridade e fidelidade aos princípios éticos e políticos que ordenaram sua vida; e múltipla na medida em que, na perspectiva de construção de uma nova ordem societária, pensou e viveu a liberdade, a democracia, os direitos humanos, a justiça social, aliando-se à causa dos trabalhadores, das trabalhadoras, dos pobres, dos oprimidos, frente às desigualdades sociais próprias à ordem do capital. Sempre se colocou frontalmente contra e em posição de enfrentamento a todas as formas expressas ou veladas de autoritarismo e opressão.

Ao longo de sua vida, Rose compôs letras de música, escreveu poesias e manteve um *blog*, intitulado *Blogorodó*, para dar vazão à sua arguta criatividade. Com o passar dos anos, colecionou afetos e desafetos, mas sempre se manteve firme em suas posições e fiel aos seus princípios. Foi movida por paixões, provocações, subversões, transgressões e, assim, continua a impulsionar o seu próprio movimento nos tempos e contratempos da vida política, profissional e pessoal.

Casada há 28 anos com a compositora e cantora Maria Olívia, completou sua família com a adoção de Maria Vitória, em 2008, menina muito especial, que conferiu um novo significado às suas vidas. Atualmente, sua filha é a razão maior de sua existência. Sem dúvida, Vivi é a sua grande paixão!

A *Em Pauta* presta esta singular homenagem a esta mulher admirável que, em suas diferentes formas de participação em vários momentos e instâncias da profissão, contribuiu para concretizar as profundas mudanças na organização política, na formação acadêmica e no exercício profissional. Rose Serra é, reconhecidamente, uma importante presença entre os protagonistas desse amplo movimento renovador do Serviço Social.

Para quem conviveu com ela nos espaços de trabalho da FSS/Uerj ficou a saudade dessa mulher ímpar, da sua energia e convicção na defesa de suas posições políticas, teóricas, profissionais e acadêmicas. Um espírito poeticamente apaixonado e, ao mesmo tempo, combativo, impetuoso e, sobretudo, livre!

Referências

CISLAGHI, J. F.; BRANDT, D. B. A imaginação no poder: greve estudantil de 1982 e gestão democrática na Faculdade de Serviço Social da Uerj. In: VELOSO, R. S. *et al.* (Org.). *Trajetória da Faculdade de Serviço Social da Uerj: 70 anos de história*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

HEGEL, G. W. F. *Introdução à história da filosofia*. São Paulo: Rideel, 2005.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social*. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

SERRA, R. M. S. *A prática institucionalizada do Serviço Social: determinações e possibilidades*. São Paulo: Cortez, 1982.

Entre um jogo de luz e sombras: percursos de re-existência

*Between a play of light and shadows:
paths of re-existence*

Elziane (Ziza) Dourado* 

Simone Brandão Souza** 

Simone Brandão é assistente social, professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e líder do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Lesbianidades, Gênero, Raça e Sexualidades (LES). Escreve e fotografa sobre os percursos de corpos que transitam em circuitos de extrema violência em suas trajetórias sociais. Imagens de uma corporeidade que enfatiza sujeitos políticos potentes em seus espaços de re-existência. Assim, rompe com as concepções figurativas de seus corpos – lugar comum da espetacularização com que são tratados nas imagens midiáticas.

A fotografia como campo particular de conhecimento e parte da memória coletiva e social envolve, mesmo diante dessa proliferação caótica de imagens criadas no contexto da tecnologia digital, um complexo sistema de significados que são latentes desde o início da tomada, do olhar que usa o dispositivo técnico e das escolhas que realiza até a sua forma de circulação, distribuição e consumo.

No trabalho da artista o que importa é evidenciar a humanidade em detrimento da objetificação; provocar o público a ir além na compreensão da relação entre a imagem fotográfica e manifestações da “questão social”, revelando, em um jogo de luz e sombra, a potência de sujeitos políticos expressa tanto em sua presença simbólica (sequência 1) quanto em sua integralidade corpórea (sequência 2 e 3).

As primeiras imagens nos convocam a olhar os vestígios, a intimidade da instituição prisional e a interrogar o que elas nos dão a ver. As figuras e signos que as constituem não permitem, de primeira mão, decodificá-las e, assim, discernir a sua própria história. Estão ali nos fazendo parar no tempo e a interrogar o que elas nos revelam e como, quando e por que são constituídas. Só ao término da sequência, nos deparamos com a luz que irrompe, pela grade da janela, o espaço da intimidade prisional.

MOSTRA FOTOGRÁFICA

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78957>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: zizadourado@gmail.com.

**Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, Cruz das Almas, BA, Brasil.
E-mail: sibrandaufrb@yahoo.com.br.

Como citar: SOUZA, S. B. DOURADO, E. Entre um jogo de luz e sombras: percursos de re-existência.

Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 263-276, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78957>

Recebido em 03 de julho de 2023.

Aprovado para publicação em 11 de julho de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Dessa intimidade exposta de sujeitos privados de liberdade dos corpos, em regime fechado, a luz capturada pela fotografia se volta para o exterior. Segue o percurso das gentes nas festas de rua no interior do Brasil atual para, em seguida, retratar uma das múltiplas formas de manifestação da espiritualidade. Embora essa sofra perseguições sistemáticas, se move livremente no espaço/tempo do território sagrado. A mesma luz, que estoura para iluminar o varal das imagens-vestígios que nos inquietam, se impõe na revelação das imagens-memórias que afirmam a fotografia para além do evento. É nesse movimento abissal que percorremos a segunda e terceira sequências do trabalho. Aqui, em suas singularidades, encontramos imagens que nos interrogam, no tempo presente – muito além de meros objetos porque plenas de significados, de insurgências, de história.

As imagens que se seguem implicam, portanto, uma estratégia de dar visibilidade, de fazer conhecer a existência porque existir é em si um ato de força, de coragem, de reconhecimento, de não enclausuramento de corpos, mentes, conhecimentos. É existir a despeito das perseguições e violências múltiplas que insistem em exterminar e interromper a existência e a re-existência. Se demarca o território da intimidade, da vida, dos afetos – também eles – de resistência na luta pela emancipação humana.

Sequência 1 – Intimidade numa instituição prisional



Foto 1



Foto 2



Foto 3

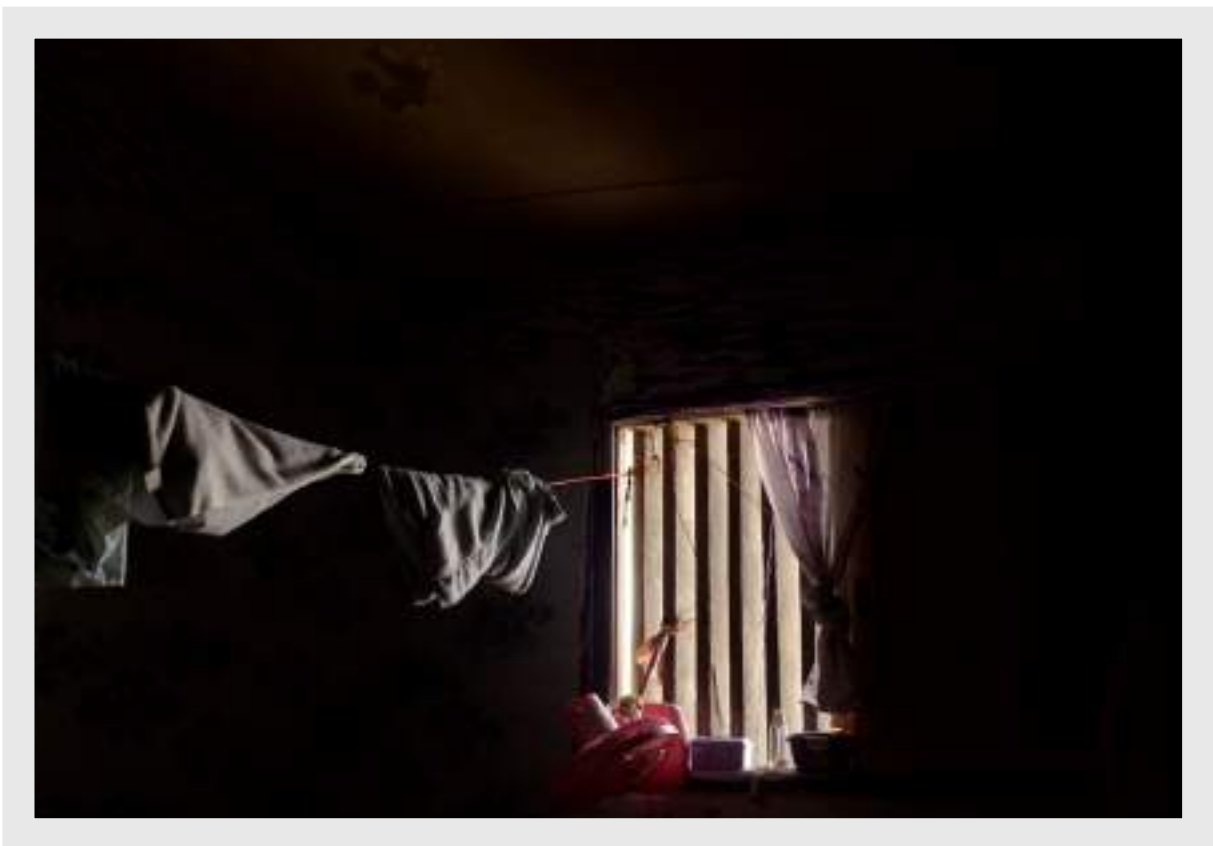


Foto 4



Foto 5

Sequência 2 – A familiaridade dos afetos



Foto 6



Foto 7



Foto 8



Foto 9

Sequência 3 – Espiritualidade



Foto 10



Foto 11



Foto 12

PARECERISTAS *AD HOC**

- Adriana de Azevedo Mathis (Universidade Federal do Pará - Ufpa)
- Alice Ponce de Leão (Universidade Federal do Amazonas - Ufam)
- Aline Fardin Pandolfi (Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes)
- Alzira Lobato (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)
- Alzira Maria Baptista Lewgoy (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)
- Ana Claudia de Jesus Barreto (Universidade Federal Fluminense – UFF)
- Ana Lole (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Puc-RJ)
- Ana Maria de Vasconcelos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)
- Ana Paula Mauriel (Universidade Federal Fluminense - UFF)
- Ana Paula socorro (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)
- Ana Samilly Alexandre Moreira (Universidade Estadual do Ceará - Uece)
- Andrea de Souza Gama (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)
- Andrea Monteiro Dalton (Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes)
- Angela Ernestina Cardoso de Brito (Universidade Federal da Bahia- Ufba)
- Angela Santana do Amaral (Universidade Federal de Pernambuco - Ufpe)
- Beatriz Augusto de Paiva (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC)
- Bruno José Oliveira (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UniRio)
- Camilo Onoda Caldas (Universidade São Judas Tadeu e Escola Paulista de Direito)
- Carla Daniel Sartor (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UniRio)
- Carlos Antonio de Souza Moraes (Universidade Federal Fluminense - UFF Campos)
- Carlos Felipe Nunes Moreira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)
- Carlota Boto (Universidade de São Paulo - USP)
- Carmen Corato (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)
- Caroline Goerck (Universidade Federal de Santa Maria)
- Cecília Paiva Neto Cavalcanti (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)
- Charles Toniolo (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- Christiane Pimentel e Silva (Universidade Federal do Pará - UFPA)

* Nominata com todos aqueles(as) que, ao lado de integrantes do Comitê Editorial Científico, desenvolveram essa essencial atividade, no período de setembro de 2022 até o final deste volume 21, em agosto de 2023.

- Cirlene Ap. Hilário da Silva Oliveira (Universidade Estadual Paulista - Unesp)
- Conceição Maria Vaz Robaina (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Puc-RJ)
- Cristiane Maria Marinho (Universidade Estadual do Ceará - Uece)
- Cristiano Guedes de Souza (Universidade de Brasília - UnB)
- Cristina Maria Brites (Universidade Federal Fluminense - UFF)
- Cristina Paniago (Universidade Federal de Alagoas - Ufal)
- Débora Holanda Leite Menezes (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- Débora Lopes de Oliveira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)
- Diego de Oliveira Souza (Universidade Federal de Alagoas - UFAL)
- Douglas Ribeiro Barboza (Universidade Federal Fluminense – UFF)
- Edaléa Maria Ribeiro (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC)
- Edgilson Tavares de Araújo (Universidade Federal da Bahia - Ufba)
- Edineide Jezine Mesquita de Araújo (Universidade Federal da Paraíba -UFPB)
- Edval Bernardino Campos (Universidade Federal do Pará – Ufpa)
- Elaine Behring (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)
- Eliana Andrade da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN)
- Evaristo Emigdio Colmán Duarte (Universidade Estadual de Londrina - Uel)
- Evilasio da Silva Salvador (Universidade de Brasília - UnB)
- Fábio Fraga dos Santos (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM)
- Fabrícia Vellasquez Paiva (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ)
- Fernanda Carneiro Soares dos Santos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)
- Fernanda Nunes da Rosa Mangini (Universidade Federal de Santa Maria - UFSM)
- Gilcélia Batista de Góis (Universidade Federal do Rio Grande do Norte -UERN)
- Gilsa Helena Barcellos (Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes)
- Giselle Avila Leal de Meirelles (Universidade Federal do Paraná - UFPR)
- Giselle Souza da Silva (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UniRio)
- Gláucia Lelis Alves (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- Graziela Scheffer Machado (Universidade do Estado do Rio De Janeiro - Uerj)
- Guilherme Fomes Ferreira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)
- Guillermo Alfredo Johnson (Universidade Federal do Maranhão - Ufma)
- Hélder Boska de Moraes Sarmento (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC)
- Henrique Wellen (Universidade Federal de Rio Grande do Norte - UFRN)
- Hiago Trindade de Lira Silva (Universidade Federal de Campina Grande -UFCG)

- Irenilda Ângela dos Santos (Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT)
- Irma Martins Moroni da Silveira (Universidade Estadual do Ceará - Uece)
- Isabel Cavalcante Godinho (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul -UEMS)
- Ivone Maria Ferreira da Silva (Universidade Federal do Mato Grosso -UFMT)
- Ivy Ana de Carvalho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)
- Janaína Lopes do Nascimento Duarte (Universidade de Brasília - UnB)
- Joana Brinca (Universidade de Coimbra - Portugal)
- João Bôsko Hora Góis (Universidade Federal Fluminense - UFF)
- José Pedro Simões Neto (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- José Siqueira (Universidade Estadual Paulista - Unesp)
- Josimara Aparecida Delgado Baour (Universidade Federal da Bahia- Ufba)
- Juan Pablo Sierra Tapiro (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)
- Juliana Carvalho Miranda Teixeira (Universidade Federal do Maranhão - Ufma)
- Juliana Thimóteo Nazareno Mendes (Universidade Federal Fluminense - UFF Campos)
- Juliane Feix Peruzzo (Universidade Federal de Pernambuco - Ufpe)
- Junia Marise Matos de Sousa (Universidade Federal de Viçosa - UFV)
- Jussara Maria Rosa Mendes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)
- Katia Regina de Souza Lima (Universidade Federal Fluminense – UFF)
- Larissa Dahmer Pereira (Universidade Federal Fluminense – UFF)
- Leila Chaban Duarte Soares (Centro Universitário de Várzea Grande - Univag)
- Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá (Universidade de Brasília - UnB)
- Leslieane Caputi (Universidade Federal do Mato Grosso -UFMT)
- Letícia Soares Nunes (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC)
- Lilia Penha Viana Silva (Universidade Federal do Maranhão - Ufma)
- Lobélia da Silva Faceira (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UniRio)
- Lucélia Luiz Pereira (Universidade de Brasília - UnB)
- Lucilene Ferreira de Melo (Universidade do Amazonas - Ufam)
- Luiz Paulo Ribeiro (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)
- Mabel Mascarenhas Torres (Universidade Estadual de Londrina - Uel)
- Marcelo Braz (Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN)
- Márcia Campos Eurico (Universidade Federal de São Paulo - Unifesp)
- Marcia Emilia Neves (Universidade Federal da Paraíba – UFPB)
- Marcia Pereira da Silva Cassin (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)

- Márcia Roberta Cavalcanti da Silva (Universidade dos Guararapes - UNIFG)
- Márcia Santana Tavares (Universidade Federal da Bahia - Ufba)
- Marco Jose Duarte (Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF)
- Marcus Vinicius da Cunha (Universidade Estadual Paulista - Unesp)
- Maria Angelina Baia de Carvalho de Almeida Camargo (Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes)
- Maria da Graça Druck de Faria (Universidade Federal da Bahia - Ufba)
- Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves (Universidade Federal do Amazonas - Ufam)
- Maria Elaene Rodrigues Alves (Universidade de Brasília - UnB)
- Maria Erica Ribeiro Pereira (Universidade Estadual do Ceará - Uece)
- Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira (Universidade Federal do Maranhão - Ufma)
- Maria Fernanda Escurra (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)
- Maria Helena Cariaga Silva (Universidade Federal do Tocantins - UFT)
- Maria Helena de Jesus Bernardo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)
- Maria Helena Elpidio (Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes)
- Maria Helena Santana Cruz (Universidade Federal de Sergipe - UFS)
- Maria Liduína de Oliveira e Silva (Universidade Federal de São Paulo - Unifesp)
- Maria Lúcia Barroco (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Puc-SP)
- Maria Lucia Da Silva Souza (Faculdade de Petrolina - Facape)
- Maria Lucia Teixeira Garcia (Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes)
- Maria Luiza Campos da Silva Valente (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Puc-RJ)
- Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda (Universidade Federal de Alagoas - UFAL)
- Mariana Andrade (Universidade Federal de Alagoas - Ufal)
- Mariela Natalia Becher (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)
- Mariléia Goin (Universidade de Brasília - UnB)
- Marina Monteiro de Castro Castro (Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF)
- Maristela Dal Moro (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- Mavi Pacheco Rodrigues (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- Mavi Pacheco Rodrigues (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- Mirian Cátia Vieira Basílio Denadai (Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo)
- Nádia Fialho Nascimento (Universidade Federal do Pará - Ufpa)
- Pablo Cardozo Rocon (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)

- Paulo César Fraga (Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF)
- Paulo Roberto Mello de Carvalho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)
- Paulo Wescley (Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT)
- Perci Coelho de Sousa (Universidade de Brasília – UnB)
- Rachel Gouveia Passos (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- Raí Vieira Soares (Universidade Federal do Tocantins - UFT)
- Raquel Moratori (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UniRio)
- Raquel Sabará de Freitas (Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes)
- Raquel Santos Sant’Ana (Universidade Estadual Paulista - Unesp)
- Reginaldo Ghiraldelli (Universidade de Brasília - UnB)
- Renata Gomes da Costa (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMGS)
- Renata Gonçalves (Universidade Federal de São Paulo - Unifesp)
- Renato dos Santos Veloso (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)
- Ricardo Lara (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC)
- Rita de Cássia Cavalcante Lima (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- Rita de Cássia Pereira Farias (Universidade Federal de Viçosa - UFV)
- Roberta Ferreira Coelho de Andrade (Universidade Federal do Amazonas - Ufam)
- Rodrigo Augusto de Souza (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMGS)
- Rodrigo Castelo (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Uni-Rio)
- Rodrigo Silva Lima (Universidade Federal Fluminense – UFF)
- Rosa Maria Castilhos Fernandes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)
- Rosalinda Chedian Pimentel (Universidade Estadual Paulista - Unesp)
- Roselene de Souza Portela (Universidade Federal do Pará - Ufpa)
- Rosimary Gonçalves (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)
- Sheila Maria Muniz (Universidade Federal do Ceará - UFCE)
- Silmara Cristina Ramos Quintana (Universidade Paulista - Unip)
- Silvia Cristina Yannoulas (Universidade de Brasília - UnB)
- Silvia de Oliveira Pereira (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB)
- Susidarley Fideles da Mota (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UniRio)
- Tais Pereira de Freitas (Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM)
- Talita de Melo Lira (Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Unila/PR)
- Tatiana Reidel (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)
- Tereza Cristina Santos Martins (Universidade Federal de Sergipe - UFS)

- Valter Martins (Universidade Federal Fluminense - UFF Campos)
- Vanessa Nunes (Universidade de Coimbra - Portugal)
- Vania Morales Sierra (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj)
- Vera Maria Ribeiro Nogueira (Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC)
- Viviane Alline Gregorio Azevedo Braz (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- Viviane Aparecida Siqueira Lopes (Universidade Federal Fluminense - UFF)



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social

Em Pauta: Teoria social e realidade contemporânea

Publicação científica, de periodicidade semestral, arbitrada por pares e produzida pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ) / Brasil

NORMAS EDITORIAIS

- 1) A estrutura da Revista é aberta e composta fundamentalmente de artigos resultantes de monografias, dissertações, teses e pesquisas, bem como de ensaios, resenhas, entrevistas, resumos de palestra, relatórios adaptados de pesquisa científicas e registros significativos. Através das contribuições enviadas, das sugestões recebidas ou de análise de assuntos que assumam relevância na conjuntura profissional e social, a Equipe Editorial poderá organizar dossiês que enfatizem determinadas temáticas. Artigo oriundo de monografia de final de curso de graduação deverá ser submetido em coautoria com o professor/orientador responsável;
- 2) Será assegurado o anonimato para os autores no processo de avaliação e aos pareceristas sob sua avaliação (sistema duplo cego), em qualquer circunstância. Os artigos aprovados serão submetidos a apreciação da Equipe Editorial da revista para a composição final das edições de cada volume/ano, tendo em vista os critérios e normas dos indexadores e da política editorial da revista. Os artigos aprovados e não publicados poderão permanecer pelo prazo máximo de 18 (dezoito) meses no banco de artigos da revista para posterior publicação, ressalvados os casos de recusa formalizada pelo(a/s) autor(a/es);
- 3) A publicação de mais de um artigo, com a participação do mesmo autor, deverá obedecer o intervalo mínimo de 1 (um) ano, exceto quando convidado pela Equipe Editorial para elaborar conteúdos editoriais específicos;
- 4) É permitida a submissão de somente 1 (um) artigo por volume/ano;
- 5) Os artigos devem ser encaminhados à Equipe Editorial, por email e/ou pelo portal de publicações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na url <<http://www.e-publicacoes.uerj>>.

br/index.php/revistaempauta>, não sendo necessário enviar cópia impressa pelo Correio. Os artigos devem, necessariamente, conter entre 10 a 15 laudas, fonte Times Roman, tamanho 12, em espaço interlinear de 1,5 cm, todas as margens com 2,5 cm, em papel tamanho A4 e parágrafo a 1,25 cm da margem esquerda. Estas dimensões incluem as referências completas e possíveis ilustrações. As resenhas devem conter, precisamente, entre 3 (três) a 5 (cinco) laudas;

6) Os artigos não deverão conter dados de identificação dos(as) autores(as), mas devem ser acompanhados por outro arquivo, ou por folha separada do corpo do artigo, designado(a) como folha de rosto, e nesta deve conter o nome completo do(s) autor(es), sua formação profissional, titulação acadêmica com a respectiva instituição que conferiu o título, cargo principal ocupado atualmente, nome e endereço completos de correspondência, que pode ser pessoal ou da instituição a qual estão vinculados(as) e e-mail, dados estes que serão publicados, quando o artigo e/ou resenhas forem aceitos, atendendo a indicação de indexadores;

7) A primeira página do texto deverá conter:

- somente o título do artigo – sem (s) nome(s) do(s) autor(es) – constando, no máximo, 12 palavras.
- o Resumo, que deve ter até, no máximo, 150 palavras e ser redigido em fonte 10 e espaço simples;
- deve ter entre 3 a 5 palavras-chave, escolhidas entre aquelas que possam classificar com precisão o trabalho em pesquisa bibliográfica, para efeito de indexação;
- o título em inglês, *abstract* e *keywords*; isto é, a versão, em inglês do título, do resumo e das palavras-chave.

8) Serão aceitas contribuições em português, espanhol ou inglês. Em relação à língua dos Títulos, Resumos e palavras-chave, a orientação é a seguinte:

- quando o artigo for em português ou em inglês, o título, o resumo e as palavras-chave só deverão ser em português e inglês.
- quando o artigo for em espanhol, o título, o resumo e palavras-chave deverão ser em espanhol, português e inglês;

9) As notas de rodapé devem ser evitadas; quando indispensáveis, não deverão exceder quatro linhas. As ilustrações (figuras, tabelas, fotos e quadros) devem ser evitadas, mas quando indispensáveis ao conteúdo, devem ser indicadas e anexadas no corpo do texto, incluindo título e fonte de referência. Devem também ser enviadas em arquivos separados, atendendo aos seguintes requisitos: tabelas e gráficos em Excel, formatados, quadros

e demais ilustrações devem estar em alta resolução (com pelo menos 300 dpi) em formato *JPG, *JPEG ou *TIF. Em todas as situações, será avaliada a qualidade e pertinência do material encaminhado, cabendo à Equipe Editorial a decisão sobre sua inclusão ou não, comunicando o fato ao(a/s) autor(es/as);

10) Para o envio do trabalho é necessário:

- 1) Declaração de Responsabilidade (assinada);
- 2) Transferência de Direitos Autorais (assinada);
- 3) Ficha de registro preenchida (assinada);
- 4) Arquivo com o trabalho.

Os documentos referidos acima deverão ser assinados, digitalizados e enviados para o correio eletrônico da revista (revistaempauta.uerj@gmail.com) ou anexados como documento suplementar, quando submetidos via plataforma SEER.

Ao enviar o trabalho para a Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, os autores atestam: sua participação na concepção, elaboração e desenvolvimento (parcial ou integral) do artigo, assumindo publicamente seu conteúdo e reconhecendo sua autoria e ineditismo. Os autores atestam, também, o não envio simultâneo a outro(s) periódico(s), seja no formato eletrônico ou impresso, se comprometendo a não enviar o material para outra forma de publicação enquanto perdurar o processo de submissão e análise da Revista Em Pauta. Os autores reconhecem também a necessária menção de órgãos de fomento, financiamentos e/ou acordos com organizações diversas relacionadas e/ou interessadas pela publicação, se responsabilizando pelos créditos ou agradecimentos devidos, quando couber. A Revista Em Pauta reserva-se o direito de exclusividade na publicação de artigos e similares, cabendo à Equipe Editorial avaliar as exceções.

11) Uma vez submetido o artigo em coautoria, não será permitida a retificação de autoria do mesmo.

12) Todas as colaborações não encomendadas são encaminhadas à Equipe Editorial – que as submeterá ao processo de avaliação, no sistema duplo cego, a partir do parecer de dois membros do Conselho Editorial Científico, podendo ser realizado convite também a pareceristas *ad hoc*, a quem cabe recomendar a publicação, mantendo sigilo sobre o parecer emitido. Quando da não coincidência das avaliações, o artigo será enviado para um terceiro parecerista. A Equipe Editorial da Revista, de posse dos pareceres do Conselho Editorial Científico e/ou de parecerista *ad hoc*, reserva-se o direito de sugerir aos autores modificações, a fim de adequar os artigos e similares aos padrões da Revista Em Pauta.

13) Os originais enviados à Revista Em Pauta serão considerados definitivos; os não aprovados, a Equipe Editorial compromete-se a inutilizar o material, e se responsabiliza, ainda, em enviar sempre uma resposta, positiva ou negativa, por e-mail e/ou diretamente ao(s) autor(es).

14) Quando ocorrer aprovação de artigos e similares, um documento de autorização da publicação será encaminhado por e-mail aos autores que deverão remetê-lo, junto com os demais procedimentos cabíveis de revisão e versão final do material a ser publicado, devidamente preenchida, assinada e escaneada.

15) Réplicas e comentários sobre os artigos publicados são do interesse da Revista e, se aceitos para publicação, serão enviados aos autores para conhecimento prévio às publicações e para direito a trélicas, preferencialmente no mesmo número.

16) Ao enviar o material à Revista Em Pauta, os autores transferem todos os direitos autorais para a Revista Em Pauta, sendo vedada sua reprodução, parcial ou na íntegra, e em quaisquer meios de divulgação, seja no formato eletrônico ou impresso sem solicitação prévia. Para possível divulgação posterior à publicação na Revista Em Pauta, quando de sua autorização, os autores se comprometem a fazer constar os devidos créditos à primeira publicação na Revista “Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea”. O *copyright* dos artigos publicados pertence a seus autores e os direitos autorais de cada edição pertencem à *Faculdade de Serviço Social da UERJ*, não envolvendo quaisquer pagamentos a autores.

17) Não serão publicados artigos que atentem contra a ética profissional, que emitam preconceitos de qualquer natureza ou pontos de vista incompatíveis com a Linha Editorial da Revista. Os artigos deverão também observar as resoluções nacionais da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/Conselho Nacional de Saúde, notadamente a Resolução 510 de 7 de abril de 2016 que normatiza a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Os artigos submetidos com conteúdo oriundo de pesquisas normatizadas pela Resolução 510 de abril de 2016 deverão explicitar metodologicamente, no corpo do texto, a observância aos referidos parâmetros normativos.

18) Os artigos e similares devem obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), aqui adaptadas, e devem ser entregues à Revista, revisados segundo as regras gramaticais vigentes, sendo os exemplos de citações e referências mais usuais apresentados a seguir.

19) A partir da edição do n.30, v.10 vem sendo publicada nominata com Pareceristas *ad hoc* que contribuíram com a revista no último ano, considerando-se o mês de emissão do parecer e tomando-se o mês de outubro de 2011 como o corte inicial.

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

(Segundo NBR 6022, NBR 6023 e NBR 10520 da ABNT – aqui adaptadas)

As citações e referências constantes nos textos entregues pelos autores à Revista para publicação são de responsabilidade dos seus respectivos autores.

Citações:

- As citações devem seguir a orientação autor-data;
- citação de até 3 linhas: dentro do corpo do texto, entre aspas, fonte igual à do texto.
- citação de mais de 3 linhas: fora do corpo do texto, fonte 10, recuada para a linha do parágrafo, a 4cm da margem esquerda, sem aspas, ou qualquer outro destaque, espaçamento interlinear simples, margem direita igual à do texto. As aspas no interior de uma citação são simples.
- Nome do autor:
 - a) no corpo do texto: grafia normal para nomes próprios; ano e página entre parênteses. Exemplo: Segundo Costa (2002, p. 39), “A sociedade civil [...]”.
 - b) ao final do texto e nos dois casos acima: todos os elementos da referência entre parênteses e em caixa alta. Exemplo: “A sociedade civil [...]” (COSTA, 2002, p. 39).
- Quando se trata de citação indireta (quando não se utiliza as mesmas palavras do texto citado - paráfrase), devem ser referenciados o sobrenome do autor e o ano, sem necessidade das aspas e de página e tal como nos exemplos anteriores.

Referências

As referências bibliográficas e de demais fontes são obrigatórias e só devem ser feitas da bibliografia efetivamente citada no artigo ou similar.

Exemplos de Referências:

Livros (obra completa)

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

Capítulo de Livro

CHAUÍ, M. Neoliberalismo e universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M.C. (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 27-51.

MOTA, A. E.; AMARAL, A.S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A.E. (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

Periódicos - Revistas

FALEIROS, V.P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

Dissertações/Teses

CARVALHO, L. *O uso do fundo público em organizações sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UERJ, 2006, mimeo.

Jornais

DAMOUS, D. E quem vai nos defender? *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de fev., 2007. Tema em debate, Caderno 1, seção Opinião, p. 7.

Meio Eletrônico

São necessárias as informações sobre o endereço eletrônico, entre < >, e a data de acesso (dia / mês / ano), sendo precedidos, respectivamente, das expressões “Disponível em:” e “Acesso em:”. Deve ser apresentado o *link* (URL) completo do documento consultado.

Exemplo: MOTA, Ana Elizabete. Os desafios da formação profissional na gestão 2005-2006. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.59-66, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2145>>. Acesso em: 07 mai. 2012.

Obs.: Além dos documentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) mencionados, esclarecimentos adicionais sobre referências e citações podem ser obtidos, por exemplo, no seguinte documento: DIB, S.F.; SILVA, N.C. (Org.) *Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. 2. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2012. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/roteiro_uerj_web.pdf?PHPSESSID=9pgdhs6qe51dd8e68htfni5kn3>. Acesso em: 16 maio 2013.



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social

Em Pauta: Teoria social e realidade contemporânea

Scientific publication, published biannually, arbitrated by peers and produced by the Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ), Brasil

EDITORIAL STANDARDS

- 1) The Magazine structure is opened and composed primarily of articles resulting from monographs, dissertations, theses and research, as well as essays, reviews, interviews, lecture summaries, adapted reports from scientific research and significant records. Through the received contributions, the suggestions sent or the analysis of matters whatsoever relevant in professional and social situation, the Editorial Staff can organize files that emphasize certain thematic. Article from an end-of-course monograph should be submitted in co-authoring with the responsible teacher / advisor;
- 2) Anonymity will be ensured for the authors in the evaluation process and for the reviewers under their evaluation (double blind system) under all circumstances. The approved articles will be submitted to the Editorial Staff of the journal for the final composition of the editions of each volume / year, in view of the criteria and norms of the journal's indexing and editorial policy. The approved and unpublished articles may remain for a maximum period of 18 (eighteen) months in the bank of articles of the journal for later publication, except in cases of refusal formalized by the author (s);
- 3) The publication of more than one article, with the participation of the same author, must obey the minimum interval of 1 (one) year, except when invited by the Editorial Team to elaborate specific editorial content;
- 4) Only one (1) article per volume / year is allowed;

5) Articles should be sent to the Editorial Staff, via email and/or by the (UERJ) Universidade do Estado do Rio de Janeiro publishing site, <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>, being not necessary to send a print copy by mail. Articles must necessarily contain between 10 to 15 pages, with 25 lines of 70 ringtons each, Times Roman font, size 12, interlinear space of 1.5 cm, with 2.5 cm margins all in A4-size paper and paragraph 1.25 cm from the left margin. These dimensions include complete references and possible illustrations. The reviews must contain precisely from 3 (three) to 5 (five) pages.

6) The articles shall not have the author(s) identification, but must be accompanied by another file, or sheet separated from the body of the article, designated (a) to cover with the full name of the author (s), their training, academic degree, with the institution that conferred the title, main position occupied currently, full name and mailing address, which may be personal or of the institution to which they are related, phone and email; these data will be published when the article and / or reviews are accepted, given the indication crawlers;

7) The first page of the text should contain:

- Only the title of the article - without name (s) of author (s) - with a maximum of 12 words.
- The abstract should have up to 150 words maximum and be written in font size 10 and single spacing
- Must have between 3 to 5 keywords, chosen among those that can accurately sort the work in bibliographical research, for indexing.
- The English title, abstract and keywords, ie the version in English of the title, abstract and keywords.

8) Contributions in Portuguese, Spanish or English will be accepted. As for the language of the Titles, abstracts and keywords, the guidance is as follows:

- When the article is in Portuguese or English, the title, the abstract and keywords should only be in Portuguese and English.
- When the article is in Spanish, the title, the abstract and keywords must be in Spanish, Portuguese and English.

9) Footnotes should be avoided; when indispensable, should not exceed four lines. The illustrations (figures, tables, photos and pictures) should be avoided, but when indispensable to the content, they must be indicated and attached in the body of the text, including title and reference source. They should also be sent in separate files, complying with the following requirements: Excel tables, graphs, formatted, tables and other illustrations

must be in high resolution (with at least 300 dpi). In all situations, the quality and pertinence of the submitted material will be evaluated, being the responsibility of Editorial Staff the decision on its inclusion or not, communicating the fact to the author (s);

10) To send the work you must:

- 1) Declaration of Responsibility (signed);
- 2) Transfer of Copyrights (signed);
- 3) Registration form completed (signed);
- 4) File with work.

The documents mentioned above must be signed, scanned and sent to the magazine's electronic mail (revistaempauta.uerj@gmail.com) or attached as a supplementary document, when submitted via the SEER platform.

When mailing the work to the magazine “Em Pauta: Social theory and contemporary reality”, the authors attest: their participation in the design, preparation and development (full or partial) of the article, assuming its contents publicly and acknowledging its authorship and originality. The authors also attest not submit simultaneous to other journal(s), whether in electronic or printed format, making a commitment not to send the material to another form of publication while continue the submission process and review of the Revista em Pauta. The authors also acknowledge the necessary mention of funding agencies, funding and/or agreements with several organizations related and/or interested by the publication, accepting full responsibility for credits or acknowledgements due, when applicable. The Revista em Pauta reserves the right of exclusivity in the publication of articles and alike, being the Editorial Staff responsible for evaluate the exceptions.

11) Once submitted the article in coautoria, will not be allowed the rectification of authorship of the same.

12) All non-commissioned collaborations are forwarded to the Editorial team – which shall submit to the evaluation process, in double-blind system, based on the opinion of two members of the Scientific Editorial Board; also can be invited ad hoc reviewers, who recommend the publication, maintaining secrecy about the opinion. When the non-coincidence of the evaluations, the article will be sent to a third reviewer. The Editorial Staff of the magazine, in possession of the opinions of the scientific Editorial Board and/or ad hoc reviewers, reserves the right to suggest to the authors modifications in order to adapt articles and similar to the magazine standards.

13) The originals sent to the Em Pauta Magazine will be considered definitive; the Editorial Staff undertakes to make the material unusable, and is also responsible for always sending a positive or negative response, by e-mail and / or directly to the author (s).

14) When approving articles and similar, a document authorizing the publication will be sent by email to the authors who will forward it, along with other applicable procedures for review and definitive version of the material to be published, duly completed, signed and scanned.

15) Replies and comments on the articles published are of interest to the magazine and, if accepted for publication will be sent to authors for knowledge prior to publications and the right to rejoinders, preferably on the same number.

16) Sending the material to the Revista Em Pauta by mail, authors transfer all copyrights to the Revista Em Pauta, being prohibited its reproduction, partial or in full, and in any means of divulgation, whether in electronic or printed format without prior request. For possible disclosure after the publication in the magazine, when authorized, the authors undertake to set forth the proper credit to the first publication in the “Revista Em Pauta: Social Theory and Contemporary Reality”. The copyright of published articles belongs to their authors and the copyright of each issue belongs to the Faculdade de Serviço Social from UERJ, not involving any payments to authors.

17) Will not be published articles that violate the professional ethics, emitting prejudices of any nature or incompatible views with the Editorial Policy of the magazine. The articles should also observe the national resolutions of the National Commission for Research Ethics / National Health Council, namely Resolution 510 of April 7, 2016, which regulates research in Human and Social Sciences.

Articles submitted with content derived from research normalized by Resolution 510 of April 2016 should explain methodologically, in the body of the text, compliance with said normative parameters.

18) Articles and alike shall conform to the standards of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT), adopted here. The material will be delivered to the magazine, reviewed in accordance with the grammatical rules in force, the more usual examples of citations and references presented below.

19) From the issue 30, v. 10 has been published data with ad hoc Reviewers who have contributed to the magazine over the past year, considering the month of issuance of opinion and taking the month of October 2011 as the initial cut.

CITATIONS AND REFERENCES

(According to ABNTs NBR 6023, NBR 6022 and NBR 10520- here adopted).

The citations and references contained in the texts delivered by the authors to the journal for publication are the responsibility of their respective authors.

Quoting:

- The citations should follow the author-date guidance;
- Quote from up to 3 lines: within the body of the text, enclosed in quotation marks, font equal to that of the source text.
- Quote from more than 3 lines: outside the body of the text, font 10, indented to the line of the paragraph, 4 cm from the left margin, no quotes, or any other featured, simple, interlinear spacing, right margin equal to that of the text. The quotation marks inside a quotation are simple.
- Author name
 - a) In the body of the text: normal for spelling proper names; year and page in parentheses. Example: “the civil society [...]” (COSTA, 2002, p. 39),
 - b) At the end of the text and in the two cases above: all the elements of the reference in parentheses and in uppercase. Example: “civil society [...]” (COSTA, 2002, p. 39).
- When it comes to indirect quote (when do not use the same words of the quoted text - paraphrase), refer the surname of the author and the year, no need of quotes and page, as in the previous examples.

References

The bibliographic references and other sources are mandatory and should be made of the bibliography cited in article effectively or similar.

Examples of references:

Books (complete works)

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

Chapter of Book

CHAUÍ, M. Neoliberalismo e universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M.C. (Org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 27-51.

MOTA, A. E.; AMARAL, A.S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A.E. (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

Periodicals - Magazines

FALEIROS, V.P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

Dissertations/Theses

CARVALHO, L. *O uso do fundo público em organizações sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UERJ, 2006, mimeo.

Newspapers

DAMOUS, D. E quem vai nos defender? *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de fev., 2007. Tema em debate, Caderno 1, seção Opinião, p. 7.

Electronic means

Information about e-mail address among < >, and access date (day / month / year), being preceded, respectively, of the expressions “available at:” and “accessed at:”. Link of the document consulted must be submitted (address/URL).

Example: MOTA, A.E. The challenges of vocational training in management 2005-2006. *Temporalis*, Brasília (DF), year 11, no. 22, p. 59-66, July/dez. 2011. Available in: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2145>>. Accessed: 07 mai. 2012.

Note: in addition to the mentioned documents of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT), further information on references and citations can be obtained. Example, in the following document: DIB, S.F.; SILVA, N.C. (Org.) *Script for submission of theses and dissertations of the Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rev. current and ampl. Rio de Janeiro: UERJ, Sirius Network, 2012. Available in: <http://www.bdtd.uerj.br/roteiro_uerj_web.pdf?PHPSESSID=9pgdhs6qe51dd8e68htfni5kn3>. Accessed: May 16, 2013



Revista *em Pauta*: teoria social e realidade contemporânea

Faculdade de Serviço Social da UERJ

Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001.

Bairro Maracanã - 20.550-013 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>

Email: revistaempauta.uerj@gmail.com

Telefones: (21) 2334-0299 ramal 221

Revista da Faculdade de Serviço Social
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro - 2 Semestre de 2023

set/dez - n53, v. 21

ISSN 2238-3786

Marilda Villela Iamamoto

Monica de Jesus César

Ana Inês Simões Cardoso de Melo

Ney Luiz Teixeira de Almeida

Silene de Moraes Freire

Marina Monteiro

de Castro e Castro

Paula Martins Sirelli

Rafaela Bezerra Fernandes

Reinaldo Nobre Pontes

Ricardo Lara

Gabriel Martins

Gilcélia Batista de Góis

Esther Emanuelle Alves Feitosa

Maria do Perpétuo Socorro

Rocha Sousa Severino

Luciane Francielli

Zorzetti Maroneze

Sandra Lourenço

de Andrade Fortuna

Geis de Oliveira Benevides

Maria José de Oliveira Lima

Naiara Cardoso

dos Santos Mascarenhas

Raquel Varela

Joan Miquel Verd

Carlos Lozares

Artur Bispo dos Santos Neto

Tatiana Lyra Lima Félix

Nívea Castro da Silva

Cristiana Sousa Pessanha

Marcelo Braz Moraes dos Reis

Regina Marconi

Elziane Dourado